



E DEPOIS DO CARIMBO?

Análise da Classificação da “Universidade de Coimbra - Alta e Sofia” como Património Mundial da Humanidade



Joana Margarida Alves Martins

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura
sob orientação do Professor Doutor José Fernando Gonçalves

Departamento de Arquitectura, FCTUC, Julho 2013

E DEPOIS DO CARIMBO?

Análise da Classificação da “Universidade de Coimbra - Alta e Sofia” como Património Mundial da Humanidade

“a civilização consiste em dar a qualquer coisa um nome que lhe não compete, e depois sonhar com o resultado. E, realmente, o nome falso e o sonho verdadeiro criam uma nova realidade. O objecto torna-se realmente outro, porque o tornamos outro. Manufaturamos realidades.”¹

1 PESSOA, Fernando – *O livro do desassossego*, p. 89

AGRADECIMENTOS

Ao Professor, José Fernando pela orientação e incentivo.

Ao Professor Raimundo Mendes da Silva, por toda a disponibilidade e entusiasmo.

A todos os que contribuíram tão carinhosamente para que realizasse este trabalho.

Aos futuros arquitectos com *pedigree* que fizeram com que “quando” isto acabar os leve “comigo p’rá vida”.

Ao João Gomes, pelo estímulo e incentivo que revolucionou a minha postura.

Ao Duarte, pelos meus maiores sorrisos e por cada vírgula deste trabalho.

Aos meus pais, a quem dedico esta dissertação, por tudo o que me proporcionaram e pelo apoio permanente.

RESUMO

No ano em que a UNESCO classifica a “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia” como Património da Mundial da Humanidade, esta investigação tem o intuito de analisar e prever os efeitos dessa classificação no desenvolvimento urbano da cidade de Coimbra, em particular no seu centro histórico que é maioritariamente abrangido pela zona de protecção da classificação. O principal objectivo desta investigação passa por alertar e contribuir para a necessária e urgente reflexão sobre estes efeitos.

Por razões operativas, divide-se em quatro partes. Uma primeira que procura fazer um *enquadramento* do objecto de estudo, apresentando a evolução do conceito de património urbano, a evolução do centro histórico de Coimbra e uma análise actual desse mesmo espaço. A segunda parte exhibe a vontade de conseguir *o carimbo* da UNESCO, desde os anos 1980 até Junho de 2013, e todos os projectos, planos e regulamentos que foram estudados e postos em prática na cidade de forma a conseguir atingir esse fim. As *consequências do carimbo* são expostas e analisadas na terceira parte deste trabalho, pela identificação das estratégias mais relevantes dos dois documentos que passaram a guiar e regular todas as intervenções realizadas neste espaço. E por último a reflexão “*A minha Coimbra*”, que pretende apresentar uma análise conclusiva de todo o trabalho, numa reflexão crítica à cidade e aos efeitos da UNESCO e dos seus planos, propondo ainda uma estratégia de acção para o centro histórico de forma a contribuir para a reabilitação e revitalização este espaço.

ABSTRACT

This paper arises in the year that UNESCO classifies the “University of Coimbra - Alta and Sofia” as World Heritage, with the aim of analyzing and predicting the effects of this classification in the development of Coimbra, especially in the city center, the area of the city mostly covered by the protection zone. The main goal is to alert and promote this necessary and urgent discussion.

For operational purposes, the paper is divided into four sections. The first part intend to do a brief *contextualization* of the object of study, presenting the evolution of the concept of urban heritage, the evolution of the city center of Coimbra and an analysis of its current status. The second part shows the will to get UNESCO's *stamp*, since the 80's until June of 2013, and all the projects, plans and regulations that have been studied and implemented in the city in order to achieve it. The *consequences of the stamp* are exposed and analyzed in the third part of this work. This section identifies the more relevant strategies of the two documents by which all interventions are now guide and regulate. Finally “*My Coimbra*” aims to present a conclusive analysis of the entire work, a critical thought about the city and about the effects of UNESCO's strategic plans, proposing a plan of action for the city center in order to promote the rehabilitation and revitalization of this area.

SUMÁRIO

- 15 **Introdução**
- 21 **Enquadramento**
Património e Centro Histórico. Centro Histórico de Coimbra. Centro Histórico Hoje
- 91 **O carimbo**
Unesco em Coimbra. Classificação da Universidade de Coimbra-Alta e Sofia.
Regulamentos, Projectos e Planos
- 155 **As Consequências do carimbo**
Regulamento Municipal. Áreas de Reabilitação Urbana
- 217 **A minha Coimbra**
Coimbra Hoje. Visão sobre o património. Visão sobre a UNESCO e a classificação
- 253 **Anexos**
Anexo I. Anexo II. Anexo III
- 295 **Bibliografia**
- 323 **Fontes das Imagens**

INTRODUÇÃO

A presente investigação procura ser uma análise real do actual estado de conservação do Centro Histórico e Universidade de Coimbra, reflectindo sobre métodos de intervenção complementares para uma revitalização sustentada.

Actualmente muitas cidades portuguesas, ao contrário do que uma forte densificação na periferia poderia levar a concluir, não se encontram sobrelotadas. Pelo contrário, os seus centros, desocupados, descaracterizados e desarticulados com a restante malha da cidade, apresentam-se como uma oportunidade.

Coimbra é uma cidade com uma dinâmica urbana fortemente influenciada pela presença da Universidade. O seu centro histórico, ao longo dos últimos anos, foi perdendo importância e presença habitacional. De modo a contrariar esta tendência foram várias as tentativas de estudo e actuação que visavam a sua revitalização. A mais actual, e que poderá provocar um maior impacto real neste espaço é a classificação da “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia” como património Mundial da Humanidade pela UNESCO. Por conseguinte, esta

investigação centra-se no estudo e análise crítica não só dessa classificação mas principalmente de todos os planos, regulamentos e projectos de reabilitação da cidade estudados e propostos que lhe estão associados.

Esta vontade surge como consequência de uma inquietação prolongada sobre a minha cidade que é Coimbra, num momento de extrema importância para o seu futuro, pela consciência da necessidade de estudar e compreender quais serão as suas variáveis e consequências. Mais do que tudo esta investigação procura ter uma aplicabilidade imediata, dada a sua vertente actual. Dessa forma, procura ser, mais do que uma análise, uma chamada de atenção e tentativa de previsão dos efeitos desta candidatura a nível urbano, principalmente no Centro Histórico da Cidade de Coimbra.

Por razões operativas, esta investigação divide-se em quatro partes. Uma primeira que procura fazer um *enquadramento* do objecto de estudo, apresentando a evolução do conceito de património urbano, a evolução do centro histórico de Coimbra e uma análise desse mesmo espaço nos dias de Hoje.

A segunda parte exhibe esta vontade de conseguir *o carimbo* da UNESCO, desde os anos 80 até Junho deste mesmo ano, e todos os projectos, planos e regulamentos que foram estudados e postos em prática na cidade de forma a conseguir atingir esse fim, porque uma classificação com Património Mundial é um processo exigente, devido a todas as regras e obrigações a que os Bens têm que corresponder.

As *consequências do carimbo* são expostas e analisadas na terceira parte deste trabalho, pela identificação das estratégias mais relevantes dos dois documentos que passaram a guiar e regular as intervenções neste espaço da cidade que é objecto de estudo.

E por último, "*A minha Coimbra*" pretende apresentar uma análise conclusiva

de todo o trabalho, numa crítica à cidade, aos efeitos da UNESCO e dos seus planos e propondo uma estratégia de acção para o centro histórico de forma a contribuir para a reabilitação e revitalização este espaço.

ENQUADRAMENTO

Património e Centro Histórico

O conceito de património surge no séc. XIX associado a uma nostalgia do passado e a uma vontade de recuperar valores culturais, sociais e identitários. Inicialmente focado nos monumentos históricos, alastrou-se posteriormente a conjuntos de edifícios, ao espaço da cidade e até às mais diversificadas manifestações culturais, desde as de suporte material e natural às intangíveis. Assume-se, como base, o reconhecimento da sua capacidade de representar valores que estabelecem vínculos entre o presente e o passado e que sublinham a especificidade de cada grupo, legitimando a sua afirmação como entidade única, original e autónoma. A noção de património está assim relacionada com uma consciencialização da história e com a concepção moderna do tempo, linear e irreversível, provocando a necessidade de autenticidade e identificação. Numerosos factores contribuíram para a diferença temporal entre o reconhecimento do monumento histórico e da cidade histórica, sendo a mais evidente a escala e complexidade do objecto em questão. O facto de a cidade

ser vista como uma soma de partes reconhecida e apresentada pelo conjunto dos seus monumentos, associada à falta de documentos cartográficos que a retratassem e à sua evolução ao longo dos tempos, levou a que não lhe fosse reconhecido o valor como um todo.

O conceito de património sofreu alterações e divergências ao longo do tempo, mas foram e são ainda mais as teorias relativamente à forma como nele se deve intervir, na sua maioria divergentes e extremadas.

“A conservação da cidade material em objecto do saber foi provocada pela transformação do espaço urbano consecutivo à revolução industrial: abalo traumático do meio tradicional, emergência de outras escalas viárias e parcelares. É então que, por efeito, da diferença e, de acordo com a palavra de Pugin, por contraste, a cidade antiga se torna objecto de investigação.”² “É incontestável que este processo [de industrialização] tem sido o motor das transformações sociais desde há um século e meio. Se distinguirmos entre indutor e induzido poderemos dizer que o processo de industrialização é o indutor, assim como podemos considerar como induzidos os problemas relativos ao crescimento e à planificação, as questões relativas à cidade e ao desenvolvimento da realidade urbana, sem omitir a crescente importância do lazer e das questões relativas à cultura.”³

“Na verdade, a industrialização e a consequente transformação dos sistemas produtivos e dos meios de transporte, em pleno século XIX, obrigaram as cidades a criar novas formas de organização logística muitas vezes incompatíveis com a manutenção dos tecidos urbanos herdados de séculos anteriores. O traçado de novos eixos rodoviários, acompanhados por outros tantos canais de transporte ferroviário, obrigaram ao sacrifício de grandes extensões de cidade, abrindo frentes

2 CHOAY, Françoise - *Alegoria do Património*, p. 193

3 LEFEBVRE, Henri - *O direito à cidade*, p. 17

*de construção no interior de quarteirões preexistentes. Estes esventramentos causaram naturalmente ondas de choque e desorientação nos habitantes, mas depressa possibilitaram novas formas de agregação social e económica que mudaram por completo a condição civilizacional das cidades europeias; ou seja, apesar da imposição muitas vezes despótica desta mudança física, a cidade e os cidadãos conseguiram fazer desse sacrifício uma oportunidade.”*⁴ A cidade pré-industrial não conseguiu dar resposta às novas necessidades, questões como: a sobre-população, a falta de saneamento, a degradação do ambiente urbano e inadaptação às exigências impostas pela cidade industrial, deram origem a dois modelos de intervenção divergentes, o modelo progressista, baseado no entusiasmo em relação ao progresso e o modelo culturalista, sustentado numa visão nostálgica.

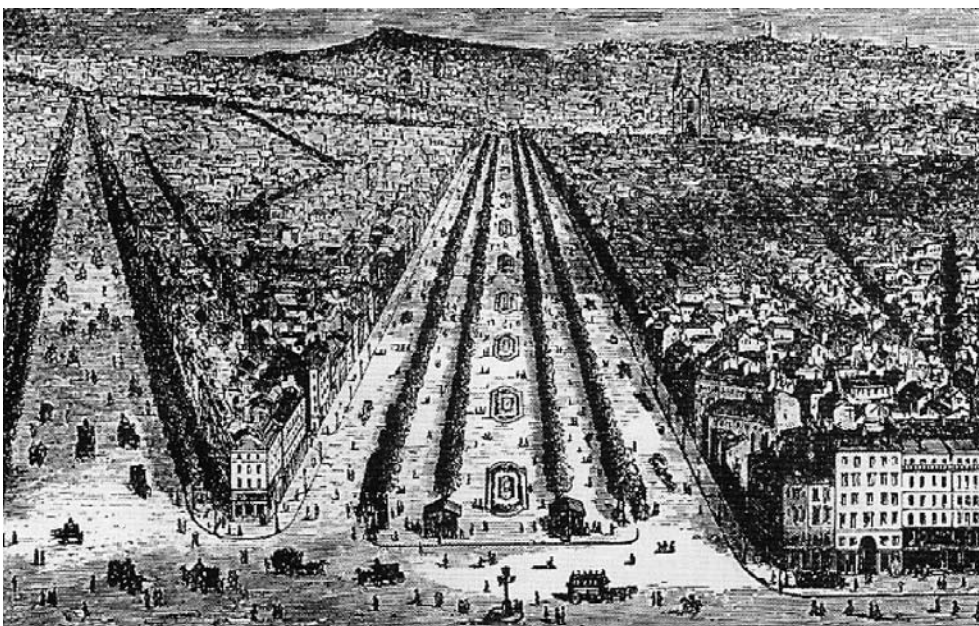
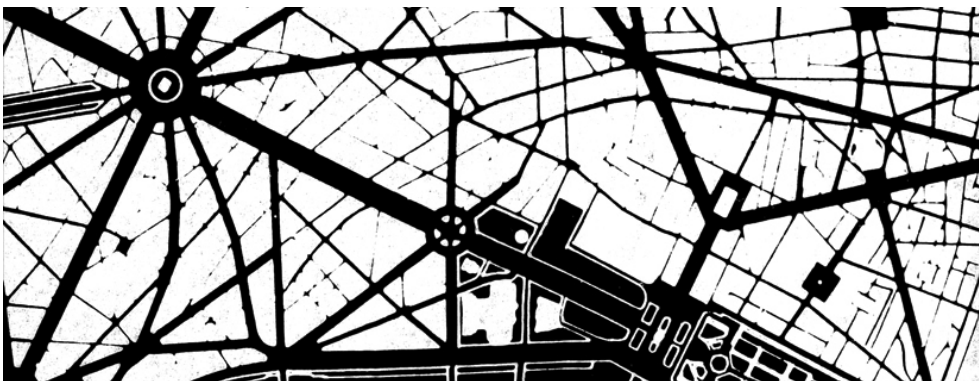
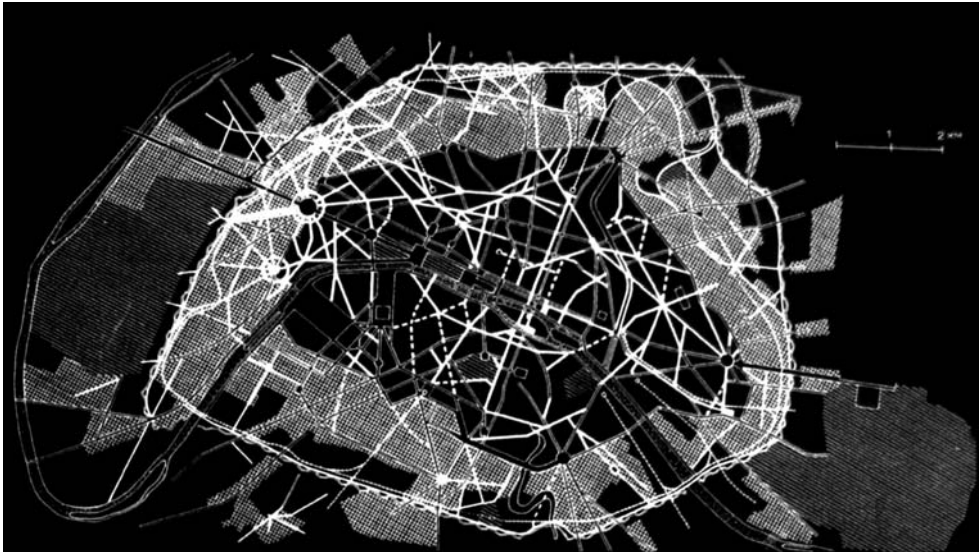
O modelo progressista surge a partir da vontade de disciplinar esse rápido desenvolvimento da cidade, procurando uma articulação entre as iniciativas públicas e privadas, sem se preocupar, ou sequer ter em consideração, com questões relacionadas com o passado da cidade. Não pondera a manutenção do existente por o considerar um entrave ao desenvolvimento, exigindo por isso uma reconstrução, podendo muitas vezes ser destruído. *“(…) o espaço no modelo progressista é amplamente “aberto”, rompido por vários vazios e verdes. Essa é a exigência da higiene.”*⁵ A sua organização rege-se por premissas funcionalistas, onde cada programa tinha o seu lugar específico. *“A cidade progressista recusa qualquer herança artística do passado, para submeter-se exclusivamente às leis de uma geometria “natural”.”*⁶

*modelo
progressista*

4 BYRNE, Gonçalo; BANDEIRINHA, José António; GRANDE, Nuno; LOBO, Rui; RABAÇA, Armando - **Metro ligeiro de superfície na Baixa de Coimbra**, p. 16

5 CHOAY, Françoise - **O Urbanismo: utopias e realidades, uma antologia**, p. 8

6 *ibidem*, p.9



Plano de Haussmann para Paris

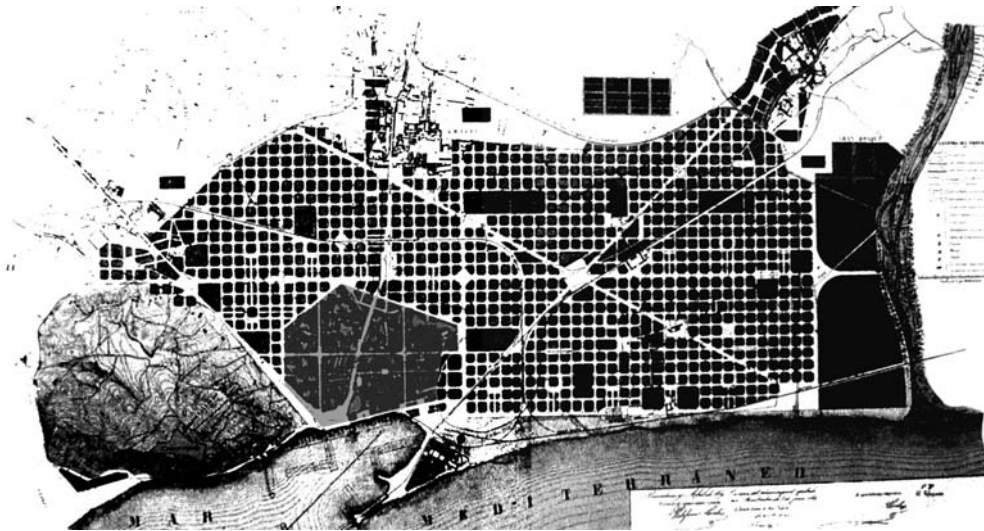
As “grande obras de Paris”, revelam-se um exemplo apoiado no progresso. O *Hausman* Plano de Georges-Eugène Haussmann, de 1850 a 1870, procurava acabar com o estado degradante em que se encontrava a “velha Paris”. Sobrepondo ao corpo da cidade antiga, que na sua perspectiva constituía um obstáculo à salubridade, uma nova rede de ruas amplas e rectilíneas que rasgam o organismo medieval e se prolongam até à periferia, criou-se assim um sistema articulado de comunicações entre os principais centros da vida urbana. *“Haussmann, que teve no seu tempo tantos inimigos e tão diversos como hoje, recusava a acusação de vandalismo que lhe faziam alguns apaixonados da velha Paris : “Mas, boas gentes, que, do fundo das vossas bibliotecas, pareceis nada ter visto (do estado de insalubridade da velha Paris e da metamorfose trazida), citai, pelo menos, um velho monumento digno de interesse, um edifício precioso para a arte, curioso pelas suas recordações, que a minha administração tenha destruído, ou de que ela se tenha ocupado, senão para limpar e valorizar, de forma tão bela quanto possível”^{7,8}*

No contexto deste modelo é desenvolvida a nova disciplina científica, criada *Cerdá* por Ildefonso Cerdá e denominada de “Urbanismo”, que pretende “colocar a cidade ao nível dos organismos passíveis de análise e transformação controlada.”⁹ Cerdá aplica as teorias progressistas no plano para a expansão da nova cidade industrial de Barcelona em 1859, que se desenvolve segundo os dois traçados da época, a quadrícula e o radial, localizando-o no espaço exterior à cidade medieval muralhada. Na sua obra “Teoría geral de l’urbanización”, de 1867, considera que a evolução da cidade tem como base as diferentes formas de circulação e transporte, dando grande destaque ao sistema de tráfego. Desse

7 Mémoires, t. III, Paris, 1893, p.28. Cit. por CHOAY, Françoise - *Alegoria do património*, 189, p.28

8 CHOAY, Françoise - *Alegoria do património*, p. 189

9 GRANDE, Nuno - *O verdadeiro mapa do Universo*, p.106



Plano de Cerdá para Barcelona

modo, apresenta o Urbanismo como a ciência que estuda e desenvolve a habitação e a circulação.

Contrapondo o modelo progressista, surgem em Inglaterra os defensores dos monumentos históricos, que negam o fatalismo a que estes estão condenados pela industrialização, não abdicando dos edifícios antigos em usufruto da nova civilização, mesmo sendo Inglaterra o berço da Revolução Industrial. Defendem, portanto, o modelo culturalista, considerando que os monumentos do passado são absolutamente necessários à vida presente. Segundo Françoise Choay, o que está em causa é a perda da antiga unidade orgânica da cidade. Assentando sobre a ideia de nostalgia e de cultura, *“no modelo culturalista, a preeminência das necessidades materiais desaparece diante das necessidades espirituais.”*¹⁰ Este modelo analisa e critica as actividades da civilização industrial, comparando-as com as do passado, defendendo que a carência cultural, resultado da sociedade industrial, *“só pode ser combatida por uma série de medidas colectivas, entre as quais se impõe particularmente o retorno a uma concepção de arte inspirada pelo estudo da Idade Média”.*¹¹ Ao contrário da cidade do modelo progressista, esta encontra-se claramente delimitada, com dimensões modestas, inspirada em cidades medievais tais como Oxford e Veneza. São defendidas a irregularidade e a assimetria, marcas de uma ordem orgânica, porque *“Só uma ordem orgânica é suscetível de integrar as heranças sucessivas da história e de levar em consideração as particularidades da paisagem.”*¹²

*modelo
culturalista*

“(...) a noção de património urbano histórico, provida de um projecto de conservação, nasceu na época de Haussmann, ainda que, como se viu, tenha

Ruskin

10 CHOAY, Françoise - *O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia*, p.12

11 *ibidem*, p.13.

12 *ibidem*, p.13

surgido na Grã-Bertanha, sob a pena de Ruskin."¹³

John Ruskin toma uma posição contra as intervenções que, segundo as suas teorias, lesam a estrutura das cidades antigas e do seu tecido, que representa a essência da cidade e que, por isso, deve ser protegido incondicionalmente. Considera assim uma ofensa alterar ou abandonar as cidades pré-industriais, *"devemos continuar a habitar aí e a habitá-las como pelo passado. Elas são a garantia da nossa identidade, pessoal, local, nacional e humana."*¹⁴ Desempenha um papel pioneiro na preservação das cidades históricas, introduzindo-as no campo da herança histórica a preservar, devido ao seu sentimento de nostalgia pelas cidades medievais, considerando que a arquitectura é o único meio que possuímos para manter uma relação com o passado, ou seja, com a nossa identidade. Valoriza e defende que as marcas do tempo fazem parte da essência do monumento e que sem arquitectura não é possível relembrar. Contudo, segundo Choay, *"Ao querer viver a cidade histórica no presente, Ruskin encerra-a, de facto, no passado e deixa escapar a cidade historial, a que está envolvida no futuro da historicidade"*.¹⁵

Na sua concepção, o monumento histórico dirige-se igualmente a todos os homens, independentemente de quais foram as civilizações ou grupos sociais que o ergueram. E nesse sentido, Ruskin concebe a protecção dos monumentos históricos à escala internacional, chegando mesmo a propor, a partir de 1854 a criação de uma organização europeia de protecção dos monumentos históricos. Defende ainda que *"é pela iniciativa privada, bem mais do que pela atuação pública, que sua cidade deve ser embelezada. Pouco importa que tenham uma*

13 CHOAY, Françoise - *Alegoria do Património*, p.191

14 *ibidem*, p195

15 *ibidem*, p. 195

enorme quantidade de belos monumentos públicos se eles não se ligam, não se harmonizam com o conjunto das casas.”¹⁶ e que, se existesse uma manutenção cuidada, não haveria necessidade de restaurar. Para o arquitecto, “No verdadeiro sentido o termo restauro significa “a destruição mais total que uma construção pode sofrer, a coisa é uma mentira absoluta”. O projecto restaurador é absurdo. Restaurar é impossível. Tanto como dar vida a um morto.”¹⁷

Com uma visão divergente da de Ruskin mas também da de Haussmann, o *Sitte* arquitecto e historiador vienense Camillo Sitte, apesar de considerar a cidade pré-industrial um objecto pertencente ao passado, demonstra ter consciência da necessária alteração imposta e encara-a de uma forma positiva. Defende que para isso a cidade antiga deve ser considerada como uma base de reflexão: *“É só estudando as obras de nossos predecessores que podemos reformar a organização banal de nossas grandes cidades”*.¹⁸ Nesse sentido promove o estudo morfológico das cidades antigas, portanto, a história formal do seu espaço, fazendo com que se possa denominá-lo como o primeiro morfólogo urbano.

Para Sitte, o centro histórico, por ser uma área consolidado no tempo e no espaço, assume um papel extremamente importante na elaboração de um novo desenho de cidade. Considera que a sua forma deve ser mantida ao longo dos tempos, apesar de reconhecer que este espaço já não tem a capacidade de albergar as funções sociais necessárias. Levanta assim uma questão relativa ao modelo culturalista, em que a cidade antiga, enquanto objecto detentor de arte e de história, tende a transformar-se em peça de museu.

No último quartel do século XIX os modelos começam a ser questionados *Boito*

16 RUSKIN, John - numa conferência em Edimburgo, durante a viagem que fez com o pintor Millais. Cit. por CHOAY, Françoise - *O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia*, p.123

17 CHOAY, Françoise - *Alegoria do Património*, p. 159

18 SITTE, Camillo - “Der Städtebau nach seinen künstlerischen Grundsätzen”, p.118. Cit. por CONSCIÊNCIA, ANA - *Postal de Paraty*, p. 28.

e criticados por uma outra filosofia, protagonizada por Camilo Boito, que conjuga o que este considera melhor das duas teorias opostas apresentadas. Do modelo culturalista, a noção de autenticidade dos monumentos e das suas sucessivas transformações, destacando como preponderante o seu valor enquanto testemunho histórico. Do modelo progressista, a valorização do presente prevalece sobre o passado, portanto, assume a legitimação do restauro em casos em que todos os outros processos de manutenção e consolidação falharam e ainda a admissão mínima de novas adições que sejam reconhecidas como acrescentos, permanecendo distintas das partes originais. Boito assume estas questões tendo sempre em consideração os conceitos de autenticidade, consciente de que cada monumento é um caso único, exigindo assim uma abordagem específica.

No seguimento das ideias de Camilo Boito surge, no início do século XX, a visão de Gustavo Giovannoni que considera a conservação dos conjuntos antigos não só uma forma de preservar as particularidades de cada grupo e sítio, como também um processo contra a globalização, vulgaridade e uniformização das sociedades e do seu espaço. Em 1931, na sua obra “*Vecchia città ed edilizia nuova*”, concede simultaneamente aos centros históricos um valor museológico e de utilização. Antevendo o anti-urbanismo a que estes estavam condenados, torna-se assim um pioneiro na sua salvaguarda, considerando-os um monumento e um organismo vivo. Nesse sentido, as zonas históricas deveriam integrar diferentes funções da cidade, adaptando-se à vida contemporânea desde que não se incompatibilizassem com as diferentes escalas e com as suas características morfológicas.

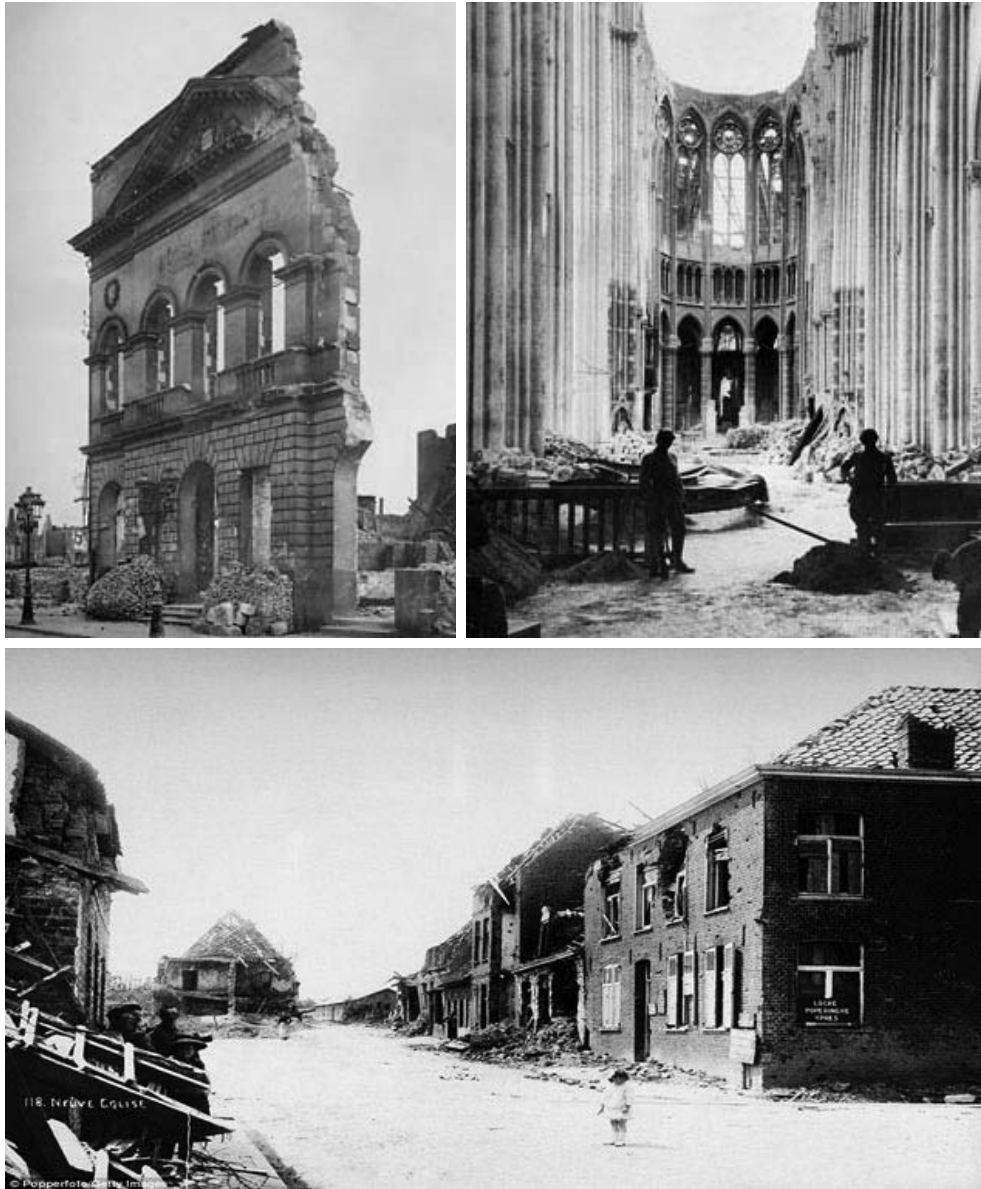
Giovannoni

De forma a combater e evitar as destruições massivas provocadas pelos progressistas, admite alterações moderadas que melhorem e permitam a

renovação da cidade, através de intervenções pontuais e incisivas admitindo, no limite, demolições localizadas para criação de novos espaços, como pequenas praças. Procura um planeamento de tráfego que evite que os seus fluxos, cada vez mais intensos, cruzem essas áreas e permite o restauro das edificações, de forma controlada e regulada, ideias que *“funcionaram como uma “primeira carta de restauro”, accionando a ruptura entre “tempos históricos” e “tempos modernos”, através da obrigatoriedade de diferenciar o moderno, possibilitando sem choque, a coexistência deste com o antigo.”*¹⁹ Defende para isso cinco atitudes de intervenção, de um forma hierárquica no que toca à sua aplicação: a “consolidação”, que idealmente deve ser a única à qual recorrer, consiste numa intervenção de carácter técnico que deve apenas permitir a sobrevivência do edifício, podendo para isso utilizar materiais e técnicas contemporâneas desde que não sejam perceptíveis; a “recomposição” implica a recolha de fragmentos dispersos e a sua reposição nos locais originais de forma a recuperar total ou parcialmente a imagem do edifício; poderá resultar, caso seja necessário, na “remoção de acrescentos ou desmontagem de partes não originais” que só é admitida no caso dos acrescentos não terem valor artístico ou documental e caso não afecte a legibilidade global da obra; o “complemento” é aceite caso a intervenção esteja assente em bases documentais sólidas, não podendo nunca ser dominante em relação às pré-existências autênticas; apenas nos casos em que a sua inevitabilidade for provada, admite a possibilidade de “inovação”, garantindo sempre que as novas partes devem diferenciar-se claramente do original, utilizando para isso materiais distintos.

“Estou convencido de que a aparência de uma casa tem a maior das influências sobre os seus ocupantes, contudo, não é possível alojar pessoas no Partenon. Os

19 VAZ, Raquel - *Património: intervir ou interferir?*, p.29



Destruição causada pela 1ª Guerra Mundial nas cidade de Bethune e Neuve Eglise, França

*nossos bonitos projectos têm de responder às necessidades quotidianas do Homem. Se os projectos forem fiéis aos seus materiais, ao seu ambiente e à sua tarefa serão forçosamente bonitos.”*²⁰

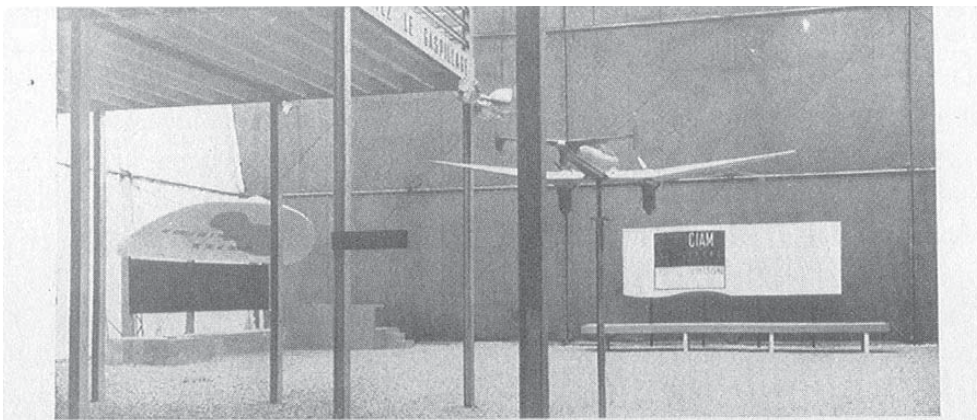
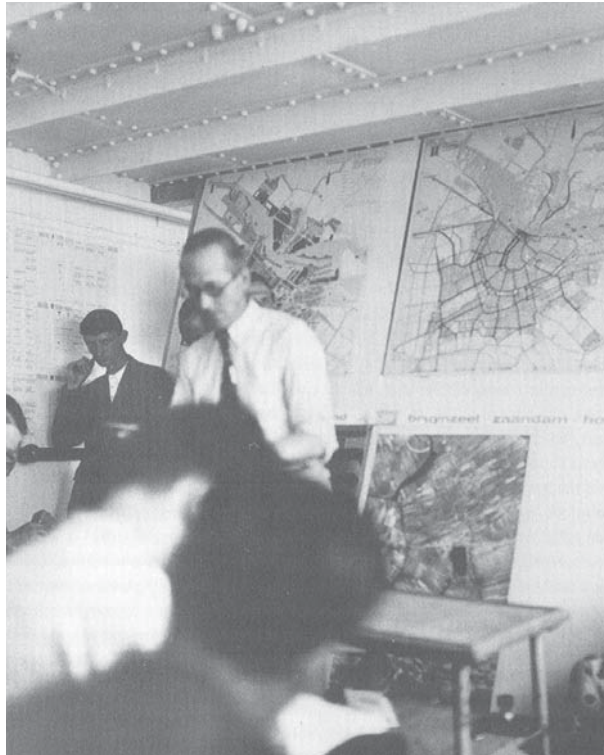
No início do século XX, as visões de autores individuais demonstraram-se insuficientes para a criação de uma doutrina de intervenção nos centros históricos. Nos anos 1920, a sociedade europeia vivia as consequências da Primeira Grande Guerra com regiões inteiras destruídas e economias arruinadas pelo esforço militar de uma guerra que acabou com milhões de vidas. Situação que levantou questões sobre a forma como intervir nesses territórios. O debate internacional procurou fixar princípios e documentos reguladores relativos à conservação e restauro, vulgarmente denominados de “Cartas”, que compilam formal e institucionalmente um conjunto de reflexões e teorias de um determinado período histórico.

Século XX

O primeiro documento a nível internacional a estabelecer directrizes nesse sentido foi redigido em Atenas na 1ª Conferência Internacional sobre a Conservação e o Restauro dos Monumentos Históricos, em 1931. Marcou assim a visão internacional sobre a necessidade de protecção do património, estabelecendo os princípios gerais para o restauro dos monumentos, centrando-se no monumento enquanto elemento isolado e defendendo o seu estudo aprofundado, do ponto de vista físico, histórico e documental. Não deixando contudo de considerar a valorização do carácter e da fisionomia das cidades, sendo esta ideia ainda muito mais ligada ao conjunto de edifícios que permite e promove a integração de um monumento antigo do que propriamente ao reconhecimento e valorização da cidade como um todo.

No entanto, essa visão, apesar de ter marcado fortemente o período pós-Primeira

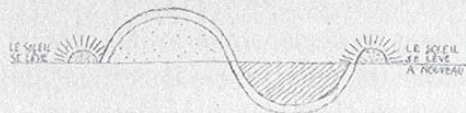
20 FATHY, Hassan - *Arquitectura para os pobres*, p.58



La salle des discours.

CIAM : LA CHARTE D'ATHÈNES

Les CIAM (Congrès Internationaux d'Architecture Moderne, fondés à La Sarraz, en 1928) groupent vingt et un pays en une confrérie ardente de travail. En conclusion des quinze journées de discussion à Athènes, 1933, une charte fut rédigée. En voici quelques extraits essentiels :
 Cette charte implique la réforme fondamentale de tous les usages en cours en urbanisme, usages ayant



LA JOURNÉE SOLAIRE DE 24 HEURES EST
 LA MESURE DE TOUTES LES ENTREPRISES
 URBANISTIQUES

Schéma occupant le milieu de la grande dalle au pied de la charte.

provoqué sur le monde entier le malheur des villes.

Pour qui cette charte ?
 Pour les élèves des grandes écoles techniques et pour les professeurs. Pour les sociologues et les économistes. Pour le personnel des administrations. Pour les édiles, pour les gouvernements. Cette énumération hiérarchique (à rebours) n'est pas un acte de pessimisme, mais une simple référence à la réalité.

Guerra, foi omitida no discurso oficial do Movimento Moderno. “(...) a realidade acabou por limitar as secções mais radicais do CIAM²¹, a soviética e a germânica. O CIAM IV – “A Cidade Funcional”, que aconteceu a bordo do cruzeiro entre Marselha e Atenas no verão de 1933, estava planeado até alguns meses antes para ser organizado em Moscovo. A decisão tomada em cima da hora deixou os soviéticos e grande parte dos Alemães ausentes. Assim, a Carta de Atenas, que se viria instituir como “a magna carta” do urbanismo modernista, acabou por instituir os blocos em altura em vez das casas de baixa densidade dos alemães, ou dos módulos e condensadores sociais, e o zonamento fixo em oposição aos modelos mais fluídos que estavam em debate apenas alguns anos antes.”²² A discussão neste CIAM lançou ainda os princípios que iriam estar na base da conservação e restauro dos monumentos, muito embora toda a problemática que diria respeito à escala urbana tivesse sido completamente ignorada.

“O processo de Reconstrução europeia pós-1945 introduziu novas problemáticas no pensamento interdisciplinar sobre o “habitat humano”, conduzindo, em particular, ao questionamento e à revisão das doutrinas urbanísticas e arquitectónicas geradas e alimentadas no seio do denominado Movimento Moderno, ao longo do período entre-guerras.”²³ A necessidade de uma urgente reconstrução em massa das cidades europeias, e na maioria dos casos dos seus centros, relançou o debate sobre as estratégias arquitectónicas e urbanísticas que tinham tomado forma a partir do CIAM IV.

Em 1951, o CIAM VIII, teve como tema principal “o Coração da Cidade”, reconhecendo o valor das pré-existências e do legado histórico das cidades. “The people want buildings that represente their social and community life to

21 Congresso Internacional da Arquitectura Moderna

22 CARVALHAL, Mário – *Arquitectura e Revolução*, p. 53

23 GRANDE, Nuno - *Arquitecturas da cultura*, p. 39



Destruição causada pela 2ª Guerra Mundial na cidade de Londres, Inglaterra.

give more functional fulfilment. They want their aspiration for monumentality, joy, pride and excitement to be satisfied”.²⁴

Os reflexos físicos e morais consequentes da II Grande Guerra “denunciam uma mudança conceptual no seu seio [CIAM], introduzindo novas terminologias nos discursos urbanístico e arquitectónico, com semânticas de cariz mais “orgânico” que “racional”, mais “humanista” que “mecanicista”.”²⁵ O CIAM IX, realizado em 1953, foi dominado por novos e arrojados arquitectos como o casal Alison e Peter Smithson, Aldo van Eyck ou Jacob Bakema, que criticaram o formalismo da “Carta de Atenas” exigindo que fosse introduzido o conceito de identidade e que se tomassem novos princípios estruturais do crescimento urbano. Estas propostas levaram a que arquitectos como Le Corbusier, Ernest N. Rogers e Walter Gropius propusessem aos novos arquitectos que organizassem o CIAM X, em 1956, sob o tema de “Habitat Humano”, congresso que viria a revelar-se como a última edição.

De forma a compreender as transformações que tiveram lugar na Europa, tomamos como exemplo o contexto britânico do pós-guerra. “O Reino Unido, embora vencedor da guerra, tinha visto Londres e grande partes das suas cidades completamente arrasadas pelos bombardeamentos alemães. A palavra de ordem era reconstrução. Logo após o final da guerra, o governo britânico pôs um grande esforço na reconstrução dos centros das cidades arrasadas, e na construção em massa de habitação operárias, já que todos os processos tinham congelado durante a guerra, e importava compensar as gritantes lacunas a nível de habitação. A primeira grande decisão neste sentido tomada pelo governo inglês foi o “New Towns Act” (1946), onde se decretou a construção de pólos habitacionais

24 FRAMPTON, KENNETH - *Modern Architecture*, p.271

25 GRANDE, Nuno - *Arquitecturas da cultura*, p. 39

nos subúrbios das grandes cidades, para cobrir a falta de habitação nos centros bombardeados, ainda em processo de reconstrução.”²⁶

A reposição das cidades surge como uma forma de agregação social, exigida por essa necessidade de restabelecer a identidade dos espaços. Muitas vezes chegando ao limite de fazer reconstruções que reproduzissem a cidade exactamente como se encontrava antes da destruição, recorrendo para isso a documentos gráficos e a fotografias. É nesse sentido que surge a urgência de tratados, de posicionamento político, que dessem resposta à devastação provocada pela guerra, questionando as duas vertentes possíveis, a recuperação do passado ou a total renovação.

Em Maio de 1964, no “II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos”, é redigida a “Carta Internacional sobre a Conservação e Restauro dos monumentos e Sítios” (Carta de Veneza), na sequência da explosão demográfica, do desenvolvimento das cidades industriais e da consequente degradação dos centros históricos. Foi considerado pela primeira vez, institucionalmente, que a consciência de monumento histórico abrange não só a criação arquitectónica isolada como também qualquer “sítio”, urbano ou rural, que constitua um testemunho de uma civilização particular, de um acontecimento histórico ou de uma evolução significativa.

Carta de Veneza

Como resposta à necessidade de construir o património urbano perdido nas décadas de 1950 e 1960, iniciam-se nos anos 1970 processos sociopolíticos de questionamento das políticas urbanas, que resultaram numa atitude reactiva ao moderno, que se manifesta na retoma a processos de requalificação da cidade consolidada e na contenção do seu crescimento. A partir dessa altura o “Conselho da Europa” promoveu uma série de encontros e simpósios

26 CARVALHAL, Mário – *Arquitectura e Revolução*, p. 103-105

internacionais que resultaram num conjunto de recomendações ao nível das políticas de salvaguarda e valorização do património arquitectónico e urbano e na sua abrangência a nível mundial.

É então criada, em 1945, a “Organização das Nações Unidas referente à educação, ciência e cultura” (UNESCO²⁷), com o objectivo de contribuir para a paz e segurança no mundo mediante a educação, a ciência, a cultura e as comunicações. Pretende promover a elaboração e aplicação de instrumentos normativos culturais; salvaguardar a diversidade cultural, promovendo o diálogo entre culturas e civilizações; e promover a experimentação, a inovação, e utilização partilhada de informação e práticas. Contudo, apenas em 1972, na Conferência Geral da UNESCO os seus estados membros adoptaram a Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, com vista a garantir o melhor possível a sua adequada identificação, protecção, conservação e valorização. A convenção previu também a criação de um “Comité do Património Mundial” e de um “Fundo do Património Mundial” – operacionais desde 1976. O termo “Património Mundial da Humanidade” enuncia que um monumento histórico ou urbano, ou um elemento característico de uma comunidade, deixa de lhe pertencer apenas a si, para integrar uma cultura universal. Passa a ser um património usufruído, defendido e protegido por todos.

A Declaração de Amesterdão, em 1975, propõe a integração dos núcleos históricos nos processos de planeamento urbano e de ordenamento do território. Considera os factores sociais o ponto mais importante para o sucesso de uma conservação integrada, preocupando-se assim, mais do que com questões monumentais e históricas, com questões de uso e reapropriação da cidade histórica.

Declaração de Amesterdão

27 United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

No ano seguinte, em Nairóbi, “a Unesco adopta uma *“Recommandation concernant la sauvegarde des ensembles historiques e traditionnels et leur rôle dans la vie contemporaine”*, que permanece hoje em dia como a exposição dos motivos e a defesa mais completa a favor de um tratamento não museológico dos tecidos urbanos antigos.”²⁸, sendo porém ainda muito insípida nas suas recomendações. “(...) pela primeira vez, a conservação viva dos conjuntos antigos é apresentada como um meio de lutar não apenas pela protecção de particularismos étnicos e locais, mas também contra o processo planetário de banalização e de normalização das sociedades e do seu ambiente.”²⁹

Recomendação de Nairóbi

Em 1977, num Colóquio sobre conservação realizado em Quito, “centro histórico” é definido como um espaço físico condicionado pelas relações que se foram estabelecendo entre as pessoas ao longo do tempo. Reconhecem-se assim estes espaços não só como portadores de uma herança física e material, mas também como elementos essenciais à compreensão de hábitos, tradições, crenças, relações sociais que se desenvolveram ao longo do tempo sendo assim representativos da identidade de uma população. É criada assim a ideia de património imaterial: “(...) a condição de património passou a abranger as mais diversificadas manifestações culturais, desde as de suporte material e natural às intangíveis. A uni-los o reconhecimento da sua capacidade de representar valores e necessidades que estabelecem vínculos entre o presente e o passado, dando assim coerência a um mundo em constante transformação, ou sublinham aquilo que de específico tem cada grupo, legitimando a sua afirmação como entidade única, original e autónoma.”³⁰

Colóquio de Quito

Depois de realizadas diversas cartas de intenções e recomendações, é na

28 CHOAY, Françoise - *Alegoria do Património*, p.238

29 *ibidem*, p.238

30 CHOAY, Françoise - *Património e mundialização*, p.9

“Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas”, redigida pelo ICOMOS³¹ em 1987 e que complementa a Carta de Veneza, que é dada particular relevância à conservação da imagem da cidade e da sua memória colectiva. O carácter histórico da cidade, tal como todos os elementos materiais e espirituais que caracterizam a sua imagem, tornam-se elementos a preservar. Passa a considerar como “históricas” todas as cidades, centros e bairros, porque todos estes espaços representam a pluralidade das diferentes sociedades ao longo dos tempos, associa-se igualmente à protecção dos monumentos históricos as políticas económicas e sociais de desenvolvimento e o planeamento, nacional, regional e local.

*Carta
Internacional
para a
Salvaguarda das
Cidades Históricas*

No entanto, em muitos dos casos, *“a cidade como património continua a ser encarada como um conjunto de edifícios e não como entidade própria, e esta visão está bem patente no mais recente diploma internacional sobre a salvaguarda do património, “Carta de Cracóvia 2000”. Esta forma de encarar a salvaguarda das zonas históricas equivale a uma visão museológica das mesmas e não a uma integração destas na cidade como um todo, muito embora seja essa a primeira premissa para a sua sustentação.”*³²

Carta de Cracóvia

As cidades devem-se adaptar às necessidades de cada época, podendo por isso estar sujeitas a mutações, desde que justificadas e regendo-se por regras que respeitem o existente. *“É finalmente tempo de intervir metodicamente no centro histórico, estabelecendo metodologias e critérios que, de vez, impossibilitem a destruição, o fachadismo, a mumificação, a especialização social e física, a monofuncionalidade; tempo de aproveitar as possibilidades estratégicas de desenhar cenários de futuro, definindo vocações, identificando oportunidades,*

31 International Council on Monuments and Sites

32 FONSECA, Joana – *Histori[cidades]*, p. 85

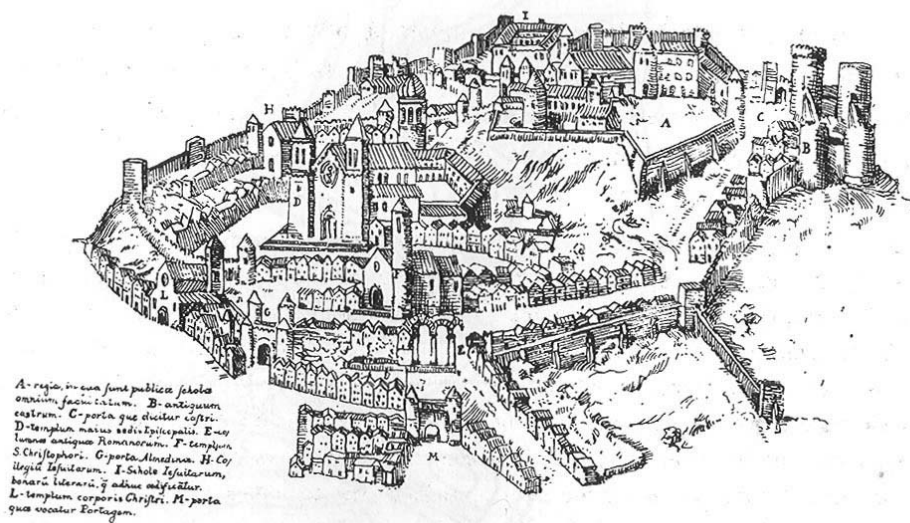
*planeando, promovendo a adesão afectiva e a pluralidade social.*³³

*“As políticas para as áreas antigas também têm tido nomes diferentes – tão diferentes que se referem a coisas opostas: há 20 ou 30 anos, falava-se de “conservação” e de “restauro” quando se defendia que as áreas antigas monumentais deviam ser conservadas e restauradas como eram dantes, impedindo qualquer modernização do seu ambiente. Mas pela mesma época também se falava de “renovação” ou “renovação urbana” e, sob esse termo cândido, fizeram-se em centenas ou milhares de cidades por esse mundo as maiores devastações de áreas antigas, deixando demolir edifícios baixos ou de média altura para construir sobre eles grandes vias e viadutos, aparcamentos edifícios luxuosos de habitação ou de escritórios.”*³⁴

A análise e compreensão da evolução das teorias e métodos de intervenção na cidade permitem-nos analisar criticamente a cidade contemporânea.

33 UNIVERSIDADE DE COIMBRA – *Candidatura da “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia” a Património Mundial da Humanidade, Livro 7*, p.5

34 PORTAS, Nuno - *Os tempos das formas*, p. 155



DESENHO DA ANTIGA COIMBRA TIRADO DO THEATRUM VRBIUM PRÆCIPVARAM

Gravura de Coimbra no século XVI, da autoria de Hofnagel

Centro Histórico de Coimbra

“No contexto Ibérico, o sítio de Coimbra – cartograficamente assinalado com um caprichoso meandro do rio Mondego – é um nódulo de importância nevrálgica entre o norte e o sul, o interior e o litoral. Já ao nível do território de transição entre o Baixo e o Alto Mondego, especificidades da colina que hoje designamos por Alta ou Almedina ditaram um precoce despontar do aglomerado que, desde logo, o processo da romanização desenvolveu como cidade. Eram elas as características defensivas naturais, o domínio do Mondego e dos vales nele concorrentes, a exposição ao rio pelos quadrantes mais favoráveis em termos solares, o fácil acesso fluvial ao mar e ao interior, os recursos aquíferos do subsolo, etc.”³⁵

“Assentou a cidade antiga num morro calcário que tem a configuração de um ovo. O seu eixo maior orienta-se de nascente para poente – e é exactamente do lado oriental que se encontra a cota mais elevada, no pátio interior do Colégio das Artes. Observa-se hoje, aí, a cota de 108 m, enquanto as zonas mais deprimidas

35 ROSSA, Walter - *Coimbra como território*, p.6



Gravura de Coimbra em meados do século XVI, de autoria de Hoefnagel e Braun, 1599

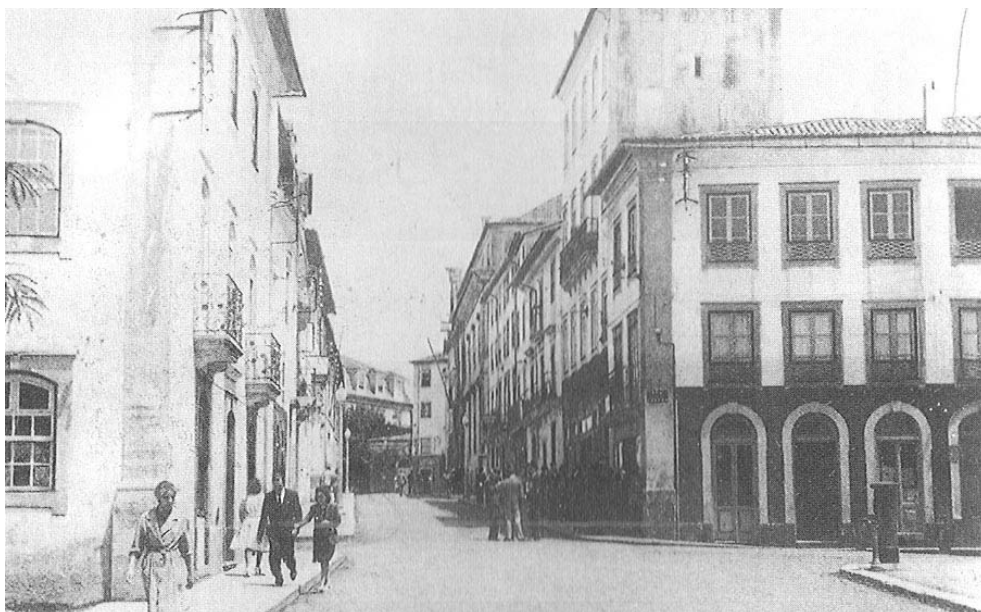
da Baixa ficam a cerca de 19m (altura superior, todavia, à que teriam na época romana ou na Idade Média)”³⁶

Coimbra estabeleceu-se no monte no período romano de forma a conseguir controlar o território envolvente e utilizar o rio Mondego e a via Olisipo-Bracara Augusta, que permitia a comunicação com o restante território peninsular. Com a transferência da capital do Reino para Lisboa, em 1255, a cidade alta de Coimbra perdeu a sua função administrativa e residencial. O Paço Real deixou de ser a residência do Rei e a maioria das casas ocupadas pelos nobres da corte sofreram o mesmo destino devido à sua deslocação, também para Lisboa.

Com a estabilização das fronteiras e o progresso das rotas comerciais, as muralhas tornam-se desnecessárias e a população começou progressivamente a instalar-se fora destas. A “Alta” começou então a ver os seus habitantes a saírem da zona mais íngreme devido à difícil acessibilidade. No final do século XII, a cidade desenvolvia-se pelo menos por quatro zonas habitacionais, à volta das paróquias de Santa Cruz, São Tiago, Santa Justa e São Bartolomeu, que resultaram na criação de lojas, mercados e oficinas. Esse limite imposto pela muralha provocou a divisão da cidade em duas áreas, que se mantêm até aos dias de hoje: a “Alta” e a “Baixa”.

“(…) a Universidade de Coimbra foi a primeira universidade da Europa e, por conseguinte, do mundo a ver construídas instalações próprias. (...). Qualquer obra sobre a história das universidades converge no facto de elas inicialmente funcionarem em espaços arrendados, cedidos, provisórios e de só a partir do século XV começarem a surgir edifícios próprios. Quando em 1308 a universidade se instalou em Coimbra pela primeira vez, tal ocorreu em edifício construído para

36 ALARCÃO, Jorge - *Coimbra a montagem do cenário urbano*, p. 13



Alta Universitária no início do século XX
Alta Universitária antes das demolições. Vista da Torre da Universidade.
Rua Larga

o efeito dentro do actual perímetro da implantação da Biblioteca Geral.”³⁷ Essa instalação da Universidade na zona alta veio acentuar essa separação entre estes dois espaços da cidade, “pois o D. Dinis terá ordenado que apenas as pessoas ligadas ao meio académico pudessem “pousar na parte da cidade para cima da Porta da Almedina”^{38”³⁹}

“Não se tratou de construir uma nova Universidade numa pequena cidade, foi antes construída uma nova cidade dentro da existente praticamente mantendo a forma e matriz urbanas”⁴⁰ Esta presença da Universidade marcou, inquestionavelmente, o desenvolvimento da cidade e fez com que muitos dos seus habitantes se dedicassem a actividades relacionadas com esta: como o arrendamento de casas e de estalagens e o necessário aumento de abastecimento de alimentação, vestuário, calçado e livros, fazendo então com que a “Alta” estivesse sempre relacionada com a Universidade. “A urgência em alojar os estudantes e professores que afluíram a Coimbra levou à construção de casas para arrendamento. Em 1541, o próprio rei mandou construir algumas casas que ficassem à disposição dos escolares, no Largo da Feira. D. João ofereceu depois estas casas à Universidade, para que esta gerisse o respectivo rendimento”⁴¹, acentuando a separação entre habitantes da “Alta” e da “Baixa”, situação que se manteve até ao Estado Novo.

“Com data de 1 de Dezembro de 1937, Oliveira Salazar, ao publicar o volume II dos seus Discursos, referia-se assim ao que chamava a “Cidade-Universitária” de Coimbra (a Universidade – recorde-se – completava então o 4^o Centenário da sua

37 GRANDE, Nuno; LOBO, Rui; ROSSA, Walter – *CidadeSofia*, p. 69

38 GOIS, Pedro - Coimbra: Análise da evolução da(s) imagen(s) da cidade a partir de monografias históricas e/ou de outro papel impresso p, 35 Cit. por GOMES, Carina – *Viver no centro da cidade: práticas, discursos e representações sobre a Baixa de Coimbra*, p. 6

39 GOMES, Carina – *Viver no centro da cidade: práticas, discursos e representações sobre a Baixa de Coimbra*, p. 6

40 ROSSA, Walter – *Diversidade*, P.666

41 BERNARDINO, Raquel – *Coimbra: arquitectura e poder*, p.23



Salazar e a maqueta do plano da Cidade Universitária
Destruição da Alta Universitária

transferência de Lisboa para a “cidade do Mondego”):

“Não é que me seduza ou me arraste, em espírito de mesquinha imitação, o que noutros países se está fazendo. Mas a “Alta” é já de si, por obra de nossos antepassados, uma grandiosa cidade universitária, só bastando para dar-lhe realce e valor libertá-la de incrustados, malfazejos e indignos das construções fundamentais, e completá-la com instalações apropriadas às exigências dos novos estudos. Isolar a colina sagrada, só activa para o estudo na doce e calma atmosfera coimbrã; integrar no conjunto o edifício do Governo Civil, os Grilos, possivelmente São Bento; fazer sobressair as imponentes massas de construções, hoje afogadas, que são o edifício central da Universidade, a Biblioteca, a Farmácia, a Faculdade de Letras, os Hospitais, a Associação Académica, a Sé Nova, o Museu; e – Deus me perdoe! – além de muitas outras coisas feias, deitar abaixo aquela excrescência do Observatório Astronómico para deixar intacto aos olhos encantados o panorama maravilhoso do Mondego, das Lágrimas, da quinta das Canas, do Seminário, das encostas de tristes oliveiras, com a serra no horizonte longínquo - é obra sem dúvida cara, mas realizável e útil e que só por si dará a Coimbra um lugar excepcional entre todas as universidades do mundo.”⁴²

Nos anos 1940, o Estado Novo decidiu proceder à ampliação dos espaços escolares, o que resultou numa forte revolução urbanística que se desenrolou até aos anos 1970. A amplitude do programa proposto por Salazar e a magnitude que este pretendia dar ao projecto colidiu, desde o primeiro momento, com o espaço disponível. A sua concretização implicou extensas demolições de património existente, arrasando com grande parte das habitações, edifícios universitários, igrejas e colégios e obrigando à suposta deslocação provisória

42 TORGAL, Luís Reis - *“Coimbra Cidade-Universitária” ou “Cidade (e) Universidade”?*, p. 11



Bairro de Celas. Anos 1950.
Atualmente

dos “cerca de 1600 “Salatinas”⁴³ *constrangidos de mudar de sítio em 1948*”⁴⁴, para a periferia da cidade, o Bairro Norton de Matos e o Bairro de Celas. Como resultado desse despovoamento a “Alta” acentuou-se, ainda mais, como um espaço pertencente apenas à Universidade.

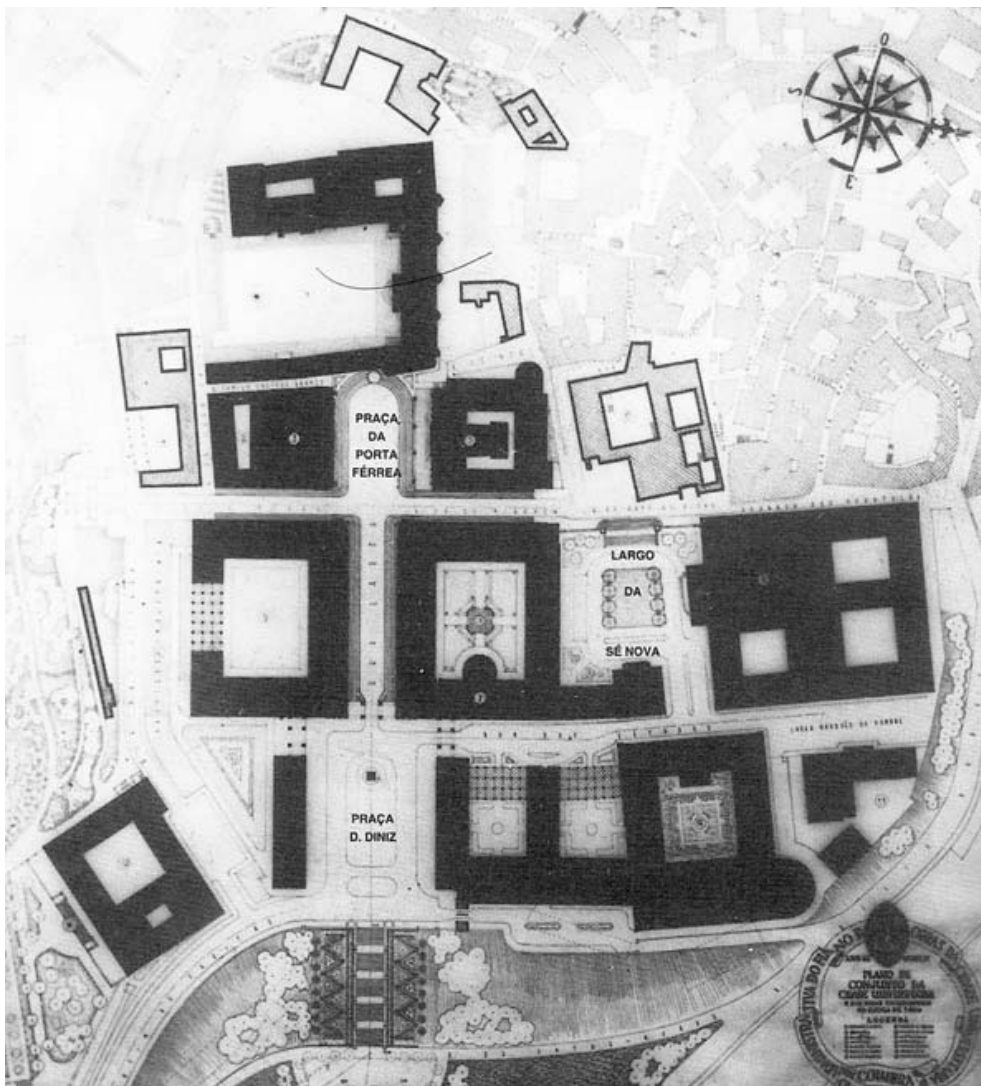
O Bairro de Celas revela uma estratégia idêntica às, já enunciadas, utilizadas depois da II Guerra Mundial, de procura da restituição da realidade antes das demolições, de forma a garantir e promover uma coesão e agregação social. Neste caso, não foi elaborada uma reconstrução exacta devido à deslocação, porém, numa tentativa de manter símbolos de identidade, criou-se um mecanismo de identificação com o novo espaço, por parte dos seus habitantes, mantendo para isso do nome de algumas ruas (como por ex. a Rua Larga e a Rua dos Estudos, duas das principais ruas da “Alta” antes da intervenção do Estado Novo).

A vontade de Salazar obrigou também a grandes terraplanagens, de forma a criar uma plataforma artificial que contrariasse a topografia e o urbanismo irregulares da “velha Alta”. Os edifícios de grande escala pré-existentes preservados viram a sua escala relativa drasticamente reduzida, como é o caso do Colégio de S. Bento, preservado intencionalmente e dos Colégios de S. Jerónimo e das Artes, que acabaram por sobreviver como consequência da demora verificada na construção, que resultou no abandono do projecto de edificação de um Hospital para esse espaço.

“A morte prematura de Duarte Pacheco, em 1943, e a do próprio arquitecto Cottinelli Telmo, autor do projecto, em 1948, não se traduziram num abandono das obras – concluídas apenas em 1975 –, nem numa modificação significativa do plano estabelecido no início da década de quarenta.

43 nome tradicional e enigmático dos habitantes da Alta. In, TORGAL, Luís Reis - “*Coimbra Cidade-Universitária*” ou “*Cidade (e) Universidade*”? , p.12

44 FRIAS, Aníbal - “*Patrimonialização*” da Alta e da Praxe académica, p. 4



Plano da Cidade Universitária
Projecto do pórtico que uniria a Faculdade de Medicina e o Departamento de Física e
Química

Apenas ficou por erigir o Hospital, na face norte da Praça de D. Dinis, e, conseqüentemente, o pórtico que uniria os vários edifícios. Quer em termos físicos quer imateriais, foi vastíssimo o impacto global da intervenção numa cidade como Coimbra, a qual permanecia pequena num país que, à excepção de Lisboa e do Porto, não tinha aglomerados urbanos de dimensões comparáveis às dos centros populacionais de escala média da maioria dos países da Europa ocidental.”⁴⁵

“Perderam-se usos, tradições, costumes, modos de vida. Nada se voltaria a parecer com o que o fora o que, em si, não é forçosamente negativo. Que o Estado Novo tenha lançado o projecto e disponibilizado os meios, compreende-se. Que não tenha havido nenhum projecto protesto da população ou dos estudantes, compreende-se. Mais difícil é entender a espécie de consenso generalizado da “inteligência” sobre a sua aceitação. ”⁴⁶, “Creio que a decadência de Coimbra no panorama nacional começou pela demolição da Alta, embora a cidade não tenha dado muito por isso.”⁴⁷

Desde finais dos anos 70 e mais intensamente a partir da década de 90, surgiu em Coimbra uma intensa acção patrimonial que promoveu a recuperação e salvaguarda da sua zona histórica, traduzida em diversos programas.

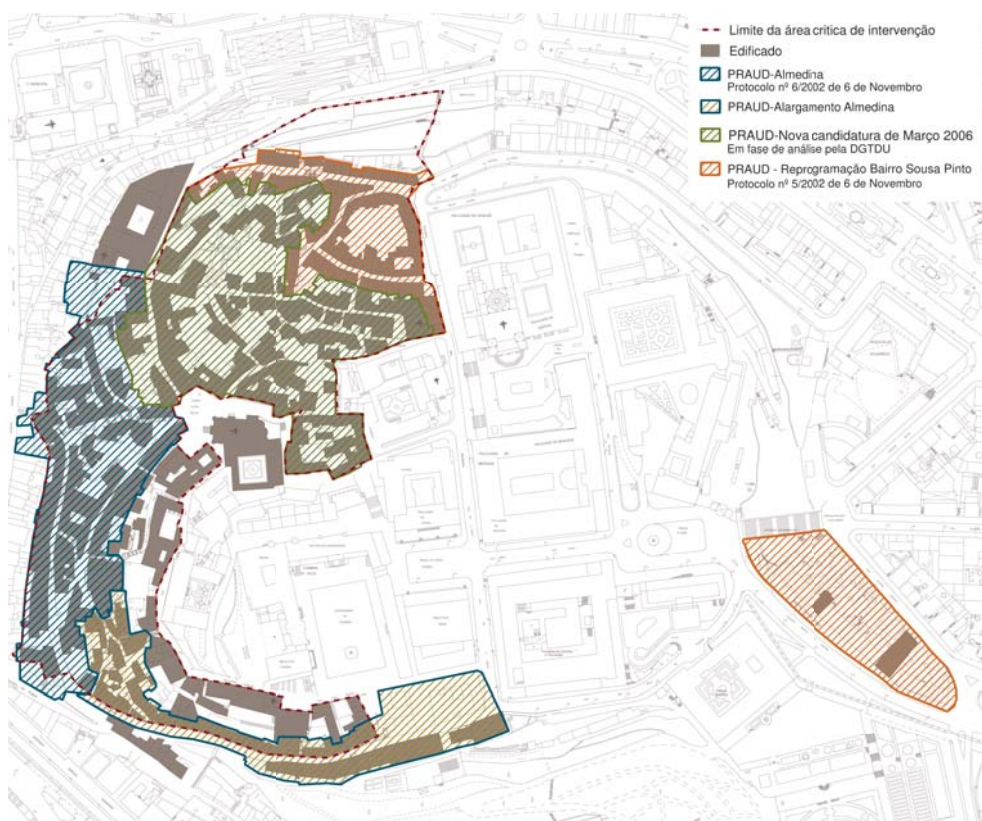
“(…) o esventramento da Alta de Coimbra, em meados do século XX, rompe Alta claramente a relação ancestral entre os colégios renascentistas e o casario medieval da Almedina. Na sua visão autista, a nova Alta Universitária sonhada pelo Estado Novo, ficará condenada a uma existência introvertida e esvaziada de uma verdadeira plurifuncionalidade urbana, ainda hoje visível.”⁴⁸

45 UNIVERSIDADE DE COIMBRA – *Candidatura da “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia” a Património Mundial da Humanidade, Livro 3*, p. 141

46 COSTA, Alexandre Alves - *A Alta de Volta*, p. 63

47 GOMES, Paulo Varela Gomes - *Salamanca: comentário*, p. 40

48 BYRNE, Gonçalo; BANDEIRINHA, José António; GRANDE, Nuno; LOBO, Rui; RABAÇA, Armando - *Metro ligeiro de superfície na Baixa de Coimbra*, p. 17



Programa PRAUD

Na “Alta” não universitária as intervenções ao longo dos tempos focaram-se em questões pontuais de reabilitação de edifícios e de espaço público, devido à sua área habitacional reduzida e à, já demonstrada, forte ligação com a Universidade. O programa mais relevante para essa reabilitação foi o PRAUD⁴⁹, que se traduz num auxílio técnico-financeiro das operações de reabilitação ou renovação e foi levado a cabo pela Câmara Municipal de Coimbra (CMC), inicialmente através do “Quarteirão da Almedina” e continuado pelo Gabinete para o Centro Histórico. Teve início em 1990 com obras em quinze edifícios não habitacionais, entre eles o Edifício do Chiado e o Edifício da Almedina. O PRAUD 97 teve como objectivo continuar a reabilitação de imóveis municipais e espaços públicos do “Quarteirão da Almedina”. Em 2002, foram elaboradas candidaturas ao PRAUD/Obras, ao qual aderiram 32 proprietários, para o quarteirão Almedina e para o Bairro Sousa Pinto, com uma maior componente habitacional privada. A candidatura foi efectuada ainda pela antiga Divisão de Recuperação do Centro Histórico, actual Gabinete para o Centro Histórico.

Através do Sistema de Incentivos a Projectos de Urbanismo Comercial, URBCOM, foi desenvolvido um projecto para revitalização da “Alta”, através de uma parceria entre a Associação Comercial e Industrial de Coimbra e a CMC. Esse projecto abrange as ruas Fernando Tomás, Quebra Costas, Joaquim António de Aguiar, o Largo da Sé Velha, o Arco da Almedina e a Rua do Cabido e procura requalificar os estabelecimentos comerciais, aumentando a diversidade de comércio existente, através da implantação de actividades como galerias de arte, lojas de artesanato urbano e design, livrarias, lojas de música e cinema, mercearias de maior qualidade, casas de chá, bares de música ao vivo, lojas de

49 Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas, criado pelo Despacho nº 1/88 de 6 de Janeiro, do Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território

produtos naturais. Procura ainda proporcionar uma melhoria do espaço público através da intervenções na iluminação, no pavimento e no mobiliário urbano, criando ainda novos espaços de estacionamento e melhorando a mobilidade dos peões.

De forma a combater a desertificação desta zona a autarquia iniciou um processo de aquisição de imóveis em mau estado de conservação, com o objectivo de os recuperar e os colocar no mercado, tendo também realizado um *“Inquérito porta-a-porta a toda a população residente da Alta, de modo a traçar o seu perfil sócio-económico e a detectar eventuais necessidades de realojamento durante as obras que se viessem a verificar. Em simultâneo era efectuada uma caracterização do edificado e avaliado o seu estado de conservação.”*⁵⁰

Relativamente à “Baixa”, ao longo do século XX, cresce uma consciencialização da necessidade de reestruturar a cidade de Coimbra, principalmente a cidade histórica, e surgem assim várias propostas de intervenção. A sua maioria defendia o prolongamento da Avenida Sá da Bandeira até ao rio e a demolição de uma grande parte da malha urbana medieval, dando lugar a um tecido menos denso. Contudo, por motivos políticos, económicos e sociais, a maioria destes planos nunca foram postos em prática.

Baixa

Em 1928, surge o projecto de Abel Dias Urbano para os novos arruamentos na zona da cidade limitada pela Rua Ferreira Borges, Cais, Largo das Ameias e a Praça 8 de Maio. Este projecto procura rectificar as ruas existentes abrindo novos arruamentos, de forma a *“melhorar as condições de higiene, a estética, a circulação interna, e elevar as cotas das ruas e dos largos, de forma a evitar inundações”*⁵¹, garante que, mesmo com o arrasar de uma parte da malha

Dias Urbano

50 CASCAIS, Câmara Municipal - *Fórum Ibérico sobre centros históricos – Centro Cultural de Cascais 3 a 5 de Março*, pag 182

51 SOUSA, Fábio – *Projecto para o novo Museu Académico e Residência de Estudantes*, anexo I



Plano de Luís Benavente, 1936
Plano de Etienne De Gröer, 1940

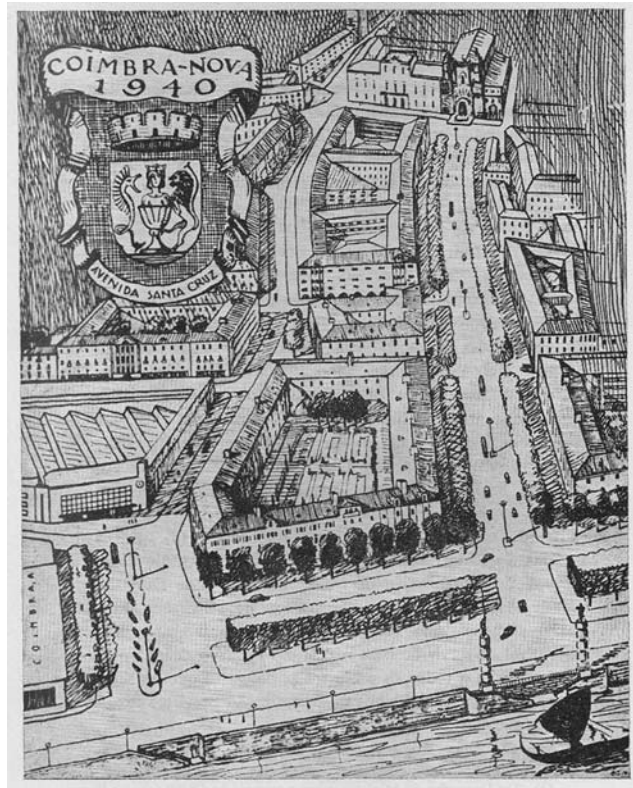
medieval, nenhum edifício de valor arqueológico, histórico ou artístico é sacrificado.

Seguindo os mesmos princípios, surge em 1936 o plano de Luís Benavente, *Benavente* que se demarca pelo desenho para a Praça 8 de Maio, propondo uma via de circulação para a qual confluem todas as outras avenidas.

Em 1940, Etienne De Gröer propõe um plano que incluiu o “Anteprojecto de Urbanização de Embelezamento e de Extensão da Cidade de Coimbra” e os regulamentos das zonas, dos talhamentos e quarteirões, e das construções. Este plano propõe a divisão da cidade em diferentes zonas, habitacionais, comerciais e industriais, de forma a melhorar os espaços da cidade, garantindo sempre a sua individualidade e conservando os seus monumentos e aspectos característicos. *De Gröer*

“Ora, o plano que De Gröer projectou para Coimbra assenta exactamente neste conceito das cidades-jardim: a cidade mãe com as cinco aldeias satélites por um lado e a urbanização em lotes para moradias isoladas por outro. Só que é sempre perigosa a aplicação de “receitas” importadas doutros contextos económico-sociais e físicos a realidades totalmente diferentes sem as necessárias adaptações e ajustamentos. Foi este o erro de De Gröer – erro que ainda hoje é frequente entre nós – que doença ancestral esta nossa de só considerar bom aquilo que vem de fora! (...) Por um lado as características topográficas e climáticas de Coimbra não eram, nem são, de molde a permitir a construção duma cidade-jardim (território muito acidentado escasso de terrenos adequados a construção e clima de tipo mediterrânico seco); por outro lado as características socio-económicas da população não eram de molde a suportar como não suportaram, uma construção em lotes, necessariamente dispendiosa”⁵²

52 SANTOS, Lusitano - *Planos de Urbanização para a cidade de Coimbra*, p.11



Proposta de Etienne De Gröer, 1940
Plano de Almeida Garrett, 1953

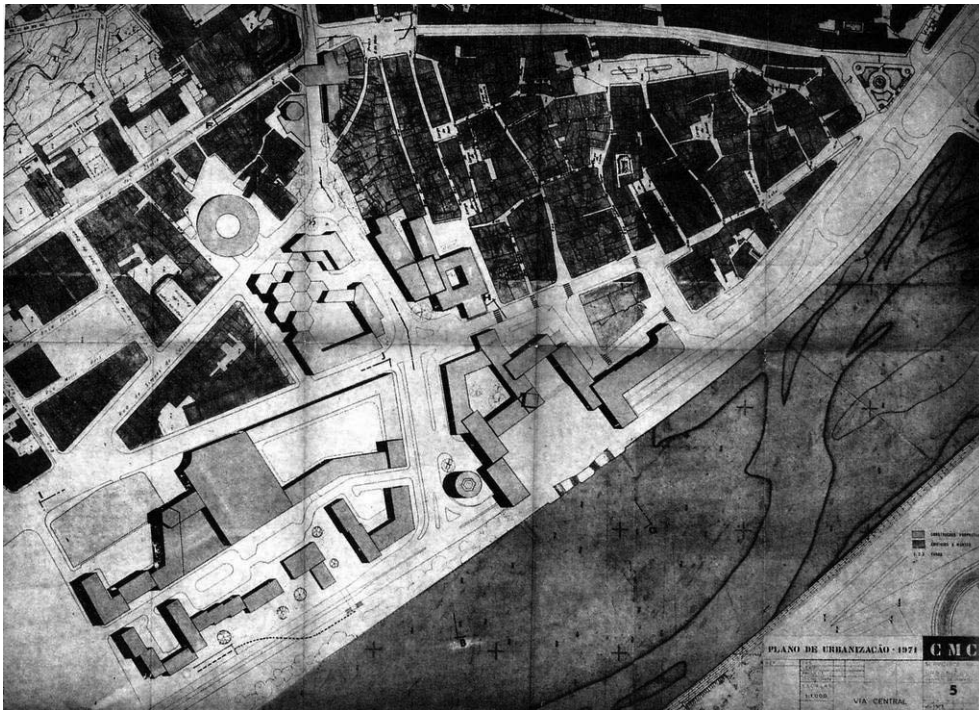
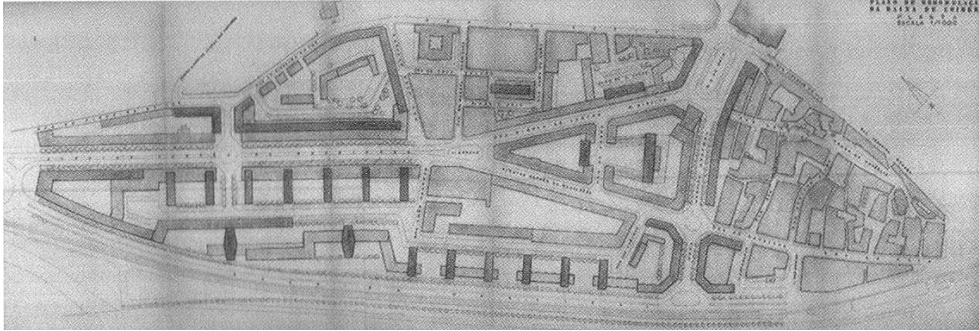
Para a “Baixa”, De Gröer propõe um novo um eixo de circulação que liga a igreja de Santa Cruz ao rio, fazendo assim a divisão entre a zona comercial, a zona mais antiga da “Baixa”, e a zona industrial, propondo que esta fique situada entre as duas estações rodoviárias fazendo uma total renovação do edificado em certas partes.

“O plano de demolições não chega a ser totalmente concluído e, como consequência da interrupção dos trabalhos, um rasgo na malha urbana da Baixa de Coimbra é criado. Fruto de um projecto que nunca chegou ao fim, surge assim um vazio residual, sem sentido. Espontaneamente, a cidade apropria-se do espaço, transforma-o em recinto de feira, em parque de estacionamento, e confere-lhe uma identidade própria ao baptizá-lo com o nome “Bota-Abaixo”. Comerciantes e utentes da extensa área comercial da Baixa tornam-se agora actores de um novo palco da cidade. Cria-se, então, uma realidade urbana não projectada por arquitectos, nem por políticos, onde o programa para o local é definido pelos próprios cidadãos. (...) O Bota-Abaixo deixa de ser um mero espaço residual para se afirmar como um elemento urbano que, fazendo juz à sua história, possibilita a criação de um projecto que evolui no tempo de acordo com a vontade da população. No Bota-Abaixo, um novo processo urbano é posto em prática, o conceito de “Tabula Rasa Participated”.”⁵³

Em 1953, a CMC recebeu a proposta de revisão do “Plano de Urbanização de Etienne De Gröer” elaborada pelo Professor Almeida Garrett, diferindo principalmente, no que toca à “Baixa”, através de uma diferente localização da zona industrial. Garrett defende que este espaço deve ser ocupado na sua totalidade pelo comércio, deslocando a indústria média para o Vale de Coselhas, para a parte mais alta, por forma a defender os terrenos agrícolas, para o

Garrett

53 BAÍA, Pedro – *bota a baixo participado*, p.16-17



Plano de Alberto Pessoa, 1956
Plano Costa Lobo, 1970

Loreto, Cheira e Arregaça e a indústria mais pesada para a Bencanta. De forma a acentuar essa ideia pretende conferir à Avenida Fernão de Magalhães uma função comercial retirando-lhe o trânsito e abrindo a partir dela uma nova rua, que resultava do alargamento da Rua Direita e terminava na Praça 8 de Maio.

Em 1956, Alberto Pessoa, com o seu “Plano de Remodelação da Baixa de Coimbra” classifica a zona sul da “Baixa” como zona de interesse e de valor arquitectónico, propondo assim a sua conservação, em detrimento da total razia que propõe da zona central. É de destacar a preocupação em promover uma maior relação entre a cidade e o rio demonstrada pelos blocos propostos para a marginal, uma vez que, ao longo dos tempos, devido às cheias que a zona baixa sempre esteve sujeita a cidade sempre se desenvolveu de costas viradas para o Rio Mondego. Apenas a partir do assoreamento das águas se pôde começar a pensar na utilização e aproveitamento desta relação.

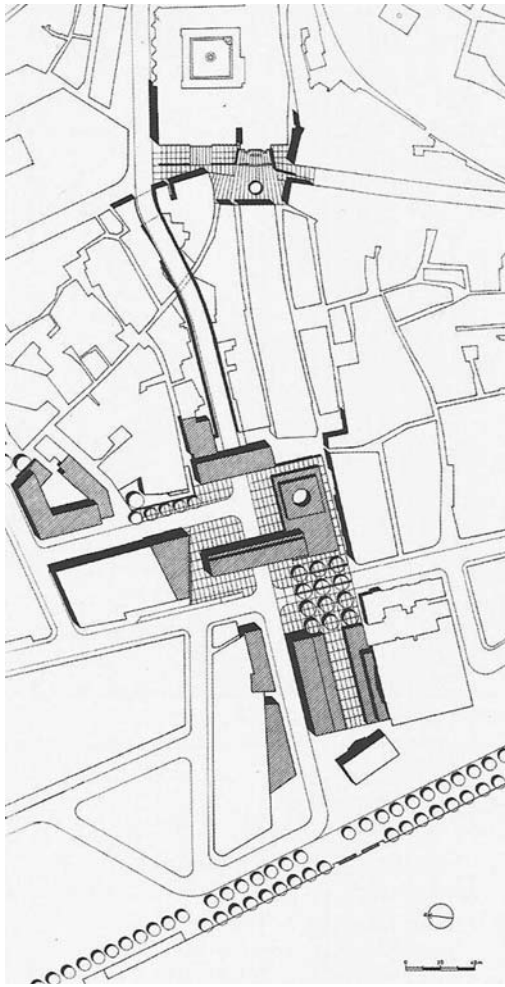
Pessoa

*“Julga-se que, dos três planos de urbanização elaborados, desde 1940 até hoje, para a cidade de Coimbra, nenhum foi tão fortemente criticado e contestado como o Plano Costa Lobo.”*⁵⁴ Na sequência do “Plano Regulador de Coimbra” de Almeida Garrett, Manuel da Costa Lobo apresentou à CMC o “Plano de Urbanização de Coimbra 1970 de ordenamento do Concelho”. Desenvolvendo a sua proposta, *“O Plano Geral de Urbanização de Coimbra, Plano de Coimbra 1974 elaborado praticamente na sua totalidade nos Serviços Técnicos da Câmara, foi apresentado à população em 1975”*⁵⁵. Afastava definitivamente as avenidas do Mosteiro de Santa Cruz, centrando-se no prolongamento da rua Olímpio Nicolau Fernandes até ao Mondego, criando assim uma nova praça junto ao rio, com uma estação de interligação de transportes viários e ferroviários e a construção de um grande

Costa Lobo

54 SANTOS, Lusitano - *Planos de Urbanização para a cidade de Coimbra*, p.63

55 *ibidem*, p.67



Plano de Fernando Távora, 1992
Trânsito na Rua Ferreira Borges e no Largo da Portagem

silo de estacionamento no Terreiro da Erva, de forma a solucionar a necessária resolução viária da “Baixa” da cidade. A proposta incluía também a demolição da Estação Nova, já que a linha férrea passaria a ser subterrânea, e propunha ainda um elemento novo, um edifício de piso térreo vazado na continuidade da Rua da Sofia, de forma a articular a perfuração provocada pelo novo prolongamento.

O Arquitecto Fernando Távora, em 1992, propõe uma alteração à metodologia de intervenção proposta até à data que se traduz na requalificação da estrutura medieval da cidade, retirando a circulação automóvel e realçando a importância da protecção e conservação do património. Propõe assim três eixos pedonais, um que liga a Praça 8 de Maio ao edifício da Cooperativa Agrícola, outro que liga a Rua Visconde da Luz à Rua da Sofia, requalificando a Praça 8 de Maio, e ainda outro que liga a ponte de Santa Clara ao edifício da fábrica Ideal, pela marginal. Realiza ainda um Estudo Urbanístico para o eixo formado pela Praça 8 de Maio com o rio, chegando a ser remodelada esta praça e o “Bota-Abaixo”, construindo para isso blocos de edifícios. Apesar de idealmente idênticas, as propostas de Fernando Távora e De Gröer, têm resoluções tipológicas diferentes. Enquanto que De Gröer, ao planear a Avenida de Santa Cruz, abre duas vias a partir da Praça 8 de Maio até à avenida marginal e adopta uma tipologia de quarteirão de quatro andares, idêntica à malha medieval, Távora, pelo contrário, opta por edifícios em bloco, de maior altura, com uma clara influência modernista. Contudo, demonstra uma preocupação para que a ligação viária até ao rio seja feita com recurso ao menor número de demolições possível de forma a não destruir formalmente a Praça 8 de Maio.

Todavia, mesmo com todos estes planos e estudos, a “Baixa” foi-se degradando e deixou de responder às necessidades da sua população e utilizadores, devido a diversos factores sociais, habitacionais, económicos e principalmente devido

à mudança de paradigmas da sociedade contemporânea.

“A cidade cresceu, virou-se para o outro lado acreditando que o passado tinha o futuro garantido”⁵⁶

56 LOPES, Nuno Ribeiro - *Onde para a Sabedoria? Propostas estratégicas para a candidatura da Universidade de Coimbra a Património Mundial*, p. 10



Centro Histórico - desocupado e envelhecido

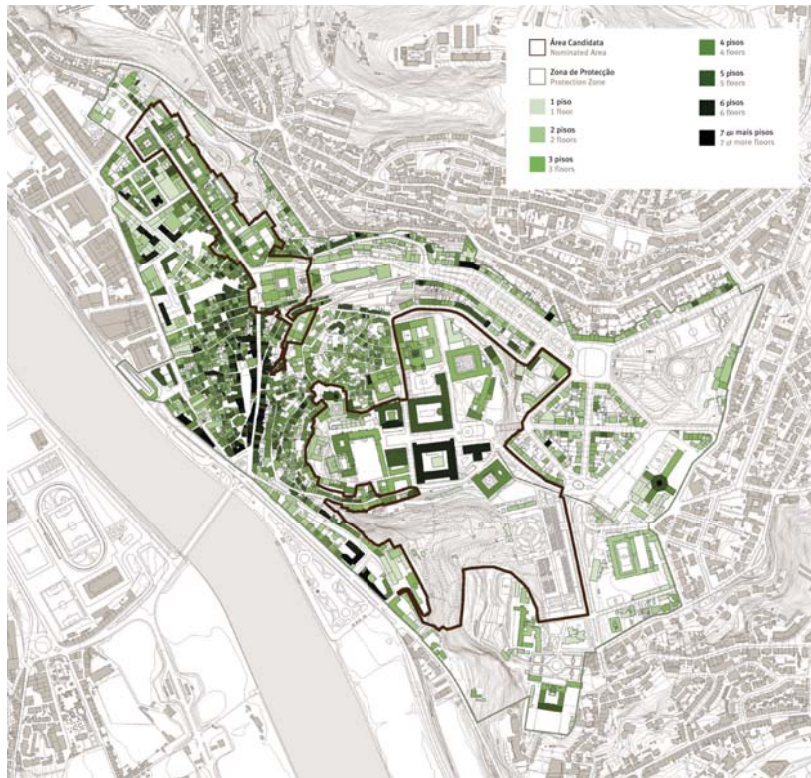
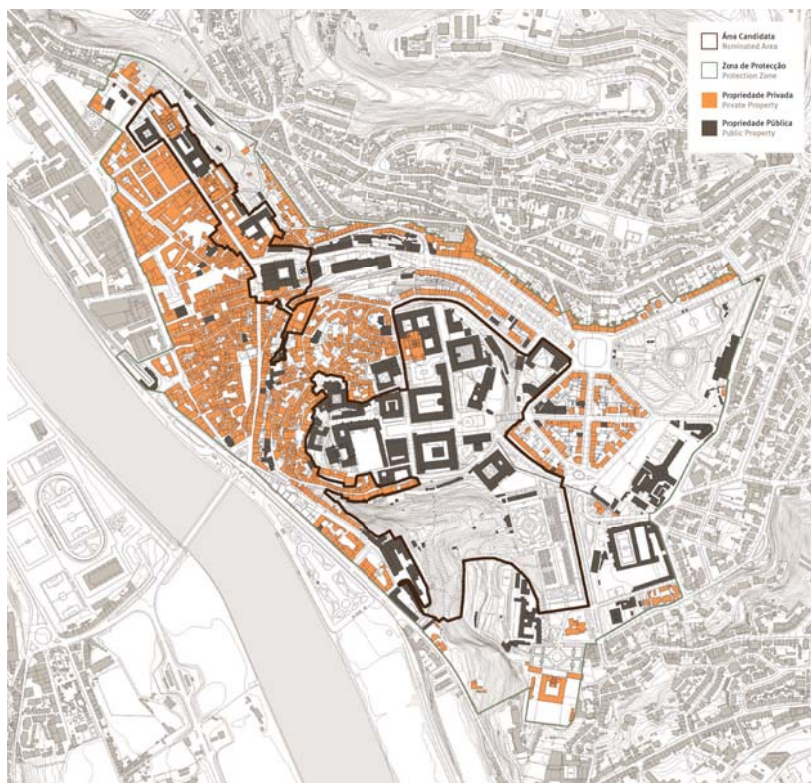
Centro Histórico hoje

No âmbito desta investigação procurou-se analisar, tratar e simplificar os dados do Instituto Nacional de Estatística dos Censos⁵⁷ de 2001 e 2011, de forma a compreender a evolução sócio-demográfica desta zona, recorrendo para isso aos dados referentes às quatro freguesias presentes na área de estudo (sabendo que a freguesia de Santa Cruz ultrapassa os limites físicos do centro histórico).

Segundo os Censos de 2001 as Freguesias de Almedina, Santa Cruz, São Bartolomeu e Sé Nova tinham um total de 17 538 residentes distribuídos da seguinte forma:

	0 - 14 anos	15-25 anos	25-64 anos	65 ou mais	Total
Almedina	205	276	694	391	1521
Santa Cruz	707	905	3537	1637	6866
São Bartolomeu	69	93	380	314	856
Sé Nova	853	1389	4416	1637	8295
Total	1914	2663	8982	3979	17538

⁵⁷ Recenseamentos da População e Habitação



Estado de Propriedade
Número de pisos

Segundo os Censos de 2011 o conjunto das mesmas freguesias tem 13 971 residentes, que habitam em 11076 alojamentos em 3609 edifícios e estão distribuídos da seguinte forma:

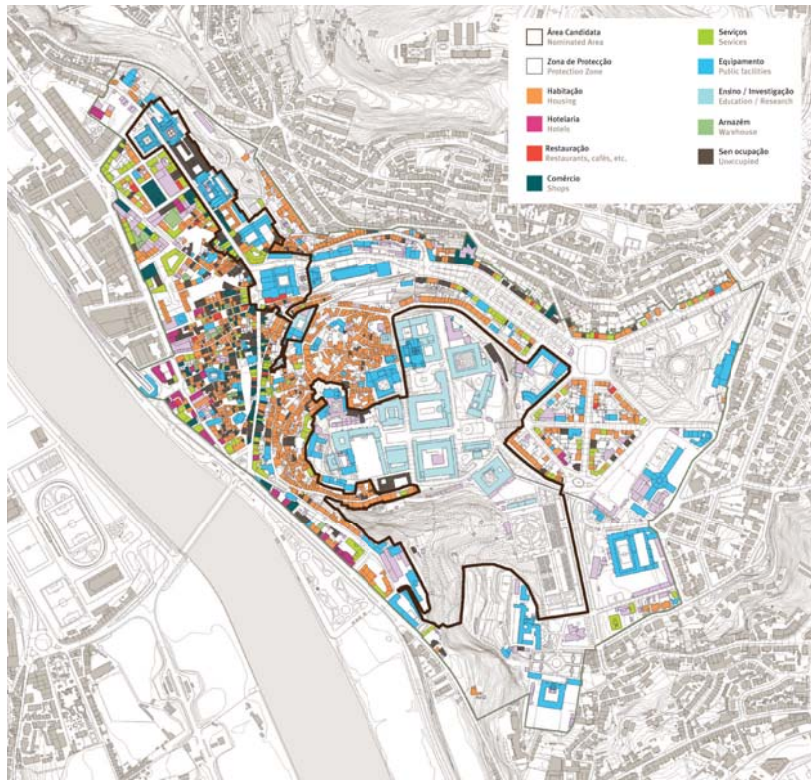
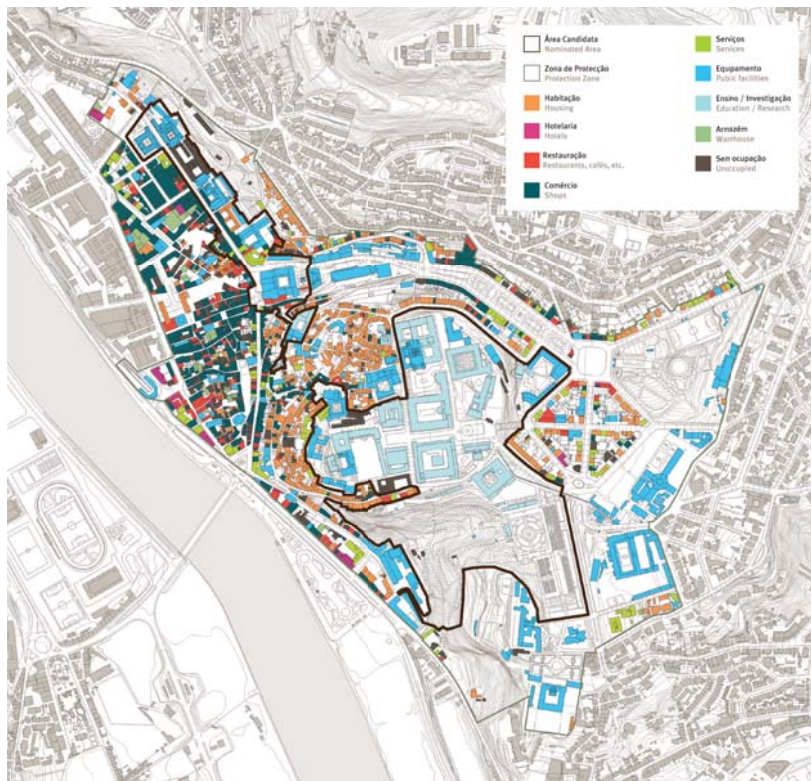
	0 - 14 anos	15-25 anos	25-64 anos	65 ou mais	Total
Almedina	83	94	438	289	904
Santa Cruz	587	595	2969	1548	5699
São Barolomeu	45	48	304	230	627
Sé Nova	608	672	3862	1599	6741
Total	1323	1409	7573	3666	13971

Sendo possível observar que a variação entre 2001 e 2011, no total das quatro freguesias, foi portanto de -30,88% dos 0 aos 14 anos, -47,09% dos 15 aos 24, -15,68% dos 25 aos 64 anos e -7,86% no grupo etário dos 65 ou mais anos.

Segundo dados recolhidos e tratados pelo gabinete da Candidatura da “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia” a Património Mundial da Humanidade, sobre a caracterização do edificado a nível de propriedade, número de pisos, funções de cada piso, estado de conservação e a caracterização do espaço público a partir do tipo de trânsito de cada via é possível compreender e analisar a situação actual do espaço estudado.

A nível de propriedade, observa-se que na “Alta Universitária”, tal como na Avenida Sá da Bandeira e nas áreas limítrofes nascentes e sul da zona de protecção os edifícios são quase exclusivamente de propriedade pública. Situação que resulta da presença de diversos equipamentos públicos de grande escala, muitos deles pertencentes à Universidade.

Relativamente ao número de pisos, *“É clara a preponderância da construção em altura na zona da Alta Universitária (especialmente com os edifícios estado-novistas), assim como, com características de densidade associadas, na área da*



Funções do piso térreo
 Funções do 1º piso

*Baixinha*⁵⁸, com particular destaque para o importante eixo de atravessamento norte-sul construído pelas Rua Ferreira Borges e Rua Visconde da Luz. As áreas limítrofes a sul e nascente mostram um edificado maioritariamente com menor número de pisos”:⁵⁹

Relativamente às funções dos edifícios ao nível do piso térreo, relacionado com a já mencionada propriedade pública, na “Alta Universitária” destacam-se edifícios de uso pedagógico e na secção poente da Avenida Sá da Bandeira e áreas limítrofes nascentes e sul da zona de protecção um predomínio de equipamentos e serviços. Relativamente à “Baixinha”, encontram-se edifícios essencialmente ligados ao comércio, serviços, restauração e hotelaria, enquanto que na encosta poente da “Alta”, os edifícios têm manifestamente um carácter mais residencial.

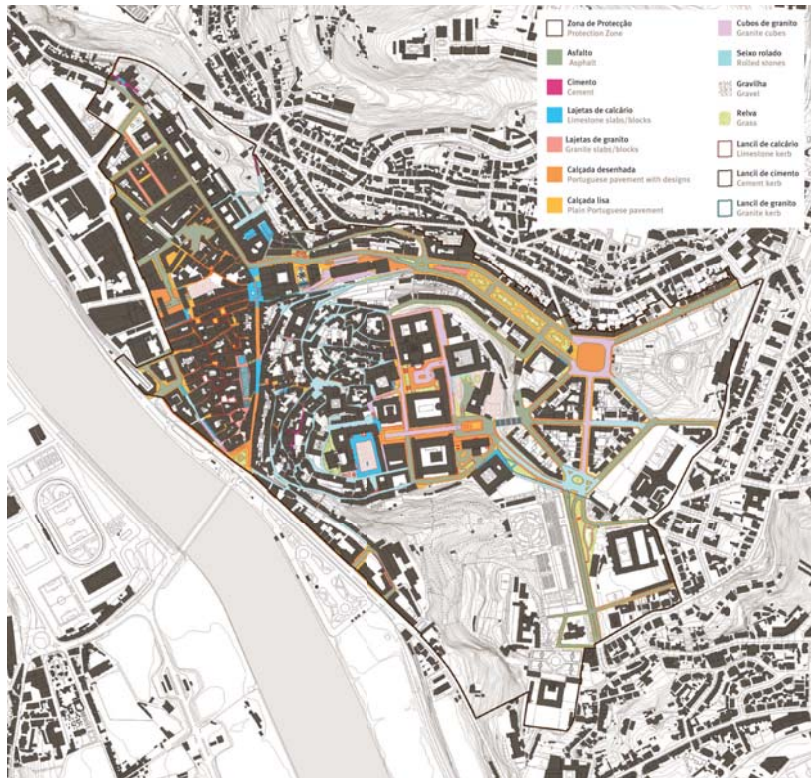
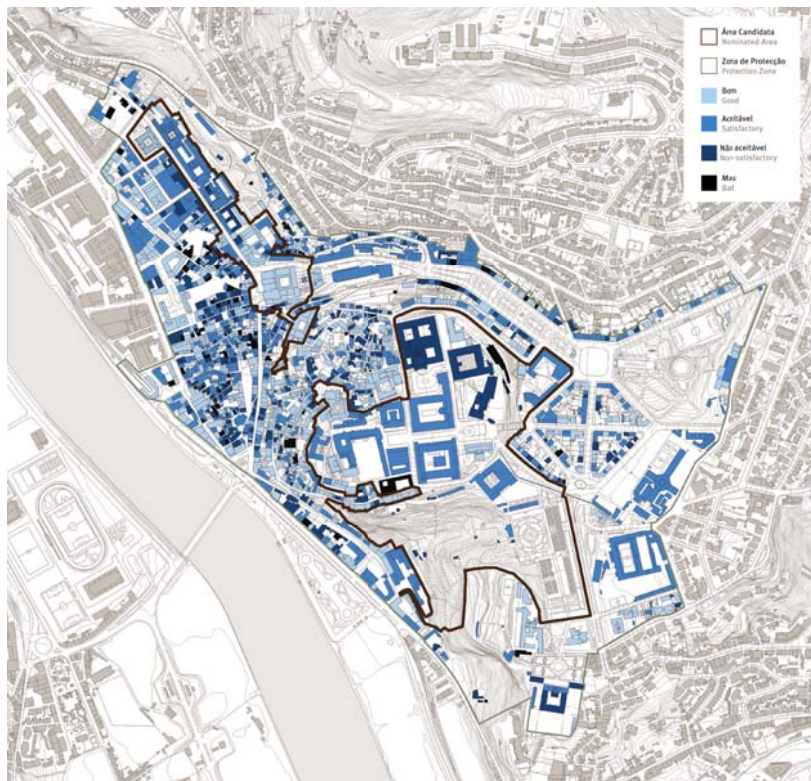
Ao nível do primeiro andar, *“Na Baixinha começa a perceber-se um menor peso das ocupações ligadas ao comércio, serviços e restauração, crescente a componente residencial. Interessante dado é, igualmente, o maior número de edifícios sem ocupação registados na Baixinha e na secção nascente da Av. Sá da Bandeira, em relação às restantes zonas em análise, denunciando uma maior degradação do edificado.”*⁶⁰ Situação que demonstra a relativamente recente ocupação na “Baixa” causada pelas novas necessidades do comércio e pela desertificação, que fizeram com que os pisos superiores dos estabelecimentos comerciais tivessem utilizados para armazenamento de *stocks* e espaços de apoio aos comerciantes. (tal como adaptados para funções de gabinetes e consultórios).

Analisando as funções dos sextos pisos, ou superiores, observa-se a quase

58 área da Baixa de características medievais delimitada pela Praça do Comércio, Rua das Azeiteiras, Beco do Romal, Largo do Romal, Beco dos Prazeres e da Rua dos Esteiros.

59 UNIVERSIDADE DE COIMBRA – *Candidatura da “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia” a Património Mundial da Humanidade, Livro 7*, p. 34

60 *ibidem*, p. 38



Estado de conservação
 Tipo de Trânsito

inexistência de edifícios com esse número de pisos. Relativamente aos existentes, *“A maior parte aglomera-se ao longo da rua Visconde da Luz e outros aparecem quase isolados na Av. Sá da Bandeira, Av. Emídio Navarro, a poente da Rua da Sofia e, pontualmente, noutras zonas. Apresentam funções residenciais e de serviços, predominantemente, mas também funções comerciais e hoteleira.”*⁶¹

O estado de conservação é apresentado segundo a atribuição de quatro categorias⁶², sendo que o maior número de edifícios considerados com a categoria “Mau” se encontra na “Baixa”.

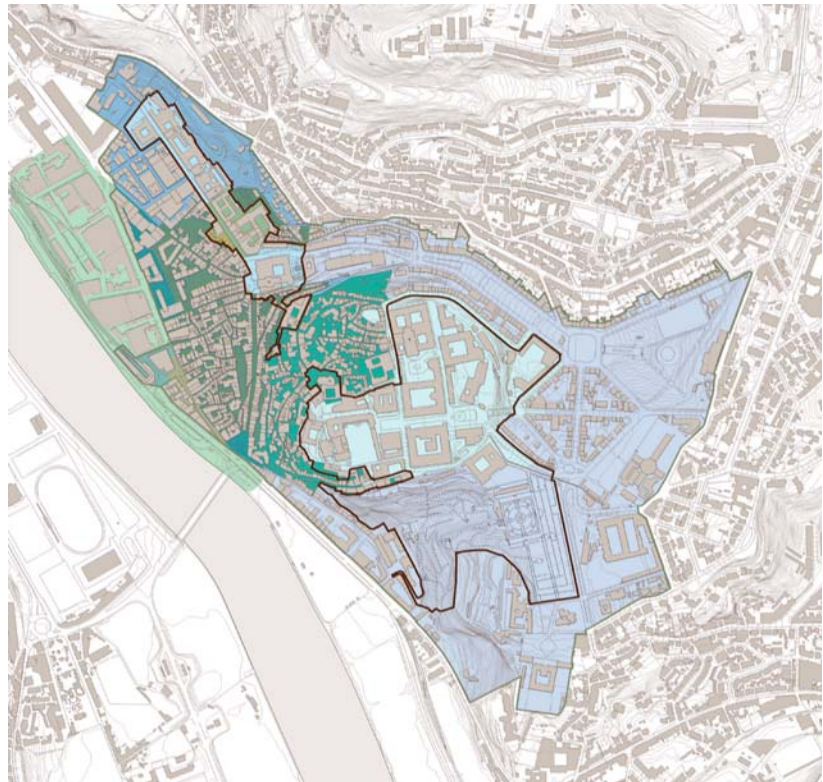
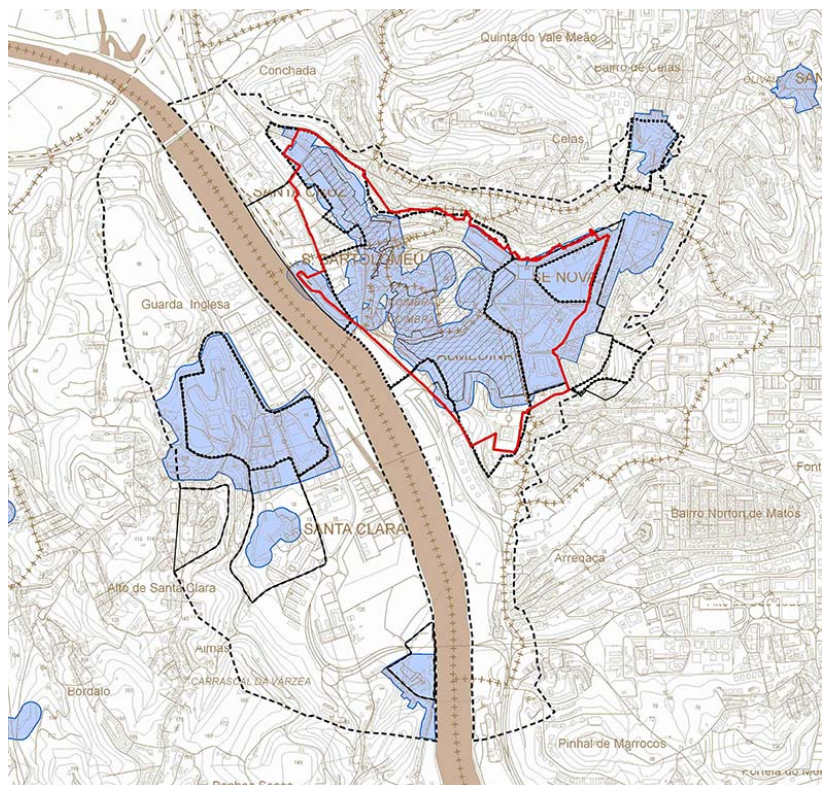
A análise do tipo de trânsito em cada via divide-se então em “permissão” ou “condicionamento” ao automóvel e vias “estritamente” pedonais. *“Fruto das características das ruas que compõem o tecido urbano na Baixinha e na encosta poente da Alta, é nestas duas áreas que se concentra a maior parte das vias pedonais e de circulação condicionada. As vias de tráfego automóvel aparecem em áreas limítrofes, registando-se atravessamentos pontuais, e por isso de grande movimento, na Alta (Rua Padre António Vieira, Ruas de São João e São Pedro, Couraça de Lisboa, Rua da Alegria e Rua Joaquim António de Aguiar são os principais).”*⁶³

“Em termos globais, a população do concelho apresenta níveis de qualificação escolar muito elevados quando considerados nos contextos regional e nacional mais amplos, atribuindo assim ao concelho, e sobretudo ao seu núcleo urbano (onde estes níveis se verificam), um elevado potencial de dinamismo sócio-económico e cultural: o Censos de 2001 registava uma percentagem de população

61 *ibidem*, p. 48

62 “Bom” corresponde aos edifícios que não apresentam problemas de conservação. “Aceitável” aos que apresentam problemas com pouca gravidade, facilmente corrigíveis e que não afectam o seu uso. “Não aceitável”, aos que apresentam problemas com alguma gravidade que prejudicam a sua utilização e “Mau” aos que se apresentam em estado de ruína iminente ou cujo estado impossibilita um uso normal

63 UNIVERSIDADE DE COIMBRA – *Candidatura da “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia” a Património Mundial da Humanidade, Livro 7*, p. 54



Delimitação do Centro Histórico no PDM
Delimitação da área de estudo da investigação

residente com nível de instrução superior na ordem dos 23%, valor muito acima da média nacional, que se queda pelos 11%, revelando de forma clara uma das cidades portuguesas com mais altos índices de qualificação escolar. Este facto está, naturalmente, associado à importância que a Universidade assume na vida social e cultural da cidade e do seu concelho e na presença de uma população estudantil que marca decisivamente o ambiente urbano de Coimbra.”⁶⁴

Por conseguinte, depois do enquadramento do objecto de estudo desta investigação é necessário definir os seus limites físicos. Segundo o PDM o Centro Histórico da Cidade de Coimbra é dividido em três gaus de protecção. Contudo, no âmbito desta investigação, optámos por reduzir essa área restringindo-a assim aos planos existentes de intervenção relacionados com a Classificação da “Universidade de Coimbra - Alta e Sofia” como Património Mundial da Humanidade, resultando assim do cruzamento entre a área afectada ao Regulamento Municipal de Edificação, Recuperação e Reversão Urbanística da Área afectada à Candidatura da Universidade de Coimbra a Património Mundial da UNESCO, incluindo a Zona de Protecção e as Áreas de Reabilitação Urbana “Coimbra Alta”, “Coimbra Baixa” e “Coimbra Rio”.

64 UNIVERSIDADE DE COIMBRA – *Candidatura da “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia” a Património Mundial da Humanidade, Livro 2*, p. 67

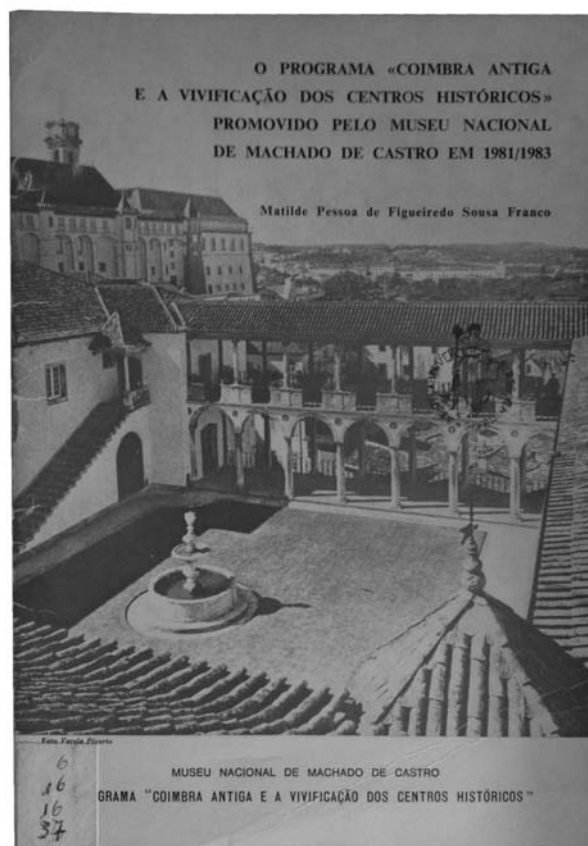
O CARIMBO

UNESCO em Coimbra

De forma a garantir uma adequada identificação, protecção e valorização do Património Mundial, os Estados membros da UNESCO adoptaram em 1972 a Convenção do Património Mundial. Esta levou à criação de um “Comité do Património Mundial”⁶⁵ e de um “Fundo do Património Mundial”, ambos a operar desde 1976. O Comité estabeleceu um conjunto de dez critérios e para que um bem seja considerado com Valor Universal Excepcional tem que corresponder a pelo menos um destes. Às propostas de inscrição apresentadas é também exigido o total empenho do seu Estado na preservação do património em causa, passando por medidas jurídicas, científicas, técnicas, administrativas e financeiras apropriadas, dentro das suas possibilidades.

Em Junho de 1979, Portugal ratificou a Convenção de 1972 e *“Agarrando estas*

65 “As organizações consultivas do Comité do Património mundial são o ICCROM (Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Bens Culturais), o ICOMOS (Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios) e a UICN (União Internacional para a Conservação da Natureza) – Art 8º da Convenção do Património Mundial” em UNESCO - *Orientações Técnicas para a Aplicação da Convenção do Património Mundial*, p. 7



Programa Coimbra Antiga e Vivificação dos Históricos

potencialidades, em 22 de Junho de 1982, a missão portuguesa junto da UNESCO apresentou uma lista indicativa de bens culturais a propor para a lista do Património Mundial: Mosteiro dos Jerónimos, Torre de Belém, Convento de Cristo, Castelo dos Templários, Mosteiro da Batalha, a zona monumental de Coimbra (iniciativa da Dr.^a Matilde de Sousa Franco) e a parte central da cidade de Angra do Heroísmo. Destes bens, somente três mereceram, da parte do Ministério da Cultura, a devida atenção e tratamento adequado: Jerónimos, Batalha e Convento de Cristo. Deram entrada na UNESCO em 20 de Dezembro de 1982 as respectivas propostas. (...) De Coimbra, o trabalho-proposta da Dr.^a Matilde de Sousa Franco, então Directora do Museu Nacional de Machado de Castro, não apareceu no lote. Deve ter-se perdido nas gavetas do Ministério e a Câmara Municipal achou não haver preocupação com tal ninharia”⁶⁶ Actualmente, Portugal tem quinze Bens classificados dos quais quatro dizem respeito a Centros Históricos, Angra do Heroísmo classificado em 1983, Évora em 1986, Porto em 1996 e o de Guimarães em 2001.

Segundo Mário Nunes, em 1998, “(...) ser cidade ou ter monumentos classificados de Património Mundial, oferece entre outras, as seguintes regalias e benefícios para esses países: emprego de cidadãos, qualidade de vida, reconstrução e restauro de imóveis, fomento da cultura, desenvolvimento turístico, pólos de investigação, centros artísticos, revitalização do artesanato, crescimento hoteleiro e económico, aprofundamento de relações com outros povos, recuperação de tradições e costumes, elevação do nível de vida das populações, incentivo à pesquisa, reuniões científicas e mundiais.”⁶⁷

O primeiro contacto de Coimbra com a Lista de Bens considerados Património

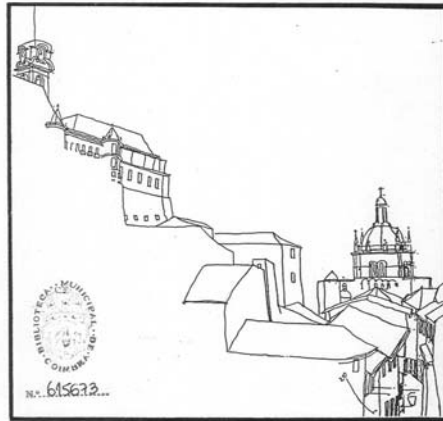
66 NUNES, Mário - *Alta de Coimbra e as Cidades de Património Mundial*, p. 31

67 *ibidem*, p. 33

GHC
1-4-A

ALTA DE COIMBRA I.º ENCONTRO

23, 24, 25 E 28 DE OUTUBRO DE 1987



Resumo das comunicações

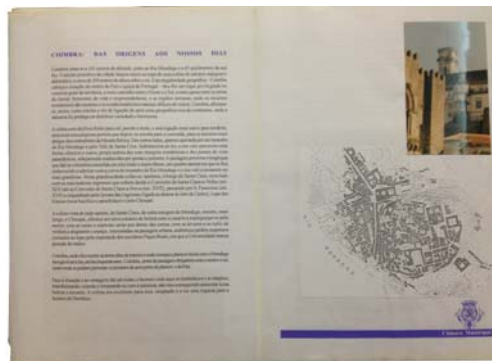
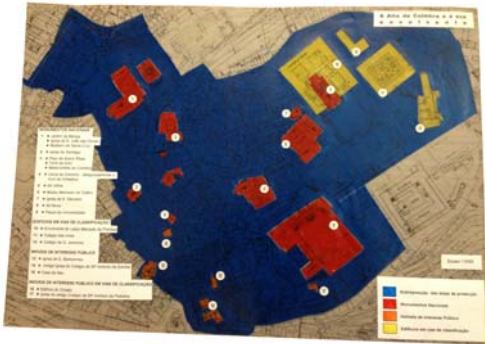
Mundial surgiu com o programa “Coimbra Antiga e Vivificação dos Centros Históricos”, promovido pela Dra. Matilde de Sousa Franco entre 1981 e 1983, data do 70º aniversário da abertura do museu ao público. Este incluiu exposições, conferências, debates, publicações e, como conclusão, o pedido de inscrição da zona histórica de Coimbra na lista de património da Humanidade.

*“Face à corrida portuguesa, a Património da Humanidade, o GAAC [Grupo de Arqueologia e Arte do Centro], em Outubro de 1987, promoveu o 1º Encontro sobre a Alta. Um êxito. As conclusões dessa jornada, no 1º ponto, disseram: “Que as entidades responsáveis nomeadamente a CM de Coimbra, não tardem a constituir o processo de delimitação da área da Alta, que deve ser proposta como Património de valor mundial.” A vereação em peso, incluindo o actual Presidente, Dr. Manuel Machado, assinou com entusiasmo a proposta. A Assembleia da República debateu o assunto e apoiou, felicitou o GAAC e afirmou empenhar-se pelo tema.”*⁶⁸ Desse encontro resultou também a criação do “Gabinete da Almedina”, departamento da CMC responsável pelo Centro Histórico mas que contudo não avançou logo com o processo de candidatura.

*“Passados 7 anos, atendendo a que não se mexia uma palha, embora o GAAC tenha conduzido representantes partidários do Parlamento Europeu – nacionais e estrangeiros – e alguns representantes de partidos a visitar a Alta, bem como outras representações terem subido à Colina Sagrada para auscultar a realidade, o GAAC, face ao empenhamento de vilas e cidades de Portugal na corrida ao galardão, deliberou promover o 2º Encontro, em 1994.”*⁶⁹ No entanto, somente em Janeiro de 1997, resultado de um pedido de ajuda do Gabinete da Almedina ao GAAC, surge um documento preliminar da candidatura, resultado do trabalho

68 *ibidem*, p. 32

69 *ibidem*, p. 32



Dossier de Pré-candidatura UNESCO, Gabinete do Centro Histórico, 1997

e esforço partilhados, delimitando o Centro Histórico de Coimbra como área candidata.

*“O presente dossier apoia uma pré-candidatura de Coimbra à classificação de Património Mundial e da Humanidade para uma das suas áreas urbanas mais significativas: a colina onde nasceu a cidade e a sua envolvente. Pretende-se possibilitar a primeira apreciação por parte da Comissão Nacional da UNESCO do alto valor patrimonial dessa zona histórica, permitindo a deslocação a Coimbra de membros dessa ilustre Comissão por forma a debater e analisar “in loco” as reais possibilidades de classificação e qual a melhor de instruir a candidatura. O presente documento é constituído por dois tipos de elementos: textos e elementos gráficos caracterizadores dos imóveis classificados ou em vias de classificação sítos na Alta de Coimbra. Da cartografia destes elementos decorre um primeiro esboço de delimitação da área a candidatar.”*⁷⁰ Os textos deste dossier foram elaborados por personalidades dedicadas às causas do Património, como o Dr. Mário Nunes⁷¹, a Dr.^a Isabel Ponce de Leão Policarpo⁷² e o Dr. Nuno Rosmaninho⁷³. *“É constante nos três textos e no nosso pensamento que o fundamento da candidatura se encontra tanto no conjunto de bens patrimoniais existentes nesta área da cidade de Coimbra, quanto no carácter único de vivência e relacionamento entre a cidade e a sua Universidade, ao longo dos tempos.”*⁷⁴

Por volta de 2000, segundo informação de uma ex-funcionária do Gabinete para o Centro Histórico participante na elaboração do documento preliminar,

70 GABINETE PARA O CENTRO HISTÓRICO - *Dossier de pré-de Coimbra à classificação de Património Mundial e da Humanidade*, apresentação

71 à data Presidente do Grupo de Arte e Arqueologia do Centro

72 à data Historiadora de Arte na delegação regional de Coimbra do IPPAR

73 à data Professor na Universidade de Aveiro, Mestre História Contemporânea pela Universidade de Coimbra e Doutorando na mesma Universidade

74 GABINETE PARA O CENTRO HISTÓRICO - *Dossier de pré-de Coimbra à classificação de Património Mundial e da Humanidade*, apresentação

a UNESCO emitiu um parecer informal sobre essa possibilidade, dando a ideia clara de que o Centro Histórico de Coimbra não correspondia aos critérios estabelecidos para uma classificação como Património da Humanidade devido à sua falta de originalidade e grandiosa alteração ocorrida com as obras do Estado Novo. Contudo, este resultado não foi divulgado pelo Presidente da Câmara por este considerar que, devido à ansiedade e euforia que existia em torno do processo, a cidade não estava preparada para receber a notícia. Por conseguinte foi abandonado pelas entidades competentes, apesar da constante insistência de vários grupos e habitantes da cidade.



Pátio das Escolas, 2003

Classificação da Universidade de Coimbra- Alta e Sofia

A partir de 2001, a UNESCO estabeleceu uma limitação de trinta bens classificados anualmente, devido ao risco de banalização do seu título e face ao elevado número de classificações de Centros Históricos na Europa, o que veio atrasar e condicionar a candidatura do Centro Histórico de Coimbra. Deste modo, em 2004, a CMC e a UC celebraram um protocolo de cooperação por forma a que a candidatura passasse a ser da Universidade, com o objectivo de aumentar as hipóteses de ser aceite. Essa candidatura é então composta por sete volumes, sendo eles o da “Candidatura”, do “Plano de Gestão”, dos “Textos Gerais”, das “Influências”, dos “Planos Directores”, da “Execução” e o da “Zona de Protecção”, apresentando-se sobre o título “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia” e é entregue à UNESCO em Fevereiro de 2012.

Dos dez critérios estabelecidos pela UNESCO a Universidade de Coimbra candidata-se a quatro. Ao critério II, para o qual define que o bem deve *“ser testemunho de um intercâmbio de influências considerável, durante um dado*



PLANTA DE COIMBRA
com seus
Colégios universitários

COLÉGIOS UNIVERSITÁRIOS, E LUGARES DE REFERÊNCIA	RUAS, LARGOS, PRAÇAS, ESTRADAS ETC. DA CIDADE DE COIMBRA		
A — Colégio de S. Tomás (II)	1 — R. da Sofia	33 — R. dos Militares	65 — R. de Garrett
B — C. de S. Pedro ou dos Bórras (XV)	2 — Praça de Sãoão	34 — R. de S. Pedro	66 — R. de Alexandre Herculano
C — U. da Graça (VI)	3 — R. do Visconde da Lux	35 — R. da Trindade	67 — R. de Venâncio Rodrigues
D — C. do Carmo (II)	4 — R. da Calçada	36 — R. de Entre-Colégios	68 — R. de Tomar
E — C. de S. Bernardo (IX)	5 — Arco de Almedina	37 — R. dos Grilos	69 — R. de Castro Matoso
F — C. de S. Boaventura (XX)	6 — R. de Quebra-Costas	38 — Couraça de Lisboa	70 — Bairro de S. Bento
G — Ca. de S. Miguel e de Todos os Santos	7 — R. das Fangas	39 — R. dos Grilos	71 — Alameda do Jardim Botânico
H — Mosteiro de S.ta Cruz	8 — R. da Estrêla	40 — R. das Estrelinhas	72 — L. de S. José dos Marianos
I — Estação telegrafo-postal	9 — R. de S. Cristóvão	41 — L. da Portagem	73 — R. da Alegria
J — C. de S.to Agostinho (XVI)	10 — Largo da Sé-velha	42 — L. da Sota	74 — Estrada da Beira
K — Sé-velha	11 — R. dos Coutinhos	43 — P. Vella	
L — C. de S.to António da Estrêla (XXI)	12 — R. de Sobre-a-Riba	44 — L. do Romal	
M — C. de S.ta Rita (XXIII)	13 — R. do Corpo de Deus	45 — R. das Azuleiras	
N — C. de S.to António da Pedreira (XVII)	14 — Couraça dos Apóstolos	46 — L. das Ameias	
O — Universidade	15 — R. das Figueirinhas	47 — R. das Solas	
P — C. Real de S. Pedro (V)	16 — R. do Loureiro	48 — R. das Padeiras	
Q — C. de Trindade (XII)	17 — R. do Cabido	49 — L. da Preira	
R — C. Real de S. Paulo (VIII)	18 — R. do Loureiro	50 — R. do Corvo	
S — C. de S. Boaventura (X)	19 — R. da Matemática	51 — R. da Loixa	
T — C. dos Lóios (VII)	20 — R. da Esperança	52 — R. da Moeda	
U — C. de S. Paulo Eremita (XXIII)	21 — Couraça dos Apóstolos	53 — R. da Madalena	
V — C. dos Militares (XIX)	22 — R. das Covas	54 — R. de João Cabreira	
X — C. de S. Jerónimo (XI)	23 — R. do Norte	55 — R. Direita	
Y — C. Real das Artes (IV)	24 — L. de S. João	56 — R. do Carmo	
Z — C. de Jesus (III)	25 — L. da Feira	57 — Terreiro da Erva	
A' — Paço do Bispo (Museu de M. de Castro)	26 — L. do Museu	58 — Pátio da Inquisição	
B' — C. de S. Bento (XIII)	27 — R. dos Estudos	59 — R. do Montarolo	
C' — C. de Tomar (XIV)	28 — L. do Castelo	60 — P. de D. Pedro V	
D' — Convento de Santana (Quartel)	29 — R. dos Lóios	61 — R. de Sá da Bandeira	
E' — Jardim Botânico	30 — R. de S. João	62 — Estrada de Entre-Muros	
F' — C. de S. José dos Marianos (XVIII)	31 — R. Larga	63 — L. de D. Luís	
G' — Seminário Episcopal	32 — R. do Borrvalho	64 — R. da Escola Industrial	

Antigos Colégios Universitários

*período ou numa determinada área cultural, sobre o desenvolvimento da arquitectura ou da tecnologia, das artes monumentais, do planeamento ou da criação de paisagens*⁷⁵, a Universidade de Coimbra candidatou-se por ter desempenhado, ao longo dos seus sete séculos de história, um papel de produção e transmissão do saber, numa área que abrange os quatro continentes do antigo Império português.

Por manter vivo *“um conjunto de tradições características das práticas simbólicas associadas às festividades cíclicas académicas, cujas origens se perdem nos seus sete séculos de história. Quer ao nível da cultura académica institucionalizada, sobretudo na Tomada de Posse do Reitor, Abertura Solene das Aulas, provas de Doutoramento e Doutoramento “Honoris Causa”, quer ao nível da cultura académica estudantil, com a Festa das Latas, a Queima das Fitas, as Serenatas e a Canção de Coimbra, estas tradições constituem parte do imaginário da Universidade de Coimbra, mas também dos pais, amigos e estudantes de outras universidades nacionais ou internacionais que participam nos eventos académicos.”*⁷⁶, a Universidade candidatou-se ao Critério III, para o qual a UNESCO estabelece que o bem deve constituir um testemunho único ou pelo menos excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização viva ou desaparecida.

Por ser um *“conjunto arquitectónico notável, simultaneamente ilustrativo das diversas funções da instituição universitária, que tem as suas origens na Idade Média, e dos vários períodos significativos da história da arquitectura e da arte portuguesa e do espaço geográfico e cultural português – o do antigo Império português. A sua história está intimamente relacionada com as reformas nos*

75 UNESCO - *Orientações Técnicas para a Aplicação da Convenção do Património Mundial*, p. 17

76 UNIVERSIDADE DE COIMBRA – *Candidatura da “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia” a património Mundial da Humanidade, Sumário executivo*, p. 10



**Edifícios nas áreas candidatas –
Alta**

- 01 Paço das Escolas
- 02 Colégio de Jesus
- 03 Real Colégio das Artes
- 04 Colégio de São Jerónimo
- 05 Colégio de São Bento
- 06 Colégio da Trindade
- 07 Colégio de Santo António da Pedreira
- 08 Colégio de Santa Rita
- 09 Imprensa da Universidade
- 10 Laboratório Químico
- 11 Casa dos Melos
- 12 Casa das Caldeiras
- 13 Faculdade de Letras
- 14 Biblioteca Geral
- 15 Arquivo da Universidade
- 16 Faculdade de Medicina
- 17 Departamentos de Física e Química
- 18 Departamento de Matemática
- 19 Associação Académica de Coimbra
- 20 Jardim Botânico

**Edifícios nas áreas candidatas -
Sofia**

- 21 Antigo Colégio das Artes - Inquisição
- 22 Colégio do Espírito Santo
- 23 Colégio de Nossa Senhora do Carmo
- 24 Colégio da Nossa Senhora da Graça
- 25 Colégio de São Pedro dos Terceiros
- 26 Colégio de São Tomás
- 27 Colégio de São Boaventura
- 28 Palácio de Sub-Ripas
- 29 Colégio de Santo Agostinho

Edifícios classificados pela UNESCO como Património Mundial da Humanidade

*campos ideológicos, pedagógicos e culturais, com correspondências directas ao nível material*⁷⁷, corresponde assim ao Critério IV, que exige que o bem represente um exemplo excepcional de um tipo de construção, de um conjunto arquitectónico ou tecnológico ou de paisagem que ilustre um ou mais períodos significativos da história humana.

O Critério VI defende que o bem deve estar directa ou materialmente associado a acontecimentos ou tradições vivas, a ideias, crenças ou obras artísticas e literárias de significado universal excepcional. A Universidade de Coimbra candidatou-se porque *“desempenhou um papel único na constituição e unidade da língua portuguesa, expandindo a norma culta da língua e consagrando-se como importante oficina literária e centro difusor de novas ideias, tendo passado por esta instituição vários escritores e divulgadores da língua e da cultura.”*⁷⁸

A “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia” acabou por ficar inscrita na Lista de Património Mundial segundo os critérios II, IV e VI. Dessa forma é possível concluir que esta candidatura se centra mais com questões imateriais do que materiais. No entanto, no âmbito desta investigação são as questões materiais que têm maior relevo, as que estão directa e indirectamente relacionadas com a candidatura, ou seja, todas as influências e alterações que esta impõe aos edifícios e ao espaço urbano da cidade. Materialmente, a candidatura corresponde a duas áreas que incluem trinta e um edifícios que estiveram ou estão ligados à produção e transmissão do saber: a “Alta” com 29 hectares e vinte edifícios e a “Sofia” com 6,5 hectares e nove edifícios, bem como dois monumentos de grande importância para a história da Universidade, a Sé Velha e o Mosteiro de Santa Cruz. *“Dos 31 edifícios referidos, 10 estão já, parcial ou*

77 *ibidem*, p. 11

78 *ibidem*, p. 11



Auditório de Direito do Arquitecto Fernando Távora
Casa dos Melo

*totalmente classificados como Monumentos Nacionais, para além da Rua da Sofia na sua globalidade, do Jardim Botânico e da Associação Académica de Coimbra classificados como Imóveis de Interesse Público.*⁷⁹

Como consequência da massificação e democratização do ensino universitário, tornou-se necessária uma reorganização dos espaços destinados ao ensino que se traduziu numa descentralização da Universidade, segundo Gonçalo Byrne “(...) como única maneira de inverter o processo de saturação deste”⁸⁰. Os novos edifícios da Universidade passaram então a ocupar duas zonas urbanas exteriores da cidade, para onde foram transferidos vários departamentos e serviços: o Pólo 2, dedicado às engenharias, localizado na Boavista e o Pólo 3, destinado às Ciências da Saúde, localizado junto aos Hospitais da Universidade de Coimbra. Esta acção descentralizadora procurou requalificar e valorizar o património da “Alta” e garantir a permanência da sua função primordial de ensino científico, cultural e artístico. Nesse sentido, foi construída uma nova estrutura, o Auditório da Faculdade de Direito, projecto do arquitecto Fernando Távora.

Esta candidatura prevê uma proposta de dinamização e promoção dos espaços museológicos da cidade, promovendo para isso a área resultada da triangulação entre o Pátio das Escolas, o Largo D. Dinis e o Largo do Marquês de Pombal, incluindo o Largo da Feira, que foi integrada no “Plano de Pormenor da Alta Universitária” e que pretendeu responder às transformações geradas pela descentralização. Essa triangulação permite garantir os serviços necessários à boa gestão do sector turístico, criando assim um percurso dos museus.

Também relacionadas com o processo de candidatura são várias as propostas

79 UNIVERSIDADE DE COIMBRA – *Candidatura da “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia” a Património Mundial da Humanidade, Livro 1*, p. 184-185

80 BYRNE, Gonçalo - *A Alta de volta*, p. 97



Colégio da Santa Trindade actualmente

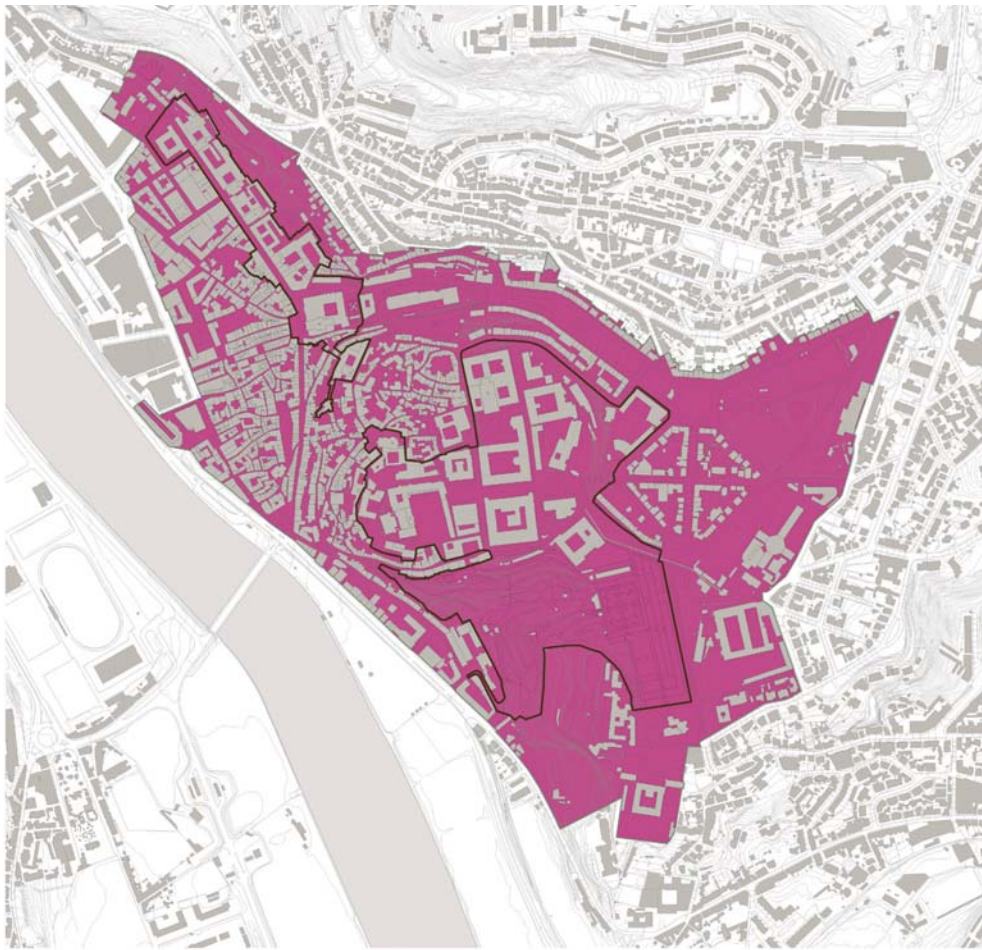
de intervenção elaboradas para a “Alta Universitária”: o Centro de Interpretação e Divulgação da Universidade de Coimbra projectado pelo arquitecto Gonçalo Byrne para o Largo dos Colégios, que procura apoiar os visitantes da Universidade; a reabilitação dos edifícios existentes na “Alta”; a edificação da Biblioteca da Faculdade de Direito na Casa dos Melos, de forma a reabilitar e atribuir assim um novo uso à antiga Faculdade de Farmácia e integrar ainda a biblioteca do Centro de Documentação Europeia, segundo o projecto de remodelação de autoria do arquitecto Álvaro Siza; a adaptação do complexo colegial da Sta. Trindade em Tribunal Universitário Judicial e Europeu, edifício que se encontra actualmente completamente degradado e abandonado, a partir do projecto da equipa dos arquitectos Francisco e Manuel Aires Mateus e que segundo notícia do Diário de Coimbra⁸¹ entrará em obras em Setembro de 2013 pela conseguida garantia de financiamento do QREN⁸²; e a criação do Museu da Ciência no Colégio de Jesus. Ao mesmo tempo, a Universidade concretiza o regresso à Rua da Sofia através da instalação de duas unidades de investigação no Colégio da Graça e da abertura da cerca à comunidade. Estes projectos são incentivados e exigidos pela classificação da “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia” como Património Mundial da Humanidade.

“A Universidade e a Cidade também têm de se entender sobre aquilo que está à volta dela. (...) a Universidade certamente perceberá, que à volta dela não é conveniente que existam algumas habitações sem condições de vida. A Cidade a Universidade têm de pensar que tem de haver uma grande densificação de habitação à volta do principal pólo universitário da cidade. Se não ele próprio é indutor, em determinados períodos do dia, da desertificação.”⁸³ Uma vez que *Zona de Protecção*

81 Publicado no dia 2 de Julho de 2013

82 Quadro de Referência Estratégica Nacional

83 ENCARNAÇÃO, Carlos - *Coimbra: políticas Urbanas*, p. 236



Zona de Protecção

actualmente, *“Nessa cidadela, em horas de expediente, habita a chamada “comunidade académica” – professores, alunos, funcionários – que a abandona para lá da rotina, deixando os majestosos e brancos edifícios de calcário recortados na noite vazia”*⁸⁴

Segundo a UNESCO, a zona tampão, ou zona de protecção, é a área que circunda o bem proposto, destinada a protegê-lo eficazmente e cujo uso e exploração estão sujeitos a restrições jurídicas e/ou consuetudinárias. No caso de Coimbra, apresenta-se uma mancha urbana com 81,5 hectares onde se encontra o traçado urbano mais antigo da cidade e as repúblicas universitárias, sendo maioritariamente um espaço habitacional. Esta zona contém sete monumentos nacionais, quatro imóveis de interesse público e quatro em vias de classificação. Para toda a área terá que entrar em curso um processo de reabilitação que deverá acautelar os interesses públicos e privados, de forma a garantir a renovação social necessária e urgente a este espaço. Esta situação, no nosso entender, exige a criação de parcerias público-privadas, tendo a UC e a CMC o principal papel de impulsionadores e reguladores das metodologias e critérios de intervenção e de apoio financeiro. Contudo, essas parcerias têm que ser amplas e envolver todas as entidades abrangidas assim como os possíveis investidores da cidade, relação que foi desenvolvida ao longo do processo de candidatura e que positivamente aproximou as diferentes partes.

Segundo a UNESCO, no momento em que um bem é considerado Património Mundial já tem de possuir um sistema de gestão em vigor e se possível um plano de gestão turística integrado no plano geral de gestão do bem. Esse plano de gestão do património é resultado de um acordo entre a organização da gestão, a comunidade e todas as partes interessadas, servindo também de ferramenta

84 GRANDE, Nuno - *[Coimbra como projecto urbano]*, p. 50

para determinar as responsabilidades e os diferentes papéis no processo de implementação. É ainda necessário que esteja integrado nos processos de planeamento da região, tanto os territoriais e urbanos, como os socioeconómicos ou ambientais.

No caso de Coimbra estas condições são asseguradas pela Associação RUAS (Recria Universidade Alta e Sofia), que reúne as várias entidades com jurisdição legal da cidade, detendo responsabilidades executivas a Universidade de Coimbra, a Câmara Municipal de Coimbra e a Direcção Regional do Centro. Na sua Assembleia Geral estão ainda integrados outras instituições, proprietários e agentes sociais com actividade de alguma forma relacionada com o bem classificado ou a sua zona de protecção. A RUAS passa a coordenar todas as operações urbanísticas nas áreas candidatas e na zona de protecção e emite parecer vinculativo sobre o impacto visual sobre o bem na área até agora definida como “Centro Histórico” no Plano Director Municipal. Esta delimitação é também utilizada pela UNESCO para a zona especial estabelecida para o caso de Coimbra, a Zona de Protecção Visual, que segundo o Engenheiro Paulo Leitão⁸⁵, na reunião da Assembleia Geral da RUAS,⁸⁶ ainda não está formalmente escrita e aprovada em Diária da República, pois aguarda a discussão do Plano Director Municipal e a criação de um gabinete de peritos, que irão pronunciar-se sobre os limites desse impacto.

O bem classificado “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia” tem a protecção conjunta de cinco instrumentos de salvaguarda, cuja coordenação é feita pela RUAS: a Legislação nacional do Património Cultural⁸⁷; o Anúncio nº 5286/2011⁸⁸;

85 Vereador da CMC e Presidente da Associação RUAS

86 no dia 12 de Junho de 2013, à qual assisti.

87 Decreto-Lei nº 107/2001 de 8 de Setembro, que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, que é regulado pelo Decreto-Lei nº 309/2009 de 23 de Outubro

88 publicado em Diário da República em 20 de Abril de 2011 para a abertura do procedimento de

o carimbo

o Regulamento Municipal de Edificação, Recuperação e Reconversão Urbanística da Área afectada à Candidatura da Universidade de Coimbra a Património Mundial da UNESCO, incluindo a Zona de Protecção⁸⁹; o Plano Director Municipal de Coimbra; e o Plano Estratégico de Coimbra (2010)⁹⁰.

classificação, no grau de interesse nacional, da Universidade de Coimbra – Alta e Sofia e fixação da respectiva zona especial de protecção provisória

89 publicado em Diário da República em Janeiro de 2012 e em vigor deste março desse ano

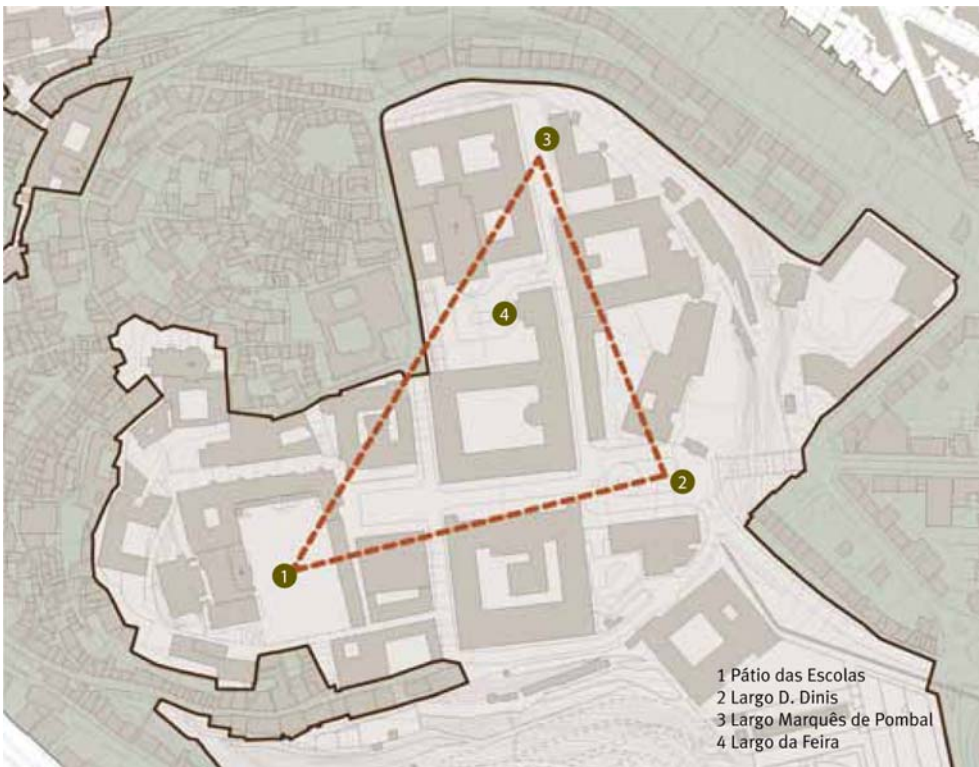
90 sendo deste relevantes a definição e regulação das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU).

Regulamentos, Projectos e Planos

Estando a candidatura localizada nas zonas mais antigas da cidade e dadas as exigências da UNESCO relativamente à salvaguarda e reabilitação do património, ao longo de todo o processo de candidatura foram elaborados vários regulamentos, projectos e planos que são necessários ter em conta e que permitiram que hoje toda esta zona esteja classificada como Património Mundial da Humanidade, estando eles directa ou indirectamente relacionados com esta.

O Plano Director Municipal, PDM, é o instrumento de responsabilidade Municipal *PDM* que regula o planeamento e o ordenamento do território e estabelece regras para a utilização e transformação do uso do solo, incluindo medidas destinadas a garantir a salvaguarda dos edifícios que se encontram no centro histórico. A sua última retificação foi feita pelo Conselho de Ministros a 10 de Fevereiro de 1994 e encontra-se actualmente em discussão pública⁹¹.

⁹¹ segundo o Aviso nº 7775/2013, de 21 de Junho a 5 de Agosto de 2013.



Plano de Pormenor da Alta Universitária
Triangulação dos Museus

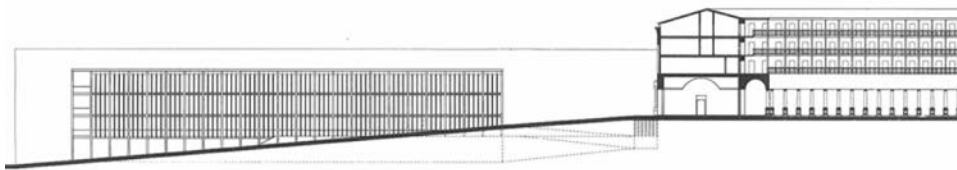
Neste plano, o Centro Histórico da Cidade de Coimbra é definido⁹² como uma zona de alto valor histórico e ambiental que deverá ser conservada, recuperada e valorizada e que engloba as áreas classificadas pela UNESCO e a sua zona de protecção. Este estabelece orientações pelas quais se devem reger os projectos a realizar nesta área, como a manutenção da topografia do terreno tanto quanto possível; a conservação, restauro ou remodelação das construções existentes; a permissão de demolições totais de edifícios apenas em construções que reconhecidamente não possuam valor histórico ou arquitectónico, quando a sua conservação não seja técnica ou economicamente recomendável ou ameacem ruína; a não alteração da escala ambiental da área em que se inserem as novas construções, nomeadamente no que se refere ao volume dos edifícios e à composição e materiais utilizados nas fachadas. Apesar não ser muito específico e concreto, define diversas premissas que demonstram uma identificação com uma visão culturalista de intervenção no Centro Histórico.

Em Fevereiro de 2001 sob responsabilidade da Universidade foi elaborado o “Plano de Pormenor da Alta Universitária”, com o objectivo de melhorar a qualidade do espaço público. Este plano teve como base o “Concurso para o Plano de Reconversão dos Espaços dos Colégios de S. Jerónimo, das Artes, Laboratório Químico e área envolvente” que solicitou propostas a quatro professores do Departamento de Arquitectura, Fernando Távora, Alexandre Alves Costa, Gonçalo Byrne e Hestnes Ferreira. Foi escolhida a proposta do arquitecto Gonçalo Byrne.

*Plano de
Pormenor
da Alta*

A proposta apresenta como principal problema a relação e ligação do espaço da Universidade à sua envolvente imediata, ou seja, um problema de circulação. *“Parece óbvio que a melhoria de acessibilidade entre estas duas zonas da*

92 CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA – *Plano Director Municipal de 1994*, artigo 56º



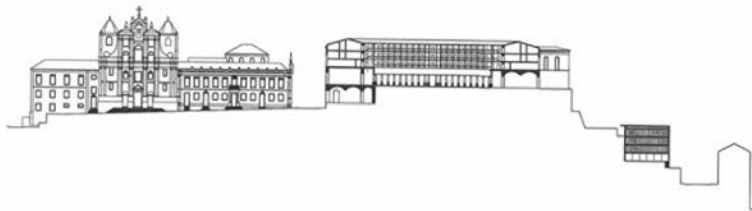
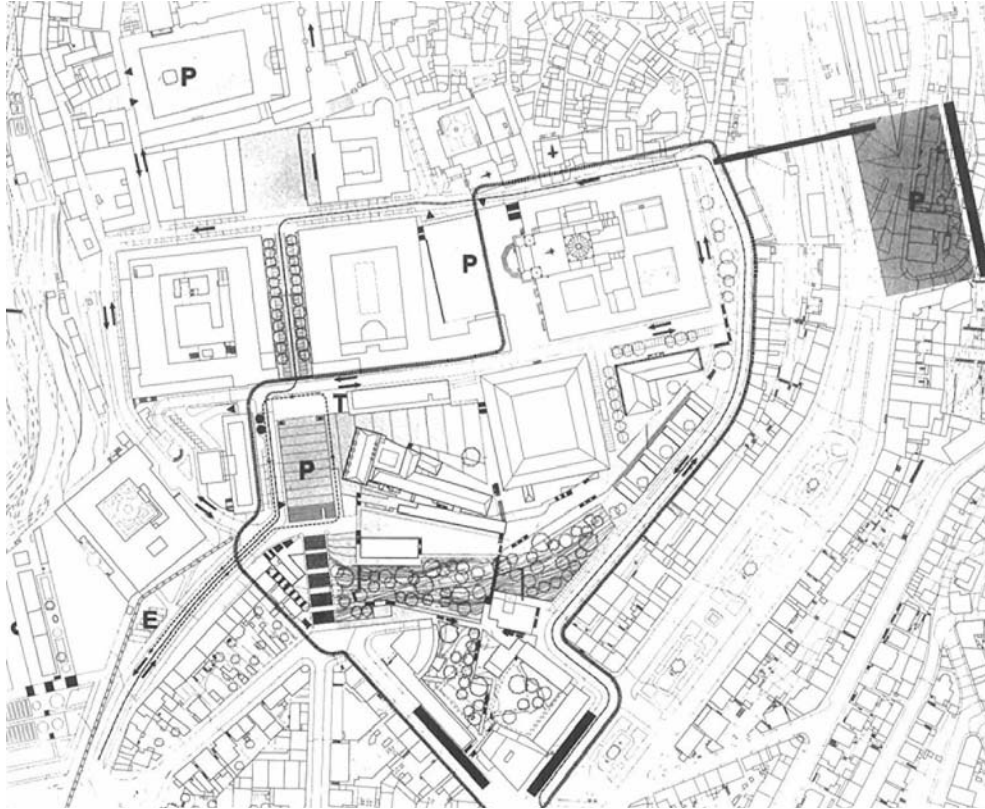
Projecto Arquitecto Gonçalo Byrne - Praça dos Colégios

cidade passa por disciplinar o estacionamento, condicionar o acesso autónomo à Alta, melhorando os transportes públicos e o acesso de peões”⁹³ De forma a sistematizar a circulação automóvel, propõe um circuito de atravessamento que, num sentido único de trânsito, percorra todos os pontos notáveis da “Alta” procurando minimizar o número de cruzamentos e de outros pontos de conflito, de forma a que os pontos de entrada e saída desta área sejam o mais contínuos possível. Procura libertar o eixo das Escadas Monumentais – Porta Férrea e a triangulação turística da “Alta”, privilegiando a circulação pedonal, permitindo apenas acessos rodoviários condicionados. Assim, pretende alargar e sobrepor o espaço pedonal relativamente ao tráfego automóvel e para tal propõe uma sobre-elevação altimétrica, ao nível dos actuais passeios, de uma faixa contínua predominantemente pedonal, fazendo com que sejam os automóveis a circular no espaço pedonal e não o contrário.

*“O centro tradicional da cidade está, actualmente, num dilema. Ou prolonga a agonia de uma decadência anunciada, ou arranca para propostas que lhe permitam sobreviver equilibradamente, em concorrência com as novas centralidades. Um dos desafios decisivos é o da acessibilidade. Não sobreviverá muito mais tempo se sobre ele não incidirem políticas mais arrojadas, que possam gerar práticas de mobilidade alternativas, como a utilização do eléctrico rápido, cuja implantação tem vindo a ser apregoada.”*⁹⁴ Para além do melhoramento dos transportes públicos convencionais como os *trolleys* e os miniautocarros, o desincentivo da utilização de automóveis é também evidente na implementação de soluções menos convencionais de meios de comunicação vertical mecânica, como ascensores urbanos, escadas mecânicas e funiculares, que permitam

93 BRYNE, Gonçalo - *A Alta de Volta*, p. 98

94 BANDEIRINHA, José António - *Coimbra Vista do céu*, p.29



Projecto geral do Arquitecto Gonçalo Byrne

assim um transporte rápido de peões a partir de zonas de comutação colocadas na periferia inferior. *“Significativamente, 73,6% dos automobilistas admitiram poder vir a abdicar da utilização do automóvel nas deslocações para o Campus em troca da subsídio, total ou parcial, de um passe nos serviços de transportes públicos.”*⁹⁵

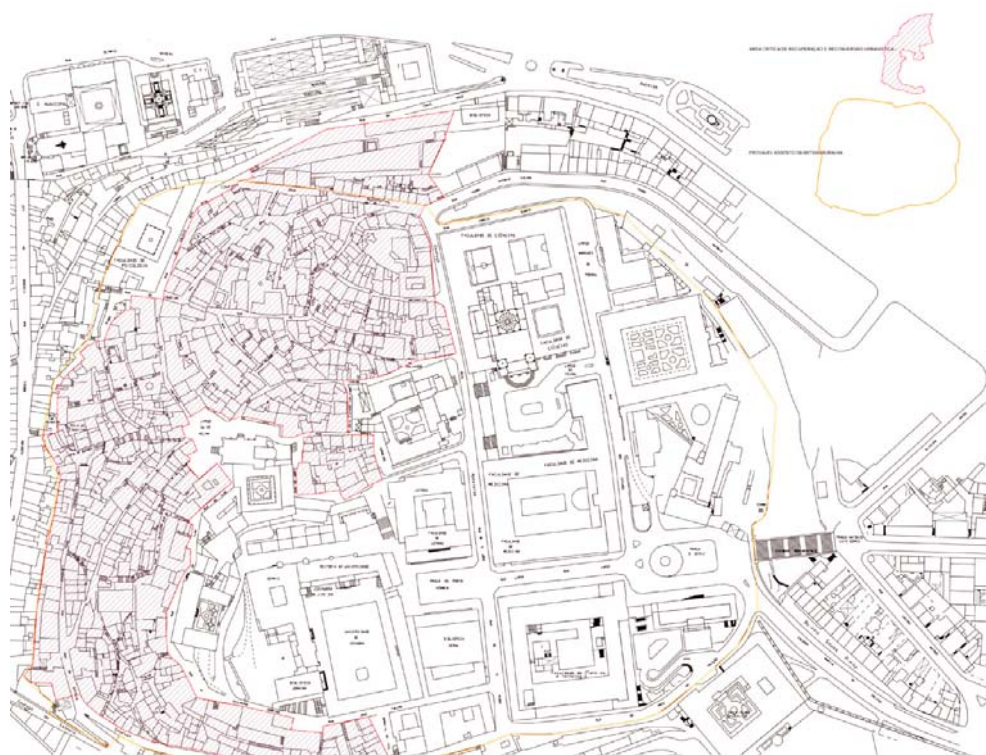
De forma a disciplinar a questão do estacionamento, o arquitecto Gonçalo Byrne, propõe a *“Criação de unidades de estacionamento de maior densidade (silos-auto subterrâneos, na Alta). No esquema anexo apontam-se 3 núcleos possíveis com capacidade total de cerca de 1.000 lugares: 300 na área do concurso na Praça D.Diniz, 300 no Largo da Feira com acesso pela Couraça dos Apóstolos e pela Rua dos Estudos e 400 na área central do Pátio das Escolas com acesso pela Rua de S. Pedro e a Rua José Falcão. (...) Três outras alternativas de menor dimensão (cerca de 80 a 100 lugares) seriam eventualmente exploráveis sob o novo Largo dos Colégios, no Largo Marquês de Pombal e na Praça da Porta Férrea. (...) É no entanto admissível a criação de estacionamento ao longo das ruas e em algumas bolsas próprias escalonadas com áreas de peões, arborizações e mobiliário urbano”*⁹⁶

*“O modelo de análise dos fluxos de entrada e saída de automóveis, (...) permitiu perceber a existência de níveis de saturação da oferta muito elevados, ou seja, os lugares de estacionamento existentes são inequivocamente insuficientes para responder à procura actual.”*⁹⁷ *“Foi inclusive possível concluir que 45% dos lugares de estacionamento habitualmente utilizados não têm qualquer tipo de regulação económica, pelo que as oportunidades para intervir, com benefícios superiores*

95 FERREIRA, João - *A Gestão de Estacionamento – Contributos do pólo I da Universidade de Coimbra*, p. 44-45

96 BYRNE, Gonçalo - *A Alta de Volta*, p. 98

97 FERREIRA, João - *A Gestão de Estacionamento – Contributos do pólo I da Universidade de Coimbra*, p. 44



Regulamento Municipal de Edificação, Recuperação e Reconversão Urbanística da Área Crítica do Centro Histórico da Cidade de Coimbra

aos custos, são significativas e diversificadas.”⁹⁸ “Efectivamente, há que ponderar, por um lado, que a introdução de um preço de estacionamento é um elemento desmobilizador da utilização de automóvel; por outro, os proveitos daí derivados poderão ser utilizados pelas autoridades para melhorar os níveis de atracção dos transportes públicos.”⁹⁹

As soluções de mobilidade apresentadas por este plano reforçam a ideia de que é essencial promover uma maior utilização dos transportes públicos ou dos veículos alternativos aos automóveis e transformar a “Alta” num espaço de agradável circulação pedonal. Contudo, esta alteração só será possível com a criação de alternativas realistas, criando espaços de comutação onde as pessoas possam deixar os seus automóveis em segurança e possam fazer o transbordo para uma rede de transportes públicos eficiente.

O Regulamento Municipal de Edificação, Recuperação e Reconversão da Área Crítica do Centro Histórico de Coimbra¹⁰⁰ enuncia algumas normas e orientações a ter em conta nos processos de preservação e recuperação desta área. Defende então que *“para atingir os objectivos pretendidos deverão envolver-se os vários actores locais (população residente, proprietários, Juntas de Freguesia e Associações locais) bem como serviços da Administração Central. (...) Mais do que condicionar e proibir, cabe a tarefa de defender o património da área crítica, segundo princípios e normas que forneçam alternativas reabilitadoras na defesa e qualidade de vida da população, que aí reside ou trabalha.”¹⁰¹* São então várias

*Regulamento
Municipal*

98 *ibidem*, p. 44

99 *ibidem*, p. 44

100 A publicação do Edital nº 278/2002 do Município de Coimbra torna público o Regulamento Municipal de Edificação, Recuperação e Reconversão Urbanística da Área Crítica do Centro Histórico da Cidade de Coimbra. Publicado em Diário da República a 7 de Janeiro de 2003, segundo edital nº 14/2003 e posteriormente, por proposta da Câmara Municipal de Coimbra foi declarada em 24 de Outubro a Área Crítica de Recuperação Urbanística e Zona Histórica Intramuros da Cidade de Coimbra.

101 CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA - **Edital nº278/2002**, p.2



Delimitação das oito zonas de intervenção da Comissão Interdisciplinar da Baixa

as regras enunciadas para os possíveis projectos de intervenção e ainda apresentadas algumas medidas que procuram incentivar à reabilitação.¹⁰²

É essencial promover uma simplificação dos processos de reabilitação tendo uma noção clara que é necessário adaptar as edificações destes espaços às necessidades actuais, não podendo por isso reger-se por uma metodologia de “cristalização” dos espaços. E ainda, é necessário que mais do que simplificar, as entidades reguladoras promovam incentivos a este tipo de projectos. No entanto, consideramos que as políticas de insenção de taxas não serão suficientes.

A 2 de Fevereiro de 2003, a Câmara Municipal de Coimbra nomeou a “Comissão Interdisciplinar da Baixa” (CIB) atribuindo-lhe a tarefa de organizar e realizar a Conferência Internacional sobre o “Processo Recuperação Renovação Urbana e Social da Baixa de Coimbra” a decorrer de dois a quatro de Maio de 2003 e a posterior elaboração de um relatório com as suas conclusões. Assim, definiu as directrizes para a reabilitação e revitalização da “Baixa”, das quais destacamos: a necessária interacção com as intervenções do Metro Mondego e do programa Polis; o respeito pelo património edificado; a importância da existência de parcerias privadas na reabilitação; e a constituição da “Coimbra Viva SRU” (Sociedade de Reabilitação Urbana).

*Comissão
Interdisciplinar
da Baixa*

A estratégia de reabilitação da “Baixa” de Coimbra concentra-se na revitalização das suas funções e das actividades instaladas, na requalificação do edificado, dos espaços públicos e da rede de equipamentos existentes e numa aposta da relação com toda a sua envolvente. Assim, em Fevereiro de 2005 a CIB concluiu o

102 “Até 31 de Dezembro de 2004, são isentas das receptivas taxas, as operações urbanísticas sujeitas a licenciamento ou autorização administrativa em imóveis sítos na Área Crítica de Recuperação e Reversão Urbanística do Centro Histórico” e ainda que “Até 31 de Dezembro de 2006, são isentas das respectivas taxas, as operações urbanísticas sujeitas a licenciamento ou autorização administrativa, levadas a efeito por proprietários, senhorios ou inquilinos com idade inferior a 30 anos, em imóveis sítos na Área Crítica identificada no número anterior.” In. *Ibidem*, p. 12



Área do SIGUrb
1ª Unidade de Intervenção da Coimbra Viva-SRU

relatório aprovado pela Câmara Municipal onde define uma área de intervenção com 14 hectares e delimita oito zonas de intervenção nesta área, considerando como prioritárias as zonas um, dois e três.

A 28 de Maio de 2003 a CMC celebrou um protocolo com a UC para a elaboração do Sistema de Informação e Gestão Urbana (SIGUrb), desenvolvido entre 2003 e 2006. Nesse sentido, a CMC decidiu dar continuidade de funções à CIB para que acompanhasse os trabalhos de levantamento da UC e elaborasse o já apresentado documento estratégico para futuros projectos. À UC, coube a realização de um levantamento da realidade “Baixa” concluído em Março de 2005, segundo questões sociológicas e demográficas, construtivas e estruturais, arquitectónicas e patrimoniais e a posterior criação de um sistema informático que permitisse apoiar o processo de reabilitação a curto, médio e longo prazo. Esse sistema permite receber, armazenar e interrelacionar os dados obtidos por todas as equipas dos levantamentos. E mais tarde, foi desenvolvida uma aplicação para estar disponível na internet de forma a ser acessível tanto à entidade responsável, à instituição gestora como aos projectistas. No entanto, esta plataforma nunca foi concluída.

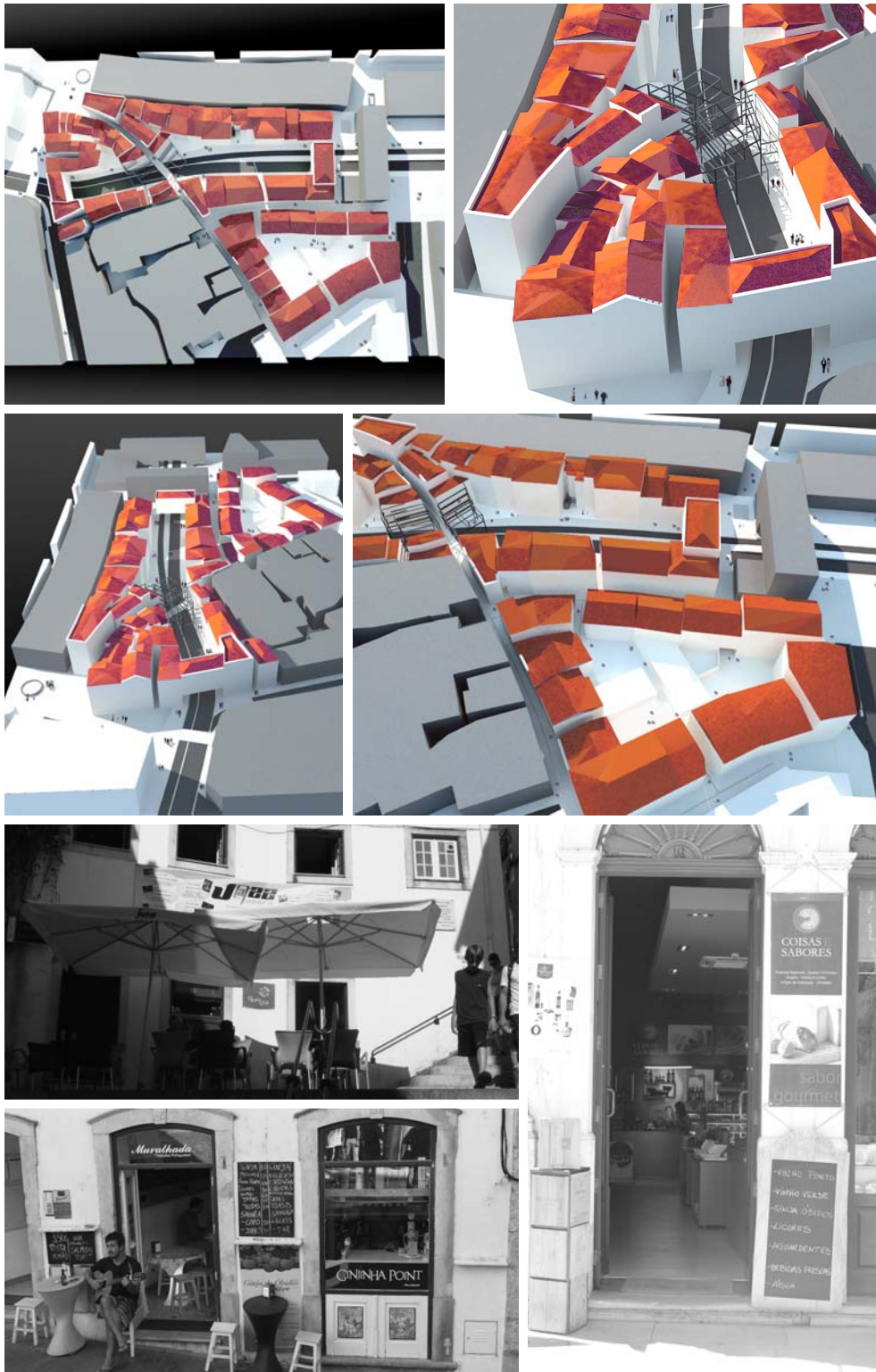
*Sistema de
Informação e
Gestão Urbana*

Porém, “(...) o Sistema de Informação e Gestão Urbana da Baixa de Coimbra já foi utilizado pela Coimbra Viva SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana, no âmbito das suas competências de reabilitação urbana do centro histórico de Coimbra, sobretudo na elaboração dos Documentos Estratégicos da 1ª e 2ª Unidade de Intervenção”.¹⁰³

Em Julho de 2005, a “Coimbra Viva SRU” lançou um concurso público para a elaboração do Documento Estratégico para a 1ª Unidade de Intervenção da

*1ª Unidade de
Intervenção*

103 UNIVERSIDADE DE COIMBRA – *Candidatura da “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia” a Património Mundial da Humanidade, Livro 7, p. 70*



1ª Unidade de Intervenção da Coimbra Viva-SRU
Quebra. Muralhada. Coisas e Sabores

Cidade de Coimbra, que diz respeito à Zona 3 definida pela CIB como zona prioritária de intervenção. Este documento está dividido em duas partes, uma primeira de “caracterização prospectiva” elaborando uma análise da área em questão e da sua envolvente, e uma segunda de “proposta de intervenção” que é a que nos interessa no âmbito desta investigação.

De forma a atrair novos habitantes, procura-se requalificar a oferta habitacional com padrões mais elevados de habitabilidade e de conforto, de forma a atrair famílias em início de ciclo de vida, com ou sem filhos, jovens recém-formados, entrados no mercado de trabalho e estudantes. Procura-se também qualificar o pequeno comércio tradicional, aproximando-o aos novos padrões de consumo destes novos residentes, bem como da população que trabalha e diariamente frequenta a “Baixa”, apostando igualmente no comércio de produtos regionais e artesanato, principalmente orientado para o turismo, como é o caso da loja “Coisas e Sabores” localizada na Praça 8 de Maio. Defende ainda uma aposta na restauração e equipamentos orientados para o mercado turístico e para a animação urbana, como são o caso dos já existentes bares “Quebra” e “Muralhada”, ambos localizados no Quebra Costas, que dinamizam e promovem uma utilização deste espaço.

Relativamente às estruturas edificadas, procura manter as fachadas existentes das construções principais de frente urbana; a manutenção das paredes meeiras das construções existentes, com possíveis alterações decorrentes de reformulações tipológicas propostas que agreguem dois ou mais imóveis; intervenções pontuais para correcção de alterações efectuadas em desacordo com a traça da “Baixa”; e procura que o material e desenho das caixilharias de todas as intervenções seja preferencialmente em madeira, garantindo um bom desempenho térmico e acústico. Uma das questões mais importantes



Sistema de Mobilidade do Mondego

nesta requalificação da “Baixa” é a preocupação com o binómio existente/nova intervenção.

A proposta cria um conjunto de novos espaços públicos e privados de uso público com incentivos construídos que garantam a limpeza e estimulem a vivência dos espaços, tais como mobiliário urbano, infraestruturas de iluminação pública, caixotes do lixo, e contentores subsolados para recolha de resíduos sólidos urbanos. Tornando-se necessário salientar que, no nosso entender, a melhor estratégia para que as pessoas utilizem o espaço de forma constante, seria protegê-lo da exposição solar. *“Um lugar para sentar oferece uma oportunidade de apropriação temporária, ao mesmo tempo em que cria as circunstâncias de contacto com outros.”*¹⁰⁴

Em conjunto com a já significativa oferta de estacionamento no envolvente¹⁰⁵, a proposta considera a construção de uma área abaixo do nível do solo com uma série de entradas e saídas comuns de modo a reduzir o impacto nesta área.

*“A Unidade de Intervenção está estrategicamente colocada na proximidade de um ponto nevrálgico da linha de Metro, no seu contacto com a malha histórica da Baixinha, e onde confluem os três ramos da rede, a linha da Lousã, a linha do Norte com origem na estação da CP¹⁰⁶ de Coimbra B, e o ramal que conecta o Hospital e a Universidade à Baixa.”*¹⁰⁷

O Sistema de Mobilidade do Mondego¹⁰⁸, surgiu com o objectivo de retomar a ligação interrompida entre Coimbra B e Serpins, desenvolvendo um sistema de Metro Mondego

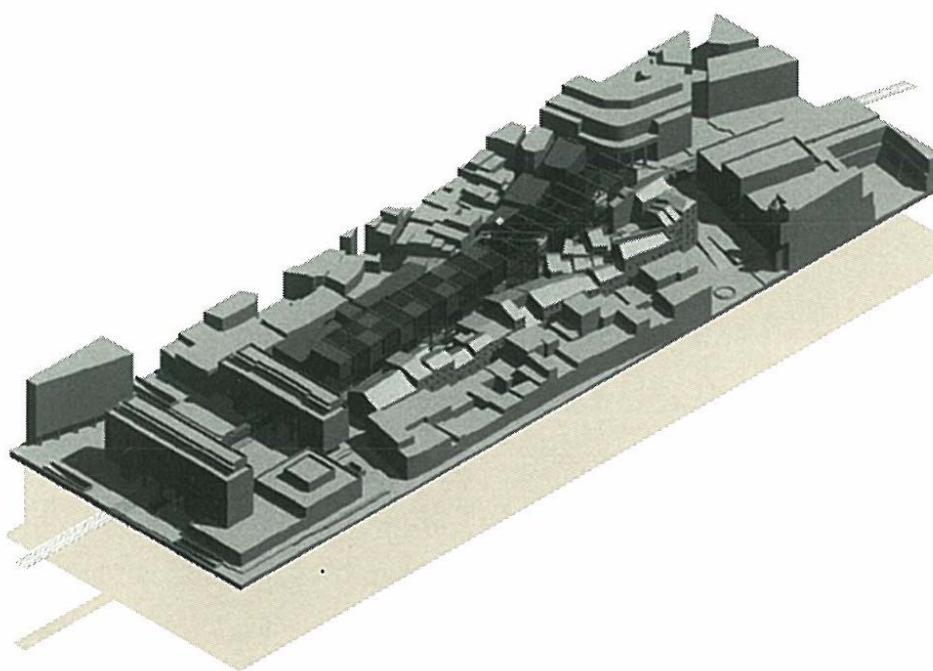
104 HERTEZBERGER, Herman - *Lições de Arquitectura*, p. 177

105 900 lugares da Bragaparques, 160 do Parque horizonte, 150 da Roda Autoparques, 150 do Parque Ferreira Morais e Morais e ainda os lugares do Parque do Terreiro da Erva

106 Comboios de Portugal

107 COIMBRA VIVA SRU - *Documento estratégico para 1ª Unidade de Intervenção na Cidade de Coimbra*, p. 103

108 a funcionar em regime de concessão atribuída pelo Estado



Proposta A - Seminário Inserções

metro ligeiro de superfície nas áreas dos municípios de Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã. Para esse efeito propuseram o *tram-train*, um sistema totalmente eléctrico de 750v com piso rebaixado e um interior espaçoso e sem obstáculos, eficiente a nível energético e compatível com a circulação em meio urbano e suburbano.

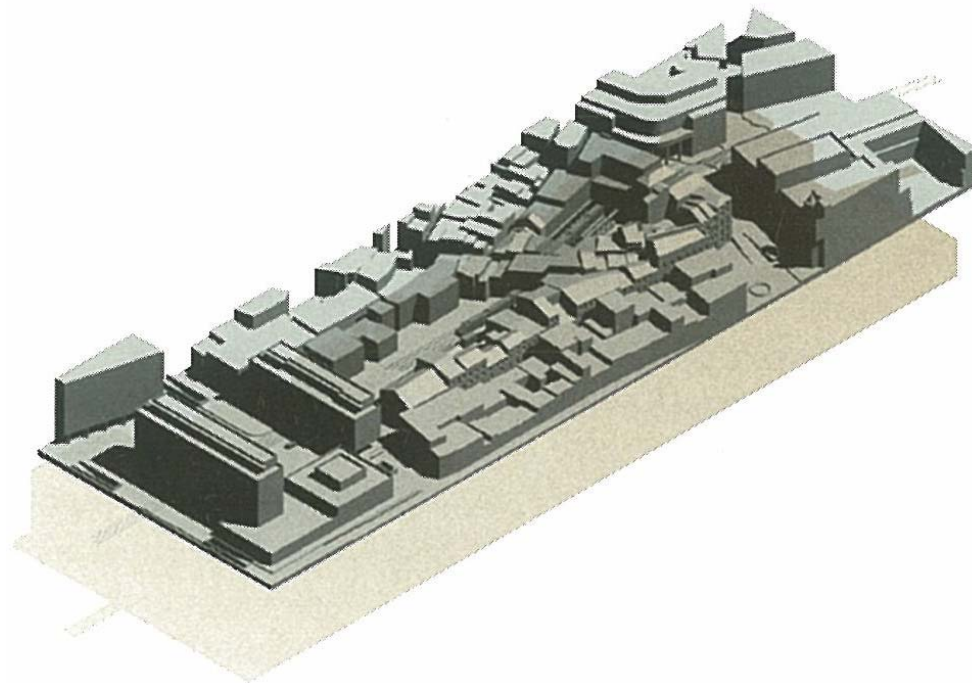
Para além da reactivação da Linha da Lousã, propõe também uma linha urbana em Coimbra, denominada “Linha do Hospital”, combinando no seu todo 42,5 Km dos quais cerca de 15,5 são de índole urbana. A Linha do Hospital tem uma extensão de 4 km e um total de onze estações. Inicia-se na Estação Aeminium/Loja do Cidadão, com o novo troço de atravessamento da “Baixa” de Coimbra, fazendo ligação da Beira-Rio à Câmara Municipal e Rua da Sofia, abrangido na sua maioria pela 1ª Unidade de Intervenção da “Coimbra Viva SRU”. Esta ligação foi também estudada e desenvolvida no âmbito do Sistema de Mobilidade do Mondego no “Seminário Internacional de Desenho Urbano - Inserções”, desenvolvido pelo Centro de Estudos, CEARQ¹⁰⁹. Do estudo realizado, resultou então a elaboração de duas propostas possíveis, uma que apresenta como solução *“a criação de uma estrutura com autonomia formal que assume o esvaziamento dos dois quarteirões.”*¹¹⁰ E outra que *“assenta na criação de edifícios-ponte, fechando os quarteirões ao nível dos pisos de cota superior e mantendo a acessibilidade ao seu interior ao nível do peão.”*¹¹¹

Uma vez que o processo de implementação do metro tem sido sempre bastante instável e que o seu término é ainda incerto consideramos que é absolutamente importante para a cidade e para a requalificação da “Baixa” que esse troço seja

109 Sob coordenação dos Arquitectos Gonçalo Byrne, Nuno Grande, Rui Lobo e Armando Rabaça

110 BYRNE, Gonçalo; GRANDE, Nuno; LOBO, Rui; RABAÇA, Armando – *Memória descritiva e justificativa-Proposta A*, Inserções, p.22

111 BYRNE, Gonçalo; GRANDE, Nuno; LOBO, Rui; RABAÇA, Armando – *Memória descritiva e justificativa-Proposta B*, Inserções, p.24

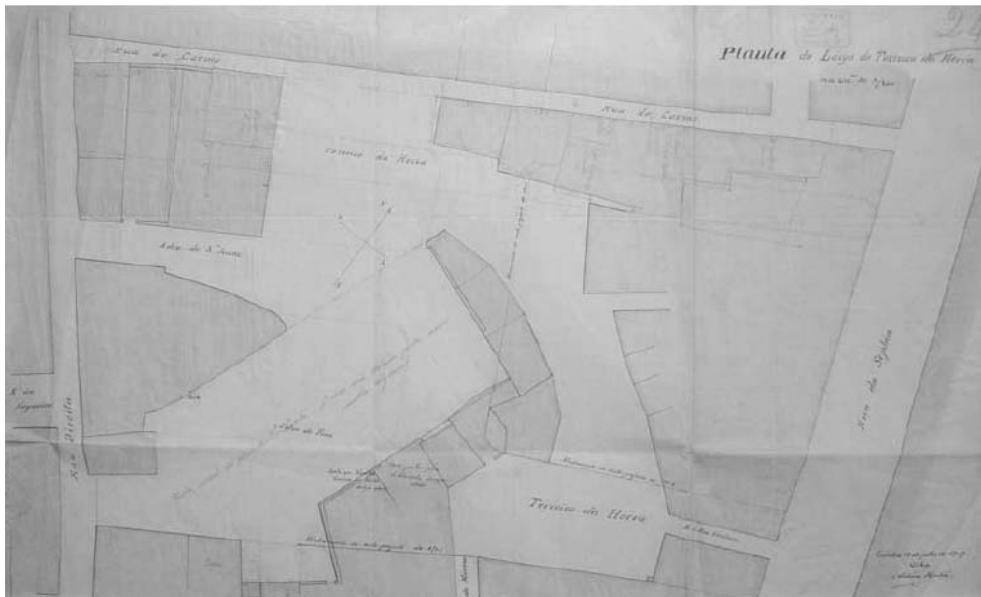


Proposta B -Seminário Inserções

aberto, independentemente do seu desenvolvimento, uma vez que devido ao processo de esvaziamento dos quarteirões que compreendem os edifícios da Rua da Sofia até à Rua Direita, os edifícios nestes espaços encontram-se desocupados e bastante degradados. Este “vazio urbano” libertaria a tensão das ruas da “Baixa” de Coimbra, proporcionando uma ligação privilegiada de toda a cidade, tanto à “Baixa” como à beira-rio, criando assim uma dinâmica urbana completamente diferente e estimulante. Esta ligação apresenta-se como uma oportunidade podendo por isso os SMTUC¹¹² reestruturar a sua rede de circulações na “Baixa” aproveitando esse troço, uma vez que, mais do que ter o metro de superfície, é urgente criar uma rede de circulação de transportes públicos mais eficiente. Numa fase de transição entre as duas soluções, poderá abrir-se este troço à circulação automóvel, no sentido Beira-Rio – Sá da Bandeira, criando assim uma dinâmica de circulação diferente, sendo este o sentido de entrada na cidade e o de saída a partir da Rua da Sofia que passaria a ter um sentido único de circulação. *“(…) independentemente da solução a escolher, o atravessamento urbano da Baixinha deve ser visto como uma chance, sem precedentes, de ligar o ponto fulcral de articulação da Coimbra renascentista (R. da Sofia) com a Coimbra oitocentista (Av. Sá da Bandeira) à frente ribeirinha, cumprindo um desejo antigo da cidade. Esse atravessamento urbano permitirá redescobrir a cidade “invisível” que conforma o interior da Judiaria Nova, potenciando o seu papel estratégico na cidade. No mesmo sentido, a localização de uma estação de Metro no interior do conjunto, servirá como factor de dinamização plurifuncional do seu tecido sócio-económico adormecido.”*¹¹³

112 Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra

113 BYRNE, Gonçalo; BANDEIRINHA, José António; GRANDE, Nuno; LOBO, Rui; RABAÇA, Armando - *Metro ligeiro de superfície na Baixa de Coimbra*, p. 19



Terreiro da Erva inícios do Século XX
Planta de 1910.

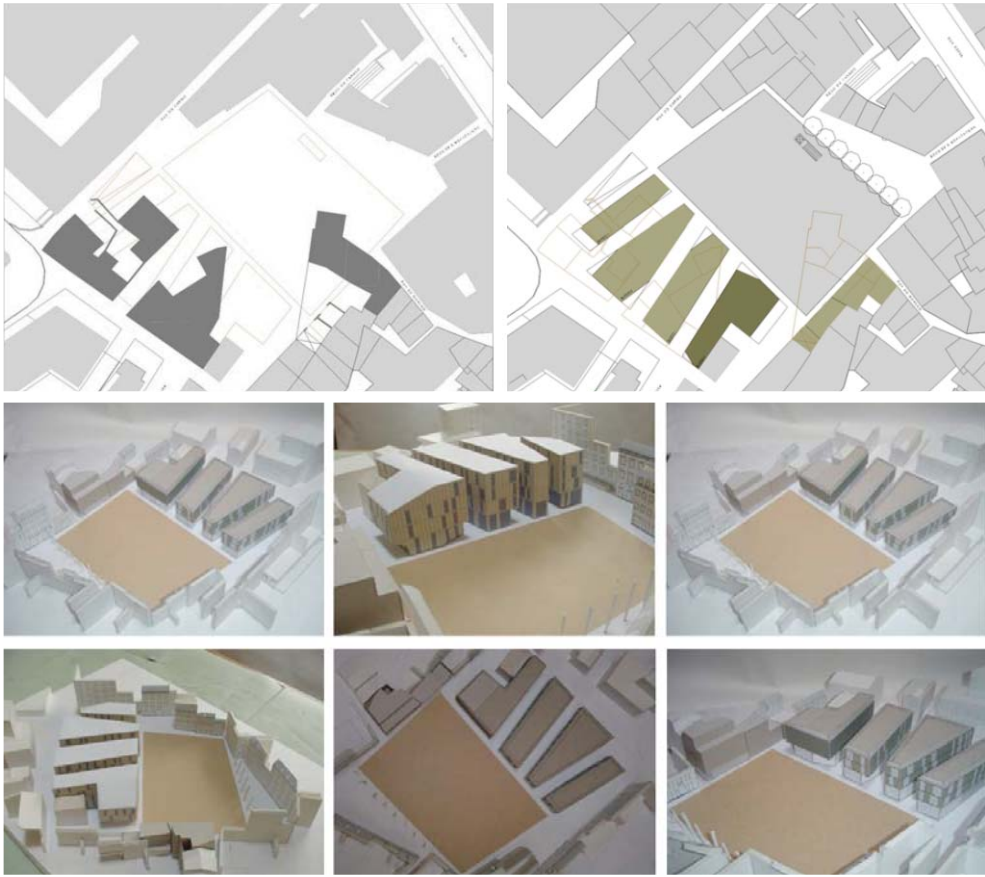
A 2ª unidade de intervenção tem uma superfície de cerca de 22500 m², composta por 118 imóveis¹¹⁴ incluindo parte da Rua da Sofia, classificada pela UNESCO como Património da Humanidade e previamente pelo IPPAR¹¹⁵, fazendo com que todos os imóveis da rua estejam classificados como Imóveis de Interesse Público e tenham a sua zona de protecção. Uma vez que se rege pelos mesmos princípios da 1ª Unidade de Intervenção relativamente a reabilitação e requalificação do edificado, daremos maior destaque ao estudo para o arranjo urbano do Terreiro da Erva.

O Terreiro da Erva é conhecido como um espaço que combina, para além dele, outros dois espaços: a Quinta do Prior e o Adro de Santa Justa, adro esse que actualmente não possui nenhuma igreja. No século XII implantou-se nesse local o mosteiro e a igreja de Santa Justa, que lá permaneceu até ao início do século XVIII, acabando por ser destruído pelas sucessivas inundações do rio Mondego, deslocando-se assim a igreja para uma cota mais elevada, no final da Rua da Sofia. Este espaço, com uma geometria complexa, destaca-se da malha da “Baixa” uma vez que faz a transição entre o seu tecido medieval e as construções mais recentes. *“Nos casos piores, tem-se deixado as áreas antigas ao sabor dos interesses particulares, nos melhores existem preocupações de não deixar estragar essas zonas mas, ao mesmo tempo, deixa-se fazer, fora delas, tudo o que cada um quiser, sem critério urbanístico (e a má qualidade da maioria dos planos ajuda isso), sem se ver que uma cintura nova desordenada é tão atentatória da imagem das áreas antigas como o aparecimento de edifícios novos no próprio centro histórico.”*¹¹⁶ Hoje em dia é um dos espaços mais problemáticos da “Baixa”, devido ao ambiente

114 Segundo o relatório da CIB, 34 dos edifícios encontram-se em bom estado de conservação, 36 em razoável, 19 em mau, 22 em ruína e 7 em construção. É uma zona com um uso predominantemente comercial no rés-do-chão (47%) e residencial nos pisos superiores (44%).

115 desde 22 de Novembro de 1971

116 PORTAS, NUNO - *Os tempos das formas*, p. 164



2ª Unidade de Intervenção Coimbra Viva-SRU

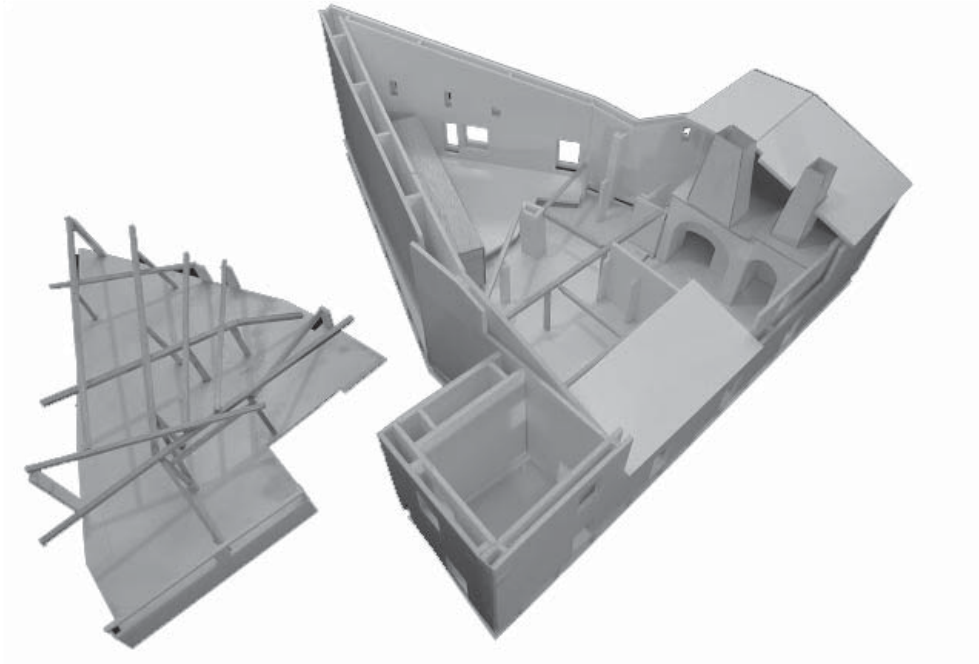
de insegurança que se faz sentir, resultado da sua apropriação por pessoas relacionadas com problemas de toxicod dependência (situação que naturalmente retrai a sua utilização por parte da restante população). *“Os comerciantes, mas também quem circula habitualmente no Terreiro da Erva, garantem que aquela zona da Baixa está «cada vez mais insegura» e queixam-se da presença constante, e por vezes em grande número, de toxicod dependentes que, tendo ali a funcionar o Gabinete de Apoio ao Toxicod dependente (GAT) da Cáritas Diocesana de Coimbra, abordam quem estaciona no largo, pedindo moedas, ameaçando ou danificando viaturas em caso de resposta negativa, havendo casos de pequenos furtos, dentro e fora dos automóveis.”*¹¹⁷

A principal estratégia para a sua requalificação assenta na eliminação da circulação automóvel e dos lugares de estacionamento, criando assim uma praça exclusivamente pedonal. *“A marcação clara de um “espaço de praça” é feita através da regularização do espaço central e da consolidação dos espaços envolventes. Neste contexto, propõe-se a substituição dos edifícios degradados existentes, entre o Adro de Santa Justa e a Rua Direita, por uma massa construída de raiz. Com a demolição das construções existentes, torna-se necessária a construção de edifícios que fechem a praça e que, ao mesmo tempo, lhe confira uma dimensão adequada à escala dos edifícios que a envolvem, assegurando que esta não se torne demasiado “aberta.”*¹¹⁸

“Deverá ser mantida e fomentada a presença da habitação, não só pela manutenção dos actuais moradores como pelo esforço de atracção de novos, numa atitude de diversificação de tipologias habitacionais. Ao nível do piso térreo

117 DIÁRIO DE COIMBRA – *Comerciantes dizem que toxicod dependentes tornam Terreiro da Erva mais inseguro*, 29 de Agosto de 2012

118 COIMBRA VIVA SRU - *2ª Unidade de Intervenção – bases para intervenção/Documento estratégico*. p. 26



Sociedade de Cerâmica Antiga de Coimbra
Maquete Arq. Luísa Bebiano, Atelier do Corvo e Arquitecto Pedro Canotilho

deverá promover-se a presença do comércio, especialmente aquele que possa conferir animação ao espaço público, com especial relevância para o artesanato e similares de hotelaria em situação de esplanada."¹¹⁹ Para o espaço subterrâneo propõe-se um estacionamento que sirva tanto os espaços comerciais como habitacionais propostos.

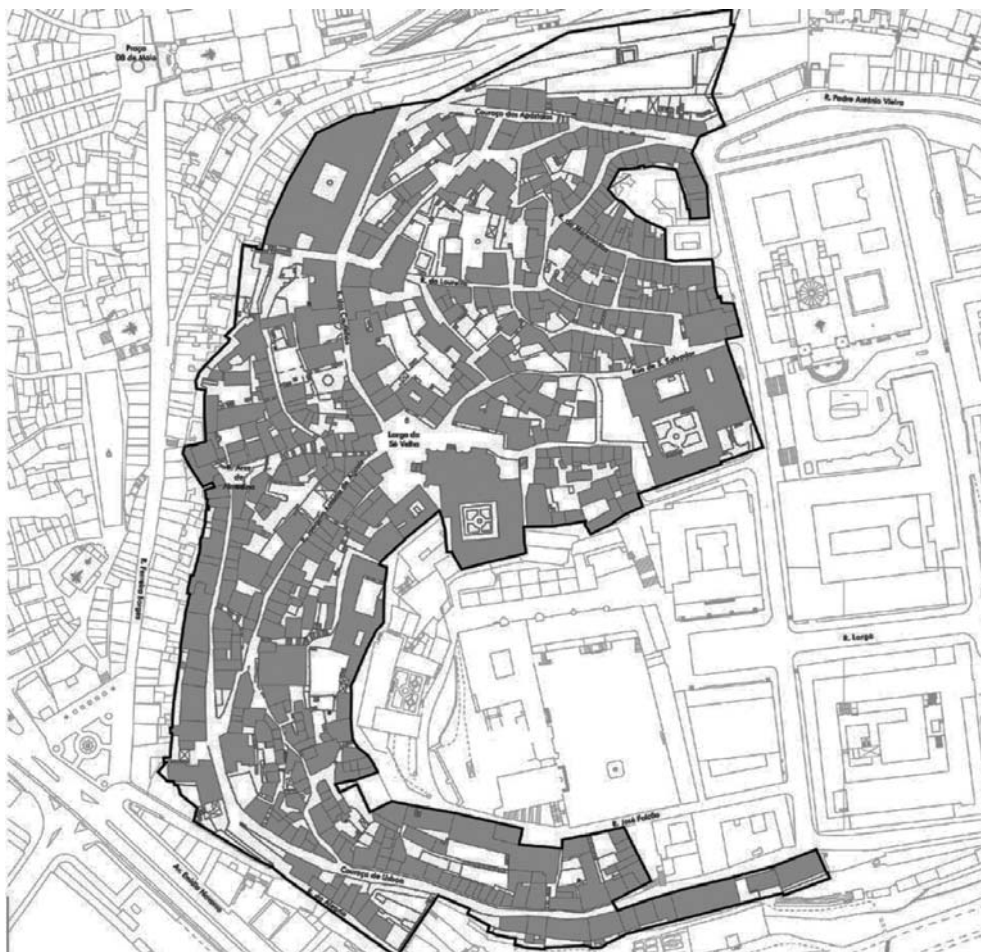
De uma forma geral, a intervenção nestas áreas tem como estratégia a manutenção da estrutura urbana; a abertura de alguns percursos no interior dos quarteirões de forma a criar novos espaços e ao mesmo tempo melhorar as condições de salubridade; a requalificação das habitações devolutas ou em ruínas tendo o cuidado de albergar os seus habitantes; e em particular a exploração da unidade artesanal de produtos cerâmicos existente na zona¹²⁰, reabilitando e aproveitando os antigos fornos para que se possa transformar num espaço museológico, contribuindo assim para a organização espacial e dinamização da praça. A arquitecta Luísa Bebiano e o Atelier do Corvo em colaboração com o arquitecto Pedro Canotilho realizaram um projecto de remodelação e reconversão do Edifício da Sociedade Cerâmica Antiga de Coimbra. Como reconhecimento da qualidade e carácter especial da fábrica a Arquitecta Luísa Bebiano afirma que *"A vida daquele lugar residia na sua imaterialidade. O seu carácter era especial. Passámos para o desenho da intervenção sobre o construído. E foi nesse momento que percebi que a intervenção já estava escrita nas camadas de memória. A arquitectura pode ser só isto! A consolidação da pré-existência. A quase não intervenção.*"¹²¹

De uma forma geral a proposta de intervenção da "Coimbra Viva SRU"

119 *Ibidem*, p. 34

120 um dos poucos exemplos de actividades que podem ser consideradas pré-industriais, a antiga fábrica de cerâmica da cidade

121 BEBIANO, Luísa – *A memória de um espaço ou o espaço de uma memória*



Plano de Pormenor da Alta Poente
Projecto de requalificação da Rua do Quebra-Costas e do Arco da Almedina

revela-se como uma hipótese interessante de revitalizar este espaço, da qual salientamos a necessidade de que os edifícios a implantar neste espaço sigam a volumetria dos existentes. Apresenta-se também como crucial recorrer à demolição de alguns edifícios devolutos para conseguir regularizar ao máximo a forma da praça, criando assim um espaço mais amplo. É essencial qualificar e aumentar o número de ligações e relações com os outros espaços da “Baixa”, permeabilizando o espaço. De forma a promover a sua utilização é necessário realizar um tratamento do pavimento, com a criação de zonas verdes que proporcionem sombras e espaços de estar, instalação de mobiliário urbano e a possibilidade de apropriação do espaço público por parte dos programas de restauração para criação de esplanadas.

O “Gabinete Técnico Local da Alta de Coimbra” (GTL), foi constituído em 24 de Janeiro de 2002¹²², tendo como principal objectivo a elaboração de um Plano de Pormenor para a Alta Poente¹²³ que procura reabilitar e renovar as áreas urbanas da “Alta” que se encontram mais degradadas, promovendo e regulamentando a forma de actuar, formal e funcionalmente nos seus edifícios, conjuntos habitacionais e outros espaços relevantes, ampliando e melhorando os seus diversos equipamentos de apoio, fomentando a participação dos agentes económicos, sociais e culturais e reforçando as ligações da “Alta” no Contexto do Centro Histórico. O Plano desenvolveu-se assim em três fases, uma primeira de análise, outra de diagnóstico e por último de proposta.

*Plano de
Pormenor para a
Alta Poente*

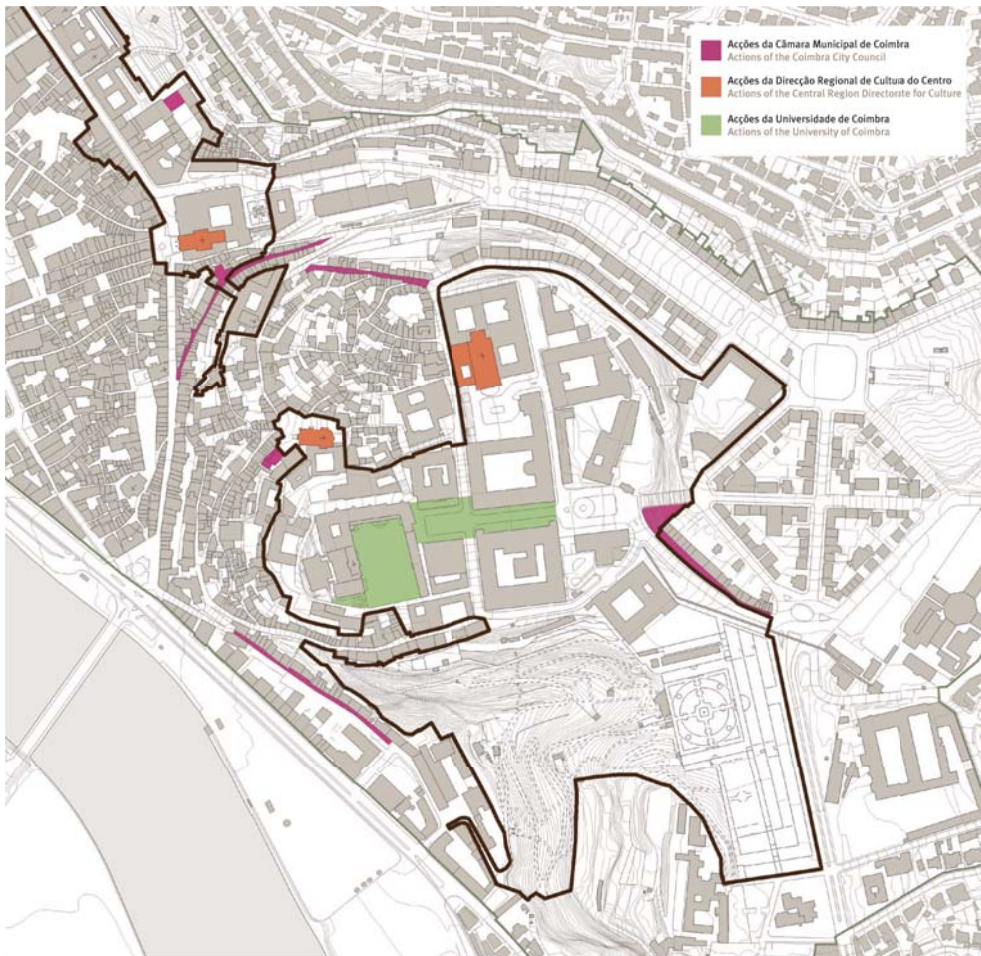
A par de uma base de dados sobre toda a área, realizaram-se inquéritos à população, entre Dezembro de 2005 e Março de 2006, numa parceria entre

122 a partir de um protocolo assinado entre a DGOTDU (Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano), a DRAOTC (Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território do Centro) e a Câmara Municipal de Coimbra

123 publicado em Diário da República nº 86 de 4 de Maio de 2006.

o Centro de Estudos Sociais da UC no âmbito do projecto “Dinâmicas de recomposição socioeconómica dos centros históricos: o caso de Coimbra” e o Gabinete para o Centro Histórico. Este trabalho reuniu informações sobre os inquiridos e o respectivo agregado, os alojamentos e as condições de habitação, os padrões de residência e de mobilidade e a integração local e percepção do meio. A segunda fase, de diagnóstico prospectivo, identificou os problemas e as respectivas oportunidades de transformação. De forma a consolidar esses resultados foram realizadas reuniões com as diversas entidades, com a população e os seus representantes.

A proposta do plano procura organizar e qualificar o tecido urbano e as suas acções desenvolvem-se segundo três temas, o ambiente urbano, o património edificado e as infra-estruturas. Esse objectivo é conseguido a partir da identificação dos espaços públicos e colectivos com potencial de transformação, de forma a servirem para usufruto da população. Nesse sentido, foi pensado um projecto de requalificação e uniformização das “entradas na Alta”, de forma a criar pontos cativantes de chamada, como é o caso do “Projecto de Requalificação da Rua do Quebra-Costas e o Arco da Almedina”. Relativamente ao Património edificado, mais do que tudo, procura promover a ocupação dos edifícios devolutos, recuperando o edificado e o espaço público. Quanto às infra-estruturas, pretende melhorar os perfis viários existentes, sugerindo para isso uma reformulação da hierarquização das vias e criação de zonas de circulação exclusivamente pedonais. Defende uma urgente redução do tráfego urbano através de uma rede de transportes colectivos mais eficientes e ecológicos e a disciplina do estacionamento público, através da criação de um conjunto de zonas de estacionamento na área envolvente ao Centro Histórico.



No desenvolvimento do processo de candidatura da “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia” a Património Mundial da Humanidade, tornou-se necessário e vantajoso criar um conjunto de colaborações com as outras entidades responsáveis pela gestão do património, de forma a garantir a sua concretização e envolvimento nas acções previstas no Plano de Gestão. De modo a responder a essa necessidade, surgiu a “Comissão Técnica” da candidatura cujo objectivo passou então por reunir as diferentes entidades responsáveis¹²⁴ e desenvolver metodologias de trabalho e propostas de acções para intervenções físicas.

Comissão Técnica

As diferentes entidades visaram criar um programa de acção conjunto denominado “Cidade Univer[sc]idade, Regenerar e Revitalizar o Centro Histórico de Coimbra”¹²⁵, que se desenvolveu entre 2009 e 2011 com objectivo de dotar o espaço público e edificado de condições de acessibilidade; organizar e potenciar as estadias dos visitantes na cidade; aumentar a oferta de equipamentos sociais de proximidade para os residentes, reduzindo para isso o impacto das deslocações de automóveis; e recuperar, potenciar e dar novas funções a diversos edifícios históricos com proveitos turísticos e para a própria comunidade.

*Cidade
Univer[sc]idade*

Esta parceria conseguiu financiamento para quinze projectos, dos quais a CMC ficou responsável pela implementação de oito, a Direcção Regional do Centro de cinco e a Universidade de dois. Merecendo destaque, entre esses, a criação de

124 composta por técnicos do Gabinete de Candidatura à UNESCO da Universidade de Coimbra, do Gabinete para o Centro Histórico e do Gabinete Técnico Local, da Câmara Municipal de Coimbra, dos à data, Instituto Português do Património Arquitectónico - Delegação Centro e Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, que actualmente se fundiram na Direcção Regional da Cultura do Centro e da Sociedade de Reabilitação Urbana – Coimbra Viva

125 “[...] foi candidatado em concurso específico ao Mais Centro – Programa Operacional Regional do Centro enquadrado na área de intervenção das “Parcerias para a Regeneração Urbana”, inscrita no Eixo 2 – Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos do Programa Operacional do Centro, em Abril de 2008, tendo sido aprovado pela Comissão Directiva do Programa Operacional Regional do Centro, em Junho de 2008”. In, *UNIVERSIDADE DE COIMBRA – Candidatura da “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia” a Património Mundial da Humanidade, Livro 7*, p. 152

uma equipa multidisciplinar de apoio técnico aos moradores para a reabilitação dos edifícios e habitações, visto que a reabilitação do património edificado deve envolver todos os responsáveis, atribuindo aos proprietários um papel muito importante. Esta estrutura, apresentada na Assembleia Geral da RUAS¹²⁶, será composta por técnicos da CMC e da UC e apoiará os moradores na preparação de dossiês técnicos para a projectos de reabilitação ou qualquer outro projecto para esta área. Destaca-se ainda a aquisição e reabilitação de um edifício para a instalação de um berçário, creche e jardim de infância, por considerarmos que a revitalização deste espaço da cidade só será possível com intervenções desta natureza, que promovam a fixação da população contrariando assim o tendencial êxodo para a periferia, em particular dos casais mais jovens, e que simultaneamente diminuam a necessidade de utilização de transportes particulares. O imóvel escolhido encontra-se no Largo da Sé Velha em avançado estado de degradação e a sua obra foi adjudicada no passado dia 15 de Abril de 2013¹²⁷.

Este conjunto de planos, projectos e regulamentos permitiu, mais do que o início da reabilitação de Centro Histórico, o compromisso e a dinamização do processo, mesmo sendo em resposta a uma estratégia imposta pela UNESCO. Consideramos ser este o efeito mais relevante deste tipo de classificações para o espaço urbano. Fazendo um paralelismo com algumas das conclusões da Coimbra 2003 Capital Nacional da Cultura, segundo António Augusto Barros¹²⁸, *“o mecanismo das capitais parece-me um instrumento muito primário, muito pobre, para o desenvolvimento de uma estratégia cultural. É normalmente utilizada por políticos que não têm programa e que pretendem criar acontecimentos e mostrar*

126 no dia 12 de Julho, na qual estive presente

127 Diário de Coimbra, 16 de Abril de 2013

128 em 2004 Director artístico d'A Escola da Noite e coordenador do projecto Cena Lusófona

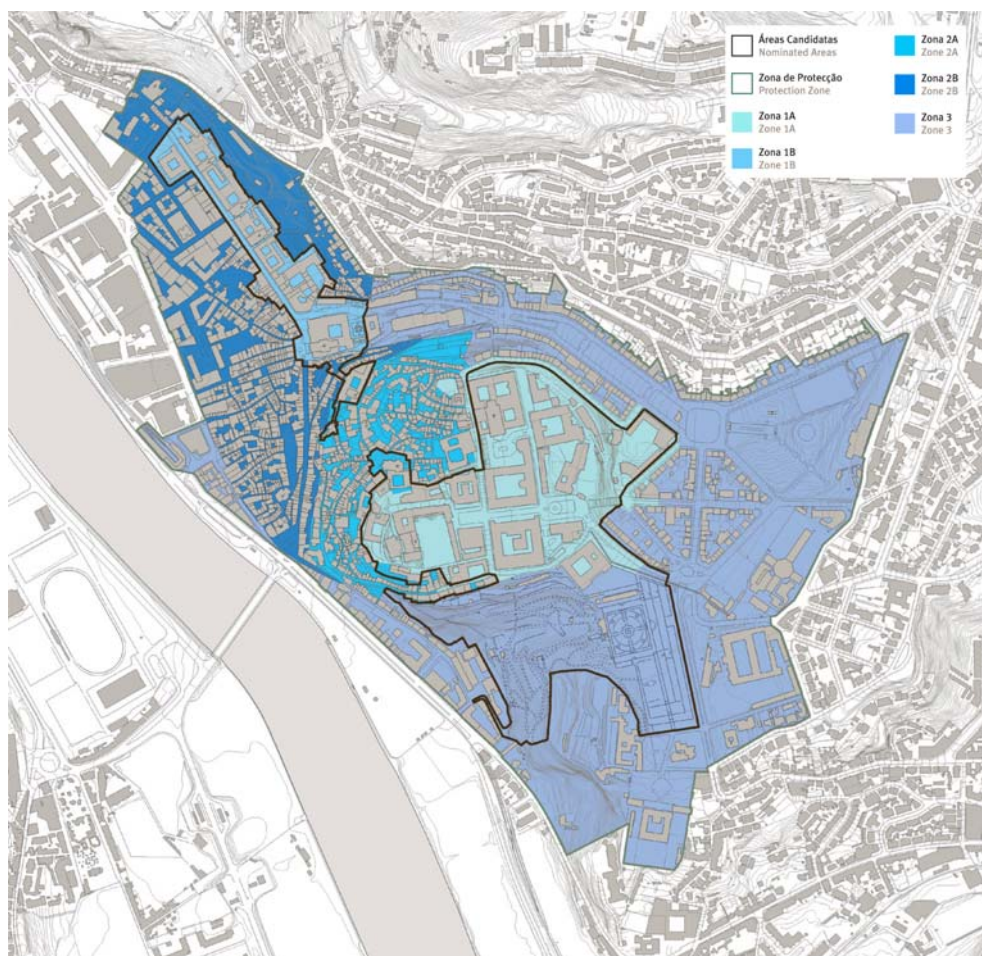
*que as coisas mexem, ainda que não saiam, realmente, do mesmo sítio. Daí que seja sempre mais importante o espavento, a institucionalidade da coisa, do que a coisa propriamente dita – a sua racionalização, a sua função, a sua visão, o terreno que prepara.*¹²⁹ E ainda segundo Carlos Fortuna, *“Sem avaliar o desempenho da CCNC 2003 em detalhe, fica para balanço a geração de um “efeito 2003”, que traduzo na ideia de a realização se auto-alimentar e ter induzido de alguma maneira um sentimento difuso de necessidade de manter a cidade activa e de “fazer coisas”: debates, edições, mostras, recriações de espaços colectivos, agregar pessoas e mobilizar instituições, grupos e agentes.*”¹³⁰ A possibilidade da classificação de Coimbra como Património da Humanidade, tanto do seu centro histórico como da Universidade, gerou na cidade duas situações distintas. Se por um lado atrasou um possível processo de revitalização do espaço, por condicionar à partida a cidade às regras e visão da UNESCO, por outro potenciou e alertou-a para essa necessidade de reabilitação, promovendo diversas acções e agitando consciências. Mais do que tudo permitiu um início de reafirmação da “auto-estima” que a cidade há muito perdeu.

*“Coimbra é talvez, em Portugal, o exemplo actual mais acabado de desencantamento de uma cidade por força do desgaste da sua imagem tradicional de cidade universitária, cujo monopólio manteve durante séculos. Ao nível discursivo, quando comparada a outras cidades portuguesas, aparece frequentemente como uma urbe que esgotou a sua energia simbólica e a sua capacidade de representação imaginária, como se governada por acontecimentos que não controla.”*¹³¹

129 COIMBRA, Conselho da cidade de - *Coimbra 2003 e depois da festa?*, p. 73

130 *ibidem*, p. 91/92

131 FORTUNA, Carlos; PEIXOTO, Paulo – A recriação e reprodução de representações no processo de transformação das paisagens urbanas de algumas cidades portuguesas. Cit. por PEIXOTO, Paulo – *O Passado ainda não começou*, p. 373



Regulamento Municipal de Edificação, Recuperação e Reversão Urbanística da Área afectada à candidatura da Universidade de Coimbra a Património Mundial da UNESCO, incluído a Zona de Protecção

AS CONSEQUÊNCIAS DO CARIMBO

Regulamento Municipal

“Todos os bens inscritos na lista de Património Mundial devem ter uma protecção legislativa, regulamentar, institucional ou tradicional adequada que garanta a sua salvaguarda a longo prazo. Esta protecção deve incluir limites correctamente definidos. Assim, os Estados parte deverão fazer prova de uma protecção legislativa adequada aos níveis nacional, regional, municipal e/ou tradicional de um bem.”¹³²

No caso de Coimbra, por forma a responder a esta necessidade, foram criados dois mecanismos que passam a orientar e regular as intervenções na área classificada e respectiva zona de protecção, o Regulamento Municipal e as Áreas de Reabilitação Urbana.

No dia 10 de Fevereiro de 2012, foi publicado em Diário da República¹³³ o Regulamento Municipal de Edificação, Recuperação e Reversão Urbanística da Área afectada à candidatura da Universidade de Coimbra a Património Mundial

132 UNESCO - *Orientações Técnicas para a Aplicação da Convenção do Património Mundial*, p. 20

133 Aviso nº 2129/2012



Centro Histórico Frágil

da UNESCO, incluindo a Zona de Protecção, que de forma a permitir uma maior eficácia e rigor divide-se em três zonas.

“Este processo passa pela atitude de permanente requalificação do bem no sentido de corrigir, equilibrar e avançar na afirmação desta imensa área e do seu riquíssimo património como fator de desenvolvimento económico e social, com respeito pelas pessoas, pela sua cultura, pela organização social e pelas suas diferenças”¹³⁴

Os seus objectivos são apresentados em dez pontos, dos quais destacamos dois: a manutenção e reforço da função residencial como motor de vivificação desta área, melhorando as condições de habitabilidade e definindo níveis mínimos de salubridade; e a salvaguarda e reabilitação dos conjuntos urbanos, edifícios e espaços relevantes existentes, melhorando os seus diversos equipamentos de apoio e definindo as condicionantes formais e funcionais a considerar em todos os projectos de intervenções urbanísticas, corrigindo dissonâncias e anomalias arquitectónicas e reservando as demolições para casos extremos de comprovada impossibilidade de manutenção do edificado existente. Este regulamento encontra-se subordinado às regras previstas no “Regime Jurídico da Urbanização e Edificação”, articulado com o “Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, Taxas e Compensações Urbanísticas de Coimbra” (RMUE). Estabelece um conjunto de vinte regras gerais a aplicar a todas as suas áreas, das quais destacamos as apresentadas posteriormente, por de alguma forma condicionarem, no nosso entender, possíveis intervenções no edificado desta área.

“As características arquitectónicas e históricas dos conjuntos urbanos e dos

134 Preâmbulo do Aviso nº 2129/2012 Diário da República, 2ª série – Nº30 – 10 de Fevereiro 2012, p. 5089

*edifícios existentes devem ser preservadas (nomeadamente: a implantação e os alinhamentos, os logradouros, a estrutura interior – incluindo paredes-mestras e caixas de escadas, a altura, o volume e a configuração da cobertura – incluindo águas furtadas e pisos recuados, pela sua tipologia geral e pelos elementos arquitectónicos que em particular os qualificam).*¹³⁵ Uma vez que defendemos que para uma reabilitação e revitalização sustentável dos edifícios é necessário que estes se adaptem às necessidades e exigências da sua época, é difícil equacionar a sua reabilitação mantendo todas estas especificidades tais como foram pensadas na sua construção. Destaca-se nesse sentido a preservação de caixas de escada pelo bloqueio que traduz à partida a uma alteração de organização espacial e de tipologias dos edifícios.

*“Sempre que da aplicação da legislação específica ou dos regulamentos gerais de edificabilidade, nomeadamente ao nível da segurança, do ruído, do ambiente e das acessibilidades, resultar a perda das características definida na alínea b) [anterior exposição], admite-se o seu não cumprimento, devidamente justificado, embora deva ser promovida a melhoria do desempenho do edifício, através de medidas compensatórias, e não possa ser agravada, com a intervenção, a desconformidade com normas legais e regulamentares.”*¹³⁶ Embora tenhamos a consciência de que a estas áreas não é possível corresponder a maioria dos regulamentos vigentes de segurança e acessibilidade, esta medida demonstra uma metodologia de intervenção que, de uma forma geral, sobrepõe a vontade de preservar o existente à necessária adaptação e qualificação do edificado às exigências contemporâneas.

135 alínea b) do Artigo nº 5 do Aviso nº 2129/2012 Diário da República, 2ª série – Nº30 – 10 de Fevereiro 2012, p. 5091

136 alínea e) do Artigo nº 5 do Aviso nº 2129/2012 Diário da República, 2ª série – Nº30 – 10 de Fevereiro 2012, p. 5091



Graffiti feito num edifício reabilitado da Baixa

*“Em todas as intervenções de reabilitação devem ser utilizados os materiais, as técnicas e os sistemas construtivos tradicionais, reportados às características do projecto original ou do conjunto envolvente, admitindo-se outros que sejam compatíveis com os mesmos”.*¹³⁷ Ainda que compreendamos que esta medida revela uma vontade de manter a identidade de um espaço preocupando-se com as suas especificidades, consideramos que a utilização de técnicas e sistemas construtivos tradicionais poderão prejudicar a reabilitação dos imóveis. O tipo de construção de cada época reflecte o seu nível de conhecimentos e oportunidades, assim sendo, uma tentativa de reprodução do “original” pode comprometer a utilização do edifício, tornando-o menos eficiente a todos os níveis. É necessária a preocupação em manter, de uma forma geral, o aspecto e a tradição de construção, desde que para isso seja possível adaptar as reabilitações às necessidades contemporâneas, certificando-se que as novas técnicas de construção não agridem as anteriores e que preferencialmente sejam omitidas. Nos casos em que tal não seja possível, que consigam garantir sempre que as novas partes se diferenciam claramente do original, utilizando para isso materiais distintos, tal como defende Giovannoni.

*“As alterações de uso permitidas devem ser compatíveis com o carácter dos edifícios e da estrutura existente e não devem provocar ruptura com as tipologias arquitectónicas, devendo os programas de ocupação adaptar-se às condicionantes existentes”.*¹³⁸ As exigências e a dinâmica da habitação alteram-se ao longo dos tempos. As habitações, dentro da flexibilidade que lhes é possível, devem permitir essa adaptação. É portanto essencial que estas novas habitações, resultantes da reabilitação do edificado pré-existente, se adequem ao presente

137 alínea i) do Artigo nº 5 do Aviso nº 2129/2012 Diário da República, 2ª série – Nº30 – 10 de Fevereiro 2012, p. 5091

138 alínea j) do Artigo nº 5 do Aviso nº 2129/2012 Diário da República, 2ª série – Nº30 – 10 de Fevereiro 2012, p. 5091

para que incentivem as pessoas a viver dentro destas, tornando-se para isso necessário criar espaços adaptados às suas exigências.

“A subdivisão de um edifício em maior número de unidades funcionais só é permitida se preservar as características morfológicas e arquitectónicas do imóvel.”¹³⁹, uma vez que admite “a ação de agrupamento de edifícios quando as áreas dos edifícios não possibilitam as condições de habitabilidade para o uso pretendido”¹⁴⁰ e nas regras especiais enuncia ainda que “A subdivisão de um edifício em maior número de fogos ou de outras unidades deve preferencialmente manter a estrutura interior, incluindo paredes mestras, caixas de escada e o pé direito dos pisos existentes.”¹⁴¹

Tendo em conta que as parcelas dos edifícios do centro histórico foram pensadas para um tipo de utilização da habitação absolutamente diferente do actual é natural que muitas vezes não correspondam às necessidades contemporâneas. Nesse sentido a possibilidade de agrupamento apresenta-se como essencial: não podemos criar edifícios com uma oferta padrão, estas habitações devem oferecer oportunidades heterogéneas para diferentes tipos de público.

“A demolição dos edifícios que se apresentam em estado de ruína deve ser efectuada apenas nos casos extremos e irrecuperáveis, depois de comprovada a sua manifesta impossibilidade técnica de manutenção, definidos quais os elementos arquitectónicos reutilizáveis nas obras de reconstrução e assegurada a sua translocação”¹⁴² Uma tão rígida atitude em relação à demolição poderá traduzir-se numa cristalização do edificado. Em caso de ruína, na maioria

139 alínea k) do Artigo nº 5 do Aviso nº 2129/2012 Diário da República, 2ª série – Nº30 – 10 de Fevereiro 2012, p. 5091

140 alínea l) do Artigo nº 5 do Aviso nº 2129/2012 Diário da República, 2ª série – Nº30 – 10 de Fevereiro 2012, p. 5091

141 nº 2 Artigo nº 6 do Aviso nº 2129/2012 Diário da República, 2ª série – Nº30 – 10 de Fevereiro 2012, p. 5092

142 alínea o) do Artigo nº 5 do Aviso nº 2129/2012 Diário da República, 2ª série – Nº30 – 10 de Fevereiro 2012, p. 5091



Edifício da Alta

dos casos, os custos de recuperação são demasiado elevados, dificultando a reabilitação. Uma vez que *“na sua concretização, elas [práticas de reabilitação e de requalificação urbana] são o resultado de uma intervenção que configura junto dos seus propulsores, sentimentos antinómicos de paixão pelo passado, de desencanto pelo presente e de confiança no futuro das cidades”*¹⁴³, chegando até a ser irónico que enunciem que *“a demolição não autorizada de edifícios, no todo ou em parte, obrigará à reedificação com as características preexistentes do imóvel, (...) não podendo daí resultar ganhos de área útil”*. Medida que demonstra uma visão “museológica” à cerca da intervenção nesta área.

Refere ainda que *“A demolição/desconstrução de edifícios por razões de reconversão urbanística de área específica [como está prevista em muitos dos planos elaborados para esta zona], nomeadamente para melhoria das condições de acessibilidade pública aos conjuntos edificados, só poderá ser efetuada após aprovação do projecto de reorganização da área a intervir e de plano de contenção e só será possível se revestir indiscutível interesse colectivo ou estiver expressamente prevista em instrumento de planeamento em vigor.”*¹⁴⁴ O centro histórico precisa urgentemente de libertar o seu espaço de forma a criar novos espaços. A sua malha medieval não permitirá uma revitalização eficiente, devido às poucas relações entre os espaços e as possibilidades de risco que essa situação proporciona, aumentando o sentimento de insegurança. É necessário criar mais ligações e percursos, dentro do próprio espaço, e deste com o envolvente, situação que só será possível através da demolição total ou parcial de edifícios. Exemplos como o, já defendido, da “1ª Unidade de Intervenção da Coimbra Viva SRU” são essenciais, para criar espaços de circulação e de estar

143 PEIXOTO, Paulo - *O passado ainda não começou*, p.9

144 alínea q) do Artigo nº 5 do Aviso nº 2129/2012 Diário da República, 2ª série - Nº30 - 10 de Fevereiro 2012, p. 5091

que transmitam segurança e incentivem a sua utilização.

Para além das regras gerais, o regulamento estabelece ainda regras especiais adaptadas, de uma forma geral, a todas as zonas de intervenção, referentes a: utilização e subdivisão dos edifícios, volumetria, logradouros e caves, paredes exteriores e superfícies arquitectónicas, portas, janelas e outros vãos, coberturas, equipamentos técnicos e publicidade. Das quais se salienta a proibição da alteração de uso habitacional para outros fins¹⁴⁵, com algumas excepções: os edifícios que não reúnam, nem possam vir a reunir, depois de obras efectuadas, as condições mínimas de habitabilidade e se não for possível recorrer a acções de agrupamentos de prédios, dada a tendência para uma indesejável regressão da função residencial. Esta medida apresenta-se como essencial visto que ao longo dos tempos, tal como já foi exposto, consequência do abandono de grande parte da população e em detrimento das novas necessidades do comércio, os comerciantes do centro histórico começaram a utilizar os pisos superiores das suas lojas como armazéns, assim como vários proprietários permitiram a transformação de espaços habitacionais em laboratórios, consultórios de médicos e advogados, minimamente adaptadas para o efeito. Esta situação, apesar de reduzir o número de habitantes até certa altura, foi benéfica para o centro histórico porque atraía pessoas pelo menos num período diurno, situação essa que já não se manifesta nos dias de hoje, devido à deslocação da maioria desses serviços para outras zonas da cidade, consequência da decadência e abandono a que chegou este espaço. Defendemos que uma retoma em parte a essa situação é essencial, por parte de pequenas empresas e ateliers, garantindo que a função habitacional não só está assegurada como é a principal preocupação.

145 alínea a) do ponto 1 Artigo nº 6 do Aviso nº 2129/2012 Diário da República, 2ª série – Nº30 – 10 de Fevereiro 2012, p. 5091

Baseando-se nos mesmos pressupostos, *“É proibida a alteração de estabelecimentos de comércio e de restauração ou bebidas para fins distintos de qualquer um destes nas áreas exclusivamente pedonais, ao nível do rés do chão.”*¹⁴⁶, que dentro da mesma lógica procura garantir uma forma de ocupação. Contrariamente a este facto, a manutenção do uso de garagem não se revela essencial. *“É proibida a alteração de uso de garagem para outros fins, salvo em áreas exclusivamente pedonais e aquelas que não reúnam condições de acesso a veículos automóveis”*¹⁴⁷, tendo em conta que esses espaços se podem transformar em programas de utilização colectiva (como por exemplo, espaços comerciais) que potenciem a dinamização de toda a área, uma vez que, enquanto locais de estacionamento, não respondem às reais necessidades quantitativas. Esta zona da cidade exige uma política de estacionamento comum, que permita e garanta um local seguro e acessível aos utilizadores, de preferência na sua periferia imediata de forma a não prejudicar a sua vivência.

*“Os anexos existentes nos logradouros, nos pátios interiores e nos saguões ocupados devem ser eliminados, libertando esses espaços para áreas sem qualquer tipo de edificação.”*¹⁴⁸ São necessários espaços que acrescentem valor às habitações bem como um aumento das zonas permeáveis e espaços verdes, criando assim uma imagem muito mais limpa e garantindo uma maior salubridade e qualidade de vida aos seus habitantes (podendo até ser transformados em espaços de usufruto colectivo para a vizinhança).

Relativamente aos elementos que ditam a imagem do centro histórico, de

146 alínea d) do nº1 Artigo nº 6 do Aviso nº 2129/2012 Diário da República, 2ª série – Nº30 – 10 de Fevereiro 2012, p. 5092

147 alínea c) do nº 1 Artigo nº 6 do Aviso nº 2129/2012 Diário da República, 2ª série – Nº30 – 10 de Fevereiro 2012, p. 5092

148 alínea d) do nº 3 Artigo nº 6 do Aviso nº 2129/2012 Diário da República, 2ª série – Nº30 – 10 de Fevereiro 2012, p. 5092

uma forma geral procuram garantir uma continuação e salvaguarda da sua identidade. Quanto às fachadas: *“Nas paredes exteriores características do conjunto onde se inserem, devem ser respeitados e mantidos todos os elementos que as constituem, tais como cantarias, cornijas, cunhais, frisos, molduras, óculos, pilastras, vãos, varandas ou quaisquer outros elementos existentes”*¹⁴⁹, tal como *“as cores das superfícies arquitectónicas, englobando os rebocos e outros elementos cromáticos, devem ser tradicionalmente utilizadas com suporte em estudo técnico e histórico.”*¹⁵⁰ Relativamente aos elementos pétreos e azulejos: *“elementos pétreos (...) devem ser calcários, não podendo ser polidos, ter acabamento brilhante ou ser pintados, mas podendo ser caiados”*¹⁵¹ e *“Os azulejos antigos que revestem as paredes exteriores dos edifícios ou muros devem ser mantidos e restaurados”*¹⁵². No que diz respeito aos vãos exteriores define que: *“devem ser respeitadas e mantidas as guarnições em madeira, a cantaria de calcário e os fingidos de argamassa”*¹⁵³ e as *“padieiras, as ombreiras, os parapeitos e as soleiras devem ser em cantaria de calcário ou madeira, com textura, cor e tipo semelhante ao existente, não sendo permitido outro tipo de material pétrio, mosaicos, tijoleiras ou perfilados de cimento.”*¹⁵⁴ E em relação às coberturas, *“A configuração, a estrutura e o tipo de telhados devem ser mantidos, bem como as pendentes e as orientações dos planos”*¹⁵⁵ para além de que todos *“os telhados devem ser revestidos com telha*

149 alínea a) do nº 4 Artigo nº 6 do Aviso nº 2129/2012 Diário da República, 2ª série – Nº30 – 10 de Fevereiro 2012, p. 5092

150 alínea c) do nº 4 Artigo nº 6 do Aviso nº 2129/2012 Diário da República, 2ª série – Nº30 – 10 de Fevereiro 2012, p. 5092

151 alínea g) do nº 4 Artigo nº 6 do Aviso nº 2129/2012 Diário da República, 2ª série – Nº30 – 10 de Fevereiro 2012, p. 5092

152 alínea k) do nº 4 Artigo nº 6 do Aviso nº 2129/2012 Diário da República, 2ª série – Nº30 – 10 de Fevereiro 2012, p. 5092

153 alínea a) do nº 5 Artigo nº 6 do Aviso nº 2129/2012 Diário da República, 2ª série – Nº30 – 10 de Fevereiro 2012, p. 5092

154 alínea c) do nº 5 Artigo nº 6 do Aviso nº 2129/2012 Diário da República, 2ª série – Nº30 – 10 de Fevereiro 2012, p. 5092

155 alínea a) do nº 6 Artigo nº 6 do Aviso nº 2129/2012 Diário da República, 2ª série – Nº30 – 10 de Fevereiro 2012, p. 5092

*cerâmica de barro vermelho*¹⁵⁶ Tal como as *“claraboias, as trapeiras, as cúpulas, os pináculos ou quaisquer outros elementos existentes devem ser recuperados e mantidos na sua forma original/tradicional”*.¹⁵⁷

Deste modo, estas medidas vão ao encontro, e sublinham a ideia, de que a imagem do centro histórico deve ser tratada e mantida. É necessária uma preocupação com as fachadas e os elementos característicos das ruas, como candeeiros, números de porta, pavimentos e caixotes do lixo, de forma a melhorar a imagem geral e garantir uma unidade, salvaguardando sempre que essas medidas não impossibilitem a melhoria dos espaços e dos edifícios. Apesar de defendermos que o regulamento não deve impor regras demasiado rígidas que bloqueiem a adaptação dos edifícios às necessidades contemporâneas, não decoramos a sua necessária exigência nas questões relacionadas com a imagem do centro histórico. Acima de tudo, é necessário salvaguardar o tipo de materiais e linguagem utilizada na cidade.

No entanto, essas questões têm que ser cuidadosamente equacionadas caso a caso, porque medidas como a apresentada que enuncia que *“Todos os elementos de pedra que tenham sido destruídos devem ser substituídos por outros semelhantes em dimensões, textura, cor e tipo, sendo proibida a placagem ou forra.”*¹⁵⁸ podem desincentivar ou mesmo bloquear a reabilitação, uma vez que a utilização de placagem, para além de facilitar a reabilitação, diminui os seus custos.

Relativamente aos equipamentos técnicos define que: *“Em telhados ou coberturas é proibida, desde que visível, a aplicação de antenas de*

156 alínea e) do nº 6 Artigo nº 6 do Aviso nº 2129/2012 Diário da República, 2ª série – Nº30 – 10 de Fevereiro 2012, p. 5093

157 alínea b) do nº 6 Artigo nº 6 do Aviso nº 2129/2012 Diário da República, 2ª série – Nº30 – 10 de Fevereiro 2012, p. 5092

158 alínea e) do nº 4 Artigo nº 6 do Aviso nº 2129/2012 Diário da República, 2ª série – Nº30 – 10 de Fevereiro 2012, p. 5092



Telhados. coberturas. antenas

*telecomunicações, aparelhos exteriores de ar condicionado, antenas de TV ou quaisquer outros elementos acessórios que de alguma forma prejudiquem a estética dos edifícios e o enquadramento do imóvel ou zonas a proteger*¹⁵⁹ e ainda *“Em telhados ou coberturas é permitida a colocação de painéis solares e/ou foto voltaicos desde que, cumulativamente, a orientação solar seja adequada, seja preferencialmente utilizada uma única água (aquela que seja orientada para os saquões, lougradouros ou anexos), ocupem no máximo 5% da área total da cobertura até uma máximo de 3,00 metros quadrados, devendo ainda estar embutidos no telhado e ser complanares.”*¹⁶⁰ Estas medidas traduzem-se numa forte dificuldade de implementação de ambos os sistemas devido às regras e restrições, principalmente pelas enormes diferenças de cotas existentes entre os edifícios.

*“Em fachadas é proibida a aplicação de antenas de telecomunicações e de aparelhos exteriores de ar condicionado (mesmo que integrados ou dissimulados na parede), painéis solares e foto voltaicos, postes de eletricidade e de telefone, antenas de TV ou quaisquer outros elementos acessórios que de alguma forma prejudiquem a estética dos edifícios e o enquadramento do imóvel ou das zonas a proteger.”*¹⁶¹ Considerando que estes elementos essenciais para a adaptação dos edifícios às exigências contemporâneas, será necessária uma flexibilidade relativamente à sua introdução, que garanta que estes estejam o menos visível possível.

“Sempre que os elementos publicitários originais/tradicionais nos planos

159 alínea a) do nº 7 Artigo nº 6 do Aviso nº 2129/2012 Diário da República, 2ª série – Nº30 – 10 de Fevereiro 2012, p. 5093

160 alínea b) do nº 7 Artigo nº 6 do Aviso nº 2129/2012 Diário da República, 2ª série – Nº30 – 10 de Fevereiro 2012, p. 5093

161 alínea c) do nº 7 Artigo nº 6 do Aviso nº 2129/2012 Diário da República, 2ª série – Nº30 – 10 de Fevereiro 2012, p. 5093

*de parede se revelarem uma característica relevante dos estabelecimentos comerciais, deverão ser restaurados, desde que manifestamente se comprove serem valorizadores do edifício e do conjunto em que se insere.*¹⁶² Numa zona comercial, como na sua grande parte é o centro histórico, uma questão como esta é extremamente importante. Torna-se necessária a existência de uma política de atracção de novos comerciantes, através de uma mútua flexibilidade de ambas as partes, para que essa fixação seja potenciadora de novos usos e dinâmicas. Para isso é essencial que os elementos publicitários sejam regulados e respeitem o espaço.

Sem prejuízo das regras apresentadas anteriormente são ainda dadas regras específicas para cada zona, das quais destacamos a restrição, e nalguns casos proibição, da utilização de superfícies envidraçadas e de ensombramento através de portadas exteriores.

Este regulamento entrou em vigor 30 dias após a sua publicação, ou seja, a 23 de Março de 2012, e *“aplica-se aos procedimentos já iniciados à data da sua entrada em vigor, sem prejuízo de salvaguarda dos atos já praticados”*.¹⁶³ Com a sua publicação, são revogadas todas as disposições regulamentares que entrem em contradição com o presente regulamento e é também revogado o “Regulamento Municipal de Edificação, Recuperação e Reconversão Urbanística da Área Crítica do Centro Histórico da Cidade de Coimbra”¹⁶⁴, com excepção do seu artigo 22º. Acrescenta ainda que caso existam *“Áreas de Reabilitação Urbana, Planos de Pormenor ou Planos de Salvaguarda de conjuntos ou imóveis classificados, inseridos na área afectada a este Regulamento, aplicam-se as normas previstas*

162 alínea a) do nº 8 Artigo nº 6 do Aviso nº 2129/2012 Diário da República, 2ª série – Nº30 – 10 de Fevereiro 2012, p. 5093

163 norma transitória do Aviso nº 2129/2012 Diário da República, 2ª série – Nº30 – 10 de Fevereiro 2012, p. 5095

164 publicado em Diário da República, 2ª série, de 7 de Janeiro de 2003

as consequências do carimbo

*naqueles instrumentos.*¹⁶⁵ Instrumentos estes que deverão ser elaborados de acordo com este Regulamento.

165 n.º 5 do Artigo n.º 2 do Aviso n.º 2129/2012 Diário da República, 2.ª série – N.º30 – 10 de Fevereiro 2012, p. 5090



Área de Reabilitação Urbana - Coimbra Alta. Coimbra Baixa. Coimbra Rio

Áreas de Reabilitação Urbana

As Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) são instrumentos elaborados de forma a agir na reabilitação urbana e concretizam-se através das Operações de Reabilitação Urbana (ORU), que podem ser simples, ou seja, centradas na reabilitação do edificado, ou sistemáticas, em que uma intervenção mais vigorosa no edificado é acompanhada de uma intervenção no espaço público, nas infraestruturas e nos equipamentos colectivos, procurando uma intervenção integrada. Assim, surgem em Coimbra três planos para ARU, “Coimbra Alta”, desenvolvida pela CMC e “Coimbra-Baixa” e “Coimbra Rio”, desenvolvidas pela “Coimbra Viva SRU”. Para os três planos, foi encomendado um estudo à empresa “Parque Expo” (que recorreu à sua equipa multidisciplinar e à assessoria técnica especializada da empresa MW, planeamento e arquitectura Lda, representada pelo arquitecto Walter Rossa) que trabalhou em parceria com todas as entidades que, de alguma forma, estão relacionadas com as áreas a reabilitar.

A ARU “Coimbra Alta” foi publicada em Diário da República a 20 de Março



Área de Reabilitação Urbana - Coimbra Alta

2013¹⁶⁶ “para execução de uma operação de reabilitação urbana simples e respectiva estratégica de reabilitação urbana”¹⁶⁷, decorrente da constatação do trabalho de reabilitação já realizado e em curso, desenvolvido sob orientação do Gabinete para o Centro Histórico, não impedindo uma atitude mais alargada e integradora que contemple diferentes componentes do tecido urbano como infraestruturas, equipamentos, espaços verdes e urbanos de utilização pública e colectiva. Essas operações irão decorrer durante nove anos, de 2012 a 2020, podendo o prazo ser prorrogado até ao limite máximo de seis anos.

A área abrange uma zona de 12 hectares e 431 edifícios e as suas ORU têm como base o “Plano de Pormenor da Encosta Poente da Alta”, tanto a nível de análise como de intervenção. Assim, enuncia como prioridades e objectivos: prosseguir com a reabilitação do parque edificado; promover a ocupação dos edifícios devolutos; incentivar a criação de equipamentos e serviços de proximidade; incentivar a instalação de novos estabelecimentos comerciais e a urgente reabilitação e modernização dos actuais; fomentar a reabilitação das Repúblicas e promover a instalação de novas residências para estudantes; incentivar e apoiar a reabilitação do património cultural; dar continuidade à requalificação do espaço público; assegurar uma melhor mobilidade facilitando as deslocações pedonais, limitando o tráfego automóvel de atravessamento e ordenando restritivamente as zonas de estacionamento; privilegiar uma gestão activa e de proximidade do espaço público, assegurando para isso um acompanhamento sistemático e permanente junto da população; promover eventos temáticos de divulgação da “Alta” em articulação com a agenda do resto do Centro Histórico.

166 sob o Aviso nº 4075/2013

167 DIÁRIO DA REPÚBLICA - *Aviso n.º 4075/2013*, p. 10042

Assim, mesmo não sendo esse o objecto de estudo desta investigação, consideramos necessário demonstrar que esta ORU prevê um sistema de apoios e incentivos às acções de reabilitação. Nesse sentido, prevê um regime especial de isenção de quatro tipos de taxas municipais: as referentes ao licenciamento, comunicação prévia e autorização das operações urbanísticas; as relativas à emissão de alvarás que titulam as operações referidas; as devidas por ocupação de domínio público, motivada pelas intervenções e as aplicadas pela realização de vistorias. Actualmente, essas taxas são aplicadas apenas em 10% porém, segundo informação obtida em Assembleia Municipal¹⁶⁸, a isenção total aplicar-se-á em breve, como resultado da discussão pública do PDM. A ORU prevê ainda apoios e incentivos municipais de natureza fiscal, como a isenção de IMI¹⁶⁹, por um período de cinco anos após a conclusão da reabilitação, e a isenção de IMT¹⁷⁰. Como incentivo público municipal à reabilitação, surge o programa “Coimbra Incentiva” que prevê o financiamento à realização de obras, participando o município com 10% do valor global das obras de reabilitação física e funcional dos edifícios ou fracções, e o financiamento do realojamento temporário, a partir da atribuição pela entidade gestora de 300 euros por mês por fracção de subsídio de renda, num prazo máximo de doze meses. E ainda o programa “Coimbra Com Mais Encanto”, que tem como objectivo o tratamento das fachadas dos imóveis que se encontram degradados, através do fornecimento pelo Município de material de pintura (primário, tinta ou cal) e da isenção do pagamento de taxas e licenças de ocupação do espaço público para a montagem dos andaimes/tapumes. Desde o início do programa, em 2002, foram intervencionados 178 edifícios, aproximadamente 32 na “Alta” e 91 na “Baixa”.

168 de 24 de Julho de 2013 na qual estive presente

169 Imposto Municipal sobre Imóveis

170 Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis



Áreas de Reabilitação Urbanas - Coimbra 2027 (anexo II)

No dia 24 de Abril 2013, foi publicada em Diário da República¹⁷¹ a aprovação da *“Delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana denominadas “Coimbra Baixa” e “Coimbra Rio” e os Programas Estratégicos das respectivas Operações de Reabilitação Urbana”*¹⁷², que ao contrário das da ARU “Coimbra Alta”, são operações de reabilitação urbana sistemáticas que decorrerão entre 2012 e 2027.

A ARU “Coimbra Baixa” corresponde a uma zona de 30 hectares e abrange aproximadamente 900 edifícios. Os seus principais objectivos passam por: desenvolver o perfil multifuncional da “Baixa”; requalificar e dinamizar a oferta comercial, de forma a dar resposta às novas necessidades e exigências da população; manter e reforçar os serviços administrativos; valorizar a função habitacional, tendo em vista a fixação e atracção de residentes, designadamente de segmentos específicos (estudantes, utilizadores temporários); promover a reabilitação física do edificado, através da consolidação dos programas de apoio aos proprietários; privilegiar a ocupação dos edifícios e/ou frações devolutos; melhorar as condições de segurança dos edifícios, designadamente reordenando os espaços de armazenagem associados ao comércio; requalificar o espaço público; promover a sua gestão activa; valorizar o canal do metro; incentivar a reabilitação do património cultural e apoiar a sua revitalização funcional; assegurar as adequadas condições de mobilidade na “Baixa”; melhorar a conexão viária entre a “Baixa” e as áreas limítrofes; melhorar a articulação com a margem esquerda do Mondego.

A ARU “Coimbra Rio” corresponde a uma área de 21 hectares e abrange aproximadamente 100 edifícios. Tem como objectivos: reforçar a ligação do

171 sob o Aviso nº 5565/2013

172 DIÁRIO DA REPÚBLICA - *Aviso n.º 5564/2013*, p. 13415

Centro Histórico ao Mondego; potenciar o espaço livre; promover a ocupação de imóveis devolutos através da reconversão dos espaços industriais obsoletos; reconverter a Estação de Coimbra A; criar e valorizar as ligações pedonais entre o núcleo central da cidade e a margem esquerda do Mondego; reabilitar o parque edificado; requalificar os espaços públicos e os jardins existentes; assegurar a construção do canal do metro; assegurar as adequadas condições de mobilidade nesta zona, procurando a resolução dos conflitos entre os modos pedonal e rodoviário; valorizar o percurso entre a “Alta Universitária” e Santa Clara; valorizar e potenciar a oferta hoteleira de toda a zona e integrar esta zona nos percursos turísticos da cidade.

Estas ARU permitirão também a implementação, de forma gradual e integrada, do conjunto de medidas estabelecidas no “Regulamento Municipal da UNESCO”. É necessário salientar que, no que diz respeito às intervenções para o espaço público propostas pela “Parque Expo”, as peças desenhadas dos estudos de delimitações não são vinculativas pois exigirão sempre a elaboração de projectos de execução antes do início das obras.

A “Parque Expo” define seis eixos estratégicos transversais às três ARU, cada um com cinco projectos estruturantes, com propostas para as diferentes áreas, que estão apresentados na sua totalidade e detalhadamente no Anexo II (segundo a lógica e ordem definida pela empresa), dos quais se destaca e analisa, no âmbito desta investigação, os seguidamente apresentados.

Para a “Alta”, de forma a regular o trânsito, prevê a implementação de pilaretes retráteis localizados nas “portas” de entrada e saída da zona condicionada, com um número máximo de autorizações por edifício e estabelecimento comercial. Proposta com a qual nos identificamos relativamente ao conceito mas não ao método. É necessário restringir o acesso e controlar a circulação, contudo, não

ANÁLISE SWOT

PONTOS FORTES

- Posição geoestratégica de Coimbra no território nacional;
- Boa rede de acessibilidades rodoviária e ferroviária;
- Cidade média com raio de influência significativo nos concelhos limítrofes;
- Cidade universitária com projeção nacional e internacional;
- Cidade histórica com centro multifuncional e valioso do ponto de vista patrimonial (histórico, cultural, urbano e ambiental);
- Concentração de recursos humanos jovens e qualificados;
- Serviços avançados e inovadores na área de saúde e das novas tecnologias e existência de espaços equipados com capacidade para fixação de empresas;
- Paisagem "Coimbra e Baixo Mondego" com elevado valor identitário e vistas panorâmicas com qualidade cénica excepcional sobre o Mondego e o Centro Histórico;
- Concentração de equipamentos culturais e entidades com atividade cultural;
- Oferta diversificada de comércio e forte presença e simbolismo do comércio de rua.

OPORTUNIDADES

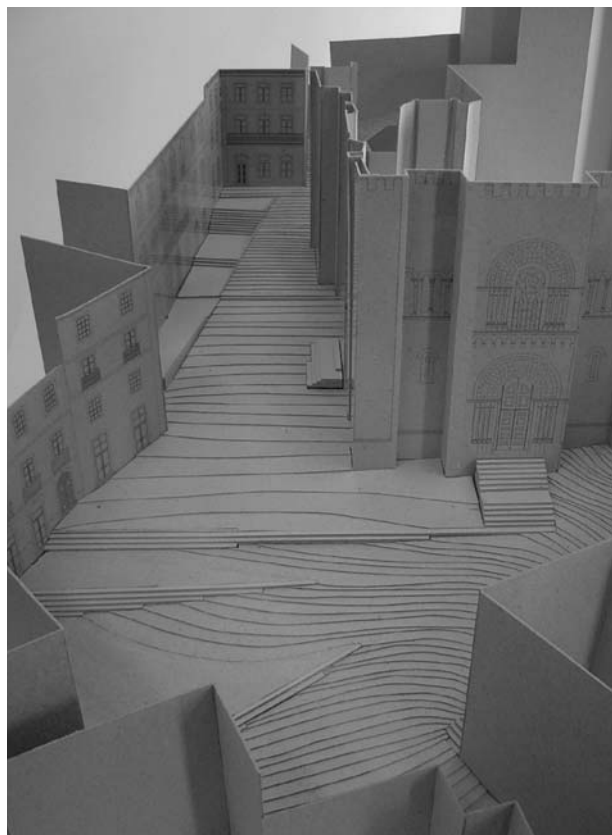
- Cidade com história e com capacidade atrativa de população e visitantes;
- Política pública de intervenção nas cidades, privilegiando o financiamento de operações integradas de regeneração urbana;
- Agilização da reabilitação urbana, através de poderes públicos reforçados, benefícios e incentivos fiscais e financeiros aos proprietários, simplificação de procedimentos e dinamização do mercado de arrendamento;
- Dinamização da Universidade e outros equipamentos educativos e de investigação de referência;
- Valoração e incremento do alojamento local associado à atividade da Universidade de Coimbra (estudantes, nacionais e estrangeiros e investigadores);
- Candidatura da Universidade de Coimbra a património mundial da UNESCO e integração em rede de cidades históricas com elevado valor patrimonial e cultural;
- Incremento da procura turística temática associada ao turismo cultural e MI (meetings industry);
- Criação do Coimbra iParque - Parque de inovação em ciência, tecnologia e saúde;
- Nova estação multimodal de Coimbra;
- Capacidade da frente de rio para consolidação da rede ecológica municipal e articulação entre áreas urbanas, nomeadamente entre margens.

PONTOS FRACOS

- Descentragem e fragilidade das ligações do Centro Histórico no contexto da nova área urbana de Coimbra;
- Reduzido dinamismo empresarial e estrutura de emprego fortemente dependente dos serviços públicos e dos serviços sociais e pessoais;
- Fraca articulação entre entidades e atores locais/regionais;
- Declínio e envelhecimento da população residente no Centro Histórico;
- Bloqueio da relação da cidade com as margens do rio e problemas de mobilidade entre margens;
- Défice de ordenamento e reduzida urbanidade da margem esquerda do Mondego (Santa Clara);
- Congestionamento do tráfego rodoviário no Centro Histórico e estacionamento desordenado;
- Pefix viários desincentivadores da adoção de modos suaves de deslocação;
- Carência de espaços verdes públicos e desqualificação dos espaços livres de enquadramento;
- Concentração de unidades hoteleiras em zona pouco qualificada;
- Perda de vitalidade do comércio tradicional devido à instalação de grandes superfícies exteriores ao centro histórico.

AMEAÇAS

- Crise económica e reduzida capacidade de investimento público e privado;
- Diminuição da capacidade de financiamento de políticas públicas e urbanas;
- Manutenção da situação de perda de centralidade do Centro Histórico no contexto da cidade;
- Tendência de despovoamento e envelhecimento demográfico nos centros históricos;
- Tendência de deslocalização de equipamentos e serviços dos centros históricos;
- Grau de dependência da Universidade enquanto fator de desenvolvimento da cidade;
- Expansão urbana desordenada em áreas visualmente impactantes no Centro Histórico;
- Atraso na concretização das novas infraestruturas de mobilidade previstas para a cidade;
- Manutenção de áreas significativas do centro da cidade encerradas à utilização pública.



Análise SWOT feita pela Parque Expo
Projecto de requalificação do Largo da Sé Velha do Gabinete Técnico Local

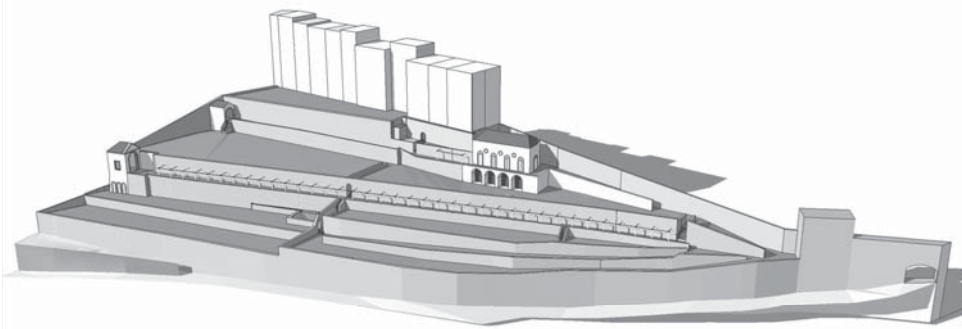
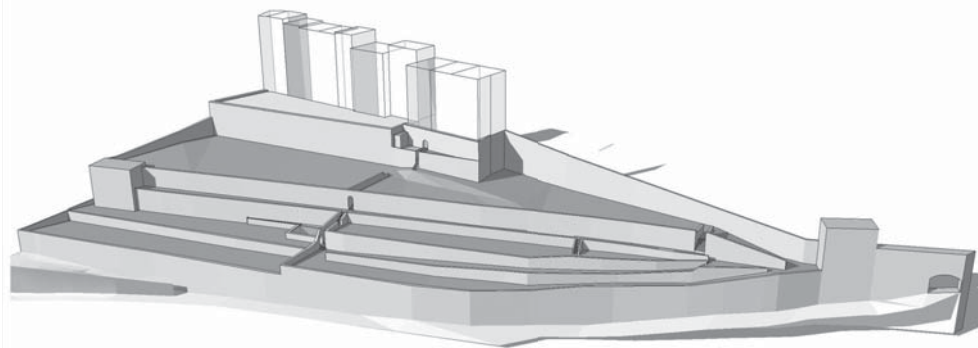
deve passar por uma barreira física, não só por uma questão ideológica mas por nem sequer considerarmos necessário. É possível chegar ao objectivo a partir de um tratamento da rua que crie essa barreira psicológica, assim como de uma maior fiscalização e um reforço da sinalética.

No sentido de valorizar o espaço público, propõe a valorização do Largo da Sé Velha, através da criação de estruturas de suporte amovível e de zonas de estadia, como esplanadas, e a requalificação do Jardim da Cerca de Santo Agostinho, melhorando e aumentando os percursos já existentes e a sua ligação à “Alta”. Destacamos estas propostas pela sua extrema importância para a vivificação e dinamização da zona. O Largo da Sé Velha é actualmente um espaço de passagem que faz a ligação entre as diferentes cotas e é urgente que essa situação se altere. Podendo, para esse objectivo, ter em consideração o projecto de criação de mais plataformas de estadia, estudado pelo “Gabinete Técnico”. E ainda, uma vez que o centro histórico de Coimbra tem o privilégio de estar rodeado por vários jardins, é absolutamente necessário potenciar os seus percursos e as suas relações com a envolvente.

“Só uma cidade pode ser habitada; mas não é possível habitar a cidade se ela não se dispuser a ser habitada, ou seja, se não der lugares. O lugar é o sítio onde paramos: é a pausa – é análogo ao silêncio de uma partitura. Não há música sem silêncio. O território pós-metropolitano ignora o silêncio numa partitura; não nos permite parar, recolher-nos no habitar.”¹⁷³

É necessário atrair pessoas que permaneçam e vivam neste espaço da cidade. Nesse sentido, é preciso dotá-lo de equipamentos e serviços de proximidade, entre os quais caixas de multibanco e uma farmácia (tal como é proposto), aos quais acrescentamos a reintrodução do comércio de proximidade e a

173 CACCIARI, Massimo - *A cidade*, p. 35



Reconstituição do Jardim da Cerca de Santo Agostinho feita pelo Gabinete do Centro Histórico da Câmara Municipal de Coimbra Séc. XVII e Séc. XVIII
Jardim da Cerca de Santo Agostinho actualmente

dinamização do mercado municipal. *“Os comerciantes de proximidade oferecem não somente serviços úteis para os cidadãos mas desempenham também um papel importante na animação da vida urbana e na qualificação e segurança dos espaços públicos. Porque não ajudá-los?”*¹⁷⁴

São vários os edifícios públicos que estão total ou parcialmente desocupados e nesse sentido, a “Parque Expo” propõe a sua apropriação. Esta intenção é materializada na instalação de um equipamento com funções de recreio para a 3ª idade e infância no logradouro do edifício dos laboratórios da Universidade de Coimbra, tal como a apropriação do antigo museu da ciência e da tecnologia como extensão da rede de bibliotecas municipais, com conteúdos multimédia e periódicos. A criação de espaços de recreio, culturais e de lazer que promovam a vivência do espaço é essencial, em complemento à existente Casa da Escrita, que oferece um espaço de leitura e de realização de eventos culturais. Deve por isso oferecer possibilidades heterogêneas a diferentes públicos e diferentes gerações, dessa forma destaca-se a extensão da biblioteca municipal para um espaço da Universidade, por promover uma maior relação entre esse espaço e os cidadãos de Coimbra que não estão relacionados com a Universidade.

A nível habitacional, defende a criação de residências assistidas para idosos propondo para esse efeito o Jardim da Cerca de Santo Agostinho, pela sua localização privilegiada e boas condições de acesso automóvel, bem como a criação de residências temporárias/*city users*, para alojar investigadores, convidados, e alunos, propondo como soluções o antigo Conservatório e o Teatro Sousa Bastos, através da construção de trinta unidades habitacionais de tipologia T0. O centro histórico deve ser o espaço que assume a efemeridade de

174 ASCHER, François - *Novos princípios do Urbanismo; seguido de Novos compromissos urbanos: um léxico*, p. 120



Teatro Sousa Bastos actualmente

estadia característica das pessoas intervenientes na Universidade. No entanto, não consideramos os espaços propostos como hipóteses para a localização destes tipo de habitações. O edifício do antigo Conservatório não pode mais ser considerado uma hipótese devido à sua transformação num *Hostel*¹⁷⁵, que tem dinamizado e promovido a estadia turística na cidade, contudo, o foco da nossa discórdia prende-se com a transformação do Teatro Sousa Bastos. “No início do século XX, o Teatro Sousa Bastos, erigido na Alta da cidade, era um dos polos culturais de Coimbra. Marcou várias gerações até que novas exigências, em termos de acessibilidade, acabaram por torná-lo obsoleto face a outros teatros com melhores localizações. Outros factores contribuíram para o encerramento do Sousa Bastos que hoje é apenas recordado pela fachada, que se encontra grafitada e maltratada pelos elementos. Também o Tivoli, espaço de cinema e teatro localizado na Beira rio, encerrou. Mas ao contrário do Sousa Bastos, o edifício foi recuperado e convertido numa loja de roupa. Destino mais próximo do original teve o Cinema Teatro Avenida, que se transformou num espaço para eventos culturais. Todos eles tiveram em comum o facto de um dia terem tido um lugar na história da cultura de Coimbra e de terem conhecido um fim que muitos ainda lamentam.”¹⁷⁶ Não procuramos, com esta análise, atribuir ou limitar uma função para a reutilização do Teatro Sousa Bastos. No entanto, é necessário que o seu peso simbólico não seja apagado, transformando-o num espaço privado de habitação. Ainda para mais, quando prevemos que, devido ao processo de gentrificação¹⁷⁷ pelo qual o centro histórico poderá passar, será necessário

175 um tipo de alojamento de baixo custo que privilegia a socialização entre os hóspedes, oferecendo dormitórios, instalações sanitárias, cozinha e espaços de estar, partilhados.

176 ELOY, Maria Eduarda - *A cidade construída sobre si própria*, p. 10

177 A origem do termo “gentrification” é atribuída à socióloga Ruth Glass (Parole, 2000). Esta autora inglesa cunhou o termo para dar conta dos fenómenos (ocorridos nos anos 1960) de aquisição de residências degradadas da classe operária por uma classe média que as transformou em casas graciosas e com valor económico. O enobrecimento refere-se, no cunho original que Glass lhe deu em 1964, a uma mudança qualitativa das características sociais dos residentes de um lugar. Termo formado a partir de gentry (nobreza), em português normalmente conhecido por gentrificação ou nobilitação.

que albergue novamente um espaço cultural, mesmo que noutros moldes. Já em 2004, no colóquio “E depois da festa?” Abílio Hernandez defendia que *“é preciso continuar a reflexão sobre o Teatro Sousa Bastos e chegar a soluções que contemplam os anseios dos que têm defendido a continuação do uso deste espaço na área da cultura e das artes. O Teatro Sousa Bastos não pode continuar à espera.”*¹⁷⁸ E também, no âmbito social e cultural, uma vez que não está contemplado na proposta da “Parque Expo”, identificamo-nos com a visão de que *“É importante, como propusemos à Câmara Municipal de Coimbra, manter o Museu dos Transportes como um espaço ao serviço das associações culturais que em Coimbra trabalham com maiores dificuldades.”*¹⁷⁹

Toda esta reflexão sobre a “Alta”, e no geral o centro histórico, tem como uma das suas principais problemáticas a ligação entre as diferentes cotas da cidade, que se reflecte tanto a nível da valorização dos espaços, de forma a unificar e valorizar esses percursos necessários, como na criação de novas relações, preferencialmente mecânicas, que facilitem e estimulem a circulação pedonal. *“A sobrevivência dos centros e, bem assim, da urbanidade de um qualquer núcleo depende em larga medida da relação de interdependência que estes estabelecem com as demais áreas urbanas, consolidadas ou não”*.¹⁸⁰

Assim, é proposta uma ligação da “Baixa” à “Alta” através do Jardim Botânico, apresentada segundo duas hipóteses, a ligação mecânica directa através de forma suspensa de teleférico ou funicular; ou a ligação adossada à encosta através de um percurso pedonal, que poderá também recorrer a soluções mecânicas como escadas rolantes, adaptando esse traçado aos percursos existentes no jardim. Consideramos que, independentemente da solução, deve

178 COIMBRA, Conselho da Cidade de - *Coimbra 2003 e depois da festa?*, p. 37

179 *ibidem*, p. 37

180 ROSSA, Walter - *Ensaio sobre História e salvaguarda em desenvolvimento*, p. 4



Proposta do Arq. Graça Dias - Seminário Inserções

interferir o menos possível com o Jardim, podendo passar pela solução proposta pelos arquitectos Manuel Graça Dias e Egas José Vieira, ou por algo menos icónico. Sobre a sua proposta, os arquitectos afirmam, *“Entendemos o desafio que nos foi proposto, no âmbito do projecto Inserções, como uma oportunidade de estudar não só o futuro acesso mecânico do “Parque” à “Alta, fazendo chegar, por cima do Jardim Botânico, os utentes da linha de Serpins rapidamente à zona das Universidades, conforme sugerido nos termos de referência do Seminário, mas também a “inserção” da respectiva linha neste lugar específico de Coimbra (fim da Avenida Emídio Navarro e começo da Estrada da Lousã) (...) O problema de ligação mecânica entre estes dois pontos [grosseiramente 68,00 m de desnível (da cota 22,00 m à cota 90,00 m)] poderia enquadrar-se em várias tipologias de resposta; 1.1. – Elevador vertical e ponte de acesso; 1.2. – Funicular oblíquo; 1.3. – Teleférico; 1.4. Escadas mecânicas. Um elevador vertical faz sentido, do nosso ponto de vista, quando o acidente topográfico a vencer é uma falésia também ela “vertical”. Em situações como esta com que nos deparamos (encosta suave), a melhor solução seria talvez a de um funicular que acompanhasse a inclinação do terreno.”*¹⁸¹

Propomos ainda, com o mesmo intuito, a requalificação da existente ligação por meio de escadas entre a Rua da Alegria e a Couraça de Lisboa, as “Escadas do Quinchorro”, transformando-as numa ligação mais segura (situação que não está prevista na proposta das ARU). Podendo também beneficiar dessa ligação a proposta da “Parque Expo” para um parque de estacionamento na Rua da Alegria com capacidade para aproximadamente 200 lugares. Apesar de considerarmos que não podemos tentar aproximar o centro histórico de outras zonas da cidade que proporcionam um acesso facilitado do automóvel com um

181 DIAS, Manuel Graça; VIEIRA, Egas José – *Botânico*, p. 32

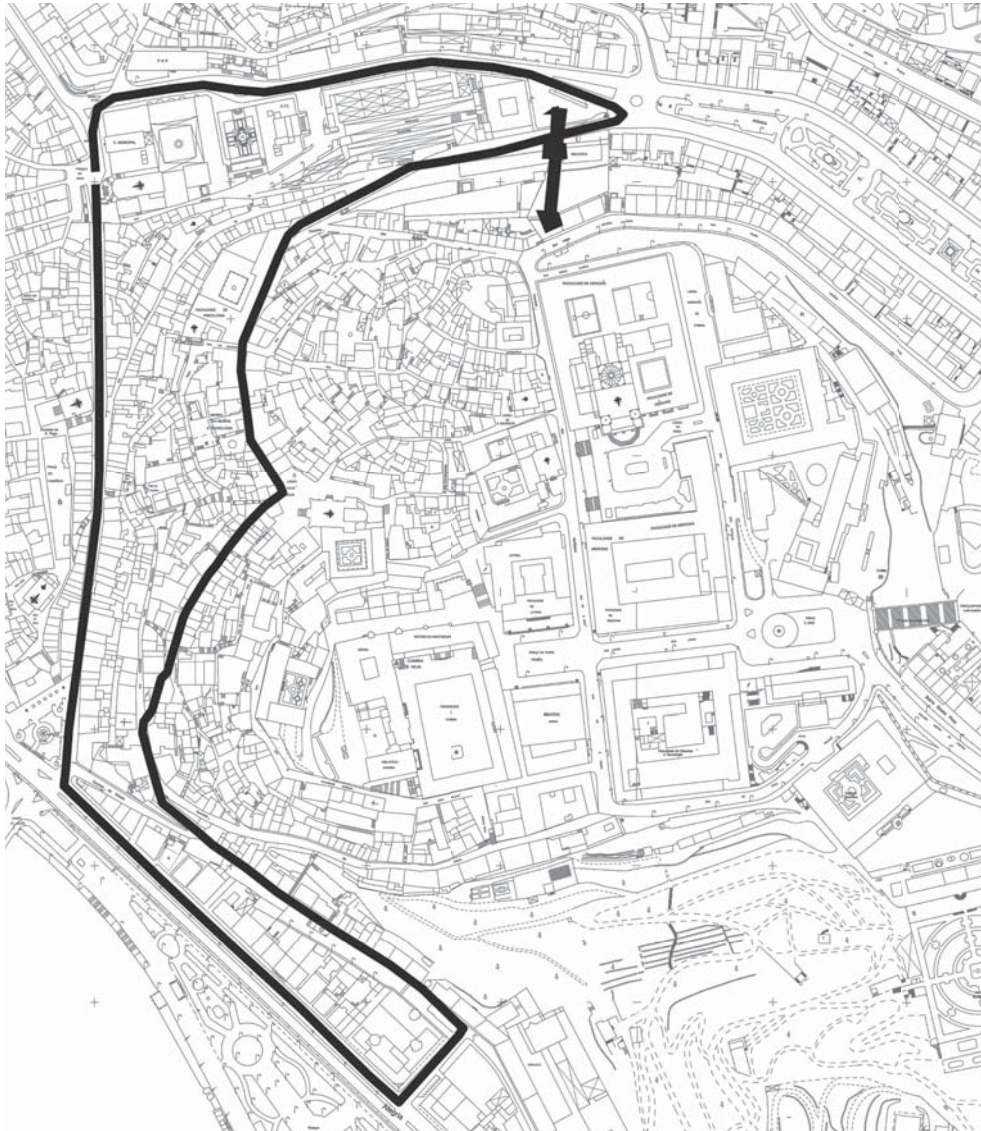


Escadas do Quinchorro

local de paragem individual, é necessário garantir o mínimo de oferta, por forma a incentivar as pessoas a viver neste espaço da cidade, sabendo que segundo os dados dos Censos 2011, no conjunto das quatro freguesias do centro histórico encontram-se 3609 edifícios. Nesse sentido, é importante criar equipamentos de estacionamento tendo em conta a realidade actual, que preferencialmente se localizem numa área próxima exterior. Pois, apesar de defendermos que a sociedade deve tender para uma diminuição da necessidade diária de utilização do automóvel, utilizando assim outros meios de transporte preferencialmente públicos ou não motorizados, sabemos que a realidade actual em Coimbra ainda não é essa. Tendo esse facto em conta, é necessário criar espaços de estacionamento comum em número realista, que permitam às pessoas deixar o carro em segurança, podendo funcionar num serviço complementar, que num período diurno os lugares são destinados a trabalhadores e utilizadores do centro histórico e num período nocturno aos seus moradores. Simultaneamente é necessário criar condições para que essa necessidade diminua gradualmente. Salientamos por isso a já existente linha azul – linha do centro histórico – dos SMTUC, através da viatura eléctrica “Pantufinhas”, que oferece aos moradores do centro histórico um transporte público gratuito, sem paragens definidas e articulado com o elevador municipal do Mercado, também ele gratuito para estes.

“(…) as cidades foram largamente concebidas no século XX com base no uso do automóvel, porque as formas urbanas que tendem a impor-se na nossa sociedade estão ligadas ao seu uso e porque há actualmente motivos sérios e variados para limitar o seu uso e porque um certo tipo de urbanismo pode contribuir para isso”.¹⁸² “Os próprios indivíduos estão muito divididos: são muitas vezes favoráveis

182 ARSCHER, François - *Novos princípios do Urbanismo; seguido de Novos compromissos urbanos: um léxico*, p. 138



Linha Azul e Elevador Municipal do Mercado
Pantufinhas

às restrições ao uso do carro no local onde habitam e onde se passeiam, mas hostis às medidas que limitam o seu uso nas zonas que devem atravessar.”¹⁸³ “A intermodalidade com os automóveis individuais representa um desafio particular. Supõe um esforço especial em matéria de estacionamento de automóveis. Necessita nomeadamente do desenvolvimento de “parques intermodais” articulados com as redes de transportes colectivos (e não somente nos seus términos)”¹⁸⁴

Para a “Baixa”, e ainda sobre a relação entre diferenças de cotas, é identificada como importante a requalificação da Encosta da Sofia, incluindo uma ligação entre a Rua de Aveiro e a Ladeira do Carmo, criando assim espaços de lazer e desporto. Neste caso não consideramos necessária uma ligação mecânica mas sim o tratamento das existentes ladeiras e escadarias e o aumento dessa ligação.

Relativamente à cota baixa, a Rua da Sofia, a “Parque Expo”, prevê a requalificação e recuperação do edificado e a supressão do tráfego num dos sentidos, aumentando assim a zona de circulação pedonal. Sendo que *“(…) a menos que haja contacto e compreensão entre os lados opostos da rua (será que ainda se pode conversar com todo esse barulho do trânsito?), podemos esquecer a possibilidade de funcionamento razoável do espaço público”*.¹⁸⁵ Esta supressão é fulcral para a melhoria e vivência deste espaço, já que os passeios são demasiado estreitos para a circulação numa zona comercial, fazendo com que nesta rua não possa haver uma dinâmica comercial que potencie a sua utilização. *“Os consumidores não querem já somente abastecer-se, eles querem também fazer compras, ou seja, passear, sonhar, ver o espectáculo da rua, ter o sentimento não de que eles estão na rua mas de que eles são a rua. Este imaginário tem raízes profundas na história*

183 *ibidem*, p. 139

184 *ibidem*, p. 141

185 HERTZBERGER, Herman - *Lições de Arquitectura*, p. 192



Rua da Sofia, início do séc XX
Avenida Fernão de Magalhães, 1954

*da cidade que é por excelência o lugar de encontro com o “outro”.*¹⁸⁶ Facto que é ainda mais acentuado pela classificação da Rua da Sofia como Património da Humanidade e a conseqüente requalificação e atribuição de novas funções aos seus colégios, que aumentará o movimento e a atractividade desta rua. Esta alteração estaria assim complementada pela já proposta circulação no troço de ligação entre a Sá da Bandeira e a Beira-rio.

Uma das avenidas mais problemáticas da cidade a nível de poluição, devido ao volume de tráfego e ao seu desenho, localiza-se na “Baixa” - a Avenida Fernão de Magalhães. De forma a melhorá-la a “Parque Expo” propõe um reperfilamento e conseqüente valorização, que prevê a ampliação das áreas de circulação pedonal e do espaço público de estadia, diminuindo assim as áreas de circulação viárias e conseqüentemente impacto do automóvel. Por forma a melhorar e potenciar a avenida propõe ainda um projecto que prevê o redesenho da praça do Arnado e a reabilitação do seu quarteirão. Esse projecto inclui-se na estratégia geral de reconverter os edifícios abandonados de cariz industrial em pólos para indústrias culturais, à semelhança do que aconteceu em Lisboa com a *Lx Factory*¹⁸⁷, promovendo a instalação de empresas nestas área da cidade. *“(…) como injectar modernidade no centro histórico da cidade, fazendo-o em torno de eixos tão determinantes como sejam o emprego, a criatividade e a cooperação internacional de base cultural. A ideia é fomentar nichos de revitalização e de fertilização cultural sustentada, do mesmo modo que o fizeram com sucesso algumas conhecidas experiências europeias apostadas na constituição de*

186 ARSCHER, François - *Novos princípios do Urbanismo; seguido de Novos compromissos urbanos: um léxico*, p. 164

187 No espaço da antiga Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense, em Alcântara, a LX Factory reactiva um fracção de cidade que durante anos permaneceu abandonada. Uma ilha criativa ocupada por empresas e profissionais da indústria e que também tem sido cenário de um diverso leque de acontecimentos nas áreas da moda, publicidade, comunicação, multimédia, arte, arquitectura, música, etc. gerando uma dinâmica que tem atraído inúmeros visitantes a re-descobrir esta zona.



Praça do Comércio, 1930
Praça do Comércio, Junho de 2013 - Comemorações da classificação da UNESCO

*quarteirões ou bairros criativos a partir dos recursos existentes localmente”.*¹⁸⁸

Para a “Baixinha”, relativamente à Praça do Comércio, a empresa considera importante melhorar as condições de acessibilidade às ruas Ferreira Borges e Visconde da Luz; a criação de espaços de ensombramento; a renovação do mobiliário urbano; a dinamização cultural do espaço; e ainda a implantação de uma unidade hoteleira, proposta para o Hospital Real. Essa unidade revela-se essencial para a sua dinamização, a par da tão ou mais importante, criação de residências universitárias, à imagem do processo já começado pela empresa *Be Coimbra*, que disponibiliza pacotes para estudantes, investigadores, e professores de mobilidade de todos os programas de intercâmbio internacionais e que conta com uma oferta de alojamento para 182 estudantes, num sistema individual ou partilhado, em edifícios localizadas por todo o centro histórico, sendo que a Praça de Comércio já conta com 42 alojamentos.

*“Temos de saber modernizar a história e a memória dos lugares, sem as descaracterizar, mas mobilizando-as para o projecto de renovação urbano-cultural das cidades e dos seus velhos centros.”*¹⁸⁹

Ainda relativamente à “Baixa”, e de forma a adaptar o comércio às necessidades actuais e às possibilidades de atracção de novos comerciantes, propõe uma Central Logística da Baixa Comercial, ou seja, um armazém logístico no centro da “Baixa”, articulado com um sistema de gestão e distribuição de mercadorias para todas as lojas desta zona, plataforma que consideramos imprescindível por aumentar assim as hipóteses de fixação de diferentes tipos de comerciantes. Nesse sentido, sem certeza absoluta da sua viabilidade, identificamos como possíveis edifícios as Galerias Topázio, qualquer um dos edifícios industriais

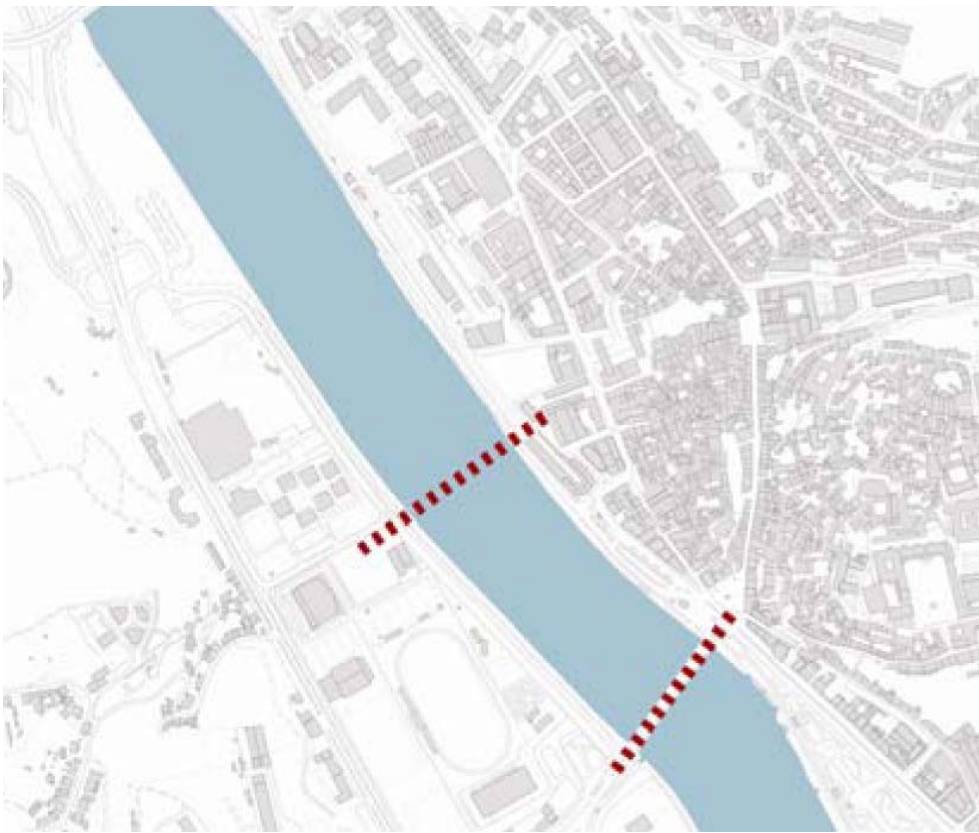
188 FORTUNA, Carlos - *Centros Históricos e Patrimónios Culturais e Urbanos – Uma avaliação e duas propostas para Coimbra*, p. 9

189 *ibidem*, p. 12

localizados à beira rio que possam ser adaptados para o efeito, a criação de um edifício no Terreiro da Erva, ou a apropriação de um dos edifícios devolutos da Avenida Emídio Navarro.

Relativamente à Estação Nova, a “Parque Expo” apresenta como solução a sua reconversão física e funcional, deslocando os serviços prestados para a Estação Coimbra B e o encerramento da linha, propondo a adaptação deste espaço para efeitos de turismo e lazer, com um centro de apoio ao visitante oferecendo serviços de aluguer e de bilheteira e um espaço de lazer para a população local, com áreas de restauração, possíveis esplanadas para o Mondego, espaços comerciais e espaços para prática de desportos urbanos (tais como bicicleta, skate, patins). Esta proposta prevê a implementação do Metro Mondego, contudo, mais uma vez independentemente da data em que o projecto avance, consideramos não ser necessária a manutenção desta estação, já que não pertence à rota dos comboios nacionais, funcionando sempre como linha de transbordo e de ligação à cidade. A cidade neste momento é marcada e separada por uma linha que bloqueia o seu desenvolvimento e que facilmente, com uma rede de transportes públicos melhorada, podia ser suprimida.

Relacionada com o projecto de reconversão da estação está a proposta da criação da “Praça do Mondego”, um amplo espaço público verde sobre o rio, no espaço compreendido entre a Estação e o Largo da Portagem. Este projecto inclui-se na estratégia de tratamento e requalificação das margens do Rio Mondego, que prevê também a ligação pedonal entre o Choupal e o Parque Verde, articulada com uma ciclovia. Esta ligação já se encontra parcialmente tratada e é necessário para a sua conclusão, tal como proposto pela “Parque Expo”, desactivar o parque dos SMTUC na Rua da Guarda Inglesa. Associado a esse novo eixo, defendemos a urgente reformulação do Estádio Universitário de Coimbra, promovendo uma



Nova ponte pedonal proposta pela "Parque Expo"

melhor articulação com a cidade, tornando-o mais permeável e aumentando a sua interacção com o rio.

A relação entre as duas margens e o rio é essencial para a dinamização da parte baixa da cidade e é nesse sentido que defendemos a construção da nova ponte pedonal, relacionada com a nova avenida proposta pela 1ª Unidade de Intervenção, que é também apoiada pela “Parque Expo”, já que proporciona uma ligação mais directa e facilitada da cidade à outra margem. Defendemos ainda, depois de todas estas intervenções de dinamização da zona baixa, um sistema de aluguer e partilha de bicicletas que permita a circulação por toda esta área.

Quanto à margem esquerda, o Palácio de Congressos de São Francisco, irá reforçar a importância desta zona da cidade. Este edifício pretende instalar o novo centro de congressos de Coimbra recuperando para isso a igreja e o mosteiro de S. Francisco, sendo constituído por um auditório com 1150 lugares, uma praça pública e um parque de estacionamento com 550 lugares. A obra, de autoria do arquitecto Carrilho da Graça, encontra-se actualmente em fase de finalização. Contudo, após uma visita efectuada¹⁹⁰, consideramos que o projecto apresenta uma volumetria esmagadora comparativamente com escala da cidade e que oferece demasiados espaços polivalentes e de exposição, apesar de acreditamos que dinamizará a oferta cultural de toda a zona centro do país. No nosso entender o projecto poderia ter estado relacionado com a construção de uma nova unidade hoteleira, como por exemplo da rede “Pousadas de Portugal”¹⁹¹, que serviria de apoio ao próprio centro de congressos e garantiria uma ocupação contínua do espaço nos períodos em que este não tem agenda.

190 no dia 18 de Janeiro de 2013

191 As “Pousadas de Portugal” são uma cadeia hoteleira com 37 unidades espalhadas por todo o país, que privilegia a recuperação do património arquitectónico nacional, assegurando dessa forma a conservação de monumentos e, em paralelo, aumentando a oferta de um produto turístico, original e de qualidade.



Obra do Convento de S. Francisco do Arq. Carrilho da Graça

Hipótese que poderia resolver a hipótese de falta de programa, que no nosso entender, se vai transformar num problema, pois já em 2004 foi levantada a questão de que *“O convento de S. Francisco, da Câmara Municipal de Coimbra, tem neste momento um projecto arquitectónico a ser desenvolvido sem um projecto cultural que o sustente – o programa não está feito”*.¹⁹²

Ainda no sentido hoteleiro e prevendo o aumento de turistas que a classificação da UNESCO trará à cidade, concordamos com a política da “Parque Expo” de criação de mais unidades hoteleiras em todo o centro histórico, principalmente reutilizando edifícios desocupados, como a Faculdade de Psicologia e o Governo Civil para hotéis de charme, tal como o espaço da antiga Fábrica da Ideal e outros edifícios industriais em ruína para hotéis *low cost*.

Transversal a todo o centro histórico é proposta uma rede de dez zonas de vistas panorâmicas na cidade, que no nosso entender deviam funcionar como os miradouros em Lisboa (tomando como exemplo os miradouro de Santa Catarina, da Graça ou das Portas do Sol), espaços de estar com mobiliário urbano, zonas de sombra e pequenos estabelecimentos de restauração com esplanadas. Nesse sentido, enunciamos um conjunto de espaços possíveis, sem certeza absoluta da sua viabilidade, como o terraço inferior dos edifício dos Departamentos de Física e Química, a criação de um espaço na Couraça de Lisboa, o Seminário Maior, o Jardim Botânico e na margem esquerda, o tratamento e qualificação dos já existentes miradouros. Contudo, não decurando que *“Também há a tendência contrária. Quando há um espaço é preciso enchê-lo com qualquer coisa. Estátuas, bancos, caixotes do lixo. Não sou contra, mas denota um horror ao vazio que não anda muito longe do horror ao silêncio”*.¹⁹³

192 COIMBRA, Conselho da cidade de - *Coimbra 2003 e depois da festa?*, p. 144

193 SIZA, Álvaro - *A arquitetura, hoje e sempre*, p. 8



Miradouro da Graça
Miradouro do Adamastor

“(...) para ter uma cidade de modo que os habitantes nela se sintam bem, é necessário não só conservar as estruturas existentes mas, também, apontar para perspectivas novas tendo em consideração que um município histórico não é um museu e que essa inovação de estruturas é a resposta à evolução própria de uma determinada cidade ou região.”¹⁹⁴

194 PORTAS, Nuno - *Os tempos das formas*, p. 165

A MINHA COIMBRA

Coimbra Hoje

“Coimbra é actualmente, em Portugal, o exemplo mais acabado de desencantamento de uma cidade por força do desgaste da sua imagem de marca.”¹⁹⁵ “Durante séculos, foi uma cidade demasiado grande para o seu tamanho. A cidade universitária, de projecção nacional e internacional, pôde ocultar eficazmente a fragilidade do seu tecido urbano e a sua base económica. Hoje, é uma cidade demasiado pequena para as potencialidades que ainda alberga em si, uma cidade decrescente, sem auto-estima, onde o desenvolvimento urbano e a melhoria da qualidade de vida são apenas factos políticos, protocolos, notícias de jornal sem qualquer tradução concreta no quotidiano das pessoas.”¹⁹⁶

A luta entre a cidade e a universidade marcou e atrasou sempre a sua evolução. A necessidade de afirmação de ambas as partes nunca foi pacífica. A relação

195 FRIAS, Aníbal; PEIXOTO, Paulo - *Representação imaginária da cidade. Processos de reacionalização e de estetização do património urbano de Coimbra*, p. 9

196 SANTOS, Boaventura Sousa - *A Cor do Tempo Quando Foge - Crónicas, 1985-2000*, p. 361



Cortejo da Queima das Fitas

conflituosa entre “futricas”¹⁹⁷ e estudantes e as suas rivalidades sempre marcaram a vida da cidade. No entanto, essa constante luta por um espaço individual de afirmação até há pouco tempo dava-lhe dinâmica, gerava vida e utilização do espaço. Mas essa realidade já não existe ou pelo menos não se manifesta dessa forma. O espaço da cidade passou de ser disputado para ser abandonado. A cidade foi-se deixando morrer, mas a sua morte está encoberta pela constante renovação de estudantes, que não a reanimam mas também não a deixam morrer em paz. Esta anual renovação esconde, e em parte desculpa e desresponsabiliza, a decadência mais do que prolongada. A cidade e a Universidade, por mais que se tenham juntado no âmbito da candidatura, continuam de costas voltadas.

Um grande número de Conimbricenses atribui à Universidade esta triste morte de Coimbra. Baseando-se na ideia de que os estudantes que por cá passam levam muito mas não deixam nada, só têm direitos e tudo é pensado e direcionado para eles. A cidade nada lhes pede ou exige. Usam e abusam do que é “nosso” e partem com o desdém de quem nada deixa e nunca mais voltará. E quando voltam vêm visitar a “Coimbra dos Pequenitos”, “Era assim que eu vivia”, “Aqui foi onde eu estudei”. Mas há também outra visão, que faz o balanço entre as duas, os futricas que se tornam também estudantes e que aproveitam essa cidade universitária e que reconhecem na Universidade e nos seus estudantes as oportunidades da cidade.

Em Coimbra mantém-se assim o sentimento de posse partilhado e disputado por todos. Ainda nos dias de hoje, os estudantes cantam nas suas festas, *“Coimbra é nossa! Coimbra é nossa! Coimbra é nossa e há-de ser! Coimbra é nossa até morrer!”*, cântico que esconde a rivalidade que ainda hoje se sente, apesar de dissimulada,

¹⁹⁷ nome dado pelos estudantes aos habitantes de Coimbra que não estudavam, ou nunca tinham estudado na Universidade



República das Marias do Loureiro

e a necessidade e luta constante por esse reconhecimento da cidade como sua. Porque *“o controlo do espaço é imprescindível para o homem. O sentimento de posse. Tanto que um dos principais motivos para a guerra tem sido sempre a luta por um local e os governos são unidades sustentadas pela terra. Ainda assim, somos forçados a admitir que não somos donos da terra. A propriedade é uma convenção humana que distribui o actual controlo, suficiente para os objectivos humanos, por entre as pessoas existentes. Não é nem permanente nem total. (...) O primeiro direito espacial é o direito de presença, o direito de estar num local, ao qual pode ser acrescentado o direito de excluir pessoas. (de facto, grande parte do nosso sentido de propriedade remonta agravadamente aos prazeres de podermos expulsar os outros.)”*¹⁹⁸

Mas será que com tantos anos de história de cidade e Universidade continua a ser tão difícil compreender que Coimbra, de facto, é uma cidade universitária? Temos que admitir que esse ego em relação à Coimbra doutros tempos, existe principalmente graças à Universidade e aos seus estudantes. É necessário encarar de uma vez por todas que não é este o caminho, que não podemos continuar a justificar o fracasso da cidade com a única hipótese que temos de a ressuscitar. A Cidade deve parar de evitar essa realidade e aproveitar-se da Universidade. Somos uma das cidades do país com maior taxa de formação, mas encaremos a realidade, não conseguimos viver sem a Universidade, porque mesmo com ela a cidade deixou-se morrer. E para compreender esta situação basta viver na cidade durante o período de férias escolares, em que esta perde, inquestionavelmente, muita da sua dinâmica.

Temos que descer do pedestal da “cidade dos doutores” e compreender que é necessário acolher cada vez melhor as pessoas que para cá querem vir, aliás,

198 LYNCH, Kevin - *A boa forma da cidade*, p. 195

temos é que incentivar cada vez mais pessoas a estudar, investigar e investir. Os estudantes não são alguém a quem fazemos um favor de emprestar a “nossa” cidade, eles são a oportunidade que temos de a reavivar. Num mundo cada vez mais competitivo e exigente, a cidade pode deixar de ter valor só por si e de forma a evitar essa situação deve exigir à Universidade uma constante aposta e evolução, porque tudo está relacionado. *“As cidade “morrem” e as Universidades também; ou há um trabalho constante de investimento, de renovação e projecção mundial das Universidades ou elas “morrem”, por mais capital simbólico que tenham”*.¹⁹⁹

Direccionando esta reflexão para o objecto de estudo, está na Universidade a única oportunidade de reavivar o centro histórico. Não percamos esta oportunidade por orgulhos feridos. A Universidade é de Coimbra por isso é a esta que tem que servir em primeiro lugar. Não pode haver duas realidades, Coimbra tem que se aproveitar desta qualidade incrível que é ter a Universidade mais antiga do país, em todas as suas vertentes.

Ao longo dos tempos, houve um momento em que a cidade procurou utilizar-se desse privilégio, o processo de candidatura à UNESCO. Inteligentemente procurou pôr essa mais valia a render para seu usufruto numa tentativa de a reafirmar no panorama nacional e internacional, já que gradualmente foi perdendo a sua importância. E é esse o momento que vivemos, a 22 de Junho de 2013 a UNESCO classificou a “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia” como Património Mundial da Humanidade. Esta investigação não surge no sentido de pôr em causa essa classificação, procura estar à frente disso, pretende alertar para a reflexão sobre as suas consequências, garantindo que esta oportunidade não se perca, ou que bloqueie o desenvolvimento da cidade.

199 GOMES, Paulo Varela, *Salamanca: comentário*, p. 40

Visão sobre o património

A questão da salvaguarda do património nos nossos dias está muito relacionada com a globalização. Vivemos numa realidade cada vez mais exigente e na qual é cada vez mais difícil inovar, num mundo que tende a criar soluções idênticas em todos os espaços, situação que exige que não nos limitemos a um espaço ou a uma realidade, que tenhamos que nos deslocar constantemente e nos desprender dos locais. Esta reflexão surge como justificação dos motivos que levam a sociedade contemporânea a “cristalizar” o património. Apesar de esta noção ter surgido em reacção a uma realidade de destruição, de reconhecimento e afirmação da qualidade de um espaço, hoje, mais do que tudo, passa por uma questão de medo de que tudo se perca, que deixemos de ter uma base individual, a chamada identidade de cada pessoa e de cada espaço. É inegável que caminhamos para um mundo cada vez mais global e homogéneo e é nesse sentido que hoje nos focamos na salvaguarda e defesa do património.

“A noção de património remete para a ideia de bens comuns que, perdendo as suas



Feira Medieval no Largo da Sé Velha

funcionalidades, deixaram de estar integrados nas práticas económicas e sociais quotidianas. Ela evoca uma necessidade de inscrever na memória colectiva algo que corre o risco de se perder. Neste contexto, a “descoberta” de um património corresponde ao anúncio da morte de uma identidade. Querer manter vivas nas práticas quotidianas características e funções identitárias quando elas já não são social e economicamente úteis é tentar combater a inelutável assimilação colectiva da mudança inerente aos processos de transformação identitária.”²⁰⁰

No entanto, essa noção refere-se também às questões imateriais, bastante importantes na classificação de Coimbra. Devido a toda a evolução pela qual passamos, as pessoas têm medo que dentro de pouco tempo já não haja estudantes a vestir de preto e a viver a cidade procurando garantir a continuidade da sua tradição. Mas tal como defendeu Carlos Fortuna no colóquio “E depois da festa?” em 2 Julho de 2013²⁰¹, a tradição é algo que diz respeito ao presente, são actos que as pessoas praticam hoje e não algo que vem do passado. Não podemos querer congelar tudo, porque isso levará a uma falsificação, a uma “Alta Universitária” de tradições encenadas, em que mais tarde ou mais cedo os estudantes passam a figurinos de uma “feira universitária” e passearão pela Universidade, para mostrar aos turistas como era estudar “antigamente”, à semelhança do que já acontece com as feiras medievais e que se começa a observar no Pátio das Escolas e na Rua Larga através do aproveitamento dos estudantes, vestidos com a capa e batina, na venda de postais e pose para fotografias com turistas.

Devido à velocidade com que a nossa realidade se desactualiza e ao estado inconsciente de insegurança em que as pessoas vivem em relação a essa identidade, a questão da protecção do património é levada ao extremo,

200 PEIXOTO, Paulo - *A identidade como recurso metonímico dos processos de patrimonialização*, p. 202

201 Debate organizado pelo grupo “Cidadãos por Coimbra”

transformando-o num espaço “cristalizado”, no qual é impossível viver. *“Mas, porque o espaço é contínuo e porque o tempo é uma das suas dimensões, o espaço é, igualmente, irreversível, isto é, dada a marcha constante do tempo e de tudo o que tal marcha acarreta e significa, um espaço organizado nunca pode vir a ser o que já foi, dando ainda a afirmação de que o espaço está em permanente devir.”*²⁰²

Defendo por isso que um respeito e uma consciência do passado e do património que herdámos é imperioso, no entanto considero que deve haver o bom senso, não caindo no erro de deixar morrer esses espaços, permitindo intervenções que os adaptem às cidades de hoje. *“Não podemos considerar o estudo da cidade simplesmente como um estudo histórico. Devemos pois colocar particular atenção no estudo das permanências, a fim de evitar que a história da cidade se resolva unicamente nas permanências.”*²⁰³ Não defendendo uma total adaptação às necessidades contemporâneas, porque nesse sentido seria necessário, na maioria dos casos, uma acção de *tabula rasa*. Contudo, penso que deve haver um meio termo entre essas duas acções, o respeito e a vontade de revitalizar, tendo sempre como referência as cicatrizes deixadas pela intervenção do Estado Novo. Porque caso contrário, de uma forma ou de outra, acabamos por “matar” este espaço.

Desta forma, revejo-me na visão do Arquitecto Pedro Bandeira apresentada pela sua proposta para a Rua da Sofia²⁰⁴

“Sobretudo, interessa-nos questionar a relação de um património histórico edificado com um pensamento contemporâneo sobre a cidade. De um lado o movimento inicial, de afirmação e ruptura, alicerçado na tratadística renascentista, que procura construir a cidade à imagem de um mundo ideal,

202 TÁVORA, Fernando - *Da organização do espaço*, p. 19

203 BENERVOLO, Leonardo - *A cidade e o arquitecto*, p. 34

204 no âmbito do “Concurso de ideias para a rua da Sofia” promovido pelo CEARQ



Proposta de Pedro Bandeira para a Rua da Sofia

de um outro lado, hoje, lemos uma tendência para museificar/mumificar esse mesmo património, quase sempre na expectativa de o vender num postal turístico. Nenhuma destas leituras vingou na Rua da Sofia, quer pelo alinhamento político contra-reformista, quer pela demolição ou decadência que afectou grande parte dos edifícios. Mas se nos interessa explorar e radicalizar esta dicotomia entre a edificação do “novo” e a perenidade do “velho” é porque serão os dois paradigmas que faltam experimentar. O nosso plano assenta na proposta que acumula esta dicotomia, expondo mais um conflito do que um consenso.”²⁰⁵ Dessa forma propõe um espelho ao longo de toda a Rua da Sofia. “(...) proporcionará ao transeunte uma consciência da sua relação física com o património edificado, o indivíduo vê-se, a si mesmo, transportado para dentro desse património, personificando-o, actualizando-o permanentemente, justapondo a condição contemporânea (afirmada pela sua presença) com a projecção do passado. (...) Mas como alerta Foucault, o espelho é também o lugar do outro, a heterotopia do anómalo, um desvio à realidade dentro da realidade. O que vemos será sempre condicionado pela nossa cultura actual, persiste um espaço/tempo por trás do espelho que nos é inacessível e cujo acesso não é missão da história, ou que nem mesmo a história poderá refazer. (...) Este grande plano-espelho será também um instrumento de medida, num sentido temporal e espacial. O espelho só existe no presente, é inócuo em relação ao passado, não transporta os objectos, não os regista, reproduz sem fixar, representa sem produzir memória. O monumento fica preso no quotidiano, exige que seja reclamado no momento imediato. Faz da história uma matéria mais de experimentação do que de juízo”.²⁰⁶

205 BANDEIRA, Pedro Jorge Monteiro - *Memória descritiva*, p. 22-23

206 BANDEIRA, Pedro Jorge Monteiro - *Memória descritiva*, p. 23

Visão sobre a UNESCO e a classificação

Hoje, *“O património está ligado a um passado “morto” que se tornou um produto estetizado para a indústria turístico-cultural instalada nas cidades.”*²⁰⁷ Porque, a par dessa vontade de cristalizar tudo, o património é encarado como algo que pode ser comerciável e rentável para o espaço em questão, reforçando *“a convicção de que a filosofia anti-mercantil subjacente à origem do regime de “património comum da humanidade” foi sendo subvertida à medida que o património foi ganhando importância quer no contexto da indústria turística, quer no âmbito das políticas locais onde se foi desenvolvendo a consciência da crescente territorialização da concorrência e da competitividade. Por outro lado, e em função do que acaba de ser dito, o aumento da procura do estatuto de “património mundial”, resulta da pressão que os lugares foram sentindo para se tornarem ou manterem competitivos. Isso porque a conversão do património em mercadoria ocorre num contexto em que a própria competitividade das*

207 FRIAS, Aníbal; PEIXOTO, Paulo - *Representação imaginária da cidade. Processos de racionalização e de estetização do património urbano de Coimbra*, p. 1



Turistas na Alta Universitária

*mercadorias depende mais da sua imagem e apresentação estética que do seu conteúdo, e que a certificação de um bem como “património mundial” lhe confere quer uma imagem de marca, quer um valor acrescentado significativo.”*²⁰⁸

Há assim uma grande luta pela atribuição desse título pelas comunidades, de forma a promover e regenerar a dinâmica que muitos desses espaços já não têm. Esta situação acentua-se com a constatação de que *“A posição que os países ocupam na “Lista do Património Mundial” (se os classificarmos de modo decrescente pelo número de bens reconhecidos pela Unesco) é muito semelhante àquela que ocupam na hierarquia dos destinos mais procurados pelo turismo internacional.”* Ou seja, essa atribuição é encarada como uma grande oportunidade. *“Não sendo nossa intenção defender a tese que a obtenção do estatuto de “património mundial” garante, por si só, uma maior procura turística, queremos apenas constatar que a instituição do estatuto de “património mundial” pela “Unesco” se tornou uma distinção simbólica que as cidades e os países não desprezam no conjunto dos seus esforços para reforçarem a sua atractividade turística.”*²⁰⁹

*“La distinction de patrimoine mondial, octroyée, chaque année, par l’Unesco depuis 1978, permet de démontrer que, notamment au Portugal, et de façon plus générale en Europe, la dernière décennie se caractérise, au niveau des politiques urbaines, par une nette intensification des processus de patrimonialisation et par une course au titre de patrimoine mondial”*²¹⁰

Estes processos são encarados como uma oportunidade de evolução da cidade. Actualmente nada parece vender tão bem como o passado. *“Assim, em cidades históricas que enfrentam a erosão do seu tecido económico e a perda da*

208 PEIXOTO, Paulo - *O património mundial como fundamento de uma comunidade humana e como recurso das indústrias culturais urbanas*, p. 15

209 *ibidem*, p. 11

210 PEIXOTO, Paulo - *Le patrimoine mondial et l’intensification des processus de patrimonialisation*, p.1

competitividade, o seu “genius loci” afirma-se como trunfo que tem sido explorado com objectivos políticos e económicos. É nesta vertente das políticas locais que se encontram as bases da intensificação dos processos de patrimonialização. (...) Neste cenário de crescente concorrência entre lugares, as cidades anunciam-se, exibem-se, apresentam-se e entram no palco da encenação. Acima de tudo elas procuram cada vez mais singularizar-se, de modo a posicionarem-se no jogo da competição económica nacional e internacional.”²¹¹

Acredito assim, que no seguimento desta classificação, uma vez que o aumento do número de turistas, investidores e até de estudantes é certo, surge a necessidade de questionar e prever as suas consequências. *“Se transformas a tua cidade num logótipo, mais cedo ou mais tarde é melhor ir viver para outro lado.”²¹²* As cidades históricas e os bens patrimoniais são difíceis de manter a nível económico e a nível urbano, pelas rigorosas regras que a UNESCO impõe ao tipo de intervenção e pelo muitas vezes excessivo número de turistas que atraem.

O caso de Coimbra não foge à regra, a UNESCO defende uma política de protecção e salvaguarda máxima dos seus bens, bloqueando indirectamente a sua adaptação às necessidades actuais, chegando ao limite de, no Regulamento Municipal para o caso de Coimbra, enunciar que *“A demolição não autorizada de edifícios, no todo ou em parte, obrigará à reedificação com as características preexistentes do imóvel.”²¹³*

Esta ideia defendida pela UNESCO contraria a minha visão sobre o património e a forma como o interver, porque a cidade sempre foi e sempre será do presente e

211 PEIXOTO, Paulo - *As cidades e os processos de patrimonialização – A corrida ao estatuto de património mundial e a identidade simbólica das cidades*, p. 172

212 LA CECLA - *Contra a Arquitectura*, p. 100

213 alínea p) do Artigo nº 5 do Aviso nº 2129/2012 Diário da República, 2ª série – Nº30 – 10 de Fevereiro 2012, p. 5093

*“A valorização, desenvolvimento, reciclagem ou destruição de património é sempre um ato com expressão cultural que condiciona o futuro da civilização.”*²¹⁴ Assim sendo, não nos devemos prender a uma visão histórica porque ao quisermos manter a cidade do passado, não estamos a produzir cidade que pertença ao presente.

Coimbra tem que se aproveitar de todo o seu presente com os ganhos inerentes ao seu passado. A atracção de novos habitantes é importante, mais até do que atrair novos tem que criar condições que permitam a permanência dos estudantes que historicamente por cá passam mas que não se mantêm. A cidade deve-se aproveitar desse pequeno período em que cá estão, dando-lhes todas as condições e esperanças para que cá se queiram fixar e gerar valor. Sabendo que o maior entrave a essa fixação não passa por questões relacionadas com condições de habitação ou de qualidade espacial, mas sim por falta de oportunidades de emprego, considero que a cidade deve aliar o seu tecido empresarial cada vez mais à Universidade, incentivando-a e obrigando-a à procura de programas nacionais e internacionais que a divulguem e promovam. Aproveitando-se dos efeitos da classificação da UNESCO, deve construir mais hotéis, que criem emprego e façam gerar dinheiro e que permitam que cada vez mais pessoas possam viver e conhecer a cidade e investir em todos os seus serviços durante a sua estadia.

No meu entender, é no seu centro histórico que está a oportunidade de restabelecer a cidade e fixar os seus estudantes. Deve ser um espaço heterogéneo, com diferentes possibilidades de escolha, seguro, convidativo e adaptado às necessidades contemporâneas. Porque, mais do que apostar num

214 ROSSA, Walter - *sumário pormenorizado da lição património urbanístico: (re)fazer cidade parcela a parcela*, p.5

tipo de público, ou num tipo de vivência, o centro histórico deve ser dinâmico e oferecer diferentes possibilidades. Deve ser um espaço tanto para estudantes como para os jovens casais que se fixam na cidade, como também para as famílias consolidadas que preferem um ambiente de maior “vizinhança” e para os idosos que já vivem neste espaço, aliado ao crescente número de turistas que visitam a cidade, garantindo assim que não o vamos transformar num espaço direcionado para um segmento específico da população. *“Preservar e dar qualidade ao centro histórico não pode ser visto como torná-lo uma paisagem de privilégio e de exclusividade social para usufruto de grupos sociais dominantes. Para uma enorme franja dos residentes destes centros históricos, como no caso da “Alta” e da “Baixa” de Coimbra, preservar e requalificar equivale a garantir um direito elementar de permanência residencial no lugar, o que pode significar assegurar níveis de dignidade humana e mesmo de sobrevivência no espaço urbano, tantas vezes desprezadas por acções precipitadas de reajolamento.”*²¹⁵ Numa altura em que *“A afinidade entre os moradores parece diminuir à medida que aumenta a independência proporcionada pela prosperidade”*²¹⁶, o centro histórico é o espaço de excelência que permite essa relação.

*“De um certo ponto de vista, é normal, com efeito, que as populações que têm as mesmas aspirações ou os mesmos modos de vida se agrupem em territórios comuns. Mas de um outro ponto de vista, esta dinâmica é a própria negação da cidade porque esta só existe e só se desenvolve graças à sua diversidade.”*²¹⁷ A revitalização do Centro Histórico deverá passar sempre pela conjugação de todas estas vivências. *“Fabricar cidade é, portanto, ter em consideração esta*

215 FORTUNA, Carlos - *Centros Históricos e Patrimónios Culturais e Urbanos - Uma avaliação e duas propostas para Coimbra*, p. 6

216 HERTZBERGER, Herman - *Lições de Arquitectura*, p. 52

217 ASCHER, François - *Novos princípios do Urbanismo; seguido de Novos compromissos urbanos: um léxico*, p. 158



Famílias jovens no Centro Histórico

*diversidade de situações, de espaços, de modos de vida. É certo que nem todas as procuras podem ser tidas em consideração porque a cidade não é uma soma de interesses particulares.”*²¹⁸

*A cidade “É, por excelência, o lugar onde grupos vários, embora permanecendo distintos uns dos outros, encontram entre si possibilidades múltiplas de coexistência e de trocas mediante a partilha legítima de um mesmo território, o que não somente facilita os contactos programados, mas principalmente multiplica as hipóteses de encontros aleatórios e favorece o jogo das estimulações recíprocas.”*²¹⁹

Ao longo desta investigação procurei encontrar uma resposta essencial para a revitalização de um espaço como este, de saber quem o deve habitar e qual a melhor forma de o fazer. *“Antes de discutirmos as escolhas urbanísticas devemos por isso, pôr-nos a questão: o que é que pedimos à cidade? Pedimos que seja um espaço no qual todo o tipo de obstáculo ao movimento, à mobilidade universal, à troca, se reduza ao mínimo, ou pedimos-lhe que seja um espaço em que existem lugares de comunicação, lugares fecundos do ponto de vista simbólico, onde se dê atenção ao otium? Infelizmente, pedem-se ambas as coisas com a mesma intensidade, só que elas não podem ser pedidas em simultâneo e, portanto, a nossa posição relativamente à cidade, surge, cada dia mais, literalmente, esquizofrénica”.*²²⁰ No entanto, concluí que mais importante que saber quem deve viver no centro histórico é necessário permitir e incentivar que ele seja vivido, porque as dificuldades de conjugação das possíveis populações são mais fáceis de resolver do que a inexistência delas. Tal como defende Jane Jacobs, *“a presença de pessoas atrai outras pessoas, é uma coisa que os planeadores e projetistas têm dificuldade em compreender. Eles partem do princípio de que os habitantes das*

218 *ibidem*, p. 107

219 RÉMY, Jean; VOYÉ, Lilane - *A cidade: rumo a uma nova definição*, p. 14-15

220 CACCIARI, Massimo - *A cidade*, p. 27



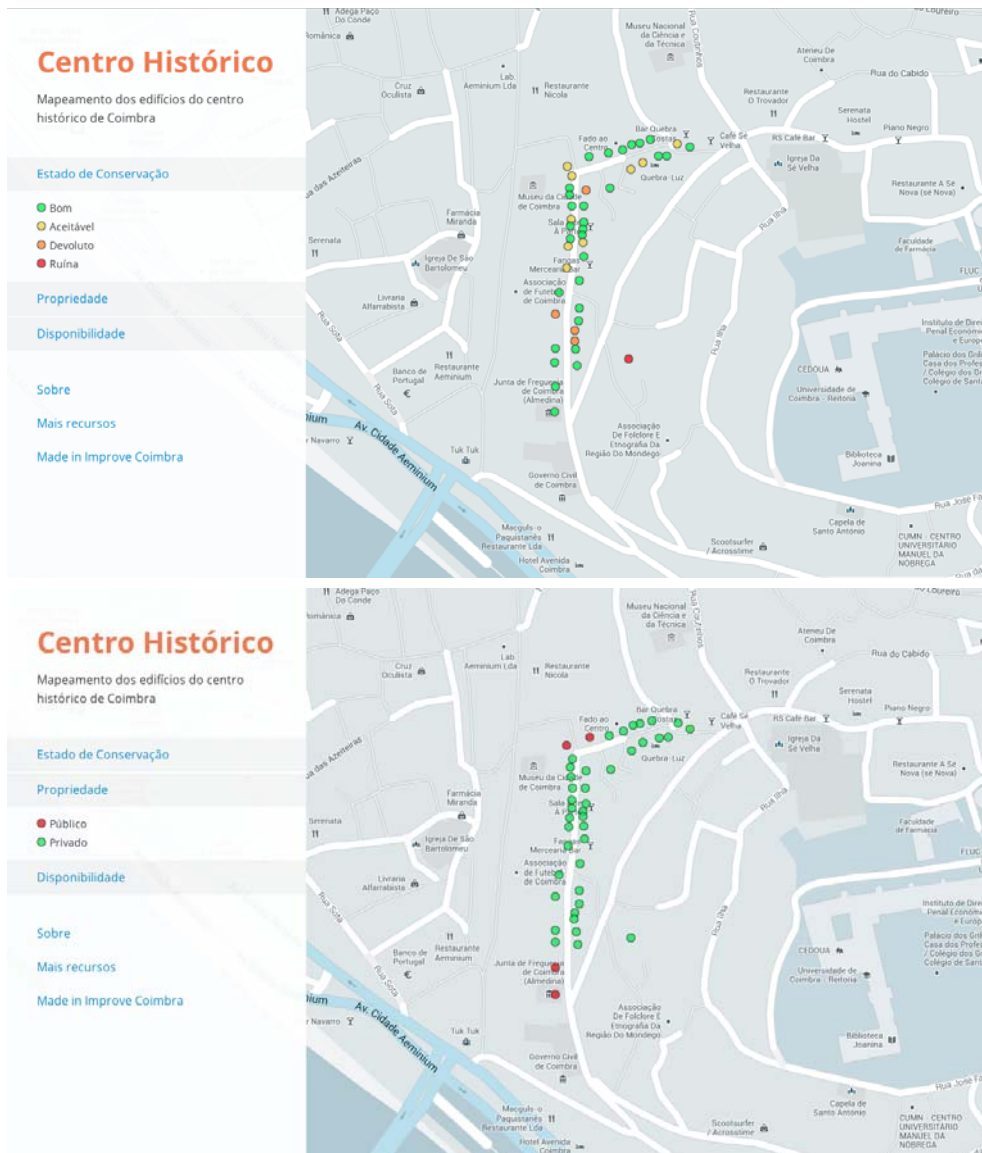
nrtb arquitectos. estúdio de arquitectura FØRT. Sala Arte à Parte. Casa das Artes

*ciudades preferem contemplar o vazio, a ordem e o sossego palpáveis. O equívoco não podia ser maior. O prazer das pessoas de ver o movimento de outras pessoas é evidente em todas as cidades.*²²¹ Defendo, por isso, que é necessário atrair equipamentos de natureza social e cultural que estimulem as pessoas a utilizar o espaço e que gere emprego, porque esse é um grande incentivo à fixação das pessoas. Tomo como exemplo a existente “Sala Arte à Parte” na Rua Fernandes Tomás e a “Casa das Artes” da Fundação Bissaya Barreto localizada na Avenida Sá da Bandeira, pequenos ateliers de design, arquitectura e comunicação, como os já existentes “nrtb architectos” na Praça do Comércio e o estúdio de arquitectura “FØRT”²²² localizado no Quebra Costas, espaços de *coworking*, como o já existente *Connect Coimbra* e o incentivo à retoma de serviços ligados à saúde, serviços jurídicos, acção social e estatais, tal como aconteceu no passado. Este tipo de equipamentos, demonstram que este espaço da cidade está preparado para receber uma reformulação dinâmica e que oferece oportunidades de relação de proximidade e interacção entre as diferentes “entidades” da cidade. Levanto como hipótese, que combina estas questões e simbolicamente representa a minha visão para este espaço, a instalação de um novo pólo do Instituto Pedro Nunes no centro histórico, para empresas e projectos que não necessitem de grandes áreas, que geraria emprego e serviria de impulsionador, funcionando quase como um “regresso” da Universidade às origens que, apesar de ser uma hipótese interessante, não teria necessariamente que se localizar num dos Colégios da Rua da Sofia.

Dada a situação económica pela qual passamos, considero tal como François Ascher que *“O neo-urbanismo privilegia os objectivos, o desempenho da realização*

221 JACOBS, Jane - *A morte e a vida das grandes cidades*, p. 38

222 criado por ex alunos do departamento de arquitectura da FCTUC



Plataforma proposta segundo o estado de conservação e propriedade

*e encoraja os actores públicos e privados a encontrarem as modalidades mais eficientes para a realização destes objectivos para a colectividade e para o conjunto dos intervenientes. Isso necessita de novos tipos de formulação dos projectos e das regulamentações. É preciso encontrar meios para qualificar e quantificar as características desejáveis de um lugar, o seu contexto, o seu ambiente, a sua acessibilidade, a disponibilidade de equipamentos colectivos e serviços urbanos.”*²²³

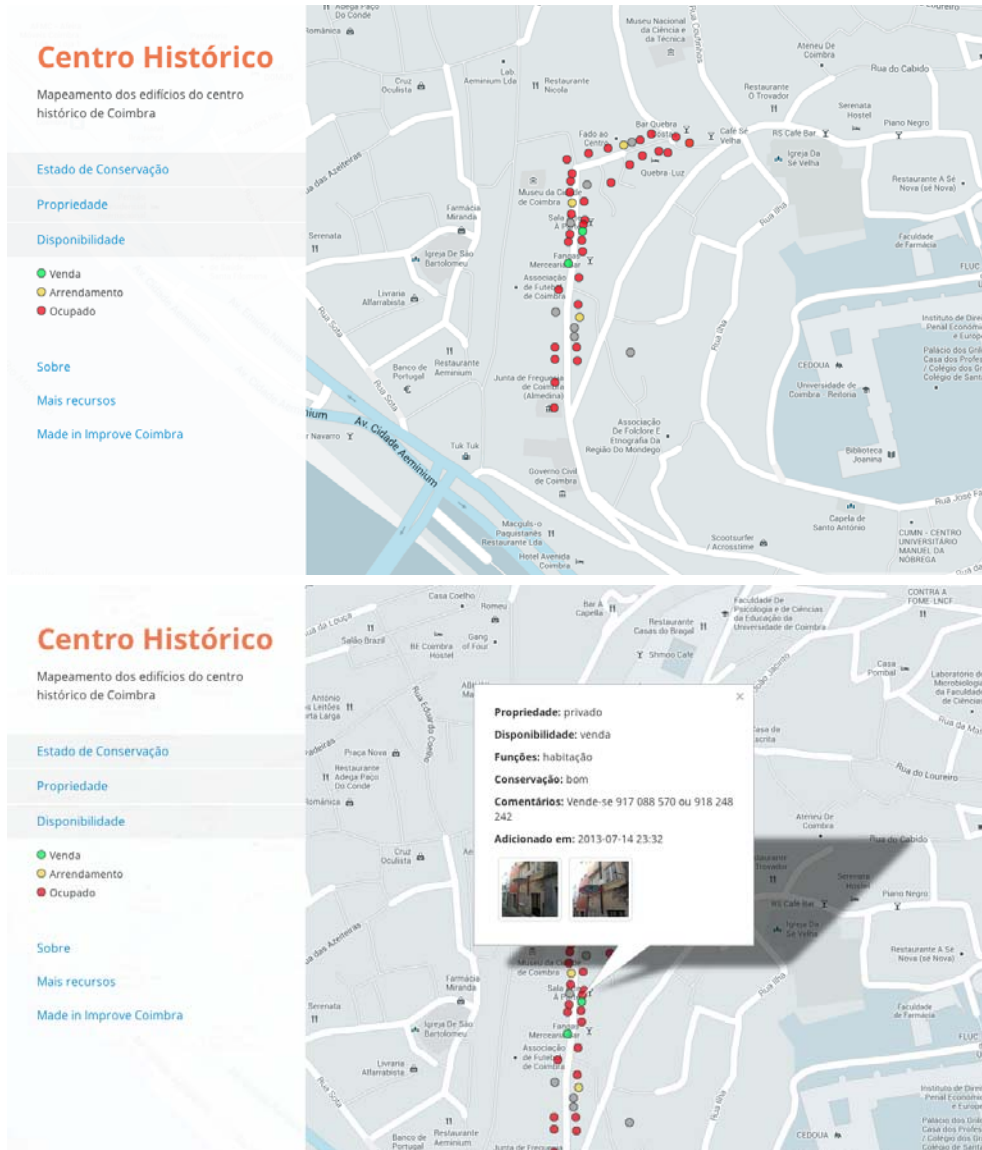
E uma vez que não há possibilidades de promover esta dinamização do Centro Histórico de Coimbra, maioritariamente por investimento público, é necessário que as entidades públicas trabalhem no sentido de ajudar e incentivar os investidores privados a fazê-lo. Esta zona da cidade tem potencial para ser um espaço movimentado e dinâmico, com uma possibilidade de ocupação característica de meios menos densificados, onde é possível criar uma maior relação de proximidade entre os habitantes.

De forma a contribuir para a revitalização deste espaço, idealizei uma proposta de acção, que poderá ser desenvolvida pela Associação RUAS, para promover o centro histórico e incentivar à sua reabilitação. Depois de estabelecer as linhas guia dessa proposta apresentei-a na Assembleia Geral da Associação RUAS no dia 12 de Junho de 2013 de uma forma informal, tendo tido uma apreciação positiva por parte dos seus membros presentes. Dessa forma, procurei desenvolvê-la a partir do material que me foi disponibilizado no âmbito desta investigação recorrendo ao *Improve Coimbra*²²⁴, onde me ajudaram a desenvolver um protótipo.

Esta proposta consiste numa plataforma na Internet direccionada para todos

223 ASCHER, François - **Novos princípios do Urbanismo; seguido de Novos compromissos urbanos: um léxico**, p. 81/82

224 um encontro entre pessoas que querem resolver problemas da cidade de Coimbra. O foco não é em soluções ideais, mas em ideias/projectos simples que possam ter resultados concretos em apenas 2 dias, promovido pelo espaço de coworking Connect Coimbra.



Plataforma proposta segundo a disponibilidade e a informação relativa a cada edifício

os habitantes da cidade que não frequentam e não têm conhecimento do estado actual do centro histórico, de forma a incentivá-los à sua utilização e para todos os investidores privados que procuram um edifício, ou um conjunto de edifícios, para reabilitar, ajudando assim na escolha e no processo.

Essa plataforma apresenta um mapa de todo o centro histórico e pretende disponibilizar informações gerais e particulares sobre cada edifício, ou seja, ao clicar por cima de cada edifício serão exibidas todas as suas características e informações: estado de propriedade (informação sobre se o edifício está ou não ocupado, quantos e quem são os proprietários, se estão ou não interessados em vender ou arrendar o edifício e em que condições); o estado de conservação e possibilidade de recuperação; os programas de apoio a que os investidores se podem candidatar e quais são os seus benefícios e incentivos; as condições e regulamentos a que o edifício está sujeito; o número de edifícios reabilitados nas proximidades; o número de habitantes das proximidades; a distância do edifício a estruturas como escolas primárias, mercearias, supermercados, transportes públicos, estacionamento, etc.); imagens que retratem o estado actual do edifício; informação sobre o projecto de reabilitação (no caso deste já ter sido realizado ou já estar planeado); outras informações que possam ser relevantes sobre o edifício, como por exemplo, que tipo de comércio ou serviço é que alberga.

Num panorama geral, procura-se disponibilizar a informação em função dos parâmetros desejados pelo observador. Esta proposta começou então a ser desenvolvida por iniciativa minha em parceria com os participantes no *Improve Coimbra* e apresenta-se actualmente sobre o domínio <http://centro-coimbra.herokuapp.com>. As possibilidades de escolha no mapa geral apresentam informação sobre o “estado de conservação”,

a “propriedade” e a “disponibilidade” dos edifícios. Este protótipo serviu para apresentar a ideia ao Presidente da Associação RUAS, que a avaliou e demonstrou interesse em desenvolvê-la a partir do Sistema de Informação Geográfica para o Centro Histórico já existente para controlo e usufruto interno da CMC. Desta forma, demonstro a vontade e ambição existente ao longo de todo o processo de trabalho para que esta investigação estimule e alerte todas as entidades envolvidas e para que a classificação da Universidade de Coimbra – Alta e Sofia como Património Mundial da Humanidade não fique estagnada nesta vitória. Que as suas consequências não sejam apenas direccionadas para ao turismo mas que se reflectam numa reabilitação e evolução do espaço da cidade, em particular do seu centro histórico. Esta classificação tem que ser encarada como o início de um processo de reafirmação de Coimbra e não como um fim. A cidade deve questionar-se sobre a sua situação, deve ser auto-crítica e auto-didata. Não se pode continuar a reger por planos e projectos que contêm análises e intensões sem intervir na questão mais importante, a dinâmica e interacção das pessoas. Esta oportunidade, promovida pela classificação da UNESCO, impõe medidas incisivas, que exijam uma real aproximação e interacção entre todas as partes da cidade, estimulando-as a contribuir para o seu desenvolvimento. O maior problema de Coimbra não é falta de espaços ou equipamentos, mas sim de falta de interacção, de vontade e de dedicação. É urgente que as pessoas pensem, reflectam e discutam para encontrar uma estratégia de acção na qual sejam cada vez mais exigentes com a cidade e consigo mesmas.

ANEXOS

Anexo I

Regulamento Municipal de Edificação, Recuperação e Reversão Urbanística da Área afecta à candidatura da Universidade de Coimbra a Património Mundial da Unesco, incluindo a Zona de Protecção.

Anexo II

Eixos estratégicos definidos pela “Parque Expo” para as Áreas de Reabilitação Urbana “Coimbra Alta”, “Coimbra Baixa” e “Coimbra Rio”.

Proposta para Coimbra 2027.

Sequeira; Francisco Manuel Alves Nalha de Oliveira; Francisco Manuel Costa Ferreira; Mário Jorge da Costa Freitas; Mauro Brunido Camacho; Vítor Manuel Santos Rodrigues Moedas, todos com efeitos a 02 de dezembro de 2011 e Carlos Manuel Amaro Pinto com efeitos a 15 de dezembro de 2011.

Para os efeitos previstos nos n.ºs 2 e 3 do artigo 73.º do RCTFP, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, conjugados com o n.º 3 e seguintes do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, o júri do período experimental terá a seguinte composição: presidente — Fernando Manuel Duarte Braz, encarregado geral operacional; Vogais efetivos: António José Gomes de Oliveira, encarregado operacional e António Emílio dos Santos Rodrigues, encarregado operacional. Vogais suplentes: José Manuel Ferreira Garcia, encarregado operacional e João Ricardo Marques Ferreira, assistente operacional.

2 de janeiro de 2012. — O Presidente da Câmara Municipal, *Sérgio Morais da Conceição Carrinho*.

305694117

MUNICÍPIO DE COIMBRA

Aviso n.º 2129/2012

João Paulo Lima Barbosa de Melo, Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, torna público, nos termos do n.º 4 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação em vigor, que a Assembleia Municipal de Coimbra, na sua sessão extraordinária de 17 de janeiro de 2012, aprovou o Regulamento Municipal de Edificação, Recuperação e Reconversão Urbanística da Área afeta à candidatura da Universidade de Coimbra a Património Mundial da UNESCO, incluindo a Zona de Proteção, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de 9 de janeiro de 2012, que a seguir se publica, entrando em vigor 30 dias a contar da data da sua publicação na 2.ª série do *Diário da República*.

Mais se torna público que o projeto do Regulamento foi objeto de apreciação pública pelo período de 30 dias, de acordo com o artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro, conforme Aviso n.º 21915/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 212, de 4 de novembro de 2011.

30 de janeiro de 2012. — O Presidente da Câmara, *João Paulo Lima Barbosa de Melo*.

Regulamento Municipal de Edificação, Recuperação e Reconversão Urbanística da Área afeta à candidatura da Universidade de Coimbra a Património Mundial da UNESCO, incluindo a Zona de Proteção.

Preâmbulo

Com a inclusão da Universidade de Coimbra na Lista Indicativa da UNESCO dos bens suscetíveis de virem a ser integrados na Lista do Património Mundial, iniciou-se um processo em que a Universidade e a Cidade se obrigam a um esforço conjunto para reafirmar o papel de cada uma na cultura portuguesa e universal. A candidatura obrigará à intervenção sobre as áreas candidatas e zona de proteção, redefinindo a vocação dos edifícios e dos espaços, o grau das intervenções sobre o património e a envolvente. Obrigará, também, a pensar a Cidade e os seus habitantes, pensar o tempo e encontrar na história processos de evolução e transformação.

Múltiplos passos já foram ultimamente dados. Importa agora agregar as diferentes estratégias e propostas de ação, à sombra de conceitos, métodos, técnicas e práticas desenvolvidas ao longo dos últimos trinta e cinco anos pela UNESCO e pelas instituições e organizações científicas que a assessoram e, que, com sucesso, têm envolvido um número cada vez maior de entidades e pessoas em todo o mundo.

Este processo passa pela atitude de permanente requalificação do bem no sentido de corrigir, equilibrar e avançar na afirmação desta imensa área e do seu riquíssimo património como fator de desenvolvimento económico e social, com respeito pelas pessoas, pela sua cultura, pela organização social e pelas suas diferenças. Diferenças que se estendem a todos os níveis físicos (tais como topográficos, tipológicos e construtivos) e que, naturalmente, têm expressão no articulado deste Regulamento, o qual estabelece — para além dos tipos e princípios gerais das intervenções — os níveis diferenciados de proteção aplicados a cada zona, uso ou função.

Leis Habilitantes

Nos termos do artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, no uso da competência conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º e pela alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro,

alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o presente Regulamento é elaborado ao abrigo dos seguintes diplomas legais:

Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação da Lei n.º 60/2007, de 4 de setembro e do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março (Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação);

Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial);

Decreto Regulamentar n.º 9/2009, de 29 de maio (conceitos técnicos nos domínios do Ordenamento do Território e do Urbanismo a utilizar nos Instrumentos de Gestão Territorial);

Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro (Lei de Bases do Património Cultural);

Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro (Regime Jurídico da Reabilitação Urbana);

Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto (acessibilidade de pessoas com mobilidade condicionada);

Decreto-Lei n.º 287/2000, de 10 de novembro (altera o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 270/99, de 15 de julho);

Portaria n.º 517/2008, de 25 de junho (requisitos mínimos para os estabelecimentos de Alojamento Local).

CAPÍTULO I

Fins e âmbito de aplicação

Artigo 1.º

Fins

Tendo em vista a salvaguarda e a revitalização do conjunto urbano que constitui a área afeta à candidatura da «Universidade de Coimbra — Alta e Sofia» a Património Mundial da UNESCO, incluindo a Zona de Proteção, são definidos os seguintes objetivos gerais a atingir:

a) Valorização da área no sentido da preservação e melhoria da sua qualidade ambiental, da promoção do desenvolvimento sustentável e do reforço da sua coesão e do seu sentido urbano;

b) Manutenção e reforço da função residencial, enquanto motor de vivificação do centro da Cidade;

c) Melhoria das condições de habitabilidade, designadamente através da definição de níveis mínimos de salubridade;

d) Salvaguarda e reabilitação dos conjuntos urbanos, edifícios e espaços relevantes existentes, melhorando e ampliando os seus diversos equipamentos de apoio;

e) Manutenção das características morfológicas urbanas, bem como das características tipológicas dos edifícios e do seu suporte edificado;

f) Reabilitação dos vários espaços existentes, designadamente através da remodelação e da execução das infraestruturas e incremento das atividades que tradicionalmente neles têm lugar;

g) Promoção da integração da área no desenvolvimento da Cidade, assegurando a sua articulação harmoniosa com os espaços confinantes;

h) Definição das condicionantes formais e funcionais a considerar em todos os projetos de intervenções urbanísticas, corrigindo dissonâncias e anomalias arquitetónicas e reservando as demolições para casos extremos de comprovada impossibilidade de manutenção do edificado existente;

i) Apoio e incentivo ao desenvolvimento integrado, designadamente através do fomento da participação equilibrada dos agentes económicos, sociais e culturais.

Artigo 2.º

Âmbito

1 — O presente Regulamento aplica-se à área identificada na carta anexa n.º 1, que coincide com a delimitação da Zona de Proteção do Bem «Universidade de Coimbra — Alta e Sofia», objeto de candidatura a integrar a Lista dos Bens Património Mundial da UNESCO.

2 — A área definida no número anterior divide-se em três zonas, delimitadas na carta anexa n.º 2 e sujeitas a regras de intervenção diferenciadas:

a) Zona 1 — compreende a Alta Universitária e a Rua da Sofia.

Constituída por um complexo de edifícios monumentais, ligados à produção e transmissão de conhecimento, engloba uma área urbana nobre e bem delimitada da Cidade de Coimbra e a quinzentista Rua da Sofia. Cada um dos edifícios que a integra é representativo do período histórico artístico que determinou a sua construção, pelo que a requalificação

desta área passa pela preservação das suas características individuais e pela reafirmação do valor deste conjunto.

A Zona 1 divide-se em duas áreas, correspondendo a Alta Universitária à Zona 1A e a Rua da Sofia à Zona 1B.

b) Zona 2 — compreende a sobreposição da Área Crítica do Centro Histórico da Cidade de Coimbra com a Área de Intervenção prevista para o Plano de Pormenor da Encosta Poente da Alta de Coimbra e a restante Baixa da Cidade.

Corresponde à Cidade histórica, englobando as construções intramuros e o arrabalde, caracterizando-se por um contínuo urbano de testemunho medieval, composto maioritariamente por construções correntes. Inclui as primeiras unidades urbanas identitárias na formação da urbe, pelo que a salvaguarda desta zona central da Cidade deverá preservar as tipologias tradicionais, mantendo o equilíbrio entre as funções residencial, comercial e institucional.

A Zona 2 subdivide-se em duas áreas, correspondendo a Área Crítica do Centro Histórico da Cidade de Coimbra à Zona 2A e a restante área à Zona 2B.

c) Zona 3 — compreende a Avenida Sá da Bandeira, o Jardim da Sereia, o Bairro de Santa Cruz, a Penitenciária, o Bairro Sousa Pinto, o Quartel e o Hospital Militar, o Seminário, o Jardim Botânico e a frente nascente da Avenida Emídio Navarro.

Corresponde ao modelo urbanístico do século XIX, seguindo as novas orientações higienistas e funcionais das cidades, sobre os terrenos das extintas ordens religiosas, e abarcando os espaços verdes envolventes do século XVIII. Mantém, apesar de intervenções transformadoras mais recentes, uma unidade formal que importa reafirmar.

3 — Em toda a extensão do território municipal abrangida por este Regulamento, ficam sujeitas ao cumprimento das regras aqui fixadas os imóveis classificados como monumentos nacionais, as zonas de proteção e zonas especiais de proteção de imóveis classificados, bem como os imóveis de interesse público e os de interesse municipal.

4 — Os princípios e as disposições fundamentais do presente Regulamento são extensíveis, na medida do que for compatível com os respetivos regimes jurídicos, aos bens materiais, ambientais, paisagísticos, arqueológicos ou paleontológicos.

5 — Existindo Áreas de Reabilitação Urbana, Planos de Pormenor ou Planos de Salvaguarda de conjuntos ou de imóveis classificados, inseridos na área afeta a este Regulamento, aplicam-se as normas previstas naqueles instrumentos.

6 — Os instrumentos de planeamento definidos no número anterior deverão ser elaborados tendo o presente Regulamento e as recomendações do ICOMOS como orientadores.

7 — As Áreas de Reabilitação Urbana «Alta», «Baixa» e «Baixa Rio», inseridas, total ou parcialmente, na área afeta a este Regulamento, são identificadas na carta anexa n.º 3.

Artigo 3.º

Composição

Fazem parte integrante do presente Regulamento os seguintes cartogramas:

- a) Carta anexa n.º 1 — planta da área afeta ao Regulamento;
- b) Carta anexa n.º 2 — planta das zonas sujeitas a regras específicas;
- c) Carta anexa n.º 3 — planta de identificação das Áreas de Reabilitação Urbana;
- d) Carta anexa n.º 4 — planta de identificação dos edifícios dos antigos colégios e dos edifícios universitários designados por E01 a E33.

CAPÍTULO II

Regime e tipos de intervenção

Artigo 4.º

Definições e tipos de intervenções

1 — O presente Regulamento está subordinado às definições previstas no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, articulado com o Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, Taxas e Compensações Urbanísticas de Coimbra (RMUE).

2 — Para além das definições previstas no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, as intervenções a executar sobre os imóveis sitos na zona abrangida, para efeitos da sua aplicação e correta leitura, devem-se enquadrar nos seguintes tipos:

a) «Adaptação»: as ações que têm como objetivo a alteração do uso decorrente da alteração do propósito social, cultural ou económico da edificação;

b) «Agrupamento de edifícios»: a junção de edifícios contíguos autónomos, por abertura de vãos de dimensão controlada, não implicando a demolição de elementos arquitetónicos relevantes e mantendo as paredes confinantes;

c) «Consolidação»: as ações que têm por objetivo o restabelecimento ou o reforço da capacidade de suporte estático de materiais e elementos arquitetónicos, estruturais ou não, com preferência para a utilização de técnicas e materiais do sistema construtivo original/tradicional;

d) «Correção de dissonância ou anomalia arquitetónica»: as ações que têm por objetivo a eliminação de edificações ou partes de edificações que se demarcam do ambiente em que estão inseridas pelo seu volume, cor, textura, estilo ou qualquer outro atributo particular que as descaracterize ou que contenham em si mesmas elementos descaracterizadores da sua tipologia;

e) «Desconstrução»: o desmonte criterioso, preferencialmente manual, parcial ou total, de um imóvel pela ordem inversa da sua construção, preservando os elementos construtivos e estruturais remanescentes, aproveitando ao máximo os componentes e os materiais reutilizáveis, perspetivando a reciclagem dos excedentes não reutilizáveis, separando e confinando os resíduos potencialmente perigosos;

f) «Manutenção e limpeza»: as ações com caráter preventivo que permitem prolongar a vida do edifício, visando o seu correto funcionamento;

g) «Preservação»: as ações que têm como objetivo retardar o processo de degradação de um edifício e prolongar a sua existência, sem modificar os elementos existentes e que correspondem à tipologia original/tradicional e mantendo os vestígios de envelhecimento e os elementos fragmentários de uma edificação;

h) «Reabilitação»: as ações que têm por objetivo a adequação e o melhoramento das condições funcionais de um edifício, com a possibilidade de alteração da organização espacial, embora mantendo os princípios estruturantes dessa organização, os elementos estruturais do edifício e a imagem global exterior;

i) «Reedificação»: a construção de um edifício ou de partes de um edifício em substituição de um outro desaparecido ou de partes desaparecidas, podendo também significar a reedificação de um edifício destruído por causas naturais ou infligidas, dissociada a forma original histórica do património desaparecido;

j) «Reinterpretação»: a reformulação de elementos existentes ou desaparecidos com base numa (re)construção de algumas características originais/tradicionais, identificáveis, selecionadas (dimensões, geometrias regantes, materiais, volumetria, proporções, métrica), distinguindo-se destas outras características que permitam identificar a contemporaneidade da intervenção;

k) «Reparação»: as ações geralmente necessárias devido a uma manutenção deficiente ou inexistente e que têm por objetivo a superação de danos técnicos, implicando uma substituição parcial da edificação ou de um elemento arquitetónico sem alteração da natureza dos materiais;

l) «Restauro e preenchimento de lacunas»: as ações que têm por objetivo a restituição, integral ou parcial, da situação original ou de um estado posterior à construção de um edifício, deteriorado pela ação do tempo ou alterado em épocas sucessivas, visando o restabelecimento da unidade e da coerência da edificação, do ponto de vista de sua conceção e legibilidade originais, e a acentuação dos valores estéticos e históricos de uma edificação;

m) «Translocação»: a desmontagem, a remoção e a remontagem de um edifício ou de elementos arquitetónicos noutra local ou posição, com a recolocação idêntica dos seus componentes.

3 — Os tipos de intervenção reportam-se à clarificação e à pormenorização dos tipos de operação urbanística definidos no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, com a seguinte correspondência:

a) «Adaptação»: está incluída na definição de «Obras de alteração»;

b) «Agrupamento de edifícios»: está incluída na definição de «Obras de ampliação»;

c) «Consolidação»: está incluída na definição de «Obras de conservação»;

d) «Correção de dissonância ou anomalia arquitetónica»: está incluída na definição de «Obras de demolição»;

e) «Desconstrução»: está incluída na definição de «Obras de demolição»;

f) «Manutenção e limpeza»: está incluída na definição de «Obras de conservação»;

g) «Preservação»: está incluída na definição de «Obras de conservação»;

h) «Reabilitação»: está incluída na definição de «Obras de alteração»;

i) «Reedificação»: está incluída nas definições de «Obras de construção» e de «Obras de reconstrução com preservação das fachadas»;

j) «Reinterpretação»: está incluída na definição de «Obras de reconstrução»;

k) «Reparação»: está incluída na definição de «Obras de conservação»;

l) «Restauro e preenchimento de lacunas»: está incluída na definição de «Obras de conservação»;

m) «Translocação»: está incluída na definição de «Obras de alteração».

4 — Para efeitos de aplicação do presente Regulamento, são ainda consideradas as seguintes definições:

a) «Águas furtadas»: modo tradicional de aproveitamento da área de sótão através do levantamento de uma parte das águas principais do telhado;

b) «Edifício classificado»: edifício com o grau de proteção definido na lei que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural;

c) «Equipamento urbano»: conjunto de elementos instalados no espaço público com função específica de assegurar a gestão das estruturas e sistemas urbanos (nomeadamente: sinalização viária, semafórica, vertical, horizontal e informativa, direcional e de pré-aviso, candeeiros de iluminação pública, armários técnicos, guardas metálicas e pilares);

d) «Mobiliário urbano»: todas as peças instaladas ou apoiadas no espaço público ou de utilização pública que permitem um uso, prestam um serviço ou apoiam uma atividade (nomeadamente: quiosques, esplanadas, cabines telefónicas, floreiras, bancos, papeleiras e abrigos de transportes públicos);

e) «Piso recuado utilizável»: corpo habitável, resultante da ampliação vertical do edifício, construído na sua parte superior, recuado relativamente aos planos das fachadas, sem alteração do remate superior destas;

f) «Ruína»: edifício que apresenta um esgotamento generalizado dos seus elementos estruturais ou fundamentais.

CAPÍTULO III

Regras de intervenção

Artigo 5.º

Regras gerais

Sem prejuízo das regras gerais estabelecidas no RMUE, a realização de quaisquer intervenções nas áreas abrangidas pelo presente Regulamento fica sujeita às seguintes regras gerais:

a) Todas as intervenções devem ter como objetivo geral a valorização dos conjuntos urbanos e dos edifícios, através das ações que promovam a sua salvaguarda;

b) As características arquitetónicas e históricas dos conjuntos urbanos e dos edifícios existentes devem ser preservadas (nomeadamente: a implantação e os alinhamentos, os logradouros, a estrutura interior — incluindo paredes-mestras e caixas de escadas, a altura, o volume e a configuração da sua cobertura — incluindo águas furtadas e pisos recuados, pela sua tipologia geral e pelos elementos arquitetónicos que em particular os qualificam);

c) As intervenções visam a proteção e ou a requalificação das características arquitetónicas e históricas dos edifícios e a sua integração no envolvente, assegurando a sua permanência futura;

d) Na ausência de instrumentos de planeamento referidos no n.º 5 do artigo 2.º, qualquer intervenção deve assegurar que os imóveis conservem as características definidas na alínea b), pelo que nenhum tipo de intervenção física poderá ser efetuado se dela resultar alteração significativa das referidas características;

e) Sempre que da aplicação da legislação específica ou dos regulamentos gerais de edificabilidade, nomeadamente ao nível da segurança, do ruído, do ambiente e das acessibilidades, resultar a perda das características definidas na alínea b), admite-se o seu não cumprimento, devidamente justificado, embora deva ser promovida a melhoria do desempenho do edifício, através de medidas compensatórias, e não possa ser agravada, com a intervenção, a desconformidade com normas legais e regulamentares;

f) A execução de trabalhos de manutenção, conservação e preservação deve ser constante e sistemática, de modo a impedir a necessidade de intervenções mais profundas, devendo visar uma estratégia integrada de salvaguarda do edificado;

g) Deve-se sempre optar pela consolidação, reparação, restauro e preenchimento de lacunas dos sistemas construtivos, elementos estruturais e arquitetónicos (tais como paredes estruturais, caixa de escadas, estrutura dos pavimentos e coberturas);

h) Para uma conveniente reabilitação, os elementos originais/tradicionais dos edifícios deverão ser repostos, nas suas características, dimensões e configurações primitivas, salvo se, através de estudo histórico artístico, for devidamente justificada a preservação de elementos posteriores;

i) Em todas as intervenções de reabilitação devem ser utilizados os materiais, as técnicas e os sistemas construtivos tradicionais, reportados às características do projeto original ou do conjunto envolvente, admitindo-se outros que sejam compatíveis com os mesmos;

j) As alterações de uso permitidas devem ser compatíveis com o caráter dos edifícios e da estrutura existente e não devem provocar rutura

com as tipologias arquitetónicas, devendo os programas de ocupação adaptar-se às condicionantes existentes;

k) A subdivisão de um edifício em maior número de unidades funcionais só é permitida se preservar as características morfológicas e arquitetónicas do imóvel;

l) Admite-se a ação de agrupamento de edifícios quando as áreas dos edifícios não possibilitam as condições de habitabilidade para o uso pretendido;

m) A ampliação de edifícios não deve pôr em causa a existência do logradouro como elemento constituinte do edificado, devendo este ser mantido e valorizado;

n) Os edifícios que pela sua volumetria, forma, materiais e cores estejam em conflito estético e arquitetónico com os seus confinantes devem ser intervencionados de forma a serem reintegrados no ambiente envolvente, promovendo-se a desconstrução e a correção dos elementos dissonantes ou perturbadores da leitura do conjunto, de acordo com a definição da alínea d) do n.º 2 do artigo 4.º do presente Regulamento;

o) A demolição dos edifícios que se apresentem em estado de ruína deve ser efetuada apenas nos casos extremos e irrecuperáveis, depois de comprovada a sua manifesta impossibilidade técnica de manutenção, definidos quais os elementos arquitetónicos reutilizáveis nas obras de reconstrução e assegurada a sua translocação;

p) A demolição não autorizada de edifícios, no todo ou em parte, obrigará à reedificação com as características preexistentes do imóvel, condicionada ao disposto nas alíneas h) e i) e não podendo daí resultar ganhos de área útil;

q) A demolição/desconstrução de edifícios por razões de reconversão urbanística de área específica, nomeadamente para melhoria das condições de acessibilidade pública aos conjuntos edificados, só poderá ser efetuada após aprovação do projeto de reorganização da área a intervir e de plano de contenção e só será possível se revestir indiscutível interesse coletivo ou estiver expressamente prevista em instrumento de planeamento em vigor;

r) As novas construções e as ações resultantes da reinterpretação devem respeitar a integração no conjunto, quer quanto à forma quer quanto aos materiais, procurando harmonizar-se com a arquitetura envolvente e contribuindo para realçar e valorizar os imóveis envolventes ou o conjunto onde se inserem;

s) Deve ser garantida, sempre que possível, uma área de coberto vegetal, de maneira a impedir a total impermeabilização do solo;

t) As espécies arbóreas ou arbustivas devem ser preservadas, admitindo-se o seu derrube unicamente nos casos de melhoria das condições de habitabilidade mínimas, de dissonância paisagística, em situações onde as suas características infestantes ponham em causa o valor patrimonial do conjunto, ou ainda, nos casos em que as suas características físicas provoquem danos construtivos nos edifícios, sendo as mesmas substituídas por outras na sua proximidade, sempre que possível.

Artigo 6.º

Regras especiais

Sem prejuízo do disposto no artigo 5.º e enquanto não existirem os instrumentos de planeamento definidos no n.º 5 do artigo 2.º, a realização de quaisquer intervenções nas zonas abrangidas por este Regulamento fica sujeita às seguintes regras:

1 — Utilização dos edifícios:

a) Dada a tendência para uma indesejável regressão da função residencial, é proibida a alteração de uso habitacional para outros fins;

b) Excetua-se do disposto na alínea anterior:

b.1) os edifícios definidos na carta anexa n.º 4, designados por E07, E22, E23, E25 e E27, bem como os edifícios a destinar a estabelecimento hoteleiro, a alojamento local ou a residência de estudantes;

b.2) os edifícios que permitam alojar equipamentos de utilização coletiva, instituições de utilidade pública e associações com fins sociais, culturais e desportivos, desde que contribuam para a qualificação e para a dinâmica local;

b.3) os edifícios que não reúnam, nem possam vir a reunir, depois de obras efetuadas, as condições mínimas de habitabilidade e se não for possível recorrer a ações de agrupamento de prédios;

b.4) os pisos térreos e as sobrelojas entre dois pisos térreos, quando — pelas suas características de implantação em encosta — os edifícios contenham fachadas opostas, em ruas comerciais totalmente pedonais e outras ruas comerciais que os instrumentos referidos no n.º 5 do artigo 2.º venham a definir, garantindo sempre que os pisos superiores mantêm a função residencial e possuem entrada independente dos espaços comerciais, sendo proibido ocasionar rutura nos elementos arquitetónicos;

b.5) os edifícios, frações ou unidades suscetíveis de utilização independente, em ruas comerciais totalmente pedonais e outras ruas comerciais que os instrumentos referidos no n.º 5 do artigo 2.º venham a definir,

que à data da entrada em vigor do Plano Diretor Municipal de Coimbra, estejam a ser comprovadamente ocupados com outras funções;

c) É proibida a alteração de uso de garagem para outros fins, salvo em áreas exclusivamente pedonais e outras que venham a ser classificadas pelos instrumentos referidos no n.º 5 do artigo 2.º e aquelas que não reúnam condições de acesso a veículos automóveis;

d) É proibida a alteração de estabelecimentos de comércio e de restauração ou bebidas para fins distintos de qualquer um destes nas áreas exclusivamente pedonais e outras que venham a ser definidas pelos instrumentos referidos no n.º 5 do artigo 2.º, ao nível do rés do chão.

2 — Subdivisão do edifício:

A subdivisão de um edifício em maior número de fogos ou de outras unidades deve preferencialmente manter a estrutura interior, incluindo paredes-mestras, a caixa de escadas e o pé direito dos pisos existentes.

3 — Volumetria, logradouros e caves:

a) O volume total dos edifícios e os logradouros devem ser mantidos;
b) Excetuam-se do disposto da alínea anterior os edifícios classificados ou em processo de classificação, os edifícios definidos na carta anexa n.º 4, designados por E02, E04, E06, E16, E17, E19, E23, E24, E25, E30, E31 e E32, desde que contribuam para a valorização do volume pré-existente e do conjunto onde se inserem;

c) Caso seja necessário para dotar o edifício de condições mínimas de habitabilidade, independentemente da utilização que nele se verificar a cada momento, pode a área do logradouro diminuir e ou o volume do edificado aumentar, desde que não sejam postas em causa as características do edifício e do conjunto em que ele se insere, considerando o máximo de 10 metros quadrados de área útil, subdividindo-se em 6,5 metros quadrados para a cozinha e 3,5 metros quadrados para a instalação sanitária;

d) Os anexos existentes nos logradouros, nos pátios interiores e nos saguões ocupados devem ser eliminados, libertando esses espaços para áreas sem qualquer tipo de edificação;

e) O aumento da percentagem de impermeabilização do solo e a diminuição do coberto vegetal só podem ocorrer para garantir as condições mínimas de habitabilidade ou de segurança e ou estacionamento coberto, desde que não sejam postas em causa as características do edifício e do conjunto em que ele se insere;

f) Excetuam-se do disposto da alínea anterior os edifícios referidos na alínea b);

g) As intervenções devem ser condicionadas à desconstrução parcial, com a diminuição do volume edificado e ou aumento do espaço do logradouro, se tal se mostrar necessário para dotar o edifício de boas condições de habitabilidade, ou se o edifício existente — pelo seu volume ou pelas suas dissonâncias — prejudicar o conjunto ou impedir a perspetiva da contemplação dos bens imóveis classificados como património cultural;

h) As cêrceas das novas construções e das ações resultantes da reinterpretação devem relacionar-se e compatibilizar-se cumulativamente com as cêrceas dos edifícios imediatamente contíguos e com a cêrcea média no troço de rua compreendido entre as duas transversais mais próximas;

i) Apenas são admitidas caves em novas construções e desde que as mesmas não ponham em causa a estabilidade dos edifícios contíguos ou do conjunto onde se inserem.

4 — Paredes exteriores e superfícies arquitetónicas:

a) Nas paredes exteriores características do conjunto onde se inserem, devem ser respeitados e mantidos todos os elementos que as constituem, tais como cantarias, cornijas, cunhais, frisos, molduras, óculos, pilastras, vãos, varandas ou quaisquer outros elementos existentes;

b) O restauro de todos os elementos das paredes exteriores, cujos materiais originais se tenham perdido, deve ser executado em desenho, materiais, proporções, textura e cores que produzam um acabamento semelhante ao preexistente;

c) As cores das superfícies arquitetónicas, englobando os rebocos e outros elementos cromáticos, devem ser as tradicionalmente utilizadas, com suporte em estudo técnico histórico;

d) É proibida a aplicação de tintas texturadas, areadas, esponjadas ou brilhantes nos rebocos dos edifícios;

e) Todos os elementos de pedra que tenham sido destruídos devem ser substituídos por outros semelhantes em dimensões, textura, cor e tipo, sendo proibida a placagem ou forra;

f) Excetuam-se do disposto da alínea anterior os casos em que os elementos de pedra tenham sido parcialmente destruídos, admitindo-se o preenchimento das lacunas com pó de pedra ou argamassa compatíveis na sua composição, textura e cor;

g) Os elementos pétreos utilizados em fachadas devem ser calcários, não podendo ser polidos, ter acabamento brilhante ou ser pintados, mas podendo ser caiados;

h) Não devem ser afixados quaisquer objetos nos elementos pétreos das fachadas;

i) A substituição de rebocos em paredes exteriores deve ser feita em material compatível com o suporte, privilegiando os materiais à base de cal, de forma a recuperar a aparência original/tradicional e a adaptar-se aos sistemas e às técnicas construtivas do edifício;

j) A execução de rebocos em paredes exteriores de edifícios a construir deve ser feita em material compatível com o suporte e o seu acabamento deve integrar-se no conjunto onde se insere;

k) Os azulejos antigos que revestem as paredes exteriores dos edifícios ou muros devem ser mantidos e restaurados;

l) Nas edificações utilizadas ou a utilizar como estabelecimentos terciários, quaisquer obras a realizar, nomeadamente ao nível do rés do chão, devem respeitar o caráter e a expressão arquitetónica existentes no exterior;

m) São proibidas quaisquer estruturas de ensombramento provisórias ou fixas, exceto os elementos de publicidade previstos no n.º 8 do presente artigo.

5 — Portas, janelas e outros vãos:

a) Nos vãos exteriores característicos do conjunto onde se inserem devem ser respeitadas e mantidas as guarnições em madeira, a cantaria de calcário e os fingidos de argamassa;

b) Para preenchimento de lacunas e reposição de volumes de peças de cantaria de calcário poderão ser utilizados materiais idênticos aos existentes, bem como argamassas de restauro ou outras argamassas compatíveis com elementos pétreos;

c) As padieiras, as ombreiras, os parapeitos e as soleiras devem ser em cantaria de calcário ou madeira, com textura, cor e tipo semelhante ao existente, não sendo permitido outro tipo de material pétreo, mosaicos, tijoleiras ou perfilados de cimento;

d) É proibida a utilização de madeira envernizada em padieiras, ombreiras, parapeitos e em qualquer tipo de caixilharia;

e) As caixilharias devem utilizar formas, tipos de abertura, materiais e desenhos que não sejam causa de dissonância no conjunto do edifício;

f) É proibida a utilização de perfis que procurem imitar ou reproduzir o desenho de caixilharia em madeira;

g) É proibida a ausência de aros ou aduelas nas caixilharias, sendo obrigatória a sua leitura exterior;

h) É proibida a aplicação nos vãos de vidros espelhados, rugosos ou martelados, bem como de todos aqueles que, pela sua cor ou configuração, possam prejudicar manifestamente a harmonia do imóvel ou da zona envolvente;

i) Para correção térmica e acústica deve-se optar, preferencialmente, pela caixilharia dupla colocada pelo interior, podendo esta ser associada à portada;

j) É permitida excepcionalmente a utilização de vidro duplo nos casos em que seja possível proceder à correção térmica e acústica sem adular a tipologia e a dimensão dos componentes do caixilho original/tradicional;

k) É proibida a inclusão de estores de caixa exterior de qualquer tipo ou material nos vãos e a utilização de gradeamentos exteriores;

l) As varandas não devem ser encerradas, nem mesmo com enviaçoados;

m) As guardas de madeira e ferro forjado ou fundido das sacadas e varandas antigas devem ser preservadas, restauradas e pintadas nas cores originais/tradicionais;

n) As cores das caixilharias, englobando outros elementos, devem ser as tradicionalmente utilizadas, com suporte em estudo técnico histórico;

o) Os números de polícia devem estar colocados sobre a padieira a eixo do vão, podendo ser em chapa esmaltada, pintados em molde diretamente na parede, esculpidos nos elementos pétreos ou colocados de modo avulso, desde que em ferro forjado, latão ou inox escovado, não podendo o conjunto, em qualquer caso, exceder 0,13 metros de altura e 0,18 metros de largura.

6 — Coberturas:

a) A configuração, a estrutura e o tipo dos telhados devem ser mantidos, bem como as pendentes e as orientações dos planos;

b) As claraboias, as trapeiras, as cúpulas, os pináculos ou quaisquer outros elementos existentes devem ser recuperados e mantidos na sua forma original/tradicional;

c) Nos casos de novas construções as coberturas devem respeitar a escala, a forma, a pendente e a orientação da maioria das coberturas da zona, em particular dos edifícios confinantes, admitindo-se coberto vegetal em coberturas planas;

d) A construção de águas furtadas só é permitida desde que não advenham inconvenientes para o equilíbrio estético do imóvel;

e) Todos os telhados devem ser revestidos com telha cerâmica de barro vermelho;

f) Nos casos em que o material da cobertura seja associado a uma tipologia arquitetónica específica, deve ser mantido o revestimento da cobertura;

g) Devem ser mantidas as platibandas existentes, exceto nas situações de dissonância;

h) As caleiras e os tubos de queda das águas pluviais, desde que visíveis, devem ter secção circular e ser metálicos (ferro, zinco ou cobre);

i) Os tubos de queda devem estar embutidos na parede ou protegidos ao nível do piso térreo, numa altura nunca inferior a 3,00 metros do pavimento adjacente, desde que confinante com a via pública;

j) Os tubos de queda devem ter caixa de receção na ligação com a caleira e no ponto de entrada da parede, devendo a sua descarga ser feita através de infraestrutura enterrada de recolha de águas pluviais, ou quando esta não exista, em plano horizontal sobre a via pública;

k) São proibidas estruturas de ensombramento provisórias ou fixas, exceto as de tecido ou elementos vegetais com caráter provisório e sazonal.

7 — Equipamentos técnicos:

a) Em telhados ou coberturas é proibida, desde que visível, a aplicação de antenas de telecomunicações, aparelhos exteriores de ar condicionado, antenas de TV ou quaisquer outros elementos acessórios que de alguma forma prejudiquem a estética dos edifícios e o enquadramento do imóvel ou zonas a proteger;

b) Em telhados ou coberturas é permitida a colocação de painéis solares e ou foto voltaicos desde que, cumulativamente, a orientação solar seja adequada, seja preferencialmente utilizada uma única água (aquela que seja orientada para os saguões, logradouros ou anexos), ocupem no máximo 5 % da área total da cobertura até uma máximo de 3,00 metros quadrados, devendo ainda estar embutidos no telhado e ser complanares;

c) Em fachadas é proibida a aplicação de antenas de telecomunicações e de aparelhos exteriores de ar condicionado (mesmo que integrados ou dissimulados na parede), painéis solares e foto voltaicos, postes de eletricidade e de telefone, antenas de TV ou quaisquer outros elementos acessórios que de alguma forma prejudiquem a estética dos edifícios e o enquadramento do imóvel ou das zonas a proteger;

d) Nas portas, nas janelas e noutros vãos é permitida a colocação dos aparelhos exteriores de ar condicionado, desde que não visíveis e integrados nas bandeiras ou noutros elementos da caixilharia, sem adulterar a tipologia e a dimensão dos componentes do caixilho original/tradicional e mantendo a leitura de plano vertical;

e) No exterior das fachadas que confinam sobre o espaço público são proibidas chaminés e mangas de ventilação ou de extração de ar;

f) Desde que as infraestruturas sejam subterrâneas, todos os cabos, condutas ou qualquer outro tipo de redes de distribuição ou interligação devem ser integrados nos edifícios, sendo proibida a sua colocação aposta na fachada exterior;

g) Os armários e os contadores só podem ser integrados na fachada exterior desde que organizados, preferencialmente em conjunto, com dimensões reduzidas e de forma a não prejudicarem a leitura do edifício, ser ocultos e sem visores visíveis, dotados de porta única com acabamento idêntico ao da fachada.

8 — Publicidade:

a) Sempre que os elementos publicitários originais/tradicionais nos planos de parede se revelarem uma característica relevante dos estabelecimentos comerciais, deverão ser restaurados, desde que manifestamente se comprove serem valorizadores do edifício e do conjunto onde se insere;

b) Os suportes publicitários, designadamente cavaletes, faixas, fitas, pendões e outros semelhantes, letras soltas ou símbolos, lonas ou telas, painéis, toldos, palas ou outras estruturas adossadas às fachadas, fixos ou amovíveis, devem ser elementos de valorização da fachada, não a descaracterizando;

c) Os elementos publicitários devem ser sugestivos, possuir caráter individualizado e não deverão ser fixos ou sobrepostos a elementos arquitetónicos significativos da fachada;

d) Cada estabelecimento comercial só pode possuir toldos retro retráteis com ou sem sanefa na frente, em função do número de vãos e um anúncio, em bandeira ou paralelo e apenso à fachada, por cada fachada confinante diretamente com a via pública;

e) Exceto quando se demonstre que tal seja impossível, os elementos a que se refere a alínea anterior devem ser colocados e fixados abaixo da cota do pavimento do primeiro andar e não devem ser fixos a elementos arquitetónicos significativos da composição da fachada, como sejam as varandas ou cantarias, e em caso algum poderão pôr em causa a circulação de pessoas e de veículos;

f) Nas grades de varandas e sacadas, nos telhados e nos terraços é proibida a colocação de publicidade ou placas identificativas de qualquer tipo, incluindo as dos profissionais liberais;

g) Os toldos devem ter o branco como cor base, uma projeção máxima de 1,00 metro quando totalmente estendido (salvo quando se comprove que de dimensão mais generosa não resulta prejuízo para circulação de pessoas e de veículos), não podendo exceder 0,20 metros medidos no plano das fachadas, para além da dimensão dos vãos;

h) Se a rua tiver menos de 1,80 metros de largura, é proibida a colocação de toldos;

i) Se a rua tiver mais de 1,80 metros de largura e menos de 3,80 metros, o espaço disponível para toldos deverá ser repartido em dois, deixando sempre livre 0,90 metros de largura para cada lado, em relação ao eixo da rua;

j) A publicidade em toldos só é permitida na sanefa e quando referente à designação do nome da loja;

k) Os suportes publicitários devem ser executados em materiais duradouros, resistentes e de boa qualidade estética, tais como madeira pintada, aço inoxidável escovado, ferro fundido, ferro forjado, cobre, latão, acrílico transparente ou pedra calcária;

l) São proibidos suportes publicitários construídos em caixa, devendo ser aplicados, sempre que possível, no interior do estabelecimento ou, em alternativa, sob a forma de dísticos ou motivos publicitários recortados e salientes das fachadas;

m) As dimensões dos suportes publicitários devem ser ajustadas aos condicionamentos do local, de forma a não possuírem dimensões exageradas nem se sobreponem à leitura da composição da fachada do imóvel;

n) Os suportes publicitários não devem possuir luz própria, podendo ser iluminados por pontos de luz exterior de dimensões reduzidas ou através de retroiluminação, quando salientes das fachadas;

o) Os elementos de iluminação não deverão ser dinâmicos, intermitentes ou de cor ou intensidade variáveis, exceto se colocados no interior do estabelecimento;

p) Os dísticos das farmácias, por necessidade de serem especialmente assinalados para fácil localização, podem beneficiar de formas específicas de anúncio, devendo ser, preferencialmente, utilizada a forma de cruz simples na cor verde, podendo possuir luz própria, sendo proibida a utilização de elementos dinâmicos de iluminação ou a inclusão de motivos publicitários;

q) Os dísticos das caixas bancárias automáticas e dos jogos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, por necessidade de serem especialmente assinalados para fácil localização, devem ser colocados em bandeira, podendo possuir luz própria, sendo proibida a utilização de elementos dinâmicos de iluminação ou a inclusão de motivos publicitários;

r) As placas meramente identificativas dos profissionais liberais, não sendo consideradas como publicidade, devem ser de cor e material adequado ao local onde serão colocadas, devem estar localizadas no piso térreo ao lado da ombreira da porta de entrada, entre o soco, quando existente, e o limite inferior da padieira reta ou o arranque do arco das padieiras curvas, tendo cada placa as dimensões máximas de 0,20 metros de altura e de 0,30 metros de largura. No caso de edifícios com um número elevado de profissionais liberais, as placas identificativas deverão ter dimensões menores, para que o conjunto das placas não exceda o espaço reservado na fachada para a sua colocação.

Artigo 7.º

Regras específicas para a Zona 1A

Sem prejuízo das regras descritas no artigo 6.º, são aplicáveis à Zona 1A as seguintes regras:

1 — Paredes exteriores e superfícies arquitetónicas:

a) Nas paredes exteriores os materiais de revestimento e acabamento a utilizar são preferencialmente à base de rebocos, não podendo estes ser rugosos em massa grossa do tipo tirolês ou outros, e ou de elementos pétreos calcários;

b) A utilização de superfícies envidraçadas, em edifícios novos ou em ampliações de edifícios existentes, só é admitida enquanto elemento valorizador do preexistente e do conjunto.

2 — Portas, janelas e outros vãos:

a) As caixilharias existentes e que correspondem à tipologia original/tradicional devem ser mantidas e recuperadas, exceto nas situações de dissonância;

b) Nas situações de substituição, as caixilharias devem utilizar desenhos, tipologias e materiais específicos de cada edifício;

c) Nos edifícios a construir ou em ampliações de edifícios existentes, as caixilharias podem ser em madeira pintada, ferro pintado, cobre ou aço inox escovado, devendo ser elementos valorizadores do preexistente e do conjunto;

d) O ensombramento deve ser garantido através de portadas interiores em madeira pintada;

e) Excetuam-se do disposto da alínea anterior os edifícios cujo sistema de ensombramento seja de outro material, obedecendo à tipologia primitiva, e não seja dissonante do conjunto onde se inserem;

f) É proibido o ensombramento através de portadas exteriores.

3 — Coberturas:

Nos edifícios onde a tipologia original integra cobertura plana, a mesma deve ser mantida, admitindo-se a sua substituição, desde que devidamente justificada, por materiais compatíveis e mantendo a forma original.

Artigo 8.º

Regras específicas para a Zona 1B

Sem prejuízo das regras descritas no artigo 6.º, são aplicáveis à Zona 1B as seguintes regras:

1 — Paredes exteriores e superfícies arquitetónicas:

Nas paredes exteriores é proibida a utilização, como acabamento, de superfícies envidraçadas, de imitações de tijolo, de cantaria, de placagem, de reboco rugoso em massa grossa do tipo tirolês ou outro, de materiais cerâmicos e de azulejos.

2 — Portas, janelas e outros vãos:

a) As caixilharias existentes e que correspondem à tipologia original/tradicional devem ser mantidas e recuperadas, exceto nas situações de dissonância;

b) Nas situações de substituição e nos edifícios a construir, as caixilharias devem utilizar desenhos e tipologias tradicionais, sendo obrigatório a utilização de madeira pintada;

c) Excetua-se do disposto da alínea anterior as caixilharias dos edifícios onde a tipologia original/tradicional utiliza outro tipo de material que não seja dissonante do conjunto onde se inserem;

d) Excetua-se ainda do disposto da alínea b) os pisos térreos comerciais onde pode ser também utilizado o ferro pintado, o cobre, o latão ou o aço inox escovado, desde que as características arquitetónicas do edifício o justifiquem;

e) Excetua-se igualmente do disposto da alínea b) as caixilharias em eventual encerramento de claustros dos edifícios classificados ou em processo de classificação, dos edifícios definidos na carta anexa n.º 4, designados por E22, E23, E24, E25 e E26, podendo ser também em ferro pintado, inox, latão, cobre e sem moldura, desde que contribuam para a valorização do preexistente e do conjunto;

f) O ensombreamento deve ser garantido através de portadas interiores em madeira pintada;

g) Excetua-se do disposto da alínea anterior os edifícios cujo sistema de ensombreamento seja de outro material, obedecendo à sua tipologia primitiva, e não seja dissonante do conjunto onde se inserem;

h) É proibido o ensombreamento através de portadas exteriores;

i) As guardas devem utilizar desenhos e tipologias tradicionais, sendo obrigatório a utilização de madeira pintada ou ferro pintado.

3 — Coberturas:

a) São proibidas coberturas planas não acessíveis;

b) Excetua-se do disposto da alínea anterior as ampliações dos edifícios classificados ou em processo de classificação e dos edifícios definidos na carta anexa n.º 4, designados por E23, E24 e E25, desde que contribuam para a valorização do preexistente e do conjunto;

c) Excetua-se ainda do disposto da alínea a) as coberturas de áreas técnicas desde que apresentem pequenas dimensões e contribuam para a valorização do preexistente e do conjunto onde se inserem;

d) Os telhados devem ser em telha cerâmica de barro vermelho de canudo, tanto em capa como em canal, ou do tipo marselha;

e) Os beirados devem manter a sua forma tradicional, em canudo simples, duplo ou triplo, sendo que nas construções novas os mesmos deverão ser simples;

f) Excetua-se ainda das duas alíneas anteriores as ampliações dos edifícios classificados ou em processo de classificação e dos edifícios definidos na carta anexa n.º 4, designados por E23, E24 e E25, onde podem ser utilizados outros materiais desde que contribuam para a valorização do pré-existente e do conjunto onde se inserem;

g) Os algerozes e os respetivos suportes em ferro forjado, bem como os tubos de queda, devem ser preservados, restaurados e pintados nas cores originais/tradicionais;

h) As chaminés antigas devem ser consolidadas e preservadas, devendo as chaminés a construir de novo ser integradas na envolvente.

Artigo 9.º

Regras específicas para a Zona 2A

Sem prejuízo das regras descritas no artigo 6.º, são aplicáveis à Zona 2A as seguintes regras:

1 — Logradouros:

Sempre que exista logradouro e de forma a racionalizar o consumo de água na rega e nas descargas das sanitas, deve ser nele construída

infraestrutura de recolha e depósito de águas pluviais que capte a água das coberturas e do próprio logradouro, desde que não ponha em causa a salubridade, não afete negativamente a estrutura do edifício e dos que o rodeiam e não seja incompatível com os valores patrimoniais em presença.

2 — Paredes exteriores e superfícies arquitetónicas:

a) Nas paredes exteriores é proibida a utilização, como acabamento, de superfícies envidraçadas, de imitações de tijolo, de cantaria, de placagem, de reboco rugoso em massa grossa do tipo tirolês ou outro, de materiais cerâmicos e de azulejos;

b) Em ampliações dos edifícios classificados ou em processo de classificação e do edifício definido na carta anexa n.º 4, designado por E29, admite-se a utilização de cantaria ou de placagem de pedra calcária, desde que contribuam para a valorização do preexistente e do conjunto onde se inserem.

3 — Portas, janelas e outros vãos:

a) As caixilharias existentes e que correspondem à tipologia original/tradicional devem ser mantidas e recuperadas, exceto nas situações de dissonância;

b) Nas situações de substituição e nos edifícios a construir, as caixilharias devem utilizar desenhos e tipologias tradicionais, sendo obrigatória a utilização de madeira pintada;

c) Excetua-se do disposto da alínea anterior as caixilharias dos edifícios onde a tipologia original/tradicional utiliza outro tipo de material, desde que não seja dissonante do conjunto onde se inserem;

d) Excetua-se ainda do disposto da alínea b) os pisos térreos comerciais, onde pode ser também utilizado o ferro pintado, o cobre, o latão ou o aço inox escovado, desde que as características arquitetónicas do edifício o justifiquem;

e) Excetua-se igualmente do disposto da alínea b) as caixilharias em eventual encerramento de claustros dos edifícios classificados ou em processo de classificação e do edifício definido na carta anexa n.º 4, designado por E29, podendo ser também em ferro pintado, inox, latão, cobre e sem moldura, desde que contribuam para a valorização do preexistente e do conjunto onde se inserem;

f) O ensombreamento deve ser garantido através de portadas interiores em madeira pintada;

g) Excetua-se do disposto na alínea anterior os edifícios cujo sistema de ensombreamento seja de outro material, obedecendo à sua tipologia primitiva, desde que não seja dissonante do conjunto onde se inserem;

h) É proibido o ensombreamento através de portadas exteriores;

i) As guardas devem utilizar desenhos e tipologias tradicionais, sendo obrigatória a utilização de madeira pintada ou ferro pintado.

4 — Coberturas:

a) São proibidas coberturas planas não acessíveis;

b) Excetua-se do disposto na alínea anterior as coberturas de áreas técnicas desde que apresentem pequenas dimensões e contribuam para a valorização do preexistente e do conjunto onde se inserem;

c) Os telhados devem ser em telha cerâmica de barro vermelho de canudo, tanto em capa como em canal, ou do tipo marselha;

d) Os beirados devem manter a sua forma tradicional, em canudo simples, duplo ou triplo, sendo que nas construções novas os mesmos deverão ser simples;

e) Os algerozes e os respetivos suportes em ferro forjado, bem como os tubos de queda, devem ser preservados, restaurados e pintados nas cores originais/tradicionais;

f) As chaminés antigas devem ser consolidadas e preservadas, devendo as chaminés a construir de novo ser integradas na envolvente.

Artigo 10.º

Regras específicas para a Zona 2B

Sem prejuízo das regras descritas no artigo 6.º, são aplicáveis à Zona 2B as seguintes regras:

1 — Logradouros:

Sempre que exista logradouro e de forma a racionalizar o consumo de água na rega e nas descargas das sanitas, deve ser nele construída infraestrutura de recolha e depósito de águas pluviais que capte a água das coberturas e do próprio logradouro, desde que não ponha em causa a salubridade, não afete negativamente a estrutura do edifício e dos que o rodeiam e não seja incompatível com os valores patrimoniais em presença.

2 — Paredes exteriores e superfícies arquitetónicas:

Nas paredes exteriores é proibida a utilização, como acabamento, de superfícies envidraçadas, de imitações de tijolo, de cantaria, de placagem, de reboco rugoso em massa grossa do tipo tirolês ou outro, de materiais cerâmicos e de azulejos.

3 — Portas, janelas e outros vãos:

a) As caixilharias existentes e que correspondem à tipologia original/tradicional devem ser mantidas e recuperadas, exceto nas situações de dissonância;

b) Nas situações de substituição e nos edifícios a construir, as caixilharias devem utilizar desenhos e tipologias tradicionais, sendo preferencial a utilização de madeira pintada, admitindo-se excepcionalmente alumínio lacado com corte térmico;

c) Excetua-se do disposto da alínea anterior as caixilharias dos edifícios onde a tipologia original/tradicional utiliza outro tipo de material, desde que não seja dissonante do conjunto onde se inserem;

d) Excetua-se ainda do disposto da alínea b) os pisos térreos comerciais onde pode ser também utilizado o ferro pintado, o cobre, o latão, o aço inox escovado ou o alumínio lacado com corte térmico, desde que as características arquitetónicas do edifício o justifiquem;

e) O ensombramento deve ser garantido através de portadas interiores em madeira pintada;

f) Excetua-se do disposto da alínea anterior os edifícios cujo sistema de ensombramento seja de outro material, obedecendo à sua tipologia primitiva, desde que não seja dissonante do conjunto onde se inserem;

g) É proibido o ensombramento através de portadas exteriores;

h) As guardas devem utilizar desenhos e tipologias tradicionais, sendo obrigatória a utilização de madeira pintada ou ferro pintado.

4 — Coberturas:

a) São proibidas coberturas planas não acessíveis;

b) Excetua-se do disposto na alínea anterior as coberturas de áreas técnicas desde que apresentem pequenas dimensões e contribuam para a valorização do preexistente e do conjunto onde se inserem;

c) Os telhados devem ser em telha cerâmica de barro vermelho de canudo, tanto em capa como em canal, ou do tipo marselha;

d) Os beirados devem manter a sua forma tradicional, em canudo simples, duplo ou triplo, sendo que nas construções novas os mesmos deverão ser simples;

e) Os algerozes e os respetivos suportes em ferro forjado, bem como os tubos de queda, devem ser preservados, restaurados e pintados nas cores originais/tradicionais;

f) As chaminés antigas devem ser consolidadas e preservadas, devendo as chaminés a construir de novo ser integradas na envolvente.

Artigo 11.º

Regras específicas para a Zona 3

Sem prejuízo das regras descritas no artigo 6.º, são aplicáveis à Zona 3 as seguintes regras:

1 — Paredes exteriores e superfícies arquitetónicas:

a) Nas paredes exteriores não é permitida a utilização, como acabamento, de superfícies vidradas, de imitações de tijolo, de cantaria, de placagem, de reboco rugoso em massa grossa do tipo tirolês ou outro, de materiais cerâmicos e de azulejos;

b) Nos equipamentos de apoio a instalar no Jardim Botânico e no Jardim da Sereia é admitida a utilização, como acabamento, de superfícies envidraçadas, de cantarias ou de placagem de pedra calcária, desde que contribuam para a valorização do conjunto onde se inserem.

2 — Portas, janelas e outros vãos:

a) As caixilharias existentes e que correspondem à tipologia original/tradicional devem ser mantidas e recuperadas, exceto nas situações de dissonância;

b) Nas situações de substituição, as caixilharias devem utilizar desenhos, tipologias e materiais tradicionais do edifício;

c) Excetua-se do disposto da alínea anterior os pisos térreos comerciais onde podem ser também utilizados ferro pintado, alumínio lacado, cobre, latão ou aço inox escovado, desde que as características arquitetónicas do edifício o justifiquem;

d) Nos edifícios a construir ou em ampliações de edifícios existentes, as caixilharias podem ser em madeira pintada, ferro pintado, alumínio lacado, podendo ser também utilizados, nos pisos térreos comerciais, cobre, latão ou aço inox escovado, desde que contribuam para a valorização do preexistente e do conjunto onde se inserem;

e) É proibida a inclusão de portadas exteriores de alumínio ou de PVC;

f) As guardas devem utilizar desenhos e tipologias tradicionais, sendo proibida a utilização de alumínio ou de PVC.

3 — Coberturas:

a) São admitidas coberturas planas não acessíveis em estacionamentos cobertos e nos edifícios onde a tipologia original integra este tipo de cobertura, desde que as mesmas não ponham em causa a harmonia do edifício e do conjunto onde se inserem e seja assegurada a segurança contra incêndios;

b) Nos equipamentos de apoio a instalar no Jardim Botânico e no Jardim da Sereia, são admitidas coberturas planas ou coberturas inclinadas em vidro, desde que contribuam para a valorização do conjunto onde se inserem;

c) Pode ser alterado o material de revestimento de cobertura, desde que devidamente justificado, para zinco ou cobre, mantendo a forma da cobertura;

d) Os algerozes e os respetivos suportes em ferro forjado, bem como os tubos de queda, devem ser preservados, restaurados e pintados nas cores originais/tradicionais;

e) As chaminés antigas devem ser consolidadas e preservadas, devendo as chaminés a construir de novo ser integradas na envolvente.

CAPÍTULO IV

Disposições finais e transitórias

Artigo 12.º

Norma revogatória

1 — São revogadas todas as disposições regulamentares que entrem em contradição com o presente Regulamento.

2 — É revogado o Regulamento Municipal de Edificação, Recuperação e Reconversão Urbanística da Área Crítica do Centro Histórico da Cidade de Coimbra, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 7 de janeiro de 2003, com exceção do seu artigo 22.º, alterado no *Diário da República*, 2.ª série, de 25 de janeiro de 2010.

Artigo 13.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor 30 dias após a sua publicação no *Diário da República*.

Artigo 14.º

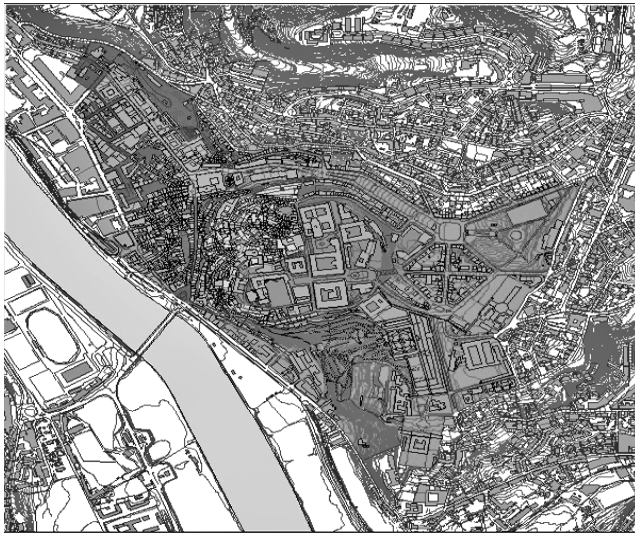
Norma transitória

O presente Regulamento aplica-se aos procedimentos já iniciados à data da sua entrada em vigor, sem prejuízo de salvaguarda dos atos já praticados.

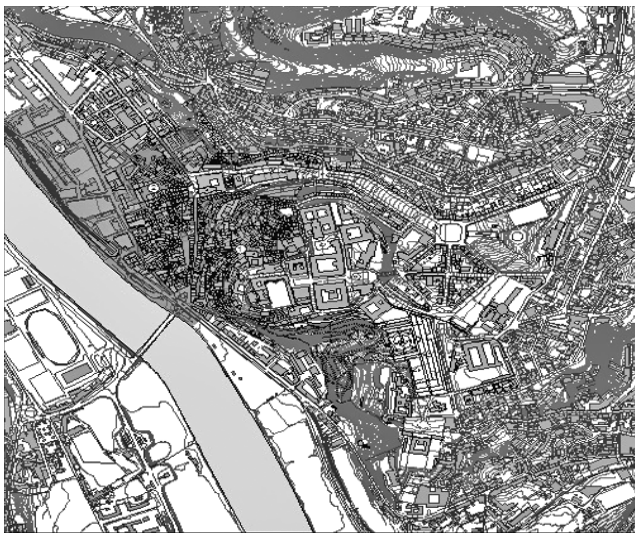


Carta nº 1 - Planta da Área afectada ao Regulamento

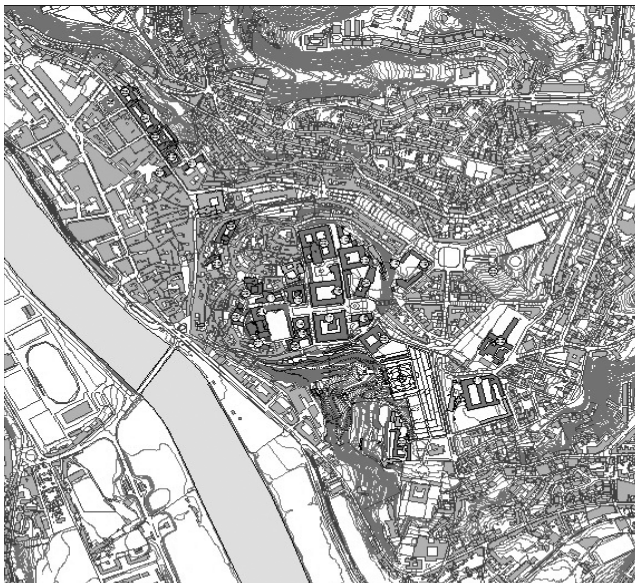
■ Área afectada ao Regulamento



Mapa nº 2 - Planta das zonas sujeitas a regras específicas



Mapa nº 3 - Planta de identificação das Áreas Recreativas Urbanas



Mapa nº 4 - Planta de identificação dos Edifícios

Legenda		
E01 - Paço das Escólas	E12 - Casa das Celedras	E23 - Colégio de Nossa Senhora do Carmo
E02 - Colégio de Jesus	E13 - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra	E24 - Colégio de Nossa Senhora da Graça
E03 - Real Colégio das Artes	E14 - Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra	E25 - Colégio de São Pedro dos Terceiros
E04 - Colégio de São Jerónimo	E15 - Arquivo da Universidade de Coimbra	E26 - Colégio de São Tomás de Aquino
E05 - Colégio de São Bento	E16 - Faculdade de Medicina e Universidade de Coimbra	E27 - Colégio de São Boaventura
E06 - Colégio de Santíssima Trindade	E17 - Departamento de Física e Química de FCTUC	E28 - Paço de São-Ricardo
E07 - Colégio de Santo António de Fátima	E18 - Departamento de Matemática de FCTUC	E29 - Colégio de Santo Agostinho
E08 - Colégio de Santa Rita	E19 - Associação Académica de Coimbra	E30 - Colégio de São José dos Meninos
E09 - Imprensa da Universidade	E20 - Jardim Botânico	E31 - Antigo Convento de Santa Ana
E10 - Laboratório Clínico	E21 - Antigo Colégio das Artes - Inquirição	E32 - Antiga Casa da Penitenciaría de Coimbra
E11 - Casa dos Meios	E22 - Colégio de São Bernardino	E33 - Parque de Santa Cruz/Jardim de Santa Ana

MUNICÍPIO DE ELVAS

Edital n.º 157/2012

Dr. Carlos Alexandre Henriques Saldanha, Diretor de Departamento de Administração Geral e Recursos Humanos do Município de Elvas, com subdelegação de competências conferidas por despacho de 6 junho de 2011.

Faz saber, que de harmonia com o disposto no artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo e de acordo com deliberação tomada pelo Executivo Municipal em sua reunião ordinária de 25 de janeiro de 2012, se submete a discussão pública pelo prazo de 30 dias a contar da data da publicação do presente edital no *Diário da República*, o Projeto de Atualização do Regulamento Municipal de Resíduos Sólidos Urbanos, Higiene e Limpeza Pública do Município de Elvas.

Assim, os interessados deverão no prazo de 30 dias a contar da publicação do presente Edital, publicado no *Diário da República*, dirigir as suas sugestões ao referido projeto, por escrito ou através do site da Câmara Municipal de Elvas com o endereço: www.cm-elvas.pt.

O presente projeto encontra-se disponível para consulta, na SOFAA-Subunidade Orgânica Flexível Administrativa e de Atendimento.

Projeto de Atualização do Regulamento Municipal de Resíduos Sólidos Urbanos, Higiene e Limpeza Pública do Município de Elvas

CAPÍTULO I

Artigo 1.º

Disposições gerais

1 — O presente Regulamento aplica-se à gestão de resíduos sólidos urbanos e à higiene e limpeza dos lugares públicos do Município de Elvas.

2 — Entende-se por gestão de resíduos sólidos urbanos as operações de recolha, transporte, armazenagem, triagem, tratamento, valorização e eliminação de resíduos sólidos urbanos.

3 — O presente regulamento é elaborado ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, de acordo com o disposto na alínea c) do artigo 10.º, artigo 15.º e 55.º da Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15/01, de acordo com a alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º e a alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01, de acordo com o Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro e demais legislação conexa, do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto e visa proceder à atualização do Regulamento Municipal de Resíduos Sólidos Urbanos, Higiene e Limpeza Públicas do Município de Elvas, publicado no *Diário da República* 2.ª série n.º 72, de 12 de abril de 2011 de harmonia com os artigos 2.º e 3.º da Portaria n.º 34/2011, de 13 de janeiro.

Artigo 2.º

Competência da Câmara Municipal

É da exclusiva competência da Câmara Municipal de Elvas a gestão dos resíduos sólidos urbanos produzidos no Município de Elvas até à Estação de Transferência da VALNOR.

Artigo 3.º

Sistema Municipal de Resíduos Sólidos Urbanos

1 — Para efeitos do presente Regulamento entende-se por Sistema Municipal de Resíduos Sólidos Urbanos o conjunto de obras de construção civil, equipamentos, viaturas, recipientes e também os recursos humanos, institucionais e financeiros necessários a assegurar, em condições de segurança, eficiência e inocuidade, a eliminação dos resíduos sólidos urbanos.

2 — Quando circunstâncias e condições específicas o aconselharem, poderá a Câmara Municipal, nas e condições previstas na lei, atribuir a exploração e gestão do Sistema Municipal de Resíduos Sólidos Urbanos a outras entidades.

CAPÍTULO II

Tipos de Resíduos

Artigo 4.º

Definição geral

Para efeitos do presente Regulamento, entende-se por “resíduos”: quaisquer substâncias ou objetos de que o detentor se desfaz ou tem

ANEXO II

Eixos estratégicos definidos pela “Parque Expo” para as Áreas de Reabilitação Urbana “Coimbra Alta”, “Coimbra Baixa” e “Coimbra Rio”. ²²⁵

Densifica a multifuncionalidade

O primeiro eixo “Densifica a multifuncionalidade”, prevê uma dinâmica de consolidação e regeneração da oferta comercial em espaço urbano e de apetência pela rua, sendo o espaço privilegiado de relação com o consumidor, prevendo para isso a reabilitação do edificado, a gestão do espaço público e a criação de equipamentos de apoio à actividade comercial, tais como estacionamento públicos, equipamentos de conforto e uma central de stocks. Procura ainda reinventar modelos de habitação, fazer a manutenção dos grandes equipamentos públicos, a fixação de serviços inovadores e indústrias criativas.

O primeiro projecto, “Baixa de Coimbra – centro comercial ao ar livre”, no qual

²²⁵ Os eixos e os projectos são apresentados segundo a ordem e lógica de organização da “Parque Expo”

todas as acções complementares dizem então respeito à ARU “Coimbra Baixa”, prevê a criação da Central Logística da Baixa Comercial, ou seja, um espaço de armazenamento e de apoio aos comerciantes no centro da “Baixa”, articulado com um sistema de gestão e distribuição de mercadorias para todas as lojas desta zona. Um plano estruturante de requalificação física e modernização do seu conjunto comercial, reequipamento e reformulação estética dos estabelecimentos, formação dos profissionais e fomento de novas práticas de gestão e *marketing*. E reabilitação física do edificado, através da negociação de linhas de crédito bonificado. Procura aumentar a competitividade da “Baixa” através da diversificação da atractividade cultural, da oferta diferenciada de produtos e serviços, do alargamento de horários e da melhoria das infra-estruturas existentes como estacionamento, segurança, iluminação e sistema de limpeza.

O segundo projecto denominado “Coimbra com mais enquanto” procura a reabilitação do parque edificado e melhoria das condições de habitabilidade. Na “Alta”, através da instalação de equipamentos e serviços de proximidade, entre os quais caixas de multibanco e uma farmácia e dando novos usos a edifícios notáveis, como por exemplo os laboratórios da Universidade de Coimbra, com a instalação de um equipamento de utilização coletiva de acesso ao logradouro do edifício, com funções de recreio e lazer para a 3^a idade e infância; o antigo museu da ciência e da tecnologia, implantando uma extensão da rede de bibliotecas municipais, com conteúdos multimédia, periódicos e no antigo Igespar²²⁶ a instalação de serviços ou equipamentos. Na “Baixa” e no “Rio” reabilitação do parque edificado através da definição de um mapa dos edifícios da “Baixa” com distinção de três níveis de intervenção necessários, que embora sejam da

226 Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico

responsabilidade dos particulares deve ser feita em articulação com a “Coimbra Viva SRU” e a redefinição ou reforço das funcionalidades e objectivos de alguns edifícios centrais como os Correios, a sede da Caixa Geral de Depósitos, a Escola Secundária Jaime Cortesão, o Grémio da Lavoura e a construção de um edifício na Rua da Alegria que faça a ligação pedonal entre as diferentes cotas.

O terceiro projecto denominado “Habitar Diferente” prevê para a alta uma maior fixação de estudantes a partir da reabilitação do edificado, a valorização funcional da rede de residências e Repúblicas existentes, tal como a criação de um programa de incentivos e apoios para a constituição de novos equipamentos vocacionados para o acolhimento de estudantes, propondo a possível criação de um portal comum para reserva dos espaços e partilha de serviços, como limpeza, cozinha e lavandarias. De forma a dinamizar a utilização de edificado que se encontre devoluto, propõe a criação de residências temporárias/*city users* para arrendamento por períodos reduzidos, com diferentes tipologias, para diferentes utilizadores como estudantes, professores, investigadores, convidados e conferencistas. A proposta identifica para isso dois edifícios: o antigo Conservatório, e o Edifício Sousa Bastos para o qual propõe a construção de 30 unidades habitacionais de tipologia T0. Propõe ainda a implementação de Residências assistidas para seniores, apresentando como local possível a zona do Jardim da Cerca de Santo Agostinho pela sua localização privilegiada e boas condições de acesso automóvel. Para a “Baixa”, propõe residências temporárias e o incentivo à criação de alojamentos do tipo *hostel*. Para o “Rio” uma nova urbanização multiusos na frente ribeirinha, com habitação, comércio, equipamentos e serviços e a criação de novos eixos viários e pedonais para articular a Av. Fernão de Magalhães e a frente rio.

O quarto projecto “Coimbra criativa – Quarteirão Arnado” destina-se apenas à

ARU “Coimbra Rio”, pela sua localização, e promove a instalação de indústrias criativas, reconvertendo os edifícios abandonados de cariz industrial da rua do Arnado em pólos para indústrias culturais à semelhança da *Lx Factory*. Criando assim a marca “Arnado Criativo” que estimule a criação de empresas, criativas e inovadoras, nos domínios científicos, técnicos e artísticos. Qualificando o espaço público com vista ao ordenamento do trânsito viário e áreas de estacionamento automóvel e à instalação de esplanadas, feiras e mercados ocasionais. E ainda, o projecto para a “Rua da Guarda Inglesa”, que prevê a sua requalificação urbana e a desactivação do parque dos SMTUC com introdução de novos usos, transformando esta artéria numa importante avenida do centro histórico, confluindo nela uma segunda ponte pedonal proposta e ainda a melhoria das ligações à Ponte do Açude.

O segundo eixo procura “Reforçar conexões e facilitar a mobilidade”, procurando diminuir o impacto negativo do tráfego rodoviário intenso; reforçar a ligação entre margens, com uma rede urbana pedonal e ciclável mais eficiente, com integração de um serviço de bicicletas público; a promoção da inter-operabilidade criando uma infra-estrutura intermodal de transportes; criar canais exclusivos para transportes públicos e reordenar a oferta de estacionamento. Propondo a criação de espaços de *Kiss&Drive* para veículos turísticos; bolsas de estacionamento para residentes; beneficiação de espaço público com implementação de sinalética e mobiliário visualmente adequado; implementação de medidas de acalmia do tráfego.

*Reforçar conexões
e facilitar a
mobilidade*

O primeiro projecto, para a “Rua Central de Coimbra”, prevê a criação de um novo eixo rodoviário e pedonal, que corresponde à “1ª Unidade de Intervenção da Coimbra Viva SRU” e ao projecto da “Metro Mondego”.

O segundo, “Da Alta à Baixa” prevê a valorização dos percursos entre estas duas

zonas fazendo a ligação pedonal entre a Torre da Universidade e a Estação Nova, passando pelo largo da Sé Velha, a Porta da Almedina, a Rua Ferreira Borges e a Praça do Comércio.

O terceiro, “Circular Pedonal das duas margens”, procura valorizar o percurso: Santa Clara – Portagem – Ferreira Borges – Arnado – Avenida de Conimbriga. Ligando assim as duas margens através da criação de uma circular pedonal articulada com os meios de mobilidade suave, valorizando a via pedonal da Ponte de Sta. Clara. E introduzindo ainda, a já mencionada, ponte pedonal do Rio Mondego, que vem no seguimento da nova “Rua Central de Coimbra”, para a qual está prevista a estação de metro *Aeminium*/Loja do Cidadão e que a liga à Avenida de Conimbriga na margem esquerda, junto à Escola Silva Gaio.

O quarto projecto “+ mobilidade” propõe uma melhor gestão da via pública e espaços de circulação, a valorização da mobilidade suave e o ordenamento da oferta de estacionamento. Para isso impõe o sentido único a algumas artérias; a criação de ligações mecânicas Baixa-Alta; a reorganização de estacionamento no recinto universitário; e uma nova definição das zonas de estacionamento com taxas diferenciadas. Para a “Alta” a implementação de pilaretes retráteis localizados nas “porta” de entrada e saída da zona condicionada, permitindo um acesso condicionado com um rácio de dísticos a atribuir por fogo e por estabelecimento comercial. Tal como o estabelecimento de eixos e troços onde o estacionamento automóvel deverá ser estreitamente proibido. De forma a solucionar a falta de locais de estacionamento desta zona prevê a criação de um novo parque de estacionamento na Rua da Alegria para aproximadamente 200 lugares, num terreno do município, cujo principal público-alvo são os residentes da “Alta”, podendo a taxa de ocupação do parque de estacionamento ser maximizada através da complementaridade entre dois segmentos : residente,

horário nocturno e fins-de-semana e trabalhadores, horário diurno.

Prevê também a ligação da “Baixa” à “Alta” pelo Botânico, apresentando nesse sentido duas hipóteses, a ligação mecânica directa do parque de estacionamento proposto para a Rua da Alegria ao Arco da Traição, através de forma suspensa, teleférico, ou de funicular, ou a ligação adossada à encosta, no Jardim Botânico, através de um percurso pedonal, que poderá também recorrer a soluções mecânicas, como escadas rolantes, enunciando que o traçado desta ligação deverá adaptar-se à rede de percursos existentes no Jardim.

Propõe também um Sistema de *Bike & Car Sharing*, com pontos de troca de bicicletas espalhados pela “Baixa”, no Arnado, em Coimbra-A e no Parque Manuel Braga e de aluguer de carros na estação Coimbra-A e no Largo da Portagem.

O quinto e último projecto “+ transporte público” prevê a criação de vias reservadas para o transporte público e a salvaguarda dos espaços canais para a instalação do Metro Mondego.

O terceiro eixo “Valorizar a paisagem e consolidar a continuidade ecológica”, prevê a manutenção das áreas de solo permeável; uma maior eficácia na captação de águas pluviais para alimentação de aquíferos subterrâneos; e um reforço da estrutura verde nesta área.

Valorizar a paisagem e consolidar a continuidade ecológica

O primeiro projecto diz respeito ao “Parque Ribeirinho do Mondego”, através da criação da alameda do rio, ou seja, a ligação entre o Choupal e o Parque Verde do Mondego com 40 metros de largura de espaço verde junto ao rio em articulação com parte do troço urbano da ciclovía do Mondego, o que implica a retirada da linha de comboio. A criação da “Praça do Mondego”, uma ampla praça pública verde sobre o rio, no espaço compreendido entre a estação Coimbra-A e o quarteirão do Hotel Astória. E ainda a requalificação do Parque Manuel Braga através do restauro e renovação de todas as suas valências.

O segundo projecto, “Cerca Verde”, procura articular e valorizar as áreas verdes que circundam o centro histórico. Como a requalificação do Jardim da Cerca de Santo Agostinho, para a criação de áreas de estadia, lazer e recreio de uso público, requalificando para isso os percursos existente e criando novos acessos ao exterior de forma a potenciar a articulação com os percursos pedonais da “Alta”. A requalificação da Encosta da Sofia, inclui uma ligação entre a Rua de Aveiro e a Ladeira do Carmo e a criação de espaços de lazer e desporto na área envolvente.

O terceiro projecto denominado “Mira Mondego” prevê a implementação de uma rede de dez miradouros, de vistas panorâmicas da cidade com esplanadas para visitantes e áreas de recreio.

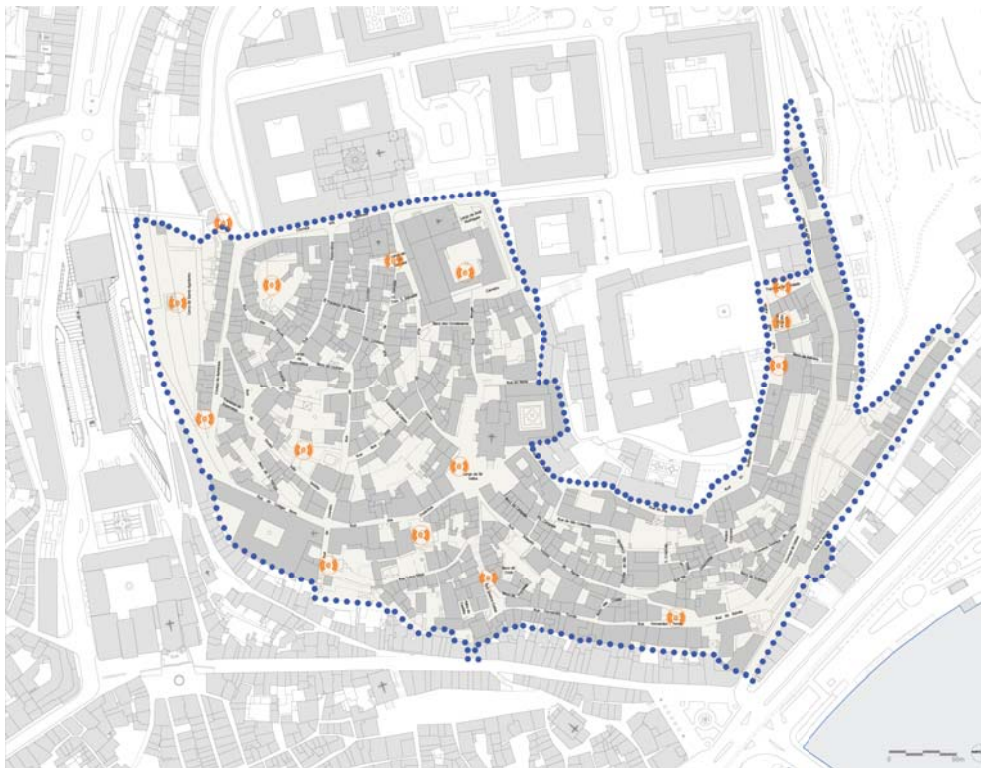
O quarto, que se preocupa com intervenções “Nos Logradouros” prevê a valorização do interior dos quarteirões do centro histórico, promovendo uma utilização colectiva, equipando-os para isso com mobiliário urbano e instalando áreas verdes.

Por último o projecto de requalificação e refuncionalização do “Estádio Universitário de Coimbra” prevê a sua abertura à população, integrado-o no Parque Ribeirinho do Mondego, e na requalificação urbana da Rua da Guarda Inglesa.

Valorizar o ambiente urbano

O quarto eixo “Valorizar a ambiente urbano” defende uma regulamentação clara da ocupação da via pública; a valorização dos espaços privados de uso comum; a melhoria das condições de conforto, segurança e limpeza do espaço público; a renovação de infraestruturas urbanísticas e soluções alternativas de iluminação.

O primeiro projecto preocupa-se com a “Avenida Fernão de Magalhães – Porta de Entrada da Cidade”, de forma a fazer um reperfilamento e valorização da



Disponibilização gratuita de internet na “Alta”

Avenida que permita uma ampliação das áreas de circulação pedonal e espaço público de estadia, diminuindo assim as áreas de circulação viária e o impacto do automóvel neste eixo. E ainda o redesenho do perfil da Praça do Arnado.

O segundo prevê a valorização e espaço público e valor funcional da “Praça do Comércio”, melhorando as condições de acessibilidade à ruas Ferreira Borges e Visconde da Luz, criando zonas de ensombramento, renovação do mobiliário urbano e melhoria da superfície do pavimento. Pretende ainda promover a atracção de uma unidade hoteleira e a dinamização cultural.

O terceiro projecto, para o “Terreiro da Erva”, prevê o lançamento de um concurso de ideias para a requalificação do espaço público, alterando o pavimento, estudando uma eventual cobertura, criando um espaço verde e garantindo o restauro da fábrica de Cerâmica, situação já estudada pela “Coimbra Viva SRU”.

O quarto diz respeito ao “Largo da Sé Velha” e defende a valorização do espaço público e da sua questão funcional propondo, com esse objectivo, a criação de estruturas de suporte amovível e de zonas de estadia como esplanadas. Defende ainda o ordenamento da circulação e o estacionamento automóvel, restringindo a possibilidade de paragem a veículos prioritários ou a necessidades de carga e descarga.

E por último, “+ espaço público”, prevê a demolição de estruturas precárias em ruína; a melhoria das condições de iluminação e de mobiliário urbano; a limpeza das ruas; e a optimização do sistema de Resíduos Sólidos Urbanos através da reformulação do sistema em funcionamento através da constituição de equipas permanentes para recolha diurna, tal como brigadas de limpeza nocturna que seriam reforçadas às 5^{as}, 6^{as}, sábados e vésperas de feriados. E ainda a disponibilização gratuita de internet sem fios nos quinze espaços mais significativos da “Alta”.

O quinto eixo “Valorizar o património cultural”, procura valorizar todo o património edificado; em particular a Rua da Sofia; apoiar todo o processo de gestão do bem classificado pela UNESCO; promover uma maior oferta cultural; e a consolidação da “Marca Coimbra”.

O primeiro projecto denomina-se “Coimbra património activo” e pretende reabilitar e revitalizar todo o património existente. Em concreto, propõe a instalação de um Centro de Interpretação e de um Polo Museológico da Coimbra Judaica, dado o enquadramento histórico de um edifício localizado no Pátio da Inquisição enquanto antigo Tribunal do Santo Ofício, sendo necessário para isso requalificar esse espaço e promover uma campanha arqueológica, de forma a criar um espaço museológico dedicado ao tema da Inquisição em Portugal, a partir dos achados. Neste projecto poderá ser incluído um espaço de memória à Judiaria Nova e ao seu legado e ainda a criação do percurso urbano Judiaria Velha – Judiaria Nova, ou seja, um percurso envolvendo a Rua Corpo de Deus e a Rua Nova, que apresente a história dos judeus em Coimbra, através de sinalética e painéis culturais.

O segundo projecto “Polo 0 – Rua da Sofia”, prevê a requalificação e recuperação do edificado dos Colégios de S. Pedro, da Graça, do Carmo, do Santo Espírito, de S. Miguel e de Todos os Santos, tal como dos restantes edifícios e do aparelho comercial, propondo ainda a supressão do tráfego num dos sentidos de forma a aumentar a zona de circulação pedonal.

O terceiro, “Museu da Ciência – Universidade de Coimbra”, sublinha a criação de um grande polo nacional de divulgação de ciência e de museologia científica, estando já concretizada a renovação do “Laboratório Químico” que se estenderá à requalificação do antigo Colégio de Jesus.

O quarto projecto para o “Tribunal Universitário Judicial Europeu”, sublinha a

proposta incluída na candidatura à UNESCO de reconversão física e funcional do Colégio da Trindade para instalação do Tribunal Universitário Judicial Europeu, funcionando como tribunal real de 1ª instância, centro de investigação forense, espaço de ensino e aprendizagens para alunos da FDUC, leccionando mestrados e doutoramentos e ainda serviços públicos de Registo e Notariado, projecto incluído pela UC na candidatura à UNESCO.

Por último o projecto “Universidade de Coimbra Património Mundial”, que pretende dar apoio ao bem contribuindo para a implementação do seu plano de gestão.

Desenvolver o turismo

Por último, o sexto eixo pretende “Desenvolver o turismo”, valorizando a Universidade como grande pólo de atracção cultural e turística; valorizando e articulando o património edificado numa lógica de exploração turística; aumentando a diversidade de oferta hoteleira; e procurando prolongar a estadia média dos turistas.

O primeiro projecto diz respeito ao “roteiro da Universidade”, com a criação de um roteiro de promoção cultural e turística da Universidade, que ligue a “Alta Universitária”, à Rua da Sofia e a Santa Clara.

O segundo diz respeito ao incentivo “+ hotéis”, aumentando a capacidade hoteleira da cidade e sua diversificação por nichos de mercado com políticas diversas de preços, sugerindo para isso espaços como o convento de Sta. Clara-a-Nova, a Faculdade de Psicologia da UC e Governo Civil para hotéis de charme, bem como o espaço da antiga Fábrica Ideal ou outros edifícios em ruínas para hotéis *low-cost*, projectos que assentam sempre na iniciativa privada. Propondo ainda um estabelecimento Turístico no Hospital Real, na Praça do Comércio, pelas suas características arquitectónicas, centralidade e meio de potenciar as valências da Praça do Comércio. E ainda a melhoria dos equipamentos

hoteleiros existentes na frente rio.

O terceiro está relacionado com “Palácio de Congressos de São Francisco”, pela instalação do novo centro de congressos de Coimbra recuperando a igreja e o mosteiro para construção de um auditório com 1150 lugares, uma praça pedonal e de um parque de estacionamento com 550 lugares.

O quarto diz respeito à transformação de “Coimbra A – Espaço do visitante”, que se traduz na reconversão física e funcional da Estação Ferroviária possível pela deslocalização dos serviços prestados para Coimbra-B e pelo encerramento da linha. Propondo assim a adaptação do espaço da actual estação para efeitos de turismo e lazer, criando um centro de acolhimento ao visitante de Coimbra e um centro de recreio e lazer para a população local, reunindo não só equipamentos de lazer mas também informações e serviços essencialmente turísticos, como visitas guiadas, serviços de transporte e venda de bilhetes (para espectáculos e eventos). Para a área de lazer prevê-se a implementação de áreas de restauração, com possíveis esplanadas para o Rio Mondego, espaços comerciais e espaços para prática de desportos urbanos, tais como bicicleta, skate, patins. Projecto que permite uma articulação com o Parque Ribeirinho do Mondego e a nova ponte pedonal.

Por último, o projecto “Conhece Coimbra”, aposta no *marketing* territorial, cria um portal virtual do conhecimento, percursos e roteiros, uma agenda cultural do centro histórico e propõe a semana temática “Viver o Centro Histórico”, concentrando um vasto conjunto de actividades de carácter cultural, lúdico e recreativo neste espaço.



BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, Jorge de – *Coimbra: a montagem do cenário urbano*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008. ISBN 9789898074300

ALMEIDA, Sandra – *A cidade baixa-evolução do espaço urbano: Prova final de Licenciatura em Arquitectura*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1997

ASCHER, François - *Metapolis - acerca do futuro da cidade*. Oeiras: Celta Editora, 1998. ISBN 9728027893

ASCHER, François - *Novos princípios do Urbanismo; seguido de Novos compromissos urbanos: um léxico*. Lisboa: Livros Horizonte, 2010. ISBN 9728027893

AUGÉ, Marc - *Não Lugares – introdução a uma antropologia de sobremodernidade*. Lisboa: Letra Livre, 2012. ISBN 9789898268143

AZEVEDO, Liliana – *Como intervir no centro histórico de Coimbra* – centro histórico intra-muros e bairro Sousa Pinto. [Em linha] [Consul. 14 Julho 2013] Disponível na internet: <http://gch.cm-coimbra.pt/como-intervir-no-centro-historico-de-coimbra/>

BACHELARD, Gaston (1957) *A poética do Espaço*. Paris: PUF, 1994. ISBN 2130443753

BAÍA, Pedro – “bota-abaixo participado” *NU: Onde está Coimbra?*. Coimbra: Estudantes do Departamento de Arquitectura da Univesidade de Coimbra. N.º 12

- BANDEIRA, Pedro Jorge Monteiro - Memória descritiva *Ecdj: Sofia*. Coimbra: Edarq,Nº 8. (2004)
- BANDEIRINHA, José António; FIGUEIRA, Jorge; GRANDE, Nuno; MURTINHO, Vitor; RIBEIRO, João Mendes;- *A Alta de Volta*. Coimbra: Edarq, 1997. ISBN 9729738319 (o livro não é dele...)
- BANDEIRINHA, José António; JORGE, Filipe – *Coimbra vista do céu*. Lisboa: Argumentum, 2003 ISBN 9728479301
- BASÍLIO, Marco P. Falcão – *O abandono dos centros urbanos: Prova final de Licenciatura em Arquitectura*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2002
- BEBIANO, Luísa – *A memória de um espaço ou o espaço de uma memória*. [Em linha] [Consul. 20 Julho 2013] Disponível na internet: Em <http://luisabebiano.blogspot.pt>
- BEBIANO, Rui – *Coimbra: a luta estudantil e o património identitário da cidade*. [Em linha] [Consul. 14 Julho 2013] Disponível na internet: http://ruibebiano.net/docs/RB_Coimbra_cidade_movest.pdf
- BENEVOLO, Leonardo - *A cidade e o arquitecto*, Lisboa: Edições 70, 2011. ISBN 9789724413327
- BENEVOLO, Leonardo; GÍURA LONGO, Tommaso; MELOGRANI, Carlo – *Projectar a cidade moderna*. Lisboa: Editorial Presença, 1987. ISBN
- BERNARDINO, Raquel – *Coimbra; arquitectura e poder: Três Polos Univesitários, Três Episódios na Cultura Arquitectónica Portuguesa: Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2012
- BOAS, Rúben – *A Rua Larga de Coimbra das origens à actualidade: Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2010
- BOAVIDA-PORTUGAL, Luís – *Os centros históricos numa estratégia de conservação integrada – contributos para o estudo do processo urbano recente do centro histórico de Évora: Doutoramento em Conservação do Património Arquitectónico*. Évora: Universidade de Évora, 2003
- BYRNE, Gonçalo; BANDEIRINHA, José António; GRANDE, Nuno; LOBO, Rui; RABAÇA, Armando – “Metro ligeiro de superfície na Baixa de Coimbra”. *Ecdj: Inserções*. Coimbra: Edarq,Nº 6.7. (2003)
- BYRNE, Gonçalo; GRANDE, Nuno; LOBO, Rui; RABAÇA, Armando – “Memória descritiva e

- justificativa- Proposta A”, **Ecdj: Inserções**. Coimbra: Edarq,Nº 6.7. (2003)
- BYRNE, Gonçalo; GRANDE, Nuno; LOBO, Rui; RABAÇA, Armando – “Memória descritiva e justificativa- Proposta B”, **Ecdj: Inserções**. Coimbra: Edarq,Nº 6.7. (2003)
- CACCIARI, Massimo - **A cidade**. Barcelona: Gustavo Gili, 2010 ISBN 9788425223709
- CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA - **Evolução do espaço físico de Coimbra**, Coimbra: CMC, 2006. ISBN 9892001036
- CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA - **Edital nº278/2002** - regulamento Municipal de Edificação, Recuperação e Reconversão da Área Crítica do Centro Histórico de Coimbra [Em linha] [Consul. 22 Maio 2013] Disponível na internet: <http://www.cm-coimbra.pt>
- CAMARA MUNICIPAL DE COIMBRA - **Edital nº14/2003, 2ª Série - de 7 de Janeiro de 2003**
- CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA – **Plano Director Municipal de 1994, em vigor**. Coimbra [Em linha] [Consul. 22 Maio 2013] http://www.cm-coimbra.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=110&Itemid=178
- CANCELA, Sónia. **Coimbra a Património da Humanidade: a importância da classificação para o turismo da cidade: Trabalho de Seminário 4º ano apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2005
- CARTA DE ATENAS - **Conclusões da Conferência Internacional de Atenas sobre o Restauro dos Carta de Atenas (1931)** Conclusões da Conferência Internacional de Atenas sobre o Restauro dos Monumentos do Serviço Internacional de Museus, Atenas, 21 a 30 de Outubro de 1931. [Em linha] [Consul. 22 Maio 2013] Disponível na internet: <URL: <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/CartadeAtenas.pdf>>
- CARVALHAL, Mário – **Arquitectura e Revolução: Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2010
- CARVALHO, Susana – **Centro histórico – Uma abordagem aos reflexos histórico-culturais no espaço arquitectónico da cidade contemporânea: Prova final de Licenciatura em Arquitectura**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2004
- CASALEIRO, Paula; QUINTELA, Paulo – **As paisagens sonoras dos Centros Históricos de**

Coimbra e do Porto; um exercício de escuta[Em linha] 2008 [Consul. 12 Março 2013] Disponível na internet: <URL: <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/127.pdf>>

CASCAIS, Câmara Municipal - **Fórum Ibérico sobre centros históricos – Centro Cultural de Cascais 3 a 5 de Março**. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 2005. ISBN 9726371554

CENTRO, Gabinete de Arqueologia e Arte do – **Alta de Coimbra, história – arte – tradição: 1º encontro sobre a alta de Coimbra 198:actas**. Coimbra : Grupo de Arqueologia e Arte do Centro, 1988.

CHOAY, Françoise - **Alegoria do Património**. 2ª ed. Lisboa: Edições 70, 2013. ISBN 9789724412054

CHOAY, Françoise – **Património e Mundialização**. Évora: Licorne, 2005. ISBN 9789728661618

CHOAY, Françoise (1998) **O Urbanismo: utopias e realidades, uma antologia**. São Paulo: Perspectiva, 1997 ISBN 8527301016

COIMBRA VIVA SRU – **2ª Unidade de Intervenção – bases para intervenção/Documento estratégico** [Em linha] 2006 [Consul. 12 Junho 2013] Disponível na internet: <URL:http://www.coimbravivasru.pt/pdf/bases_para_intervencao_2unidade.pdf>

COIMBRA VIVA SRU – **Documento Estratégico para a 1ª Unidade de Intervenção na Cidade de Coimbra** [Em linha] 2007 [Consul. 12 Junho 2013] Disponível na internet: <URL:http://www.coimbravivasru.pt/unidade_intervencao.php>

COIMBRA, Conselho da Cidade – **Coimbra 2003 E depois da Festa?** Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2005. ISBN 9729957002

COLÓQUIO CIDADE METRÓPOLE - **Cidade e metrópole - Centralidades e Marginalidades**. Oeiras: Celta Editora, 2001

CONSCIÊNCIA, Ana – **Postal de Paraty – reflexão sobre a ideia de património: Prova final de Licenciatura em Arquitectura**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2009.

CORREIA, Maria Inês – **Globalização vs Identidade – Markarba Housing Project (ahmedabad, Índia): Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2011.

COUTINHO, Andreia Sofia – *Património [in]tocável: – Reflexão crítica sobre os efeitos do turismo cultural nos centros históricos: Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura.*

Coimbra: Universidade de Coimbra, 2009

CUNHA, Sofia Isabel – *A Casa Corrente na Baixa de Coimbra: Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura.* Coimbra: Universidade de Coimbra, 2012

DIÁRIO DA REPÚBLICA - *Aviso n.º 2129/2012, 2ª série – N.º30*, 10 de Fevereiro 2012. Disponível em <http://gch.cm-coimbra.pt/wp-content/uploads/2012/02/0508905096.pdf>

DIÁRIO DA REPÚBLICA - *Aviso n.º 4075/2013, 2ª série, n.º 56*, 20 de Março de 2013

DIÁRIO DA REPÚBLICA - *Aviso n.º 5564/2013, 2ª série, n.º 80*, 24 de Abril de 2013

DIÁRIO DA REPÚBLICA- *Aviso n.º 7775/2013, 2ª série, N.º 113*, 14 de junho de 2013

DIÁRIO DE COIMBRA – *Comerciantes dizem que toxicodependentes tornam Terreiro da Erva mais inseguro*, 29 de Agosto de 2012 [Em linha] [Consul. 20 Junho 2013] Disponível na internet: <http://www.diariocoimbra.pt/noticias/comerciantes-dizem-que-toxicodependentes-tornam-terreiro-da-erva-mais-inseguro>

DIAS, Jorge MHV Teixeira – *Coimbra 2010 odisseia no espaço: Prova final de Licenciatura em Arquitectura.* Coimbra: Universidade de Coimbra, 2003.

DIAS, Manuel Graça; VIEIRA, Egas José - “Botânico”. *Ecdj: Inserções*. Coimbra: Edarq, N.º 6.7. (2003) p. 32-39

DOMINGUES, Álvaro – *Cidade e Democracia – 30 anos de transformação urbana em Portugal.* Lisboa: Argumentum, 2006. ISBN 9728479398

ELOY, Maria Eduada – “A cidade construída sobre si própria”. *Via Latina: Reinventar a cidade.* Coimbra: AAC . n.º 8 (Março 2001)

ENCARNAÇÃO, Carlos - *Coimbra: políticas Urbanas.* Em GRANDE, Nuno, LOBO, Rui – *CidadeSofia.* Coimbra: Edarq, 2003. ISBN 9729982112

FATHY, Hassan - *Arquitectura para os pobres.* Lisboa: Argumentum, 2009 ISBN 9789728479640

- FERREIRA, Carolina – *Coimbra aos pedaços – uma abordagem ao espaço urbano da cidade: Prova final de Licenciatura em Arquitectura*. Coimbra: Universidade, 2007
- FERREIRA, Claudino; FORTUNA, Carlos; PEIXOTO – Centros das cidades e políticas de requalificação urbana. Observações sobre o caso da baixa de Coimbra. [Em linha] [Consul. 14 Julho 2013] Disponível na internet: http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR460eba9de09e0_1.pdf
- FERREIRA, João - *A Gestão de Estacionamento – Contributos do pólo I da Universidade de Coimbra: Trabalho de projecto de investigação do Mestrado em Economia Local* Coimbra: Universidade de Coimbra, 2010.
- FERREIRA, Rui – *Sousa Bastos – recuperação e reconversão do antigo teatro: Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura*. Coimbra. Universidade de Coimbra, 2011
- FIGUEIREDO, Ana; SANTOS, M. Helena Ribeira dos - *Intervenções em áreas urbanas na envolvente de edifícios classificados*, da Revista nº 2 Património estudos 2002
- FONSECA, Joana – *Histori(cidades) Reflexão Sobre Novas Intervenções em Contextos Urbanos Históricos: Prova final de Licenciatura em Arquitectura*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2006.
- FORTUNA, Carlos - *Centros Históricos e Patrimónios Culturais e Urbanos – Uma avaliação e duas propostas para Coimbra*. Oficina do CES: nº254, 2006. [Em linha] [Consul. 20 Junho 2013] Disponível na internet: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/254.pdf>
- FORTUNA, Carlos – *Por entre as ruínas da cidade: o património e a memória na construção das identidades sociais*. Oficina do Centro de Estudos Sociais nº61, 1995 [Em linha] [Consul. 20 Junho 2013] Disponível na internet: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/61.pdf>
- FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença - *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*. Coimbra: Almedina, 2009 ISBN 9789724039244
- FRAMPTON, KENNETH – *Modern Architecture, a critical history*. London: Thames & Hudson, 2011 ISBN 9780500203958
- FREIRIA, Susana da Costa – *Expansão Urbana e Riscos Naturais - o caso de Coimbra*: Dissertação

de Mestrado em Dinâmicas Naturais e Riscos Naturais. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2009

FRIAS, Aníbal **“Patrimonialização” da Alta e da Praxe académica**. [Em linha] [Consul. 20 Julho 2013] Disponível na internet: http://aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462de01a41f32_1.PDF

FRIAS, Aníbal; PEIXOTO, Paulo - **Representação imaginária da cidade. Processos de racionalização e de estética do património urbano de Coimbra**. [Em linha] [Consul. 24 Abril 2013] Disponível na internet: <URL:<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/183.pdf>>

FURTADO, Gonçalo; MACEDO, Rosa - **Reabilitação urbana e intervenção em centros históricos: Alguns desafios e evolução de paradigmas em Portugal**. [Em linha] [Consul. 10 Março 2013] Disponível na internet: <URL:http://www.ces.uc.pt/portugal2011/media/abstracts/11_Goncalo_Furtado_Rosa_Macedo.pdf>

GABINETE PARA O CENTRO HISTÓRICO - **Dossier de pré-de Coimbra à classificação de Património Mundial e da Humanidade, 1997** Consultado no Gabinete para o Centro Histórico

GASPAR, Joana - **Planos de Coimbra, a sua influência na Transformação da Cidade, Dissertação de Mestrado em Arquitectura**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2006

GOITIA, Fernando Chueca - **Breve História do Urbanismo**. Lisboa: Editorial Presença, 1996.

GOMES, Carina - **Viver no centro da cidade: práticas, Discursos e representações sobre a Baixa**. Oficina do Centro de Estudos Sociais nº 280, 2007.

GOMES, Carina - **Modos de vida nas cidades e processos de reabilitação urbana - o caso da baixa de Coimbra: Dissertação de Licenciatura em Sociologia**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2005.

GOMES, Luís Filipe - **(Re)ver Coimbra, um sentido de cidade: Prova final de Licenciatura em Arquitectura**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2009.

GOMES, Paulo Varela, “Salamanca: comentário”, em GRANDE, Nuno, LOBO, Rui - **CidadeSofia**. Coimbra: Edarq, 2003. ISBN 9729982112

GOMES, Pinharanda - **Os Conimbricenses**. Lisboa: Biblioteca Breve, 1992.

- GONÇALVES, Adelino - *Património urbanístico e planeamento da salvaguarda : os seus contributos para a desagregação urbana e a necessidade de (re)habilitar a patrimónilização da cidade na sua (re)feitura: Tese de doutoramento em Teoria e História da Arquitectura*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2011
- GONÇALVES, Guida Manuela Ramalho - *Coimbra entre linhas: Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2010
- GRANDE, Nuno - “[Coimbra como projecto urbano]” *Ecdj: Novos Mapas para Velhas Cidades*. Coimbra: Edarq, Nº 3 (2000)
- GRANDE, Nuno - *Arquitecturas da cultura: política, debate, espaço : génese dos grandes equipamentos culturais da contemporaneidade portuguesa, Tese de Doutoramento em Arquitectura*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2009
- GRANDE, Nuno - *O verdadeiro mapa do universo: uma leitura diacrónica da cidade portuguesa*. Coimbra: Edarq, 2002.
- GRANDE, Nuno; LOBO, Rui - *CidadeSofia*. Coimbra: Edarq, 2003. ISBN 9729982112
- GRAVETO, Pedro - *A Zona Histórica de Coimbra enquanto património, permanências e transformações: Dissertação de mestrado em Arquitectura*. Porto: Universidade do Porto, 2005
- HALL, Peter - *Cities of Tomorrow : an intellectual history of urban planning and design in the twentieth century*. Oxford: Blackwell cop, 1995.
- HERTZBERGER, Herman - *Lições de Arquitectura*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. ISBN 8533604973
- JACOBS, Jane - *Morte e vida das grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. ISBN 8533612184
- JORGE, Vítor Oliveira - *Conservar para quê?* [Em linha] 2005 [Consul. 20 Abril 2013] Disponível na internet: <URL:<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10023.pdf>>
- KOOLHAAS, Rem- *Três textos sobre a cidade*. Barcelona: Gustavo Gili, 2010. 9788425223716

LA CERCA, Franco – *Contra a Arquitectura*. Casal de Cambra: Caleidoscópico, 2011. ISBN 9789896581053

LEFEBVRE, Henri – *O direito à cidade*. Lisboa: Letra Livre, 2012. ISBN 9789898268150

LOBO, Rui - *O Colégio da Trindade : estudo do edifício e levantamento da situação actual*. Coimbra: Univesidade de Coimbra, 1999

LOBO, Rui - *Os Colégios de Jesus, das Artes e de S. Jerónimo : evolução e transformação no espaço urbano*: Prova Final de Licenciatura, 1994. Coimbra: Edarq, 1999 ISBN 9729738327

LOBO, Rui - *Santa Cruz e a Rua da Sofia : arquitectura e urbanismo no século XVI*. Coimbra: Departamento de Arquitectura da Universidade de Coimbra, 2006. ISBN 9729982104

LOPES, Nuno Ribeirto - “Onde para a Saberdoria? Propostas estratégicas para a candidatura da Universidade de Coimbra a Património Mundial” *Revista Semestral de Edifícios e Monumentos: nº 25* (2006)

LUCAS DA SILVA, Maria Antónia – *Planeamento Urbanístico e Gestão do Património Arqueológico – A zona – Intra Muros do Centro Histórico de Coimbra: Dissertação de mestrado em Arqueologia e Território*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2012

LYNCH, Kevin - *A boa forma da cidade*. Lisboa: Edições 70, 1999 ISBN 9724410250

LYNCH, Kevin - *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70, 1988

MARQUES, Helena Sá – *Entre o Centro e a Periferia [Franjas reestruturadoras da cidade]* : Prova final de licenciatura em Arquitectura. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2006

MENDES, Joana – *Paisagem Urbana Histórica*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, 2011. [Em linha] [Consul. 20 Março 2013] Disponível na internet: http://www.cm-coimbra.pt/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=626&Itemid=381&mosmsg=Voc%EA+est%E1+tentando+acessar+apartir+de+um+dom%EDnio+n%E3o+autorizado.+%28www.google.com%29

MENDES, Rui Manuel Vaz – *Instalações Académicas de Coimbra: Prova final de Licenciatura em Arquitectura*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2004.

MONUMENTOS do Serviço Internacional de Museus, Atenas, 21 a 30 de Outubro de 1931. [Em

linha] [Consul. 22 Maio 2013] Disponível na internet: <URL: <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/CartadeAtenas.pdf>>

MUNFORD, Eric – *The CIAM Discourse on Urbanism, 1928-1960*. London : MIT Press, cop. 2000. ISBN 0262133644

MUSEU NACIONAL DE MACHADO DE CASTRO – O Programa Coimbra Antiga e Vivificação dos Centros Históricos. Coimbra: Museu Nacional de Machado de Castro, 1983

NETO, Maria João Baptista – “A propósito da Carta de Veneza (1964-2004) Um olhar sobre o património arquitectónico nos últimos cinquenta anos”. Revista Património estudos: nº 9 (2006)

NUNES, Mário – “Alta de Coimbra candidata a Património Mundial”. *Revista Munda: nº32*. Coimbra: GAAC, 1996

NUNES, Mário – “Alta de Coimbra e as Cidades de Património Mundial” em NUNES, Mário – *Património Mundial em Análise*. Coimbra: GAAC, 1998

NUNES, Mário – *Alta de Coimbra e as Cidades Património Mundial*. Coimbra: GAAC, 1988

NUNES, Mário – *Coimbra. Imagens do Passado 1940-1960*. Coimbra: Livraria Minerva, 1990

NUNES, Mário – *Nos caminhos do património*. Coimbra: GAAC, 1989

PARQUE EXPO - *Plano Estratégico – Parque Expo para Área de Reabilitação Coimbra Alta A.1. Janeiro 2012 - disponibilizado pela Câmara Municipal de Coimbra no âmbito desta investigação*

PARQUE EXPO - *Plano Estratégico – Parque Expo para Área de Reabilitação Coimbra Alta A.2. Janeiro 2012 - disponibilizado pela Câmara Municipal de Coimbra no âmbito desta investigação*

PARQUE EXPO - *Plano Estratégico – Parque Expo para Área de Reabilitação Coimbra Alta B, Janeiro 2012 - disponibilizado pela Câmara Municipal de Coimbra no âmbito desta investigação*

PARQUE EXPO - *Plano Estratégico – Parque Expo para Área de Reabilitação Coimbra Baixa A.1., Maio 2012 - disponível em <http://www.coimbravivasru.pt/projecto-aruc Coimbra-baixa.php>*

php

PARQUE EXPO - *Plano Estratégico – Parque Expo para Área de Reabilitação Coimbra Baixa*

A.2. , Maio 2012 - disponível em <http://www.coimbravivasru.pt/projecto-aruc Coimbra-Rio.php>

PARQUE EXPO - **Plano Estratégico – Parque Expo para Área de Reabilitação Coimbra Baixa B, Maio, 2012 - disponível em** <http://www.coimbravivasru.pt/projecto-aruc Coimbra-Rio.php>

PARQUE EXPO - **Plano Estratégico – Parque Expo para Área de Reabilitação Coimbra Rio A.1., Maio 2012 - disponível em** <http://www.coimbravivasru.pt/projecto-aruc Coimbra-Rio.php>

PARQUE EXPO - **Plano Estratégico – Parque Expo para Área de Reabilitação Coimbra Rio A.2. , Maio 2012 - disponível em** <http://www.coimbravivasru.pt/projecto-aruc Coimbra-Rio.php>

PARQUE EXPO - **Plano Estratégico – Parque Expo para Área de Reabilitação Coimbra Rio B, Maio 2012 - disponível em** <http://www.coimbravivasru.pt/projecto-aruc Coimbra-Rio.php>

PEIXOTO, Paulo - **A identidade como recurso metonímico dos processos de patrimonialização**. Revista Crítica de Ciências Sociais nº 70, Dezembro 2004 [Em linha] [Consul. 20 Julho 2013] Disponível na internet: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1283599>

PEIXOTO, Paulo - **Le Patrimoine mondial et l'intensification des processus de patrimonialisation**, Oficina do Centro de Estudos Sociais nº 185, [Em linha] 2003 [Consul. 8 Março 2013] Disponível na internet: <URL:<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/index.php?id=2721>>

PEIXOTO, Paulo - **O património mundial como fundamento de uma comunidade humana e como recurso das indústrias culturais urbanas**[Em linha] [Consul. 8 Março 2013] Disponível na internet: <URL: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/155.pdf>>

PEIXOTO, Paulo – “As cidades e os processos de patrimonialização – A corrida ao estatuto de *património mundial* e a identidade simbólica das cidades” em COLÓQUIO, CIDADE METRÓPOLE - **Cidade e Metrópole: centralidades e marginalidades**. Oeiras: Celta Editora,2001

PEIXOTO, Paulo – **O Passado ainda não começou: funções e estatuto dos centros históricos no contexto urbano português: Tese de Doutoramento em Sociologia. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2006.**

PESSOA, Fernando – **O livro do desassossego**. Lisboa: Assírio&Alvim, 2006

PORTAS, Nuno - **Conservar renovando ou recuperar revitalizando**. Coimbra: Museu Nacional

de Machado de Castro, 1983

PORTAS, Nuno - *Os tempos das formas*. Guimarães : Departamento Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho, 2005 ISBN 9729982201

QUEIRÓS, Filipa - *Reabilitação de Centros Históricos* [Em linha] [Consul. 14 Julho 2013]

Disponível na internet: <http://www4.fe.uc.pt/fontes/trabalhos/2007007.pdf>

RÉMY, Jean; VOYÉ, Lilane - *A cidade: rumo a uma nova definição*. Porto : Edições Afrontamento, 1994. ISBN 9723603314

ROSMANINHO, Nuno - *O princípio de uma “revolução urbanística” no Estado Novo: os primeiros programas da cidade*. Coimbra: Minerva, 1996. ISBN 9729130000

ROSSA, Walter - *(re)fazer cidade parcela a parcela: sumário pormenorizado da lição património urbanístico das provas de agregação*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2012. [Em linha] [Consul. 20 Junho 2013] Disponível na internet: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/21480/1/Património%20urban%C3%ADstico.pdf>

ROSSA, Walter - *Ensaio sobre História e salvaguarda em desenvolvimento*. texto para o número temático da Revista Crítica das Ciências Sociais do CES-UC “Debate Social e Construção do Território” previsto para Maio de 2010. [Em linha] [Consul. 20 Junho 2013] Disponível na internet: <http://www.ces.uc.pt>

ROSSA, Walter - “Coimbra como território”, *Ecdj: Inserções*. Coimbra: Edarq,Nº 6.7. (2003)

ROSSA, Walter - *Diversidade,: urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade: Dissertação de Doutoramento*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2001.

RUAS - *Relatório anual de acompanhamento de 2012 - Anexos*. [Em linha] [Consul. 20 Março 2013] Disponível na internet: <http://www.uc.pt/ruas/monitoring/reports>

RUAS - *Relatório anual de acompanhamento de 2012 - Relatório*. [Em linha] [Consul. 20 Abril 2013] Disponível na internet: <http://www.uc.pt/ruas/monitoring/reports>

RUAS - *Relatório anual de acompanhamento de 2013*. [Em linha] [Consul. 20 Março 2013] Disponível na internet: <http://www.uc.pt/ruas/monitoring/reports>

SANTOS, Boaventura de Sousa - *A Cor do Tempo Quando Foge - Crónicas, 1985-2000*. Porto:

Edições Afrontamento, 2001. ISBN 9723605589

SANTOS, Lusitano – *Planos de Urbanização para a cidade de Coimbra*. Coimbra: Museu de Machado de Castro, 1983

SIZA, Álvaro; Portas, Nuno - *A arquitetura, hoje e sempre*. **Jornal de Letras, Artes e Ideias**, nº **1093**, de 22 de Agosto a 4 de Setembro de 2012

SOUSA, Fábio – *Projecto para o novo Museu Académico e Residência de Estudantes: Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2011

TÁVORA, Fernando - *Da organização do espaço*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade, 1996. ISBN 9729483221

TORGAL, Luís - “Coimbra Cidade-Universitária” ou “Cidade (e) Universidade”? **Revista Semanal de Edifícios e Monumentos: Universidade de Coimbra**. Portugal: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Nº 8 (1998)

TURISMO DE PORTUGAL; UNESCO – *Turismo e Património mundial: selecção de abordagens e experiências de gestão em sítios do Património Mundial de origem e influência*

Portuguesa (Tour – whpo) [Em linha] [Consul. 14 Julho 2013] Disponível na internet:

<http://www.turismodeportugal.pt/Português/Noticias/Documents/Publicação%20do%20Projeto%20UNESCO2013.pdf>

UNESCO - *Orientações Técnicas para a Aplicação da Convenção do Património Mundial*,

Agosto 2011, [Em linha] [Consul. 20 Junho 2013] Disponível na internet: whc.unesco.org/archive/opguide11-pt.doc

UNIVERSIDADE DE COIMBRA – *Candidatura da “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia” a património Mundial da Humanidade, Sumário executivo. Disponibilizado pela Universidade de Coimbra no âmbito desta investigação*

UNIVERSIDADE DE COIMBRA – *Candidatura da “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia” a Património Mundial da Humanidade, Livro 1*, [Em linha] [Consul. 20 Março 2013] Disponível na internet: http://issuu.com/unescouc/docs/l1_uncoimbra_nomination

UNIVERSIDADE DE COIMBRA – *Candidatura da “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia” a*

património Mundial da Humanidade, Livro 2, [Em linha] [Consul. 20 Março 2013] Disponível na internet: http://issuu.com/unescouc/docs/l2_uncoimbra_managementplan

UNIVERSIDADE DE COIMBRA – **Candidatura da “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia” a património Mundial da Humanidade, Livro 3**, [Em linha] [Consul. 20 Março 2013] Disponível na internet: http://issuu.com/unescouc/docs/l3_uncoimbra_generaltexts

UNIVERSIDADE DE COIMBRA – **Candidatura da “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia” a património Mundial da Humanidade, Livro 4**, disponível em http://issuu.com/unescouc/docs/l4_uncoimbra_influences

UNIVERSIDADE DE COIMBRA – **Candidatura da “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia” a património Mundial da Humanidade, Livro 5**, [Em linha] [Consul. 20 Março 2013] Disponível na internet: http://issuu.com/unescouc/docs/l5_uncoimbra_masterplans

UNIVERSIDADE DE COIMBRA – **Candidatura da “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia” a património Mundial da Humanidade, Livro 6**, [Em linha] [Consul. 20 Março 2013] Disponível na internet: http://issuu.com/unescouc/docs/l6_uncoimbra_execution

UNIVERSIDADE DE COIMBRA – **Candidatura da “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia” a património Mundial da Humanidade, Livro 7**, [Em linha] [Consul. 20 Março 2013] Disponível na internet: http://issuu.com/unescouc/docs/l7_uncoimbra_protectionzone

UNIVERSIDADE DE COIMBRA – **Os Colégios da Alta Coimbrã – Episódios da vida académica**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1987

VAZ, Raquel - **Património: intervir ou interferir?: Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2009

XAVIER, Márcia – **Imagem da Baixa de Coimbra: imaginabilidade, identidade e legibilidade: Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2011

A presente Dissertação não segue o novo Acordo Ortográfico e está elaborada segundo a

Norma Portuguesa 405

FONTES DAS IMAGENS

p. 26

GOMES, Luís Filipe – *(Re)ver Coimbra, um sentido de cidade*. p. 99

ibidem. p. 99

COUTINHO, Andreia Sofia – *Património [in]tocável*. p.10

p.28

151 GOMES, Luís Filipe – *(Re)ver Coimbra, um sentido de cidade*. p. 99

p. 38

Disponível em [http://www.sabado.pt/Multimedia/FOTOS/Mundo/Fotogaleria-\(851\).aspx](http://www.sabado.pt/Multimedia/FOTOS/Mundo/Fotogaleria-(851).aspx)

ibidem

ibidem

p. 40

MUNFORD, Eric – *The CIAM Discourse on Urbanism, 1928-1960*. p. 80

ibidem. p. 115

p. 42

Disponível em <http://www.iwm.org.uk/collections/item/object/205196846>

ibidem

p. 54

ROSMANINHO, Nuno – *O principio de uma “revolução urbanística” no Estado Novo: os primeiros programas da cidade*. p.19

p. 56

COIMBRA, Câmara Municipal – *Evolução do espaço físico de Coimbra*. p. 26-27

p. 58

185 ROSMANINHO, Nuno - *O Poder da Arte*. p. 57

ROSMANINHO, Nuno – *O principio de uma “revolução urbanística” no Estado Novo: os primeiros programas da cidade*. p. 28

ibidem. p. 88

p. 60

BERNARDINO, Raquel – *Coimbra; arquitectura e poder*. p. 70

ROSMANINHO, Nuno – *O principio de uma “revolução urbanística” no Estado Novo: os primeiros programas da cidade*. p. 126

ibidem. p. 127

p. 62

Disponível em <http://2.bp.blogspot.com/-nSvbCu0f3QM/Trajdjs6LyI/AAAAAAAAAD3U/TtISPBjC5NA/s1600/bairro+celas.JPG> consultado no dia 18 de Julho

Disponível em <http://onossoser.blogspot.pt/2011/07/coimbrasemprebela.html> consultado no dia 18 de Julho

p. 64

ROSMANINHO, Nuno – *O principio de uma “revolução urbanística” no Estado Novo: os primeiros programas da cidade*. p. 122

ibidem, p. 135

p.66

Disponível em http://www.cm-coimbra.pt/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=220&Itemid=320 consultado no dia 27 de Junho 2013

p. 68

GONÇALVES. Guida Manuela Ramalho – *Coimbra entre linhas*. p.68

ibidem, p. 70

p. 70

SANTOS, Lusitano – *Planos de Urbanização para a cidade de Coimbra*. p. 13

GONÇALVES. Guida Manuela Ramalho – *Coimbra entre linhas*. p.72

p.72

COIMBRA, Câmara Municipal – *Evolução do espaço físico de Coimbra*. p. 89

Disponível em <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=764154&page=7> consultado a 6 de Julho

p.76

“No lugar da Avenida Central” em Monumentos Nº 25, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Setembro 2006, p. 139

Fotografia de David Flett, disponível em www.flickr.com

p. 80

Fotografia cedida por Joana Orêncio

p.82

Imagem tratada a partir de: UNIVERSIDADE DE COIMBRA – *Candidatura da “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia” a Património Mundial da Humanidade, Livro 7, p. 33*

Imagem tratada a partir de: *ibidem*, p.35

p.84

Imagem tratada a partir de: ***ibidem*, p.33**

Imagem tratada a partir de: *ibidem*, p.35

p.84

Imagem tratada a partir de: ***ibidem*, p.37**

Imagem tratada a partir de: *ibidem*, p.39

p.86

Imagem tratada a partir de: ***ibidem*, p.53**

Imagem tratada a partir de: *ibidem*, p.55

p.88

Disponível em http://www.uc.pt/ruas/noticias_ruas/pdm_reg/pdm_e_reg dia 10 de Junho

Imagem tratada a partir das imagens: UNIVERSIDADE DE COIMBRA – *Candidatura da “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia” a Património Mundial da Humanidade, Livro 7, p. 118 e p. 120*

p. 92

MUSEU NACIONAL DE MACHADO DE CASTRO – O Programa Coimbra Antiga e Vivificação dos Centros Históricos. Coimbra: Museu Nacional de Machado de Castro, 1983

p. 94

Arquivo da Biblioteca Municipal de Coimbra

p. 96

GABINETE PARA O CENTRO HISTÓRICO - *Dossier de pré-de Coimbra à classificação de Património Mundial e da Humanidade, 1997*

p. 100

UNIVERSIDADE DE COIMBRA – *Candidatura da “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia” a Património Mundial da Humanidade, Livro 1, p. 52*

p.102

UNIVERSIDADE DE COIMBRA – *Os Colégios da Alta Coimbrã*. p. 58-59

p.104

UNIVERSIDADE DE COIMBRA – *Candidatura da “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia” a Património Mundial da Humanidade, Livro 5. p. 14-15*

p.106

UNIVERSIDADE DE COIMBRA – *Candidatura da “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia” a Património Mundial da Humanidade, Livro 1, p. 116*

ibidem, p. 237

Fotografia cedida por Olga Diegues

Fotografia cedida por Olga Diegues

p. 108

Disponível em <http://www.cacadevolutos.pt/colégio-da-santissima-trindade/>

Disponível em <http://www.cacadevolutos.pt/colégio-da-santissima-trindade/>

Disponível em <http://www.cacadevolutos.pt/colégio-da-santissima-trindade/>

1Disponível em <http://www.cacadevolutos.pt/colégio-da-santissima-trindade/>

p.101

UNIVERSIDADE DE COIMBRA – *Candidatura da “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia” a Património Mundial da Humanidade, Livro 1, p. 104*

p.118

ibidem, p.75

UNIVERSIDADE DE COIMBRA – *Candidatura da “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia” a Património Mundial da Humanidade, Livro 1. p. 233*

p. 120

BANDEIRINHA, José António; FIGUEIRA, Jorge; GRANDE, Nuno; MURTINHO, Vitor; RIBEIRO, João Mendes;- *A Alta de Volta*, p.94

p.122

ibidem, p.90

ibidem, p. 92

p. 124

UNIVERSIDADE DE COIMBRA – *Candidatura da “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia” a Património Mundial da Humanidade, Livro 7, p. 91*

p. 126

COIMBRA VIVA- SRU – *2ª Unidade de Intervenção – bases para intervenção/Documento estratégico. p.31*

p.128

UNIVERSIDADE DE COIMBRA – *Candidatura da “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia” a Património Mundial da Humanidade, Livro 7, p. 60*

Disponível em http://www.coimbravivasru.pt/unidade_intervencao.php consultado no dia 30 de Junho

p.130

Disponível em http://www.coimbravivasru.pt/unidade_intervencao.php consultado no dia 30 de Junho

Disponível em http://www.coimbravivasru.pt/unidade_intervencao.php consultado no dia 30 de Junho

Disponível em http://www.coimbravivasru.pt/unidade_intervencao.php consultado no dia 30 de Junho

Disponível em http://www.coimbravivasru.pt/unidade_intervencao.php consultado no dia 30 de Junho

Fotografia cedida por Olga Diegues

Fotografia cedida por Olga Diegues

Fotografia cedida por Olga Diegues

p.132

UNIVERSIDADE DE COIMBRA – *Candidatura da “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia” a Património Mundial da Humanidade, Livro 7, p. 90*

ibidem, p. 95

p.134

ecdj: Inserções, p.21

ibidem, p.23

ibidem, p.23

p.136

ibidem, p.25

ibidem, p.27

ibidem, p.27

p. 138

COIMBRA VIVA- SRU – ***2ª Unidade de Intervenção – bases para intervenção/Documento estratégico. p.14***

90 *ibidem*, p.15

ibidem, p.25

p. 140

ibidem, p.28

ibidem, p. 28

p.142

Disponível em <http://luisabebiano.blogspot.pt> consultado a 20 de Julho

Disponível em <http://luisabebiano.blogspot.pt> consultado a 20 de Julho

Disponível em <http://luisabebiano.blogspot.pt> consultado a 20 de Julho

p.144

UNIVERSIDADE DE COIMBRA – ***Candidatura da “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia” a Património Mundial da Humanidade, Livro 7, p. 77***

ibidem, p. 84

p.148

ibidem, p. 150

p. 154

ibidem, p. 118

p.156

Fotografia cedida por Olga Diegues

p. 160

Fotografia cedida por Olga Diegues

p.164

Fotografia cedida por Olga Diegues

p.166

Fotografia cedida por Olga Diegues

p.180

UNIVERSIDADE DE COIMBRA – Candidatura da “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia” a Património Mundial da Humanidade, Livro 7, p. 120

p. 182

ibidem, 120

p. 186

Disponível em <http://www.coimbravivasru.pt/projecto-aruc Coimbra-rio.php>

p. 190

PARQUE EXPO - ***Plano Estratégico – Parque Expo para Área de Reabilitação Coimbra Baixa A.1*** p. 7

UNIVERSIDADE DE COIMBRA – ***Candidatura da “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia” a Património Mundial da Humanidade, Livro 7, p. 88***

p.192

Disponível em http://gch.cm-coimbra.pt/wp-content/uploads/2011/04/Publicação_Final.jpg

Fotografia cedida por Olga Diegues

p. 194

FERREIRA, Rui – ***Sousa Bastos***. p. 62

ibidem p. 62

ibidem p. 72

ibidem, p. 72

p. 198

ecdj – Inserções p. 37

ibidem, p. 38

ibidem, p. 34

ibidem, p. 34

p. 200

Fotografia cedida por Olga Diegues

p. 202

Disponível em http://www.cm-coimbra.pt/ficheiros/500_historia/ficheiros_GCH/Sistemas_transportes_Centro_Historico.pdf consultado em 16 de Julho

Disponível em <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=561808&page=33>

Disponível em www.sol.sapo.pt de 22 de Setembro de 2011

p. 204

Disponível em <http://www.historypin.com/map/#!/geo:40.20819,-8.425653/zoom:17/map-type:hybrid/dialog:13440015/tab:details/>

NUNES, Mário – ***Coimbra. imagens do passado 1940-1960. p. 147***

p. 206

Disponível em <http://guitarradecoimbra.blogspot.pt/2006/10/praa-velha-fazendo-jus-herana.html>

Fotografia cedida por Orêncio

p. 210

PARQUE EXPO - Plano Estratégico – Parque Expo para Área de Reabilitação Coimbra Rio A.1. p. 67

p. 212

Imagem retirada de <https://maps.google.com>

Fotografia cedida por Olga Diegues

p. 214

Fotografia de Yvon from Ottawa disponível em www.flickr.com

Fotografia de mientaliza.te disponível em www.tumblr.com

p. 218

Disponível em <http://p2.storage.canalblog.com/24/92/208664/12795483.jpg>

p. 220

Fotografia de José de Almeida disponível em www.flickr.com

p. 226

171 Fotografia de mariag disponível em www.flickr.com

p. 230

Disponível em <http://www.pedrobandeira.info/Rua-Sofia-2003> consultado a 23 de Julho

p. 234

Fotografia de João Cassiano, disponível em www.flickr.com

p. 242

Fotografia cedida por Joana Orêncio

p. 244

Fotografia cedida por Olga Diegues

Fotografia cedida por Olga Diegues

Fotografia cedida por Olga Diegues

Fotografia cedida por Olga Diegues

p.246

Disponível em <http://centro-coimbra.herokuapp.com>

Disponível em <http://centro-coimbra.herokuapp.com>

p.248

Disponível em <http://centro-coimbra.herokuapp.com>

Disponível em <http://centro-coimbra.herokuapp.com>

p.284

PARQUE EXPO - *Plano Estratégico – Parque Expo para Área de Reabilitação Coimbra Alta*

A.2

Fontes da WWW disponíveis em Julho de 2013.